

VII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO  
MARANHÃO OITOCENTISTA/VII  
SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

1824/1964  
ENTRE  
REVOLUÇÕES  
E GOLPES

24-27 SETEMBRO / 2024



Uema

NEMOXIX

LOCAL: PRÉDIO DE HISTÓRIA DA UEMA - CENTRO

ANAIIS DO VII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO  
MARANHÃO OITOCENTISTA/ VII SIMPÓSIO  
INTERNACIONAL EM HISTÓRIA  
CONTEMPORÂNEA

1824/1964 ENTRE REVOLUÇÕES E GOLPES

ISSN: 2236-9228 / 2357741-X

REALIZAÇÃO



VII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO  
MARANHÃO OITOCENTISTA/VII  
SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

1824/1964  
ENTRE  
REVOLUÇÕES  
E GOLPES

24-27 SETEMBRO / 2024



NEMOXIX

LOCAL: PRÉDIO DE HISTÓRIA DA UEMA - CENTRO

## ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

NÚCLEO DE ESTUDOS DO MARANHÃO OITOCENTISTA (NEMO)  
NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
(NUPEHIC)

## COMITÊ ORGANIZADOR

Me. Antonio Guanacuy Almeida Moura (PPGHIST/Uema)

Dr.<sup>a</sup> Elizabeth Sousa Abrantes (Uema)

Dr. Italo Domingos Santirocchi (UFMA)

Dr.<sup>a</sup> Joelma Santos da Silva (IFMA)

Me. Leonardo Leal Chaves (CEIS20/Universidade de Coimbra)

Dr.<sup>a</sup> Lidiane Elizabete Friderichs (Uema)

Dr. Marcelo Cheche (Uema)

Dr. Monica Piccolo (Uema)

Me. Priscilla Piccolo Neves (CEIS20/Universidade de Coimbra)

Dr.<sup>a</sup> Raissa Gabrielle Vieira Cirino (COLUN/UFMA)

Dr. Romario Sampaio Basilio (Uema)

Dr. Roni Cesar Andrade de Araujo (UFMA)

Me. Werbeth Serejo Belo (PPGHIST/Uema)

## SECRETARIA DO EVENTO

Me. Priscilla Piccolo Neves (CEIS20/Universidade de Coimbra)

## ORGANIZAÇÃO DESTE VOLUME

Monica Piccolo

Marcelo Cheche Galves

## Sumário

### **As comemorações do Desquicentenário da Independência no Maranhão: os despojos de D. Pedro I**

Adrielle Santos Oscar Andrade .....7

### **As comemorações da independência do Brasil nos jornais maranhenses em tempos de balaiada (1838-1841)**

Alda Angelica Oliveira Sousa .....23

### **A cobertura do jornal O Estado do Maranhão sobre o processo de expropriação rural na região do Vale do Pindaré, Maranhão (1964 – 1979)**

Alice Galeno Silva .....36

### **Questão agrária no Vale do Pindaré: a atuação da COMARCO no processo de expropriação rural no Maranhão (1969-1981)**

Ana Beatriz Sousa Chagas

Lidiane Elizabete Friderichs .....48

### **O Asilo de Mendicidade: sob a égide da ciência médica e jurídica à força dos discursos médico e jurídico.**

Ana Célia do Nascimento Franco .....66

### **Ensino e História: O uso da metodologia WebQuest nas aulas de História.**

Antonio Guanacuy Almeida Moura .....76



**Medievalismo e contemporaneidade: os desafios para o Ensino de História**

Bianca Trindade Messias ..... 88

**Questão agrária no Vale do Pindaré: a atuação do DOPS e a expropriação rural no Maranhão (1964-1985)**

Carlos Ernesto Aragão Barros

Lidiane Elizabete Friderichs .....101

**Campeonato brasileiro, Correio da Manhã e ditadura: análise do campeonato brasileiro pela ótica do jornal Correio da Manhã durante o governo Médici (1969-1971).**

David Carlos Dantas Rocha .....117

**Movimento Gororoba: arte e resistência no Maranhão**

Francisca da Silva Costa ..... 134

**Participação das mulheres nos movimentos contra a ditadura militar no Brasil: violência de gênero e resistência feminina**

Giovanna Barbosa Soares ..... 154

**Análise do acervo de Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) sobre o processo de expropriação rural na Região do Vale do Pindaré, Maranhão (1968-1979)**

Gustavo dos Santos Rocha ..... 167

**A ditadura civil-militar e o governo Sarney sob a ótica do Jornal Pequeno**

Helena Miréia Rocha da Silva ..... 178

**Questão Agrária no Vale do Pindaré: A Atuação do DOPS, Repressão e Expropriação de terras camponesas no Maranhão (1964-1985)**

Larissa Serejo de Araújo

Lidiane Elizabete Friderichs ..... 194

**A efeméride do centenário da adesão do Maranhão: aspectos da relação entre Independência e Revolução do Porto na imprensa do século XX**

Lucas Gomes Carvalho Pinto ..... 212

**Análise sobre a atuação do governo com os empresários no processo de expropriação rural no oeste maranhense (1964-1971)**

Luziane Araujo Costa .....230

**O Ensino das Ditaduras Latino-Americanas do Maranhão: reflexões para uma formação cidadã**

Marcos Vinicius Ferreira Trindade ..... 245

**Entre a medicina e a política: Simpício de Sousa Mendes e sua atuação no Piauí do século XIX**

Nara Viviany Moura de Oliveira ..... 259

**O Crime do Desembargador Pontes Visgueiro pela imprensa brasileira de 1873 a 1876**

Nila Michele Bastos Santos ..... 272

**As comemorações da Independência do Brasil nos jornais maranhenses no Primeiro Reinado (1823-1831)**

Teylou Barros Moraes ..... 292

VII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO  
MARANHÃO OITOCENTISTA/VII  
SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

1824/1964  
ENTRE  
REVOLUÇÕES  
E GOLPES

24-27 SETEMBRO / 2024



Uema  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

NEMOXIX

LOCAL: PRÉDIO DE HISTÓRIA DA UEMA - CENTRO

**Censura e liberdade de imprensa no Maranhão: O Conciliador do Maranhão (1821)**

Willian Paz da Silva ..... 310



## AS COMEMORAÇÕES DO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NO MARANHÃO: OS DESPOJOS DE D. PEDRO I

Adrielle Santos Oscar Andrade<sup>1</sup>

Em 2022 foi comemorado no Brasil o bicentenário da declaração da independência do Brasil proclamada em 1822, por Dom Pedro I. O 7 de setembro é um marco desse evento histórico nos dias atuais e, com a comemoração dos 200 anos desse momento, foram planejados alguns eventos, incluindo o lançamento de livros, seminários e exposições sobre o assunto, sendo destaque a exposição do coração de Dom Pedro I que ocorreu entre 25 de agosto a 5 de setembro de 2022, no Palácio do Itamaraty.

A relíquia foi um empréstimo de Portugal, como parte das comemorações do bicentenário. Foi a primeira vez, em 187 anos, que o coração saiu de Portugal e na sua recepção o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, fala sobre “a gentil cessão pelo governo português, atendendo à tão importante efeméride para nossa nação, traduz o respeito mútuo e os laços indissolúveis de irmandade que unem brasileiros e portugueses” (Brasil, 2022). Porém, essa não é a primeira vez que Portugal cede uma de suas relíquias para o Brasil devido à um grande evento referente a independência.

Em 1972, ano da comemoração dos 150 anos de independência do Brasil, uma grande comemoração também foi planejada para celebrar o marco histórico, incluindo eventos muito maiores e grandiosos, se comparado a 2022, pois não se limitaram a eventos somente na capital do país, pelo contrário, os festejos continham apelo nacional e incluíram todos os estados do Brasil. Cabe lembrar que nesse período o Brasil vivia sob o jugo de uma ditadura militar, comandada, naquele momento, pelo general Emilio Garrastazu Médici, que esteve na

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), graduanda em Licenciatura em História, bolsista de Iniciação Científica cota CNPq.

presidência do país entre 1969 a 1974, período em que a ditadura alcançou seu auge, tanto no que se refere à repressão quanto aos indicadores de crescimento econômico.

Durante as comemorações do sesquicentenário em 1972, o Brasil passava por um período de vigoroso crescimento conhecido como “O Milagre Econômico”, que se iniciou em 1968 e se prolongou até 1973, sendo um período em que o PIB teve um crescimento na taxa da ordem de 11% ao ano, por seis anos consecutivos (Hermann, 2005). Cabe lembrar que “o preço pago pelo forte crescimento foi o gigantesco aumento do endividamento do estado brasileiro, que havia feito a opção de se financiar por meio da fácil e barata captação de recursos externos” (Bellingieri, 2005, p. 16). Porém, como as consequências desse “milagre” ainda não eram de conhecimento geral, o governo buscava formas de se autopromover diante da sociedade, mostrando o progresso que o Brasil estava vivendo e utilizando-se disso para justificar seus atos repressivos. Com esse intuito, a efeméride de 1972 foi utilizada pela ditadura militar não só como a comemoração de um marco histórico brasileiro, mas também como uma forma de autopromoção.

Todo o evento possuiu um caráter cívico, com desfiles e paradas das forças armadas. Os jornais também foram fortemente utilizados ao longo desse período para promover seus ideais em um discurso que “atualizava a relação temporal com a efeméride, sob o slogan de que o futuro e o progresso do Brasil haviam chegado, numa clara propaganda do regime e de seus feitos materializada na ideia de ‘milagre econômico’” (Neves; Santirocchi; Slemian, 2024, p. 152).

Ao falarmos de ditadura militar é muito comum pensarmos automaticamente em violência, tanto física quanto psicológica, principalmente no período em que ocorreram as comemorações do sesquicentenário da independência, em 1972, tempo de vigência do Ato Institucional nº 5 em que foi institucionalizado “no corpo do Estado o viés assassino da atuação de suas polícias políticas e confirmaram a tortura como prática cotidiana” (Castro Netto, 2019, p. 72).



O medo, causado pela violência, foi um recurso fortemente utilizado pelas ditaduras ao redor do mundo como forma de causar temor e impedir o avanço dos grupos resistentes, como também para impor forçadamente seus regimes autoritários. Porém, o uso de violência nem sempre foi o recurso acionado para alcançar esses objetivos; em 1972, vemos claramente o uso de “sentimentos otimistas” para encantar e aumentar o seu campo de apoio em meio a sociedade civil, como explica Castro Netto (2019).

O auge econômico que o Brasil estava vivenciando nesse período gerou uma grande euforia em meio a uma pequena parcela da população, pois, enquanto uma parte dos cidadãos brasileiros presenciavam os anos mais duros da ditadura militar conhecida como “os anos de chumbo”, concomitantemente, outra parte da sociedade vivenciava um grande crescimento econômico diante dos seus olhos, apesar das consequências futuras. Com o forte crescimento econômico em andamento, no final de 1971, em seu discurso de fim de ano, Médici declara para os brasileiros que “A nação tem hoje a tranquila consciência de sua grandeza, em termos realistas, possíveis e viáveis. Temos agora a certeza de que o eterno país do futuro se transformou, afinal, no país do presente” (Cordeiro, 2012, p. 16).

Diante desses tempos de grandiosidade e forte desenvolvimento, a ditadura buscava formas de autopromoção e de demonstrar que o governo fora capaz de proporcionar ao Brasil o almejado “milagre”, sendo essa uma forma de justificar seus atos de violência e de legitimação diante da sociedade. Chega então o ano de 1972 com uma data importante a ser celebrada, os 150 anos de independência do Brasil, o evento escolhido pela ditadura para se autopromover através da realização de grandiosos eventos programados para serem realizados ao longo de todo o ano e por todo o país, integrando todos os estados através do sentimento de união nacional<sup>2</sup>.

Cabe lembrar que “o medo, o ódio, o ressentimento, a angústia, a ira, a felicidade e a euforia, são algumas das emoções movimentadas conscientemente pelos agentes políticos de

<sup>2</sup> Janaina Cordeiro (2012) explica que a grande exaltação nacional proposta pelos rituais cívicos em 1972 gerou no cidadão brasileiro uma significativa comoção social, o que acabou por reforçar o sentimento de identidade e pertencimento, permitindo que o povo se reconhecesse como nação diante do herói morto.

todo tipo” (Castro Netto, 2019, p. 75). Pensando nisso, foi anunciado que os despojos de Dom Pedro I seriam transladados de Portugal para o Brasil em virtude das comemorações do sesquicentenário e que ia muito além disso, a urna funerária do antigo imperador brasileiro também visitaria cada estado do país e permaneceria em exposição, aberta ao público, durante alguns dias em cada parada.

Para que esse grande evento se tornasse uma realidade, Portugal cede ao Brasil<sup>3</sup>, permanentemente, sua importante relíquia, após negociação entre os dois países, como descreve Correa (1972), que torna público a resposta do presidente de Portugal, Américo Deus Rodrigues Tomás, ao pedido do Brasil, dizendo que “De acordo com o pensar do meu governo, e seguro de interpretar a vontade do povo português, comunico a Vossa excelência que Portugal, numa atitude sem paralelo, confia de futuro ao Brasil os despojos de D. Pedro” (Correa, 1972, p. 12).

Com a confirmação do próprio presidente de Portugal que os despojos viriam para o Brasil e o anúncio desse grande evento para os brasileiros, tem início o grande destaque que Dom Pedro I recebeu pelos jornais do país ao longo de 1972. Em São Luís do Maranhão, cidade foco desta pesquisa, Dom Pedro I foi o assunto central das comemorações nos três principais jornais que circulavam pela capital nesse período, entre eles, *O Imparcial*, *Jornal Pequeno* e *Jornal do Dia*. Em abril, foi celebrado o início oficial das comemorações do sesquicentenário<sup>4</sup>, porém, meses antes, os despojos já eram assunto nos periódicos ludovicenses quando em janeiro de 1972 o *Jornal do Dia* anuncia que:

Contra-torpedeiros da Marinha de Guerra brasileira estão em Portugal para escoltar o navio mercante Funchal, escolhido para a transladação dos restos mortais do Imperador Dom Pedro I, um dos pontos altos das comemorações do sesquicentenário da independência. [...] A solenidade contará com a presença do Presidente de Portugal, almirante Américo Deus Rodrigues Tomás (Jornal do Dia. São Luís, nº 2741, 21 de janeiro de 1972, p. 1).

<sup>3</sup> A resposta positiva de Portugal para “a transladação dos restos mortais de d. Pedro I assinalou o início das comemorações, ao mesmo tempo em que indicava a proximidade das administrações de Brasil e Portugal. Não por acaso, os dois países viviam sob regime autoritário, ademais, seus presidentes originavam-se da alta cúpula militar” (ALMEIDA, 2009, p. 18).

<sup>4</sup> O Encontro Cívico Nacional realizado em 21 de abril de 1972, “marcou o início das comemorações, através da reunião espiritual e física de todos os brasileiros, num mesmo momento e no âmbito de suas comunidades, levando cada participante a sentir-se parcela integrante da grande coletividade nacional” (CORREA, 1972, p.33).

No decorrer do ano, o destaque dado aos despojos de Dom Pedro I continua crescendo à medida que a comitiva que acompanhou o traslado dos despojos chega em solo brasileiro e inicia a peregrinação do esquife funerário pelo país. Percebe-se um súbito aumento na quantidade de matérias a respeito do tema com a aproximação do mês de julho, que corresponde ao mês em que a urna chegaria e permaneceria em exposição em São Luís. Com a iminente chegada dos despojos, inicia-se ao longo das páginas dos jornais da cidade uma série de homenagens publicadas por empresas, que visavam prestar tributo não somente ao sesquicentenário da independência do país como também ao herói dessa independência, Dom Pedro I, que, em seus restos mortais, visitava cada estado do país ao qual ele agraciou com a tão almejada emancipação de Portugal.

Durante a leitura dos periódicos utilizados nesta pesquisa, foi possível identificar a participação de empresas públicas e privadas ao longo das páginas, prestando homenagens ao primeiro imperador do Brasil, como: Rádio Difusora, Hotel Central e Lord Hotel, Empresas maranhense de mineração S/A, Supermercados Sudeneste, Secretaria de Agricultura, Grêmio Littero Recreativo Português, Supermercado Lusitana, CEMAR (Centrais Elétricas do Maranhão S/A), Banco do Brasil, COHAB, Câmara Municipal de São Luís, Associação Comercial do Maranhão, prefeituras de São Luís, Codó e São Bernardo, entre outras. No *Jornal do Dia* lê-se a seguinte nota oficial, estando em destaque o nome do destinador, a Associação Comercial do Maranhão:

Para o maior brilhantismo das solenidades cívicas, neste estado, do Sesquicentenário da Independência do Brasil, recebemos hoje, os restos mortais do nosso Imperador, Dom Pedro I. **O passado glorioso do seu reinado junta-se à realidade grandiosa do Brasil de hoje, simbolizando dois tempos, duas épocas, mas, em ambos, a mesma integridade nacional que soube nos legar o heroico povo lusitano.** A Associação Comercial do Maranhão – prestando sua homenagem aos despojos do Proclamador da nossa independência – congratula-se com as Nações Brasileira e Portuguesa, no momento em que o Maranhão, sob intensa vibração patriótica, acolhe as cinzas do Grande Imperador (*Jornal do Dia*. São Luís, nº 2794, 13 de julho de 1972, p. s/n, grifo nosso).



Essa nota, entre as várias outras que foram publicadas nesse mesmo dia pelo jornal, mostra a reverência com a qual a figura de Dom Pedro I estava sendo tratada ao longo de 1972, como o herói que libertou o Brasil das amarras de Portugal, sempre relacionando esse “passado glorioso” com o notável período de desenvolvimento ao qual estavam vivendo novamente. Dessa forma, através da peregrinação dos despojos, o governo destaca não somente a desenvolvida economia que o Brasil possuía naquele momento, tornando possível a realização de um evento de tamanha magnitude, como também, ao relacionar a figura dos militares com o imperador, buscava justificar seus meios e recursos violentos em prol de tamanho crescimento econômico. De modo semelhante, a Secretaria de Viação e Obras públicas de São Luís também presta suas homenagens diante da proximidade da chegada dos despojos na cidade, dizendo:

A independência do Brasil não foi uma dádiva dos deuses, mas o coroamento de uma cruzada cívica que teve seus mártires e seus heróis. **O espírito de brasilidade daqueles que fizeram o ontem da nossa história se repete no que constrói o hoje de uma pátria que marcha a passos firmes rumo ao seu destino de Grande Nação.** Governo e povo unidos realizam essa grande tarefa. Nós Participamos (Jornal do Dia. São Luís, nº 2794, 13 de julho de 1972, p. s/n, grifo nosso).

A tentativa de relacionar o “passado de glórias”, proporcionado pelo herói homenageado em 1972, ao governo ditatorial se mantém. O empenho de tais empresas em corroborar com os ideais da ditadura é visível, apesar da forte censura e imposição determinada pelo governo, é notável que muitos empresários se beneficiaram com o golpe aplicado em 1964 e demonstravam seu apoio através das páginas dos periódicos. Era uma via de mão dupla que garantia apoio financeiro para um lado e para o outro a preservação de privilégios, como é evidenciado a seguir:

Na cidade e no campo, as elites civis entendiam que era preciso reprimir, disciplinar, submeter e tornar os trabalhadores mais produtivos, com o fim de possibilitar uma maior acumulação de riqueza, bem como manter os privilégios existentes. Para isso, a força repressiva oferecida pelos militares era essencial. Por sua vez, as elites militares viam o empresariado como um aliado importante que poderia viabilizar financeiramente as estruturas necessárias para o golpe e a manutenção do regime (Costa; Silva, 2018, p. 22).

Dessa forma, visando demonstrar seu apoio ao governo e respeito ao principal símbolo do sesquicentenário escolhido a dedo pelos militares, se encontram inúmeras homenagens ao imperador, em seus restos mortais, que enfim chega à cidade de São Luís onde permaneceu por três dias na Catedral da Sé, no centro da cidade. Para além do *Jornal do Dia*, as mensagens publicadas pelo empresariado local se estendem aos outros jornais de grande circulação na capital, como é possível constatar no *O Imparcial* que divulgou a orgulhosa declaração do Supermercados Lusitana, destacando que “em perfeita sintonia com o júbilo que hoje aquece os corações portugueses e brasileiros [...], os Supermercados Lusitana rendem suas homenagens ao homem que provou o seu imenso amor pelo Brasil, dando-lhe sua independência” (*O Imparcial*. São Luís, nº 17539, 13 de julho de 1972, p.3).

A escolha de Dom Pedro I como o principal símbolo do sesquicentenário e a peregrinação dos restos mortais pelo país não foi uma decisão aleatória. O traslado dos despojos para o Brasil ia muito além da manifestação de poder, era uma pretensão dos militares chamar a atenção da população e, dessa forma, garantir a presença do povo brasileiro no decorrer de todos os eventos em comemoração ao centésimo quinquagésimo aniversário de independência da nação, para isso o destaque em torno da figura do imperador seria de suma importância para gerar curiosidade e desejo em participar das festividades e principalmente, da mais importante delas, a chegada da urna funerária em São Luís e ao longo dos dias que permaneceria em exposição.

Portanto, para além da demonstração de poder, a peregrinação dos despojos buscava unir o povo brasileiro em torno da ditadura guiados por um sentimento de pertencimento e integração nacional que, através dos despojos e da gratidão ao ato de Dom Pedro, permitiu aos “[...] indivíduos se reconhecerem como nação, como parte de uma coletividade que tem em comum o mesmo passado e cultivam para o futuro expectativas semelhantes, que o traslado, périplo e finalmente a inumação dos restos mortais de d. Pedro I representaram, país afora” (Cordeiro, 2012, p. 63).

Assim como no *Jornal do Dia* e *O Imparcial*, o *Jornal Pequeno* também realiza a divulgação de homenagens a Dom Pedro I em meio aos eventos proporcionados pela efeméride do sesquicentenário, porém, diferente dos periódicos citados anteriormente, neste encontramos os cumprimentos de prefeituras do interior do estado que, em notas oficiais, se mostram exultantes diante das comemorações que seguem ocorrendo, como é o caso da nota pertencente a prefeitura municipal de Codó, assinada pelo prefeito, Moisés Reis, em que declara:

Conjuga com entusiasmo e civismo este momento em que todo o Brasil comemora o Sesquicentenário de sua Independência Política, e em que acolhe, com o fervor que o reconhecimento produz, os restos mortais de Pedro I, que, às margens do Ipiranga, soltou resolutivo grito de nossa terra como nacionalidade. Certo de que, como continuador do ideal emancipador de 1822, o presidente Garrastazu Medici, dá a todos os brasileiros vivificante e contagiante exemplo de brasilidade construtiva, o prefeito municipal e povo, irmanados, tornam extensivos à pessoa do ilustre chefe da nação, os cumprimentos e votos de felicidade a que faz jus neste novo aniversário da nossa independência pátria (*Jornal Pequeno*. São Luís, nº 6623, 14 de julho de 1972, s/p).

Esta nota da prefeitura de Codó, através de seu tom orgulhoso e patriótico nos permite compreender o sentimento que os militares buscaram permear durante o ano de 1972, associando novamente a figura do imperador ao governo militar comandado por Médici tentando, dessa forma, como observado nos outros jornais, “conectar” o passado monárquico ao regime instaurado no Brasil como um “continuador” da glória ao qual o Brasil vem sendo conduzido desde o projeto emancipador de 1822. Da mesma forma, encontra-se no mesmo jornal uma mensagem da prefeitura municipal de São Bernardo assinada por José Ferreira de Souza, prefeito do município, no qual declara que:

O município de São Bernardo, por seu prefeito municipal, autoridades representativas e o povo em geral, solidariza-se às homenagens que nesta data se presta a Sua Majestade Imperial D. Pedro I, em seus despojos, durante os dias de permanência na capital do estado. Participando das festividades do sesquicentenário da independência do Brasil, comunga com o júbilo do povo brasileiro, das autoridades constituídas, reverenciando a memória daquele que se imortalizou no coração da pátria brasileira com o decidido e vigoroso grito do Ipiranga (*Jornal Pequeno*. São Luís, nº 6623, 14 de julho de 1972, p. 6).



De fato, os restos mortais de Pedro I foram recebidos por uma grande concentração de ludovicenses, como evidencia o *Jornal do Dia* na edição do dia 15 de julho, em que destaca que “[...]tendo início o deslocamento para o centro da cidade, constatou-se durante todo o percurso, grande massa popular. [...]Em frente à Igreja da Sé, ao chegar o esquife, verdadeira ovação se fez ouvir, partida da imensa multidão presente” (*Jornal do Dia*. São Luís, nº 2795, 15 de julho de 1972, p. 1).

Não somente a chegada dos despojos foi fortemente celebrada com a chegada da sua comitiva em São Luís, como o período em que permaneceu em exposição no Centro da capital contou com a visita de milhares de maranhenses que, por curiosidade ou gratos ao “herói” da independência, marcaram presença no evento histórico que acontecia. O êxito da exposição é apresentado pelo jornal *O Imparcial*, com destaque para a manchete *Milhares de pessoas já viram D. Pedro*, que anuncia:

Os despojos do primeiro imperador do Brasil encontram-se expostos à visitação pública na Catedral Metropolitana e até a manhã de ontem, já haviam sido honrados pela presença de cinco mil pessoas. **Quantos ali estiveram, inscreveram seus nomes no Livro de Registro colocado ao lado da urna funerária**, sendo que os primeiros a fazer isso foram as oito autoridades que, simbolicamente, ajudaram a conduzir o ataúde, desde o avião até a Igreja da Sé (*O Imparcial*. São Luís, nº 17540, 15 de julho de 1972, p. 1, grifo nosso).

É evidente o interesse no assunto e o foco que estava sendo dado a Dom Pedro I quando se observa que sua chegada e partida da cidade receberam o destaque da primeira página nos periódicos mencionados, este interesse também pode ser observado diante das milhares de pessoas que, independentemente das motivações, compareceram à exposição pública do esquife. A informação divulgada pelos jornais, sobre o grande público que compareceu ao evento, pode ser observada não somente através dos periódicos, como também pelas dezenas de páginas preenchidas com os nomes dos visitantes, encontradas no Fundo do Sesquicentenário<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> O Fundo do Sesquicentenário foi pensado com o objetivo de preservar a memória da efeméride através da perspectiva do regime militar, portanto, “Ao encerrar os trabalhos da CEC, o general Antonio Jorge Corrêa

O Fundo do Sesquicentenário, reúne arquivos referentes às atividades da Comissão Executiva Estadual do Maranhão e está preservado no Arquivo Nacional, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Grande parte do material consiste em correspondências, ofícios, decretos e relatos trocados entre os organizadores do sesquicentenário, em meio aos preparativos e programação dos eventos a serem realizados durante o ano de 1972 no Maranhão.

Ao examinar o conteúdo das fotografias<sup>6</sup>, identifiquei documentos que fazem referência aos despojos de Dom Pedro I e que podem ser relacionados às notícias publicadas nos três jornais de São Luís, como é o caso das listas contendo a assinatura dos visitantes à catedral metropolitana no período de permanência dos despojos no local, no arquivo encontra-se 157 páginas repletas de assinaturas de homens e mulheres que se colocaram diante do esquife e prestigiaram aquele que foi evidenciado ao longo de todo o ano de 1972 como o herói a quem deviam ser gratos, por dar início ao grandioso período no qual o Brasil passou a viver e que o governo ditatorial, conforme suscitava, deu prosseguimento.

Para alcançar essa grande participação do público, foi necessário muito planejamento, que foi iniciado meses antes do início da efeméride, primeiramente, com a criação da Comissão Executiva Estadual do Maranhão. Através de um ofício, preservado no fundo do sesquicentenário, é possível ter contato com uma troca de correspondências entre o governador do Maranhão, Pedro Neiva de Santana, e o presidente da Comissão Executiva Central (CEC), general Antônio Jorge Corrêa, no qual o governador relata a criação da comissão executiva no estado e detalha suas futuras atribuições, dizendo:

Instituída pelo decreto nº4.667, de 2 de fevereiro de 1972, do excelentíssimo senhor governador do estado, a **Comissão Estadual de programação, incentivo e coordenação das comemorações do sesquicentenário da independência do Brasil, no Maranhão**, já se instalou iniciando

---

comunicou a entrega de todo o acervo da Comissão Executiva Central, reunido ao longo do período de duração das festividades, ao Arquivo Nacional. O acervo contava com 6.341 correspondências e cerca de 10.000 artigos e reportagens de jornais e revistas do país, além de exemplares de todas as publicações e materiais elaborados com vistas às comemorações. Dentre as 137 pastas que o compõe, encontra-se a Pasta 13, referente ao estado do Maranhão” (RIBEIRO, 2023, p, 15-16).

<sup>6</sup> Devido à localização da documentação, o conteúdo do Fundo do Sesquicentenário CEE-MA foi acessado via material fotografado.

imediatamente as suas atividades. Nos termos do Art. 3º do decreto governamental, a comissão “poderá criar as subcomissões que entender necessárias bem como articular-se com as multiplicidades do interior, ministrando-lhes as instruções de que necessitem para o bom êxito dos programas de festividades que vierem a elaborar. [...] **A primeira medida da comissão foi elaborar um calendário de efemérides no Maranhão, alusivas à independência, de modo a que possa, com essa visão histórica, estabelecer o calendário estadual das celebrações** (Fundo, 1972, grifo nosso).

Conforme o ofício, a Comissão Executiva Estadual do Maranhão (CEE-MA), foi criada com o objetivo de elaborar a programação de toda a comemoração e incentivar a participação da população, para isso, a criação de um calendário se tornou indispensável para planejar, minuciosamente, cada evento que ocorreria no estado conforme as instruções que recebiam do governo. Através da elaboração desse calendário, a comissão estadual, além de estabelecer a estrutura geral da efeméride, buscava envolver ativamente todos os municípios nos festejos programados incentivando, dessa forma, o senso de pertencimento e orgulho regional e nacional da população.

Cada cidade do Maranhão, não só a capital, recebeu diretrizes a serem seguidas visando alinhar os eventos locais a programação nacional, sem deixar de refletir as particularidades históricas e culturais de cada região. Todo o trabalho de articulação, mencionado no art. 3º do decreto governamental, foi vital para garantir que a celebração da independência se estendesse para além da capital do estado.

O calendário elaborado, para alcançar esse objetivo, também pode ser encontrado em meio aos arquivos preservados no arquivo nacional. No documento, se observa os eventos programados, divididos por cada mês do ano, com início no mês de abril em que eventos como programas cívicos em todas as escolas do estado então designados a serem realizados; em maio foi programado o lançamento do concurso “Prêmios Cidade de São Luís” referentes a poesias, contos e pinturas contendo temas alusivos à independência e segue-se, dessa forma, a programação dos meses subsequentes (Fundo, 1972).



Da mesma forma, a comissão executiva do município de Buriti Bravo, no Maranhão, apresentou a programação da abertura das festividades do sesquicentenário na cidade, através de um programa que exibia os horários de cada evento que ocorreria no dia 21 de abril, data do Encontro Cívico. A programação tem início no alvorecer do dia, às 5 horas da manhã, com cânticos do hino do sesquicentenário e da independência; às 15 horas estava programado um grande desfile, pelas principais ruas da cidade, com estudantes do município; E por fim, a hora mais aguardada do dia com a reunião de toda a população em uma praça da cidade, para prestigiar o discurso proferido pelo presidente da república diretamente de Brasília, para todo o país. O evento foi finalizado com uma queima de fogos e o hasteamento das bandeiras do Brasil<sup>7</sup>, do estado e do município (Fundo, 1972).

Nota-se que todo o evento programado teve um caráter cívico, estendendo-se desde as primeiras horas do dia até o encerramento do evento de abertura da efeméride. Esse planejamento exemplifica o esforço em alcançar ampla participação popular, abrangendo não apenas as capitais, mas também os interiores de cada estado, dessa forma, o regime buscava consolidar seu ideal de poder e unidade nacional, transformando os eventos em testemunhos vivos de sua suposta estabilidade e apoio popular.

Outro evento que visava integrar toda a nação foi a Corrida do Fogo Simbólico, que segundo Rei (2020), fazia parte de uma série de eventos mobilizados para ocorrerem ao longo das comemorações de 1972, contando com 12 eventos esportivos como a taça da independência (troneio de futebol), ginástica moderna, olimpíada do exército, entre outros. O fogo simbólico percorreu várias cidades por todo o território brasileiro, incluindo o interior do Maranhão como relata o jornal *O Imparcial*, em matéria publicada no dia 06 de junho de 1972, ao informar que “O fogo simbólico da pátria, em sua trigésima-quinta corrida, prossegue sua trajetória pelo território de nosso estado. [...] Por toda cidade por onde tem passado o fogo simbólico, as

<sup>7</sup> “O presidente da república assinou decreto que determinou o hasteamento da bandeira do Brasil às 18h30m do dia 21 para ser arriada em todas as repartições públicas, estabelecimentos de ensino e sedes de sindicatos. Com isso se iniciarão os festejos ao sesquicentenário” (*Jornal Pequeno*. São Luís, 18 de abril de 1972, nº 6537, p. 2).

populações têm-no recebido com as maiores demonstrações de carinho e patriotismo” (*O Imparcial*. São Luís, nº 17508, 06 de junho de 1972, p. 5).

Em meio aos documentos do fundo do sesquicentenário, também foram encontrados diversos ofícios encaminhados ao presidente da CEC tendo como remetente prefeitos de várias cidades aos quais o fogo simbólico percorreu, sendo o caso de um ofício encaminhado pelo prefeito do município de Dom Pedro, João Arruda Cordeiro, que faz uma descrição detalhada da passagem do fogo simbólico pela cidade, dizendo:

Temos a honra e o orgulho de comunicarmos a V. Excia., que no dia vinte e oito do mês de maio, passou por Dom Pedro, estado do Maranhão, o fogo simbólico da pátria, sendo recebido com enorme vibração cívica pela comunidade, assistindo na Praça Magalhães de Almeida, a chegada da Tocha Olímpica, que nos deixou uma centelha de seu fogo sagrado avivando em cada brasileiro, a fogueira de amor que lateja em nossos corações (Fundo, 1972).

Todos esses eventos e celebrações cívicas foram realizados com o intuito de agrupar a sociedade em torno da ditadura militar, buscando sempre avivar o sentimento patriota em cada cidadão. São acontecimentos que, além de complementar as comemorações, também serviram para aumentar a expectativa da população diante da proximidade do maior evento planejado, a chegada dos despojos de Dom Pedro na cidade de São Luís. Os bastidores desse grande momento também se encontram na documentação presente no arquivo nacional, é possível notar que cada momento foi muito bem planejado, desde sua chegada na cidade até sua partida, como se observa em meio a um telegrama, do dia 29 de junho, em que o presidente da CEC informa ao presidente da CEE-MA, Carlos Magno Duque Bacelar, a designação de Luiz José Torres Marques, secretário da CEC, para acompanhar os restos mortais de D. Pedro I ao estado do Maranhão (Fundo, 1972).

Do mesmo modo, é possível encontrar um telegrama, do dia 03 de julho, no qual o presidente da CEE-MA faz uma relação nominal ao presidente da CEC, Gen. Antônio Jorge Corrêa, da comitiva que acompanharia os restos mortais de D. Pedro I ao estado do Pará, local para onde os despojos seguiram após sua estada na capital maranhense (FUNDO, 1972). Estes documentos evidenciam o cuidado com todos os detalhes que cercaram a urna funerária. Essa

atenção não reflete apenas o processo logístico dos eventos, mas também o simbolismo atribuído à presença dos despojos no Maranhão, reforçando o caráter solene e político da celebração.

Em síntese, a comemoração do sesquicentenário da independência, em 1972, foi marcada por um grande esforço do governo militar em promover eventos de cunho cívico, que unissem a população em torno do regime. No Maranhão, estado foco desta pesquisa, a peregrinação dos restos mortais de Dom Pedro I destacou-se como o principal símbolo das comemorações, sendo prestigiado nos jornais de maior circulação da época na capital - *O Imparcial*, *Jornal do dia* e *Jornal Pequeno* - através de homenagens publicadas por prefeituras municipais do estado e por empresas que reforçavam uma narrativa de conexão entre o passado monárquico e a ditadura vigente.

Paralelamente, documentos preservados no Arquivo Nacional revelaram o planejamento que antecedeu as festividades de 1972, incluindo telegramas e calendários que orientavam todos os eventos programados. Por meio da peregrinação, desfiles, concursos culturais e a corrida do fogo simbólico, o governo buscou promover o patriotismo e fortalecer sua legitimidade, associando o legado de Dom Pedro I ao suposto progresso liderado pelos militares. Esse esforço estratégico, que envolve desde elites empresariais até comunidades do interior, demonstra como o regime utilizou a efeméride para consolidar um discurso de unidade nacional e continuidade histórica a seu favor.

## Referências

### Fontes

*O Imparcial* – MA (1972)

*Jornal do Dia* – MA (1972)

*Jornal Pequeno* – MA (1972)



## Bibliografia

ALMEIDA, Adjoanês Thadeu Silva de. **O regime militar em festa: a comemoração do sesquicentenário da independência brasileira (1972)**, 2009. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BELLINGIERI, Julio Cesar. A Economia no Período Militar (1964-1984): crescimento com endividamento. **Revista Hispeci & Lema**, v. 8, p. 12-17, 2005.

BRASIL. **Coração de Dom Pedro I chega ao Brasil para as festividades do Bicentenário**. Entrevista com Paulo Sérgio Nogueira. Portal Gov.br, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/pt-br/noticias/cultura-artes-historia-e-esportes/2022/copy\\_of\\_08/coracao-de-dom-pedro-i-chega-ao-brasil-para-festividades-do-bicentenario](https://www.gov.br/pt-br/noticias/cultura-artes-historia-e-esportes/2022/copy_of_08/coracao-de-dom-pedro-i-chega-ao-brasil-para-festividades-do-bicentenario). Acesso em: 20 de novembro de 2024.

CASTRO NETTO, David Antônio de. Ditadura militar, propaganda e otimismo no Brasil dos anos 1970. **Revista Trilhas da História**, v. 8, n. 16, p. 72-96, 2019.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)**, 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CORREA, Antônio Jorge. **As comemorações do Sesquicentenário**. Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972. Biblioteca do Sesquicentenário.

Fundo do Sesquicentenário. **Comissão Executiva Estadual do Maranhão**. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro - Pasta nº13, 1972.

HERMANN, Jennifer. **Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico**. Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004). Rio de Janeiro: Editora Campos, 2005.

RIBEIRO, Lorrane Costa. **A Comissão Executiva Estadual e a organização das comemorações do Sesquicentenário da Independência no Maranhão (1972)**. Relatório de Bolsa de Iniciação Científica. Universidade Estadual do Maranhão: São Luís, 2023.

VII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO  
MARANHÃO OITOCENTISTA/VII  
SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

1824/1964  
ENTRE  
REVOLUÇÕES  
E GOLPES

24-27 SETEMBRO / 2024



Uema  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

NEMOXIX

LOCAL: PRÉDIO DE HISTÓRIA DA UEMA - CENTRO

REI, Bruno Duarte. **Celebrando a pátria amada:** esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972). 7Letras, 2020.

SLEMIAN, Andréa; SANTIROCCHI, Ítalo Domingos; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. A Independência do Brasil no seu Bicentenário. **Revista de Historiografia**, n. 39, p. 149-180, 5 sep. 2024.

## AS COMEMORAÇÕES DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NOS JORNAIS MARANHENSES EM TEMPOS DE BALAIADA (1838-1841)

Alda Angelica Oliveira Sousa<sup>1</sup>

### Resumo

No Maranhão, a “adesão” ao Império do Brasil foi oficializada em 1823, mas resistências como a Setembrada (1831) e a Balaiada (1838-1841) continuaram a desafiar a unidade nacional. Este artigo propõe analisar a imprensa maranhense durante a Balaiada (1838-1841) e como esta contribuiu para a construção da memória da Independência em um período marcado por profundas divisões sociais e políticas. Buscou-se catalogar menções às comemorações da Independência nos jornais maranhenses e como foram narradas as comemorações durante esse período turbulento. As festividades públicas que incluíam missas, desfiles e iluminações, procuravam propagar a ideia de uma sociedade homogênea, mas frequentemente expunham suas tensões e contradições internas. Nora (2009) descreve esses eventos como lugares de memória que constroem a memória coletiva. A forma e a intensidade das comemorações podiam variar conforme o contexto político; com a ascensão de D. Pedro II em 1840, as comemorações passaram a refletir uma tentativa de consolidar a estabilidade do Império, e as celebrações da Independência e outras datas comemorativas foram ajustadas para criar uma continuidade entre os regimes e reforçar a unidade nacional. A análise das comemorações da Independência nos jornais durante a Balaiada (1838-1841) demonstra que esses eventos cívicos eram mais do que simples celebrações, funcionavam como mecanismos de controle e expressão de lealdade ao poder central.

**Palavras-chave:** Independência do Brasil; Memória; Imprensa; Balaiada.

### Introdução

No contexto da Regência (1831-1840), revoltas populares, como a Balaiada (1838-1841), expunham as fissuras sociais, econômicas e políticas que dificultavam a construção de um projeto coeso de nação. Nesse período, comemorar a Independência cumpria um papel

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMA, com o projeto *Comemorações da Independência do Brasil nos jornais maranhenses em tempos de Balaiada (1838-1841)*. A produção do presente artigo contou com a orientação do Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves (UEMA). E-mail: [alda1osousa@gmail.com](mailto:alda1osousa@gmail.com)



estratégico como espaços de negociação simbólica entre diferentes grupos sociais e além, como instrumentos de legitimação política.

Este artigo busca investigar como os jornais ludovicenses narraram as comemorações do Sete de Setembro e do Vinte e Oito de Julho, especialmente em momentos de tensão local e atritos com o governo central, como o período da Balaiada (1838-1841) explorando a relação entre memória e imprensa.

Emergindo como um espaço privilegiado de debate, a imprensa desempenhou papel fundamental na construção das narrativas sobre a Independência, funcionando como veículo de memória e também uma espécie de arena de conflitos políticos. Estudar a forma que esses jornais e seus redatores representaram essas comemorações nesse período ajuda na compreensão da formação da memória coletiva em contextos de crise.

A questão central que guia esta análise é: como as celebrações do Sete de Setembro e do Vinte e Oito de Julho foram utilizadas pela imprensa maranhense para legitimar ou contestar a autoridade política em tempos de crise? A hipótese que orienta o estudo é que essas comemorações foram ressignificadas como instrumentos de disputa política, evidenciando fissuras na construção de uma identidade nacional.

O artigo se organiza em quatro tópicos: A função política das comemorações da Independência no contexto da Regência (1831-1840), seguido por: A imprensa maranhense como espaço de memória e disputa (1831-1840), por fim, apresenta-se também o tópico: As Comemorações da Independência no Maranhão em Tempos de Balaiada (1838-1841).

### **A função política das comemorações da Independência no contexto da Regência (1831-1840)**

Durante o período regencial (1831-1840), marcado por intensa instabilidade política e disputas pelo poder, o ato de comemorar a Independência desempenhava um papel estratégico no processo de consolidação da autoridade política e na formação de uma memória nacional. Marcello Basile destaca que as festas, como o Sete de Setembro e outras datas significativas,

eram planejadas com rituais específicos que mobilizavam diferentes segmentos sociais e buscavam reforçar "a afirmação dos valores nacionais e a legitimação do poder monárquico" (Basile, 2006, p. 494).

No entanto, essa legitimação não ocorreu de maneira uniforme no Maranhão, onde conflitos desafiaram o projeto de centralização do poder desde a incorporação ao império em 1823. Enquanto a elite política local utilizava as comemorações para alinhar-se simbolicamente ao Império, setores populares e parte da imprensa local resistiam a essas narrativas, enfatizando as incongruências entre os ideais de liberdade e os mecanismos de controle impostos pelo governo central.

Apesar dos esforços para projetar harmonia e ordem, muitas vezes expunham as divisões políticas e os conflitos latentes da época. Como afirma Basile, "tamanhas eram as divisões políticas e tantos eram os meios e a frequência com que estas ocorriam, que os festejos regenciais não poderiam ficar imunes às rivalidades e aos conflitos" (Basile, 2006, p. 508). Complementando essa perspectiva, Kraay (2010) destaca que "as comemorações do 7 de setembro, especialmente após a abdicação de D. Pedro I, tornaram-se manifestações partidárias, refletindo as divisões políticas do período regencial" (Kraay, 2010, p. 59).

Desse modo, longe de serem apenas momentos de celebração, tornaram-se ferramentas de disputa política e construção simbólica, sob as crises e contradições desse tempo. Conforme Basile (2006) explica, "as festas públicas eram marcadas por rituais pré-determinados e geralmente comuns a todas" e incluíam tanto manifestações solenes quanto formas de entretenimento popular (Basile, 2006, p. 497).

Entretanto, a organização frequentemente enfrentava desafios, pois as ruas eram espaços politizados, disputados por diferentes facções. Eventos como o Sete de Setembro, que deveriam simbolizar a unidade, tornavam-se palco de agitações. Por exemplo, Basile (2006) relata que no Rio de Janeiro, "os dias que antecediam e em que ocorriam esses eventos eram geralmente marcados por clima de tensão e incerteza" (Basile, 2006, p. 509).

Tais comemorações ao propagarem a ideia de uma sociedade supostamente homogênea, expõem a heterogeneidade dessa mesma sociedade. Como “lugares de memória” parcialmente legitimados, expressam suas tensões, conflitos e contradições (Nora, 2009, p. 5-47). São fontes para refletir sobre a memória coletiva, a invenção de tradições, a construção das nações e a contestação política, manifestada nas polêmicas que elas despertam.

As festividades contavam também com a função de educar politicamente a população e promover uma aparência de unidade em meio a um cenário de intensa fragmentação política e social. Ao mesmo tempo, funcionavam como arenas de disputa ideológica, permitindo que diferentes grupos sociais e políticos reivindicassem narrativas e simbolismos alinhados aos seus interesses, como observado na polarização entre os grupos políticos seja na corte entre os membros dos grupos políticos identificados como moderados e exaltados e também nas províncias, a exemplo da província do Maranhão entre os liberais e conservadores.

### **A imprensa maranhense como espaço de memória e disputa (1831-1840)**

A imprensa maranhense, consolidou-se como um importante espaço de debate político e construção de opinião pública. As divisões entre os bem-te-vis (liberais) e os cabanos (conservadores) refletiam-se nos jornais, que se tornaram palcos de embates ideológicos e políticos. Segundo Assunção (2008), os cabanos, ligados às elites conservadoras, consolidaram seu poder político após o breve domínio liberal na província, intensificando os conflitos com os bem-te-vis. Essas disputas eram marcadas por acusações mútuas de corrupção, favorecimento e práticas autoritárias, muitas vezes retratadas na imprensa como denúncia.

Um exemplo disso é jornal *O Bemtevi*, de cunho liberal, sob direção de Estêvão Rafael de Carvalho (1808-1846) passou a circular em junho de 1838 até outubro do mesmo ano, totalizando 31 exemplares. Através das páginas do jornal, havia a acusação das ações do presidente da província Vicente Camargo. Este, alinhado aos cabanos, utilizava a Lei dos Prefeitos para centralizar o poder e submeter os municípios ao controle provincial. Conforme relatado na primeira edição do jornal, essa lei resultava em “privilégios odiosos contra o bem



comum” e expunha a opressão enfrentada pelas comunidades locais (*O Bemtevi*, n. 1, 30 de junho de 1838, p. 2). Tais revelações apontavam a insatisfação dos liberais, e também as consequências diretas das políticas conservadoras sobre a população mais pobre da província.

De maneira semelhante, a *Chronica Maranhense*, sob a liderança de João Francisco Lisboa, anunciava o descontentamento popular com os abusos da assembleia provincial dominada pelos cabanos. Em edição de 1838, o jornal denunciava a criação de “empregos tão dispendiosos como inúteis” e a “exploração do povo com novos tributos” (*Chronica Maranhense*, nº 59, 9/8/1838, p. 237). Essas críticas ilustram a oposição ao domínio conservador.

Basile (2011) observa que a instabilidade política do Período Regencial (1831-1840), marcada pela vacância do trono e pelas rivalidades entre grupos políticos, intensificou os conflitos locais o que pode ter ampliado a importância da imprensa como arena de disputa, observa ainda que a ausência de um poder centralizado e as rivalidades entre elites criaram um ambiente propício para a eclosão de revoltas como a Balaiada (1838-1841).

Enquanto os cabanos buscavam consolidar seu poder, os bem-te-vis utilizavam os jornais para mobilizar a opinião pública contra as políticas conservadoras. Como aponta Morel (2003), o período regencial funcionou como um “laboratório” de experimentações políticas, em que grupos antes excluídos começaram a expressar seus anseios e a desafiar o controle das elites. Nesse contexto, a imprensa serviu como mediadora, documentando os eventos e moldando as interpretações sobre os conflitos, como a Balaiada (1838-1841), que mobilizou camponeses, escravizados e elites descontentes.

Portanto, a imprensa maranhense não era apenas um espaço de comunicação, mas também um instrumento político central no enfrentamento entre liberais e conservadores. Como enfatiza Galves (2015), os jornais foram fundamentais para a formação de uma esfera pública no Maranhão, representando diferentes perspectivas e consolidando-se como ferramentas de construção política durante um dos períodos mais turbulentos da história brasileira, uma extensão do próprio campo de batalha político.

### As Comemorações da Independência no Maranhão em Tempos de Balaiada (1838-1841)

No Maranhão, a Balaiada (1838-1841) representou um dos mais significativos episódios de resistência popular às imposições do governo central. Nesse contexto, as comemorações da Independência emergiram como espaços de disputas de narrativas, especialmente no âmbito da imprensa local. As comemorações conforme analisadas por Basile (2006) e Kraay (2010), transcenderam os limites protocolares, funcionando como rituais de negociação simbólica e construção de memórias coletivas. No Maranhão, em tempos de Balaiada, essas celebrações tornaram-se ferramentas para afirmar tanto a lealdade à monarquia e para contestar as práticas autoritárias do governo provincial.

Os jornais maranhenses da época apresentavam um mosaico de perspectivas políticas. O jornal *O Bemtevi* abordava as comemorações como espaços para exaltar a liberdade conquistada e, ao mesmo tempo, denunciar o autoritarismo. Durante as comemorações, textos opinativos eram publicados, frequentemente contrastando o ideal de unidade nacional. Por outro lado, publicações como *O Guajajara* (1840) e *O Legalista* (1840) adotavam uma postura mais conservadora, usando as celebrações para reforçar o discurso de ordem e lealdade ao Império.

Os rituais tradicionais, como desfiles, *Te Deums* e iluminações, continuaram presentes, mas frequentemente eram reinterpretados para atender aos interesses de diferentes grupos. Enquanto o governo provincial buscava reforçar a ordem e a hierarquia, setores oposicionistas apropriavam-se desses eventos para questionar as estruturas de poder.

Por exemplo, o Sete de Setembro, oficialmente uma celebração da soberania nacional, foi usado por alguns jornais para destacar as contradições entre os ideais de liberdade e a prática de centralização autoritária. O jornal *O Bemtevi* denuncia “(...) quem diria, ó 7 de setembro, grande dia nacional, quem diria que havias de ser hoje impunemente objeto de dor e de desprezo esta noite, é o corpo de delito do Senhor, Camargo (...)” (*O Bemtevi*, nº 22, 12/9/1838, p. 87). A crítica é direcionada ao presidente da província, Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, retratado como inepto e antinacional. Os extratos do jornal *O Bemtevi* aponta a ausência das



comemorações do Sete de Setembro em 1838 no Maranhão, sugerindo que essa omissão estava diretamente ligada ao cenário político da época e ao controle exercido pelos cabanos.

O Vinte e Oito de Julho, data emblemática para a identidade regional, serviu como palco para afirmar a especificidade do Maranhão no contexto nacional, em contraposição à homogeneização imposta pelo Império. *O Bemtevi n° 9, 28/7/1838, criticou a tendência dos maranhenses de dar maior importância ao dia 28 de julho de 1823, data que marca o fim dos conflitos locais, em detrimento do Sete de Setembro: “Todavia nós os Maranhenses, fazemos do 28, principal! Como se o Maranhão fosse um Estado independente e não uma província do Império!” (p.34).* Essa preferência regional era vista como um estímulo ao espírito provincial em detrimento do sentimento nacional. Essa tensão entre a narrativa regional e o projeto de unidade nacional era explicitada pela imprensa, que frequentemente contrastava os eventos locais com os ideais propagados pelo governo central.

O ambiente de instabilidade política e social criado pela Balaiada (1838-1841) teve um impacto direto nas comemorações da Independência. Enquanto as tensões aumentavam, as festividades foram reduzidas ou completamente silenciadas. A *Chronica Maranhense*, que circulou entre 1838-1841, jornal liberal editado por João Francisco Lisboa, destacou-se pela profundidade analítica e críticas à administração pública, é um exemplo dessas ausências.

No ano de 1839, o redator optou por dar um enfoque maior as questões políticas e os eventos relacionados à revolta, deixando de lado os relatos festivos. Esse foco editorial dá a entender como o contexto da Balaiada transformou o Maranhão em um espaço de conflitos e incertezas, enfraquecendo as comemorações. A ausência de celebrações também pode ser interpretada como um silenciamento simbólico. O contexto de insurreição expunha as fragilidades da unidade nacional, contradizendo o propósito das comemorações de exaltar coesão e identidade coletiva.

Jornais como *O Guajajara (1840)*, *O Legalista (1840)* e o *Jornal Maranhense (1841)* também tiveram papel relevante nas comemorações, especialmente no contexto da ascensão de D. Pedro II ao trono. Essas publicações se tornaram palcos de discussão sobre a estabilidade



política e a continuidade do projeto imperial. *O Guajajara* sustentava um discurso alinhado ao governo central, o jornal abordou a movimentação política que levou à antecipação da maioria de Dom Pedro II, culminando em sua aclamação como imperador aos 14 anos. (...) Viva S. M. I. o Senhor Dom PEDRO II! Viva a Constituição! Viva a maioria! Vivão os Patriotas do dia fausto 23 de julho! Viva o Grande triunfo da Oposição” (*O Guajajara* nº 15, 22-08-1840, p.60).

Segundo o jornal, esse evento foi carregado de articulações políticas para “restaurar a estabilidade no Brasil”, num contexto de instabilidade alimentada por revoltas regionais e pela insatisfação de conservadores e liberais, devido ao consenso de que a autoridade monárquica era necessária para consolidar o poder central.

Em suas edições, *O Guajajara* criticava com veemência os “pretos levantados” e os desordeiros da Balaiada, reforçando o discurso de ordem e lealdade ao governo central. Já *O Legalista*, utilizava as comemorações para exaltar a necessidade de estabilidade política, a edição nº 29 de 29/08 e de nº 33 em 24/09/ 1840, relatou as celebrações em 26 de julho de 1840, houve um *Te-Deum* em homenagem à entrega do poder imperial a Dom Pedro II, acompanhado de uma grande parada da Guarda Nacional, que foi recebida com vivas ao imperador e à família imperial.

Kraay (2007) afirma que com a ascensão de D. Pedro II ao trono em 1840, as comemorações da Independência assumiram uma nova dinâmica, buscava-se consolidar a estabilidade do Império. Diferentemente do ano anterior, a *Chronica Maranhense*, na edição nº 268 de 9 de outubro de 1840, p. 1074-5, trazia destaque a respeito das celebrações daquele ano, já incorporando as saudações e celebrações relativas a maioria de Pedro II: “O dia 7 de setembro — Tendo sido solenemente comemorada a maioria de S.M.I, o aniversário da Independência do Brasil que logo se seguiu, o grande dia 7 de setembro não devia ficar esquecido. ” O que se pode perceber é a necessidade de marcar um período que já se construía em discurso como distante dos anos de anarquia e desordem imperavam no país, ideia reforçada pela vacância do trono durante o Período Regencial.

De acordo com o *Jornal Maranhense* (1841) que relatou as comemorações de 23 de julho de 1841, um ano após a maioridade e dias após a aclamação de Dom Pedro II como imperador que ocorreu em 18 de julho de 1841, a celebração contou com a realização de um novo *Te Deum*, salvas de artilharia e aclamações ao imperador e ao povo maranhense, em conformidade com a Lei nº 100 de 4 de agosto de 1841, a Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão autorizou o Presidente da Província, João Antônio de Miranda, a gastar quatro contos de réis para os festejos da coroação e sagração do imperador, buscando reafirmar a lealdade ao jovem monarca e consolidar a autoridade imperial na província.

A maioridade de Pedro II não se tornou uma data oficial permanente, como o Sete de Setembro, mas o evento marcou uma reconfiguração das comemorações. As festividades relacionadas à ascensão do imperador passaram a simbolizar o início de uma nova fase política, sendo lembradas em discursos e eventos posteriores, como demonstra *O Jornal Maranhense*.

Enquanto o Sete de Setembro celebrava um evento fundacional e o Vinte e Oito de Julho reforçava identidades locais, a maioridade de Pedro II representava uma solução política para estabilizar o Império em um período de crises como a Balaiada e outras revoltas regionais.

O caráter da celebração era marcadamente político, com ênfase no triunfo liberal na antecipação da maioridade. As festividades buscavam consolidar o poder de Pedro II e reafirmar a ideia de unidade nacional em um momento de fragmentação. Em jornais como *O Legalista* e *Jornal Maranhense*, as comemorações eram narradas como momentos de reafirmação do poder central. Ela se diferencia das celebrações mais tradicionais como o Sete de Setembro ou o Vinte e Oito de Julho, mas compartilha características comuns às festividades cívicas da época.

Os estudos de Pierre Nora (1993) sobre "lugares de memória" são fundamentais para compreender como eventos históricos, como a Independência, são reinterpretados de acordo com as necessidades políticas e sociais. No caso do Maranhão, as celebrações do Sete de Setembro e do Vinte e Oito de Julho podem ser vistas como "lugares de memória" que cristalizaram tensões entre a identidade local/regional e o projeto nacional.

Michael Pollak (1989), ao destacar os processos de silenciamento e construção da memória coletiva, contribui para entender como essas celebrações também foram usadas para apagar ou ressignificar narrativas locais, especialmente no contexto da imprensa maranhense, que desempenhou um papel ativo ao contestar ou legitimar o poder político da época. Essa articulação reforça a hipótese de que as celebrações foram ressignificadas como instrumentos de disputa política.

Segundo Motta (1992, p. 12) a memória é instrumento e objeto de poder; produto da atividade social, relembrar o passado implica diferentes definições da realidade em confronto. Ao estudar a memória individual e coletiva, é possível identificar os diferentes significados atribuídos a determinados acontecimentos e como essas interpretações moldam as percepções de pertencimento e identidade. A reflexão de Motta (1992) sobre a memória como instrumento e objeto de poder dialoga diretamente com as ideias de Michael Pollak (1989), que enfatiza o papel do esquecimento e do silenciamento nos processos de construção da memória coletiva. Ambos os autores destacam que a memória não é neutra, mas um campo de disputa onde diferentes grupos sociais selecionam o que deve ser lembrado ou esquecido para sustentar suas identidades e narrativas de pertencimento.

Pollak (1989) contribui para esse debate ao apontar que o silêncio não é apenas uma ausência, mas uma estratégia deliberada de exclusão que reflete relações de poder. Ao conectar as duas abordagens, é possível perceber que, ao relembrar o passado, os grupos sociais não apenas reinterpretam eventos históricos, mas também delimitam quem ou o que será legitimado ou marginalizado nessa memória.

No contexto das celebrações da Independência no Maranhão, como no período da Balaiada, isso se manifesta na ausência de narrativas que deem protagonismo às camadas populares ou insurgentes, enquanto as elites locais e o poder imperial adaptam os eventos como símbolos de estabilidade e lealdade, silenciando conflitos e resistências. A investigação das práticas comemorativas no Maranhão durante a Regência e o início do reinado de Dom Pedro



II mostra um quadro onde os eventos cívicos reafirmavam a ligação com o poder central e expunham também as divergências políticas e sociais na província.

O uso dessas datas como mecanismos de controle e expressão de lealdade, junto às respostas variadas da população e da imprensa, aponta para celebrações que iam além da simples exaltação do Império; eram momentos de contestação e negociação. A aclamação de Dom Pedro II, vista à luz das festas e do contexto da Balaiada, ilustra como o governo buscava consolidar sua autoridade em meio a desafios locais.

### Considerações Finais

As comemorações da Independência, em tempos de Balaiada (1838-1841), transcenderam o caráter celebrativo, convertendo-se em arenas de disputa simbólica e política. A imprensa maranhense desempenhou um papel central nesse processo, moldando narrativas estabelecendo relações entre o local e o nacional. Assim, a análise dessas celebrações oferece um panorama sobre os desafios da consolidação do Estado imperial, e as estratégias de resistência e afirmação regional em um momento de intensa efervescência política e social.

Os festejos eram originalmente projetados para reforçar o pertencimento ao Império e criar um senso de coesão nacional. Durante a Balaiada, elas ficaram praticamente ausentes devido às profundas tensões sociais e políticas, refletindo o descompasso entre os ideais cívicos e a realidade local. Os jornais do período registraram essa transformação, expondo o papel da imprensa em criticar e reinterpretar as celebrações.

A ausência das comemorações tradicionais durante a Balaiada não foi ignorada pelos jornais, mas tratada de formas diferentes. Enquanto *O Bemtevi* e a *Chronica Maranhense* apontavam para a apatia e as tensões regionais como causas, jornais como *O Legalista* e *Jornal Maranhense* deslocaram o foco para eventos que exaltassem o poder central. Essa diversidade de enfoques reflete o papel da imprensa como arena de disputa, onde diferentes grupos articulavam suas narrativas sobre o Maranhão e o Império.

A ascensão de D. Pedro II à maioria em 1840 pode ser considerada tanto uma comemoração política quanto um marco que redefiniu as práticas comemorativas do período. Ela se diferencia das celebrações mais tradicionais como o Sete de Setembro ou o Vinte e Oito de Julho, mas compartilha características comuns às festividades cívicas da época, que incluíam *Te-Deum* (cerimônia religiosa), iluminações públicas e desfiles militares, similares aos que marcavam o Sete de Setembro ou outras datas cívicas. A convocação pública para iluminar casas por nove dias (mencionada em *O Legalista*) reforça a continuidade de práticas comemorativas cívicas

### Referências Bibliográficas

#### a) Jornais

*O Bem-te-vi (MA) - 1838.*

*Chronica Maranhense (MA) - 1838 - 1841.*

*O Guajajara (MA) – 1840*

*O Legalista (MA) – 1840*

*O Jornal Maranhense (MA) – 1841*

#### Bibliografia

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *De Caboclos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800-1850*. São Paulo: Annablume, 2015.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Festas cívicas na corte regencial *Varia Historia*, vol. 22, núm. 36, julho-diciembre, 2006, pp. 494-516 Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, Brasil.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial: (1831-1840). In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (orgs.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, v. 2.

GALVES, Marcelo Cheche “Ao público sincero e imparcial”: **Imprensa e Independência na província do Maranhão (1821-1826)**. São Luís: Editora Uema / Café e Lápis, 2015.

KRAAY, Hendrik. “Sejamos brasileiros no dia da nossa nacionalidade”: comemorações da Independência no Rio de Janeiro, 1840-1864. *TOPOI*, v. 8, n. 14, jan.-jun. 2007, pp. 9-36. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X008014001>.

KRAAY, Hendrik. A invenção do Sete de Setembro 1822-1831. *Almanack Brasiliense*. n. 11, p. 52-61, mai, 2010. Disponível em: <https://revistas.usp.br/alb/article/view/11738>. 20 de jun 2024.

KRAAY, Hendrik. Sete de Setembro: 200 Anos de Comemorações da Independência. Festas cívicas celebrando a Independência do Brasil tiveram diferentes significados ao longo do tempo. *Cienc. Cult.* [online]. 2022, vol.74, n.1, pp.1-9. ISSN 0009 6725. <http://dx.doi.org/10.5935/2317-6660.20220009>. Acesso em 06 de jun 2024.

MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 1992, p. 1-13.

NORA, P., & Aun Khoury, T. Y. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 10. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>, (10), dez. 1993, p. 7-28.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio, *Estudos Históricos*, v. 2, n.3, (1989), p.3- 15. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 20 fev. 2024.



**A COBERTURA DO JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO SOBRE O  
PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO RURAL NA REGIÃO DO VALE DO PINDARÉ,  
MARANHÃO (1964 – 1979)**

*Alice Galeno Silva*<sup>1</sup>

**Introdução**

O Golpe Civil-Militar no Brasil foi motivado por uma combinação de fatores econômicos, políticos, ideológicos e moralistas, que juntos culminaram na instalação do regime ditatorial. Políticos, empresários e uma parcela da sociedade brasileira compuseram o grupo civil que colaborou ativamente tanto no início quanto ao longo do regime. Essa aliança entre militares e civis foi crucial para a sustentação e continuidade da ditadura.

O autor Demian Bezerra Melo argumenta que o termo "golpe civil-militar" é mais adequado para descrever o golpe de 1964 no Brasil e o regime ditatorial subsequente. Isso porque não foram apenas as Forças Armadas que participaram e apoiaram o golpe, mas também uma parte significativa da sociedade civil, incluindo políticos, empresários e outros segmentos. A escolha do termo "civil-militar" destaca a participação e a responsabilidade conjunta desses civis junto com os militares na execução e sustentação do golpe e da ditadura que durou até 1985. Assim, Melo sugere que a responsabilidade pelo golpe e pelo regime ditatorial deve ser atribuída tanto aos militares quanto aos civis que contribuíram para sua implementação e manutenção.

A Ditadura Civil-Militar no Brasil, vigente de 1964 a 1985, foi um período marcado por intensas repressões e censuras. Ainda há muitas lacunas a serem preenchidas sobre esse contexto histórico, especialmente em relação a grupos que não receberam a devida atenção, como empresários e camponeses. Este trabalho de pesquisa se propõe a investigar a cobertura jornalística do Jornal do Dia/O Estado do Maranhão entre 1964 e 1979, focando na região do

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhã – UEMA. E-mail: [alicegaleno23@gmail.com](mailto:alicegaleno23@gmail.com). Bolsista PIBIC/Uema.

Vale do Pindaré que de acordo com o Roberval Amaral Neto (2021), corresponde aos municípios: Alto Alegre do Pindaré, Bela Vista do Maranhão, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Igarapé do Meio, Monção, Pindaré-Mirim, Santa Inês, Santa Luzia, São João do Carú e Tufilândia. Através dessa análise, espera-se esclarecer questões sobre a violência contra camponeses, a atuação de grileiros e empresários na obtenção de terras, e a resposta das instituições estatais aos processos de expropriação rural.

O governo autoritário implementou projetos de modernização visando o desenvolvimento de áreas isoladas, ricas em recursos naturais e solo fértil, mas já habitadas por indígenas, quilombolas e posseiros. Esses grupos se tornaram obstáculos para interesses econômicos, incentivados por políticas fiscais e crédito rural, atraindo empresas do Sul e multinacionais para a Amazônia e o Maranhão. O livro “Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás” (2009), de Victor Asselin, identifica quem eram os interessados nessas terras e seus objetivos, evidenciando a corrupção e violência envolvidas na disputa por essas regiões.

Assim, seguiram para o Norte os goianos do Sul, os mineiros, os fazendeiros paulistas e os chamados “gaúchos”, tanto do Rio Grande do Sul como do Paraná e, a partir da década de 1970, as empresas vinculadas a banco e grupos multinacionais, buscando terras para pecuária e agricultura, exploração vegetal e mineral, ou assegurando espaços para a remessa de investimentos arrecadados do Imposto de Renda e para futura especulação. E, quando não havia caminhos para se chegar a essas novas fronteiras, estrada foram rasgadas com o sacrifício de muitos posseiros e índios. Os que se encontravam ou se colocaram no caminho, foram expulsos ou esmagados. Com a invasão desenfreada do capital e da força do Sul, chegou, como seu melhor instrumento de domínio, a grilagem, que se tornará o meio privilegiado de incorporação ao capitalismo, das terras chamadas “livres” (Asselin, 2009, p. 29).

Empresários e multinacionais não só exploravam as terras livres no Maranhão através da pecuária, agricultura e mineração, mas também viam oportunidades lucrativas em futuras negociações dessas terras, aumentando seu interesse em adquiri-las. A prática de grilagem (apropriação ilegal de terras) se tornou comum, envolvendo fraudes em cartórios locais para

comprovar posse. A Lei de Terras Sarney, de 1969, foi crucial para legitimar a apropriação de terras devolutas, onde viviam camponeses, e impulsionou a chamada modernização do estado, conhecida como "Maranhão Novo".

De acordo com René Armand Dreifuss (1981), a Ditadura Civil-Militar no Brasil promovia um discurso de desenvolvimento nacional. Uma das estratégias para atrair indústrias ao país foi a parceria entre o Estado brasileiro e o capital estrangeiro. Essa articulação fez com que empresas estrangeiras começassem a investir no Brasil, atraídas por políticas de incentivo como a Lei de Terras Sarney, que oferecia benefícios fiscais e mão de obra barata. Esses investimentos não só fortaleciam o Estado, mas também beneficiavam as elites locais.

Analisar a atuação dos grupos empresariais para entender melhor esse período no Brasil é bastante importante. Segundo Leonilde Servolo de Medeiros, o termo "latifúndio" era usado politicamente nas décadas de 1950 e 1960 para criticar os grandes proprietários de terra e a concentração de poder e riqueza. Ela observa que os conflitos agrários entre latifundiários e camponeses já existiam antes do regime militar e se intensificaram após o Golpe de 1964, com a repressão aos camponeses. O regime autoritário direcionou esforços para controlar e sufocar movimentos sociais no campo, especialmente nas áreas de maiores conflitos agrários. Sérgio Sauer afirma que, embora os conflitos agrários sempre existissem no Brasil, a ditadura militar os reconfigurou com novos objetivos, alinhados aos discursos dos militares e empresários.

...as diferentes faces da ação do regime empresarial militar: iniciativas da ditadura em negociar permanência dos camponeses na terra em alguns casos, provocar despejos em outros, ou ainda deixar as ações de violência por conta do poder privado (despejos, assassinatos, ameaças de morte) e fazer do desenvolvimento tecnológico uma alternativa que, em nome do progresso, silenciava sobre o processo de expropriação fundiária e cultural em curso (Sauer, 2020, p. 11).



A imprensa foi alvo de controle rigoroso durante a ditadura militar. Carlos Fico aponta que, inicialmente, a censura era esporádica, mas se intensificou após o AI-5 em 1968, tornando-se sistemática e rotineira, conforme instruções dos altos escalões do governo. Durante esse período, o governo promovia o discurso de desenvolvimento, visando explorar regiões ricas em recursos naturais. Os opositores enfrentavam repressão severa, incluindo tortura, desaparecimentos e assassinatos. O presidente Costa e Silva justificava a tortura como um meio necessário para evitar males maiores, reforçando a brutalidade do regime.

Outro texto estudado foi o de Sérgio Sauer (2020), intitulado *Lutas, Memórias e Violações no Campo Brasileiro: conflitos, repressão e resistências no passado e presente*, que discute a relação entre camponeses e a Ditadura Empresarial Militar. O autor gera novas linhas de questionamento sobre o tema, destacando a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e, posteriormente, a Comissão Camponesa da Verdade (CCV) como um resultado dessas discussões. Sauer observa que os conflitos agrários sempre estiveram presentes no Brasil, mas, durante a ditadura, esses conflitos ganharam novos contornos devido aos discursos defendidos pelos militares e empresários. No contexto do regime militar, esses conflitos agrários assumiram objetivos que estavam alinhados com os interesses do regime e da classe empresarial. O texto de Sauer contribui para uma análise crítica sobre como a repressão e a exploração no campo foram intensificadas durante esse período.

Com o apoio de leituras acadêmicas e discussões com colegas e a orientadora, foi possível compreender melhor o contexto político do regime militar no Brasil. Esse período gerou grande apreensão entre estudantes, professores e outros opositores do golpe de 1964, denominado de “Revolução” pelos defensores do regime. Para os opositores, a ditadura agiu com extrema violência, empregando torturas, desaparecimentos e assassinatos para reprimir qualquer resistência. Carlos Fico (2001) cita um discurso do presidente Costa e Silva, que defendia o uso da tortura como um meio necessário para evitar “mal maior”, evidenciando a brutalidade do regime.

A pesquisa baseia-se no projeto "A Militarização da Questão Agrária", coordenado pela professora Dr<sup>a</sup>. Monica Piccolo Almeida Chaves, que estuda a expropriação rural no Vale do Pindaré, Maranhão, entre 1964 e 1979. Como principal fonte, foram analisados exemplares do Jornal O Estado do Maranhão, disponíveis na Biblioteca Benedito Leite. A análise focou na repressão aos camponeses no Maranhão durante o período da ditadura, com especial atenção à região do Vale do Pindaré.

O Jornal do Dia era um periódico político que apoiava a ditadura e começou a circular em 1º de maio de 1959, com 11 páginas e sede na Rua de Santana, no Centro de São Luís. Em 1º de maio de 1973, ele foi substituído pelo Jornal O Estado do Maranhão, que continuou a apoiar o mesmo governo. O novo jornal era editado na capital do Maranhão e passou a pertencer a José Sarney. Essa mudança marcou a continuidade do apoio midiático ao regime ditatorial na região. O apoio da imprensa foi crucial para a manutenção do governo autoritário durante esse período.

A imprensa não foi apenas alvo da censura, mas também um instrumento para legitimar e convencer a população sobre o golpe militar. Rodrigo Patto Sá Motta e Maria Helena Capelato são autores que analisam esse fenômeno, destacando que os principais jornais do Brasil se aliaram ao regime militar e se adaptaram ao contexto autoritário. No artigo "A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969", Motta (2013) explica que, embora apoiassem a continuidade do regime, cada jornal tinha seus próprios motivos financeiros ou ideológicos para sustentar o golpe. Isso se aplica ao Jornal O Estado do Maranhão, cuja atuação na época pode ser vista como alinhada aos interesses do regime militar.

A autora Capelato (2015) destaca que os jornais refletem o cotidiano das pessoas comuns e não apenas da elite, dando espaço também aos anônimos. No entanto, ao se transformarem em empresas, os jornais passaram a adotar uma visão comercial e a influenciar o modo de pensar dos indivíduos.

Quando os jornais se transformam em empresas, passaram a produzir uma mercadoria específica: a "mercadoria política". Essa dupla identidade (comercial e política) acabou permitindo que a "grande imprensa", instituição

pública, continuasse interferindo na política em nome da “opinião pública” e, na condição de instituição privada, atuasse como empresa comercial geradora de lucro. Essa dupla inserção permitiu que os donos de jornais justificassem suas opiniões e intervenções políticas como representativa da “opinião pública”. (Capelato, 2015, p. 122).

Capelato considera que a análise física dos jornais revela pontos importantes, mesmo os pequenos detalhes. A localização de uma notícia no jornal pode indicar se o assunto é considerado de destaque ou de pouca importância. A primeira página, em particular, é usada estrategicamente para atrair leitores, promover a compra de produtos e disseminar informações, ideias e anúncios publicitários. Cada detalhe de uma matéria jornalística é cuidadosamente planejado para cumprir um propósito específico.

### Imprensa em análise

Durante o processo de investigação, foram analisadas 221 publicações, das quais 11 foram selecionadas por abordarem as questões centrais da pesquisa. Isso indica que, após um levantamento amplo, uma amostra específica de matérias foi escolhida por sua relevância direta para o tema em estudo. A seleção dessas 11 publicações foi crucial para aprofundar a análise das questões investigadas.

Total de Publicações Analisadas	Selecionadas	Lei de Terras Sarney	Publicações Assinadas
221	11	6	Nenhuma

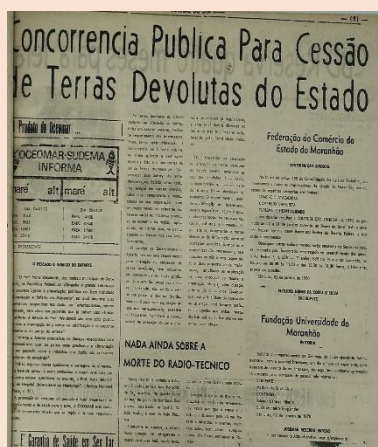
A pesquisa definiu quatro questões centrais para serem investigadas nas páginas do jornal O Estado do Maranhão. A seguir, será apresentada uma publicação correspondente a cada uma dessas questões centrais, exemplificando a análise realizada.



## As Determinações e Impactos da Lei de Terras Sarney

No dia 2 de janeiro de 1970, o jornal divulgou em destaque na parte superior da página, que o governo estadual tornou público um processo aberto e competitivo para conceder o uso ou posse de terras devolutas (terras públicas sem destinação específica ou sem proprietário particular). A lei de Terras Sarney proibia a concessão ou venda de terras a quem já fosse proprietário e não as tivesse utilizando de forma produtiva (exploração de natureza agropecuária, extrativa ou industrial). Essa política tinha uma mentalidade elitista que desvalorizava os pequenos lavradores, vistos como atrasados e incapazes de promover o desenvolvimento (Neto, 2021). A lei estava embasada na ideia de que somente os grandes empresários seriam capazes de desenvolver o estado, relegando os lavradores maranhenses ao papel de trabalhadores subalternos (peões), em vez de serem proprietários e gestores de suas próprias terras. A criação da Lei de Terras foi usada para beneficiar grandes empresas, facilitando práticas como a grilagem (Souza e Anjos, 2021).

**Figura 1:** Concorrência Pública para Cessão de Terras Devolutas do Estado



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite.

### Atuação do Departamento de Desenvolvimento Agrário (DDA)

No dia 13 de junho de 1972, passou a vigorar um novo decreto no processo de distribuição de terras do estado, no governo de Pedro Neiva de Santana. O decreto permitia a transferência de terras para quem comprovasse interesse em utilizá-las para fins de exploração agrícola, pecuária, extrativista ou industrial. A matéria foi publicada no dia seguinte ao decreto e estava em local de destaque do jornal, na parte de cima da folha e centralizada. Após a transferência, as terras não podem ser vendidas por cinco anos, com exceção a morte, interesse social ou econômico, sob a responsabilidade do Departamento de Desenvolvimento Agrário. Podemos verificar que independente do órgão ou da lei que estava sendo aplicada, sempre os poderosos são favorecidos.

Figura 2: Distribuição de Terras



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite.

### Atuação da Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO)

A publicação de 17 de outubro de 1973, aponta o interesse da Lacta e do Grupo Monteiro Aranha, ligados à Volkswagen no Brasil, nas atividades agropecuárias da COMARCO (na estrada que liga Santa Luzia e Açailândia). O interesse em terras maranhenses pela Volkswagen, nos lembra que em 2020 ocorreu a condenação da empresa



por sua conduta durante a ditadura no Brasil. Isso é considerado um importante avanço nessas responsabilizações, embora sejam poucas (Medeiros, 2021). O periódico se refere ao órgão para o fim que ele foi criado, sem fazer qualquer oposição a sua atuação.

**Figura 3: COMARCO Atrai Projetos**



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite.

### **Atuação dos órgãos de repressão no Vale do Pindaré**

Manoel da Conceição, presidente do Sindicato dos Lavradores de Santa Inês, após ser atingido pela polícia no dia 13 de julho de 1968, teve sua perna amputada em decorrência dos ferimentos. Um assessor do governo de José Sarney, ofereceu ajuda financeira para que ele não fizesse mais oposição ao governo, mas Conceição não aceitou as propostas (Neto, 2021). Essa é uma evidência clara do uso da polícia militar como meio de repressão no campo. A publicação não detalha a abordagem policial e não apresenta nenhuma repreensão sobre a ação policial e o fato.



Figura 4: Lavrador Tiroteado (Santa Inês) Sofreu Amputação de Perna.



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite.

## Considerações Finais

O sistema político criado para sustentar a Ditadura Civil-Militar foi estruturado para propagar suas ideologias e planos de crescimento do país, alinhados com os interesses de uma parte da sociedade civil. Com base em documentos e leituras sobre o período, podemos entender como o regime buscou reforçar seu controle social. A complexa estrutura de controle imposta pela ditadura afetou profundamente todos os setores da sociedade, atingindo até os cidadãos mais isolados. Isso nos leva a refletir sobre o impacto generalizado da repressão durante esse período.

O Golpe Civil-Militar usou o discurso de desenvolvimento como uma ferramenta para justificar suas ações, com os jornais desempenhando um papel crucial na propagação dessa ideologia. A análise das publicações do jornal O Dia/O Estado do Maranhão revela que órgãos como a COMARCO, o Departamento de Desenvolvimento Agrário e a Lei Sarney de Terras foram essenciais para promover o desenvolvimento no estado, atraindo empresas nacionais e multinacionais para a aquisição de terras maranhenses. Ao mesmo tempo, líderes sindicais foram perseguidos como forma de repressão, visando silenciar suas

lutas no campo. Isso demonstra como o regime utilizou mecanismos de controle e atração econômica para sustentar seus objetivos.

## Referências

### Fontes

### Documentos Impressos

Jornal do *Dia/O Estado do Maranhão* - MA (1964-1979). Rua de Santana, Centro de São Luís, Maranhão.

## Bibliografia

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz, MA: Ética, 2009.

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. A luta camponesa e a repressão durante a Ditadura empresarial-militar (1964 -1985). **Revista Habitus: Revista de Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 72-87. 15 julho de 2015. Semestral. Disponível em <habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 15 julho 2015.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (orgs.). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas, CAPES, 2015. P. 114-133.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro, 2002, pp. 251-286.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Empresariado rural, modernização da agricultura e violência no meio rural brasileiro. **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**, v. 2, p. 183-214, mais/out, 2021.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “Civil-Militar”?: Controvérsias Historiográficas sobre o Processo Político Brasileiro no Pós-1964 e os Desafios do Tempo Presente. **Revista Espaço Plural**, Ano XIII, nº 27, jul/dez, p. 39-53, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A Ditadura nas Representações Verbais e Visuais da Grande Imprensa: 1964-1969. **Revista Topoi**, Belo Horizonte, MG, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85.

NETO, Roberval Amaral. A luta pela terra no Maranhão contemporâneo: a “lei Sarney de terras” e a resistência camponesa. **Revista Entropia**, Rio de Janeiro, v. 5, nº 9, p. 147-164. Janeiro/Junho/2021.

SAUER, Sérgio (org.). **Lutas, memórias e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistências no passado e presente**. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

SOUZA, Karina Borges Diaz Nery de. ANJOS, José Carlos Gomes dos. Modernização por expropriação: a ditadura civil-militar no Vale do rio Pindaré-MA. **Revista Em Tempo de Histórias**, Brasília-DF, nº 38, p. 70-87, jan./jun. 2021.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo e Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TEIXEIRA, Marcos Paulo. **A construção do consenso: análise dos jornais O Estado do Maranhão e O Imparcial, a respeito da Transição Brasileira no Maranhão (1985-1990)**.

Tese (Graduação em História) Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2016.



## QUESTÃO AGRÁRIA NO VALE DO PINDARÉ: A ATUAÇÃO DA COMARCO NO PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO RURAL NO MARANHÃO (1969-1981)

*Ana Beatriz Sousa Chagas<sup>1</sup>*

*Lidiane Elizabete Friderichs<sup>2</sup>*

### Resumo

A Ditadura Civil-militar (1964-1985) inaugurou no Brasil um novo ciclo nas relações políticas, econômicas, sociais e entre outras esferas públicas, provocando a completa remodelação do quadro político brasileiro e apresentando um cenário autoritário e violento. A partir destas circunstâncias, debates que já vinham tendo força, como a reforma agrária, são remodelados nas agendas de discussão. A atuação da COMARCO (Companhia Maranhense de Colonização) no Estado do Maranhão, além da implementação da Lei de Terras Sarney, transforma um panorama anteriormente já conturbado, acentuando ainda mais redes de relação entre os sujeitos presentes em áreas como o Vale do Pindaré. A presença de conflitos entre posseiros, grupos empresariais e o Governo do Estado do Maranhão marcaram as documentações produzidas neste momento e conseguem estabelecer dimensões a respeito dos confrontos e violências praticadas decorrentes das disputas por terra.

**Palavras-chave:** Ditadura Civil-militar, COMARCO, Vale do Pindaré

### Introdução

Considerando o contexto gerado pela Ditadura Civil- militar brasileira (1964-1985), bem como o governo Sarney (1966-1970), o Estado do Maranhão é incluso no programa de modernização econômica ligada à doutrina de Segurança Nacional. Dessa forma, a *Lei de Terras*, mais conhecida como *Lei de Terras Sarney*, implantada no ano de 1969, vai causar grandes transformações no cenário agrário maranhense, transmitindo terras que antes eram de posse de camponeses e pequenos produtores para empresários e latifundiários poderosos.

<sup>1</sup> Graduanda pela Universidade Estadual do Maranhão, [sousabeatriz1515@gmail.com](mailto:sousabeatriz1515@gmail.com), Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária.

<sup>2</sup> Graduada pela Universidade Federal do Rio Grande, pós Doutora pela Universidade Estadual do Maranhão (PPHIST/UEMA)

Este trabalho terá como eixo central as operações desenvolvidas pela COMARCO que foi fundada pelo governador Pedro Neiva de Santana (1971- 1975), iniciando o Programa de Colonização, cujo objetivo era vender as terras do Maranhão a investidores do Sudeste, para que por meio destas vendas se instituíssem empresas e outros investimentos que seguissem a linha de exploração tanto da terra quanto da mão de obra barata.

Dessa forma, este trabalho se justifica pela necessidade de investigar a atuação do Estado, a partir das ações da COMARCO, para compreender o processo de expropriação de terras camponesas, o estabelecimento de grandes grupos e empresas instaladas no Vale do Pindaré, bem como esses processos violentos se davam.

Para isso, serão utilizadas documentações presentes no acervo da SIAN, o fundo do Serviço Nacional de Informações (SNI), muito importante para a união dos arquivos da repressão, como é definido o conjunto documental produzido pelos serviços de inteligência. Todas essas informações são encontradas no site do Arquivo Nacional, que ao disponibilizar esses registros de forma on-line viabiliza a possibilidade de se pesquisar de forma mais fácil e rápida.

A documentação do SIAN desempenha variadas funções no seio social, importante para a memória do período e como fontes para pesquisas históricas, dentre muitas outras. É fundamental considerar que esses acervos, além de informações, possuem também inúmeras reticências que podem ser interpretadas a partir das condições em que esses documentos foram produzidos. Assim como afirma Schwartz (2004):

Engana-se aquele que pensa que tudo que a memória faz é lembrar. Os arquivos estão repletos de lembranças, mas também devastados por silêncios e omissões: assim como é função lembrar, faz parte do ofício esquecer ou, simplesmente, deixar no silêncio. (Schwartz, 2004, p.09)

Mediante a esta gama documental e arquivística, este trabalho busca compreender de que forma a COMARCO agia nas terras do Estado do Maranhão e todas as suas ações voltadas para os processos de expropriação, bem como suas estreitas relações com as empresas vindas do sul e sudeste do país para se instalar nestas regiões. Outras informações serão exploradas,

como, por exemplo: as formas de violência praticadas contra posseiros, camponeses e pequenos produtores, além de outras transgressões ocorridas nestas áreas e em todo o Vale do Pindaré.

### **A Ditadura Civil Militar Brasileira e o contexto de grilagens de terra no Maranhão**

No ano de 1964 iniciou-se a Ditadura civil-militar brasileira, que durante vinte e um anos ficou no poder, sustentada por cinco generais presidentes e todo um aparato de instituições especializadas na repressão e coerção daqueles que não apoiavam o regime. Justificada pela “ameaça comunista”, o golpe teve como protagonistas não somente os militares brasileiros, mas uma grande parte da sociedade civil representada pela classe média e o empresariado, a atuação da imprensa, através de alguns periódicos como O Globo e O Correio da Manhã, e a igreja católica, que teve como um dos momentos mais expressivos de sua participação na implementação do golpe, as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. Sobre este evento, Melo (2012, p.41 *apud* Fico 2012) destaca que, “tais marchas seriam a base de uma narrativa de justificação do golpe construída pelos militares durante toda a ditadura, segundo a qual a sociedade clamou pela derrubada de Goulart, o que em grande medida é verdade!”

A respeito do caráter do Golpe, Dreifuss (1981, p.417) descreve que: “apesar de a administração pós-1964 ser rotulada de ‘militar’ por muitos estudiosos de política brasileira, a predominância contínua de civis, os chamados técnicos, nos ministérios e órgãos administrativos tradicionalmente não-militares, é bastante notável.”. Aqui, o autor destaca a presença de técnicos, que representam “determinados projetos inscritos numa sociedade dividida em classes, num determinado momento histórico do capitalismo brasileiro” como também enfatiza Melo (2014). Estes interesses extrapolavam a margem entre civis e militares e conduzem a discussão a respeito do golpe para a esfera “empresarial-militar”.

É relevante citar o papel de destaque desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e suas articulações que davam suporte ao golpe militar. Estas instituições agiam através dos militares e das elites civis com o intuito de depor o governo nacional desenvolvimentista de João Goulart, além de todas



as diligências pelos seus próprios interesses. Os intelectuais das classes dominantes, que podem ser entendidos como os grupos que se reuniram em torno do IPES/IBAD a fim da obtenção dos seus próprios interesses, se estruturaram a partir de suas necessidades e ambições, assim como afirma Pastore.

a formação do complexo IPES/IBAD foi uma reação da elite orgânica ao que eles consideravam como o crescimento da esquerda no cenário político. Por isso, é importante elucidar que o ponto de união entre esses empresários nacionais, de empresas multinacionais e os militares, que formavam o IPES/IBAD, era o anticomunismo e a necessidade de adequar o Estado aos seus interesses. (Pastore, 2012, p.59)

A Doutrina de Segurança Nacional, que segundo Fico (2004, p.38) define como: “um conjunto de considerações geopolíticas cujo objetivo era alcançar o “Brasil potência”, seguindo preceitos que determinavam a perseguição do “inimigo interno” com o propósito de “varrer” o comunismo do Brasil. Por meio da guerra “total e não declarada” a doutrina redefinia noções de fronteira e inimigo, buscando qualquer um que pudesse ameaçar a estabilidade e resistência do governo. Misturados entre os verdadeiros adeptos do sistema, os comunistas avançavam com suas ideologias consideradas sórdidas contra as estruturas brasileiras que necessitavam ser defendidas.

Outro propósito central na Doutrina de Segurança Nacional era o desenvolvimento, não somente econômico, mas em todas as instâncias, dessa forma o desenvolvimento deveria abranger:

a – **desenvolvimento do homem**, o processo de permanente aperfeiçoamento de seus atributos físicos, intelectuais e espirituais para que ele, comungado com as aspirações nacionais, possa participar da formação de uma sociedade cada vez mais evoluída e aproveitar-se dos benefícios por ela proporcionados; b – **desenvolvimento da terra**, o realizado através da crescente transformação dos recursos naturais em riquezas, do aumento da produtividade agropecuária, do estabelecimento de infra-estrutura (viária, energética, de comunicações, etc) e da adoção de medidas que assegurem e fortaleçam a integridade territorial; c – **desenvolvimento das instituições**, o aperfeiçoamento e crescimento das instituições políticas, econômicas, psicossociais e militares, adequando-as à complexidade e ao volume de encargos gerados pela própria

evolução e, sobretudo, capacitando-as a dar continuidade ao processo de desenvolvimento nacional. (ESG, 1975, p, 335-336)

Dessa forma, é possível perceber a convergência de forças que atuavam de forma a acelerar e otimizar o processo de desenvolvimento do país, seguindo o viés capitalista americano, em todas as instâncias da sociedade. Neste momento, também é marcado o interesse por áreas distantes do Centro Sul do país, palco da produção industrial e do desenvolvimento de bens de consumo, com o intuito de conduzir até essas regiões mais afastadas o “progresso” e incorporá-las ao processo de desenvolvimento do Brasil.

As regiões Norte e Nordeste, historicamente privadas de investimento, se tornam protagonistas através de programas como a SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criada em 1959, e a SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, criada na década de 1966.

Estas duas instituições agiam de forma a criar incentivos fiscais e financeiros para atrair investidores privados, nacionais e estrangeiros, para o Norte e Nordeste brasileiros, visando não somente aumentar o conhecimento sobre a área, mas também a ampliação da industrialização e do desenvolvimento agrícola nestas regiões.

Sabe-se que a reforma agrária não dispôs de viabilidade no período ditatorial brasileiro, assim os benefícios fiscais agiram de forma a “possibilitar o acesso a essas terras ainda não ocupadas”. É importante destacar que essas vantagens estavam disponíveis aos interesses capitalistas em transformar o Brasil em uma potência produtora cujos interesses estavam garantidos as grandes empresas e empreendimentos do Sul e Sudeste do país.

Estas duas entidades, que tiveram por principal característica o emprego de incentivos financeiros a grandes grupos privados. Também tinham como finalidade a construção de rotas de acesso para áreas onde ainda não havia estradas, como por exemplo, a Transamazônica, a Belém-Brasília, entre outras BRs.

Por meio de benefícios concedidos pelo Estado brasileiro percebeu-se, ao longo da segunda metade do século XX, uma corrida desenfreada para as regiões do Norte e Nordeste

por empresas, multinacionais, fazendeiros, estrangeiros entre outros grupos, que alegavam estar contribuindo para o desenvolvimento destas áreas, contratando mão de obra oriunda daquele local e contribuindo para o “progresso” e o avanço destes locais ocupados.

Em meio a esses benefícios concedidos pela ditadura, além das estradas que passaram a rasgar boa parte destas regiões, as chamadas “terras livres” foram se tornando cada vez mais populares e a notícia delas se espalhava cada vez mais pelo Centro Sul do país, atraindo interessados em investimentos. Um dos meios mais populares para a integração de terras neste momento foi a grilagem, que consiste em uma série de crimes feitos para que o malfeitor se aposses de determinadas terras devolutas ou privadas.

Para que a apropriação ocorra, são feitas falsificações de documentos em cartórios, adulteração de documentos já existentes, além da violência e coerção que são praticadas contra os posseiros e outras populações que já ocupavam determinada região a bastante tempo. Assim como afirmam Pessoa e Conceição (2017, p.64):

a emissão de títulos por diferentes órgãos, a sobreposição jurídica de terras com diversos “donos” surgindo para reivindicar uma mesma área e a especulação fundiária provocada através da grilagem geram uma insegurança jurídica em relação às terras ocupadas por camponeses, na medida em que estes desconhecem os procedimentos legais para a solicitação do título de posse, que mais tarde podem ser confirmados com um título definitivo (Conceição e Pessoa, 2017, p.64)

A grilagem, uma prática que acabou se popularizando entre os crimes fundiários praticados contra posseiros e populações tradicionais no período ditatorial, mas que tem suas origens desde o período de sesmarias, é comumente utilizado para se referir a fraude e falsificações documentais. Há uma teoria de que os documentos são colocados em uma gaveta com grilos para que possam ganhar aspecto de muito antigos.

Através da alteração de documentos e da elaboração de nomes falsos, é criada uma teia densa e profunda de nomes, cuja origem é muito difícil de encontrar, esse fator, talvez seja, o que mais adense as discussões e investigações sobre a grilagem. A grande quantidade e variedade de documentos falsificados, como inventários, títulos, procurações e dentre outros



registros de cartórios, são produzidas procurando estabelecer o máximo de distância temporal possível, algo que sirva como prova de “veracidade”.

A grilagem no Maranhão, segundo Asselim (2009), se adensa a partir da construção de algumas estradas, como a Belém- Brasília, além da oferta de benefícios fiscais para a ocupação de territórios “ainda não ocupados” ao longo de todo o estado. As falsificações se distribuíram entre os cartórios da região e de outros estados beneficiando uma rede de criminosos especializados na expropriação de terras, alguns grilos ganham destaque em razão de seu tamanho e na rede de falsificações em que foram submetidos, são os casos dos grilos Belém - Brasília, Carajás e Pindaré.

A rede estabelecida pela grilagem contava com uma infinidade de nomes e personagens, todos eles interessados nas propriedades e nos lucros extraídos destas, segundo Tavares (2008, p.200) “governadores, senadores, grileiros propriamente ditos, polícia militar (em suma, membros dos poderes executivo, legislativo e judiciário)”, além de outros servidores públicos que chefiavam grandes instituições, prefeitos e entre outras figuras públicas formavam um entrelaçado de nomes e relações envolvidas com a expropriação e outros crimes no campo, essa teia que se formava nacionalmente se estabelecia principalmente entre Goiás, Paraná, São Paulo, Pará e entre outros estados brasileiros.

As condições apresentadas eram favoráveis para os grileiros, tendo em vista que as chamadas “terras livres”, por vezes, não eram devidamente regularizadas, pois muitos dos posseiros não tinham instrução o suficiente ou eram analfabetos, isso também contribuiu para as inúmeras falsificações ocorridas. Dessa forma, os grileiros atraídos pelos benefícios fiscais e a aparente abundância de terras maranhenses chegam em peso no estado e passam a aplicar diversos desfalques.

Assim como Almeida destaca:

Com esta grilagem ou roubo de terras, são coniventes os cartórios, que se prestam ao fornecimento de falsos títulos de propriedade; o poder público, que faz vista grossa (quando não é o próprio impulsor de vendas simbólicas de terras devolutas); políticos locais, veiculadores do sofisma segundo o qual em nome do “progresso” vale tudo; e, naturalmente, a polícia, aliciada por

políticos e patrões, em detrimento da defesa dos direitos camponeses. (Almeida, 2008, p.32 *apud* Arcangeli, 1987, p. 120)

A região do Vale do Pindaré, palco de conflitos fundiários históricos, foi cenário de disputas de terra, que tiveram como consequências inúmeras violências e expropriações, prisões arbitrárias, envolvimento de figuras políticas e entre outros fatores que levaram a popularização de alguns casos, como o da Fazenda Pindaré.

Asselim (2009), um dos grandes estudiosos a respeito da grilagem no estado do Maranhão, destaca a existência de alguns elementos indispensáveis na malha grileira maranhense, entre estes estão os grupos políticos e econômicos interessados nas terras maranhenses, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e o Sistema Nacional de Informações (SNI) os quais eram responsáveis pela segurança e defesa dos interesses capitalistas.

Além dos encarregados pela organização e planejamento da grilagem, havia os intitulados “testas de ferro”, que segundo Asselin eram os encarregados pela organização do crime, ou seja, os falsificadores que agiam nos cartórios executando tarefas específicas, como a fraude e falsificações de assinaturas e documentos de cartório

Os funcionários e servidores de cartórios e de outras instituições tanto jurídicas, como privadas cooperavam com os testas de ferros, por vezes eram manipulados ou até mesmo agiam em conjunto com os criminosos, podiam atuar em atividades mais simples como procuradores, apenas assinando procurações, ou em outras mais sérias como corretores, os quais participavam ativamente das falsificações. por fim, os pistoleiros e por vezes a própria polícia eram os incumbidos da limpeza da área, causando expulsões e outras formas de violência contra os posseiros,

No caso maranhense, é indispensável a compreensão da Lei de Terras (Lei nº 2.979/1969), mais conhecida como Lei Sarney de Terras, estabelecida no mandato de José Sarney (1966-1970). Essa nova legislação transformou o cenário agrário maranhense por completo.

A grande ação para modernizar o setor agrário maranhense foi a aprovação da Lei Nº 2.979, de 17 de junho de 1969, batizada pelos movimentos sociais como Lei Sarney de Terras [...] aduz no Art. 14º que “Não serão alienadas nem concedidas terras a quem for proprietário no Estado, cuja área ou áreas de sua posse ou domínio não sejam devidamente utilizadas com explorações de natureza agropecuária, extrativa ou industrial” (MARANHÃO, 1969, p. 01). Ou seja, “[...] A mentalidade dessa lei era dizer que só os capitalistas poderiam desenvolver o Estado, pois o lavrador maranhense é atrasado e rudimentar. É a mentalidade de que a empresa deve ocupar a terra, e o lavrador deve ser o peão” (Neto, 2021, p.152)

A partir desta legislação, pode-se perceber que os interesses do então Governador do estado estavam totalmente inclinados para as ambições capitalistas dos “grupos organizados em sociedades autônomas interessados na compra de terras devolutas”, além disso, Asselim (2009) também pontua que no mesmo dia em que nasceu a Procuradoria Geral do Estado, que tinha o objetivo de ser o órgão de maior autoridade no estado sobre matéria fundiária, além também das Delegacias de Terra que apareceram com o intuito de regularizar e disciplinar a “ocupação e terras livres do Maranhão e titular áreas reservadas à colonização.” (Amaral Neto, 2019, p.153).

O projeto Maranhão Novo, estabelecido pelo governo Sarney, tinha como proposta a modernização e integração do estado maranhense na lógica capitalista na qual o Brasil já estava incorporado, dessa forma, Costa (2023, p.144) descreve que “os grandes projetos que viriam a garantir o “Maranhão Novo” e o “Milagre Maranhense” gozaram de apoio da sociedade, singularmente, das camadas populares do setor urbano, que viam em muitos dos ousados projetos oportunidades de acesso ao trabalho formal, principalmente na construção civil.”

A proposta, cuja intenção era retirar o estado da periferia à qual estava entregue e instaurar o avanço e o desenvolvimento, contou com algumas medidas que Costa (2023, p.144) descreve como “apesar do escopo modernizador, muitas das medidas tomadas pelo governo Sarney representaram retrocessos e passaram longe de representar ganhos para as parcelas mais vulneráveis da população maranhense”, dessa forma é possível perceber que somente uma fração da sociedade maranhense estava apta para receber esse “progresso” e suas vantagens.



Outra instituição que serviu como suporte para a grilagem maranhense foi a COMARCO (Companhia de Colonização de Terras Maranhenses), criada em 1971, na gestão do Governador Pedro Neiva de Santana, tinha como objetivo inicial “coordenar a política de colonização do campesinato e fomentar a criação de projetos agro econômicos (extrativo-siderúrgico-energético) no estado.” Neto (2019, p.154), o autor também reforça que, ao longo das atuações da companhia, ficaram claros seus propósitos e intenções.

Logo de início, percebe-se que o monopólio presente nas mãos da companhia e o tamanho poder concedido pelo governo maranhense foi decisivo para a sua atuação não somente no Vale do Pindaré, mas em outras áreas que eram visadas pelas grandes empresas e grileiros distribuídas por todo o estado. Outras informações a respeito do projeto da companhia são elencadas por Borges (2021, p.75) que descreve que o projeto dividia a área em três formas de uso, que eram respectivamente a ordenação das ocupações antigas, áreas destinadas ao assentamento de 10 mil famílias e áreas para médias e grandes empresas, de forma a distribuir essas extensões de forma “igualitária”, além disso, a companhia contava com assistentes sociais responsáveis por campanhas de inscrições em vários povoados com “com promessas de casa, terra, técnicos agrícolas, cooperativa, madeira, sementes, crédito, entre outras coisas”, a verdade é somente uma quantidade de terras menos expressivas foram cedidas aos camponeses.

Entretanto, a COMARCO não conseguiu resolver a questão fundiária maranhense, mas sim acentuar ainda mais as problemáticas agrárias existentes, sob a égide da “ocupação e desenvolvimento” o Estado do Maranhão e seus interesses passam por cima de uma infinidade populacional que aos poucos é varrida para as áreas menos férteis, com pouca ou nenhuma disponibilidade hídrica, o que comprometeu suas produções e subsistência. O cenário estabelecido pela atuação da companhia retrata um quadro de inúmeras dificuldades e transtornos, frutos de políticas frágeis e precárias que visivelmente não estavam a serviço dos trabalhadores do campo.

### A atuação da COMARCO no Vale do Pindaré

Essas e outras situações podem ser ilustradas através de uma vasta documentação identificada no SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional) por meio de registros documentais produzidos pelo SNI (Sistema Nacional de Informação), que terão como cenário os casos de grilagem ocorridos na região Pindaré, área que se estende ao longo das cidades que fazem parte do Vale do Pindaré, localizado no Centro Oeste do Estado do Maranhão. Esses registros são evidências dos tentáculos da grilagem e dos seus desmandos no interior do estado, que através de apoio político e policial se instauram contra os trabalhadores do campo da região, ilustrando o cenário de ameaças e tensões no campesinato maranhense. Vale ressaltar a participação ativa de instituições estatais atreladas aos interesses capitalistas em explorar as áreas que ainda “estavam por ser ocupadas”.

Asselim (2009, p.50) apresenta o Grilo Pindaré como um conjunto de expropriações e casos de grilagem, todos acontecidos na região do Vale do Pindaré, alguns muito conhecidos como: “Aracituba, Arapuan, Barra da Jurema, Itapoema e São João do Caru, estas regiões estão inseridas nos municípios de Pindaré, Monção Santa Inês e Bom Jardim”.

Por questões metodológicas, serão explorados somente alguns dos processos analisados ao longo do semestre, isso se justifica pela extensão da documentação que concentra uma grande quantidade de páginas, dessa forma, apresentarei somente aqueles que julguei mais importantes, que retratam e ilustram as problemáticas já apresentadas vivenciadas pelos camponeses na região do Vale do Pindaré.

A vasta documentação apresenta situações recorrentes de violência e expropriação contra camponeses e posseiros que são vistos pela documentação como um entrave para o estabelecimento de grandes empreendimentos no estado do Maranhão, mas as problemáticas se adensam com a intensificação da grilagem, onde fica mais perceptível a passividade do estado diante de tantas demandas emergentes. O caso mais notório analisado, o da Fazenda Pindaré, conta com inúmeras falsidades ideológicas, além da rede de grilagens e fraudes geradas por

Faustino Pereira de Carvalho, nome fictício, que deixou uma marca profunda na história da grilagem maranhense.

### Processo IV - Fazenda Maguary

Um dos processos analisados com o maior número de figuras públicas envolvidas, a propriedade intitulada Fazenda Maguary consta em um dos processos vinculados pelo SNI e foi catalogado através das palavras-chave “COMARCO Vale Pindaré”, através das 21 páginas de documentação foram apresentadas uma série de crimes, dentre estes: expropriação, grilagem, violência e abuso policial, adulteração e falsificação de documentos dentre outras irregularidades. Iniciado no ano de 1977, o inquérito chama atenção pela presença de nomes como: José Sarney, o então governador do Estado do Maranhão Nunes Freire e outras figuras políticas.

Em depoimento à Câmara dos Deputados, em 1977, o então Governador do Estado Nunes Freire, declarou que as terras da Fazenda Maguary que pertencem à família Sarney, na verdade pertencem ao Estado do Maranhão. Segundo os registros, esta referida propriedade foi aforrada ilegalmente por José de Ribamar Ribeiro Salomão e posteriormente teve seu tamanho aumentado de forma “misteriosa”. Nunes Freire reitera também que “Se me fosse dado opinar sobre o financiamento feito ao Banco do Brasil pelo senador José Sarney, para desenvolvimento de projeto pecuário na área, diria que tal operação foi desonesta” (Arquivo Nacional, p.02)

Em sua defesa, Sarney declara que:

Quando me foi oferecida a área logo vi que o aforamento não era regular. Assim, com escrúpulo, comprei apenas as benfeitorias. Será que é crime ter posse de terreno foreiro?", "Realmente, tomei um empréstimo no BB para desenvolver um programa de aproveitamento destas terras", "Não tenho propriedades no MARANHÃO, apenas, terras na Ilha de CURUPU, que pertenceram ao meu sogro, e foram exatamente estas terras que deixei hipotecadas para conseguir o empréstimo do BB (SNI/Arquivo Nacional, 1977, p.03)



O processo segue apontando as características da área, bem como as relações do local com outras figuras importantes, Clotides de Almeida Santos, então Prefeito Municipal de Santa Luzia - MA, concedeu a José Ribamar Ribeiro Salomão, o aforamento de uma área do patrimônio do citado município, situada no povoado "MAGUARY" com cerca de 300 hectares, toda cercada de arame farpado. Salomão fez mais duas demarcações e medições de terras, próximas à supracitada aforadas, depois requereu a SEGRIMA a aquisição das terras e com a não resolução recorreu a COMARCO para a reaquisição das terras demarcadas.

Em novembro de 73, este muda-se para o Rio de Janeiro, deixando as terras sob responsabilidade de José Ferreira Leite, então prefeito de Santa Luzia, e mesmo ocupando as terras, estas ainda não estavam regularizadas, dependendo assim do prosseguimento do processo para a regularização perante a SAGRIMA. Em virtude da transferência do direito de sub-rogação - José Ferreira Leite ingressou na COMARCO com um requerimento para compra dos 5.744 ha de terras antes demarcadas por Salomão.

Entretanto, com o falecimento de José Ferreira Leite, Salomão volta as terras para dar prosseguimento ao processo de regularização “perante a COMARCO, através de novos requerimentos, acompanhados de cópia da rescisão contratual, pela qual substituíra Ferreira Leite no processo de aquisição das terras em curso naquela Companhia” (Arquivo Nacional, p.04)

A documentação da COMARCO chama atenção para a intervenção do Estado do Maranhão, no sentido de "evitar as perturbações de posse que vêm se verificando na propriedade de MAGUARY... onde grileiros... e agitadores vêm cortando cercados de arame com sérios prejuízos materiais” (Arquivo Nacional, p.05) chamando atenção para o fato desta área já estar sendo visada por criminosos interessados em suas extensões.

A documentação indica a presença de turbações na área, que podem ser caracterizadas pelas dificuldades ou impedimentos que os possuidores e ocupantes têm de exercerem o controle e uso da terra, em relatório a COMARCO expressa:

em 1971/72, inúmeros agricultores estabeleceram-se na área da Faz MAGUAY criando turbações nas citadas posses, para cuja solução, o órgão

fundiário da Secretaria de Agricultura/MA — SAGRIMA marcou uma reunião, em SET 72, a qual deveriam comparecer todos os interessados para estudarem uma relocação amigável de agricultores, porém, Salomão não compareceu, ficando tal problema em suspenso (Arquivo Nacional, 1972, p. 06).

Com a ausência de Salomão na reunião, este entra com um requerimento dirigido ao Coordenador do Projeto Fundiário BACABAL/INCRA, juntamente com seu advogado Raimundo Ribeiro Bastos, solicitando a intervenção do instituto no sentido de impedir intervenções de posseiros na Fazenda Maguary, praticada por alguns posseiros seguido do líder Vicente Hermínio de Sousa Lima, colono residente na área. Salomão esclareceu que as demarcatórias efetuadas foram precedidas de indenização dos posseiros.

Posteriormente, é assinada uma documentação pelo advogado Bastos, indicando que 760 ha de terras seriam desmembrados da área para relocação dos posseiros através de escritura pública de cessão de direito, registros assinados pelo líder Vicente Hermínio, por outros sujeitos envolvidos com as demandas dos trabalhadores de Santa Luzia, visando cessar as divergências existentes entre as partes.

Entretanto, em 20 de setembro de 1977, novos conflitos se deram, resultando na destruição de 13km de cercas e mourões, são acusados de tal feito cerca de 100 trabalhadores liderados por Vicente Hermínio “que disse estar seguindo orientação do provisionado Raimundo Bastos. Esse nominado, que havia atuado anteriormente como defensor dos interesses de Salomão em avenças com os posseiros, é atualmente assessor político do Governador Nunes Freire” (Arquivo Nacional, p.07).

As conclusões da ação apontam que a área está em pendência judicial desde 1975 e que apesar de Sarney requerer as terras a COMARCO tacha o referido domínio como irregular, além de que desde 72 existem problemas de posse que culminaram com a invasão de terras da Fazenda Maguary que contraria a afirmação de Sarney no sentido de que a posse das terras vem sendo mantida "mansa e pacificamente" há cerca de 10 anos.

O inquérito seguinte trata do mesmo caso da Fazenda Maguary e as depredações ocorridas, estas tiveram origem por meio de 100 trabalhadores que tinham como líder Vicente

Hermínio, este afirma que a ação ocorreu por meio de Raimundo Bastos Ribeiro, então secretário do Governo Nunes Freire, que teria sido o mandante e líder da invasão. Após a repercussão desses depoimentos, foi determinado que a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão abrisse um segundo inquérito para averiguar o caso, bem como para apurar denúncias veiculadas pela imprensa de que, durante o curso da primeira investigação os depoimentos tinham sido obtidos através de espancamento praticado por policiais.

Segundo os registros, o primeiro inquérito feito apresentava falhas por não ter apresentado exames de corpo de delito, além do notório interesse em retirar Raimundo Bastos e Vicente Hermínio da ocorrência. Em 03 de outubro de 77, o coronel Dante Nardelli iniciou as apurações determinadas pelo II DP da polícia federal, a ação foi iniciada no dia 10 de novembro do mesmo ano e ouviu cerca de 51 pessoas, onde foram captadas diversas informações, dentre estas: O responsável pelo primeiro inquérito, Sargento João Francisco dos Santos, não indiciou Raimundo Bastos pois, em seus depoimentos ele se negou inocente. Além de “todos os depoimentos colhidos pela Polícia Federal são coincidentes aos prestados no segundo inquérito e unânimes em acusam Vicente Hermínio e Raimundo Ribeiro Bastos como os mandantes da invasão da Fazenda Maguary” (Arquivo Nacional, p.10).

O major Moreno, responsável pela produção do segundo inquérito concluiu que:

Os espancamentos dos quais foram vítimas os lavradores presos, especialmente aqueles que prestaram, declarações na Delegacia de Polícia, tinham a finalidade de incriminar pessoas inocentes, isto é, afirmarem quem lhes haviam mandado cortar os mourões da cerca de arame farpado da Fazenda MAGUARY foram VICENTE HERMINIO DE SOUZA LIMA a mando do advogado RAIMUNDO RIBEIRO BASTOS de ordem do Exmo. Sr. Governador do Estado (Arquivo Nacional, 1977, p.11)

Entretanto, as investigações apontam que os resultados do segundo inquérito foram forjados e que isso pode ser justificado pelo fato de: 1) A maioria dos lavradores confirmou ter sofrido espancamentos, seja no ato das prisões, seja para forçá-los a revelar o paradeiro de Vicente Herminio que estava foragido, e não com o objetivo de incriminar o procurado, nem Raimundo Bastos, 2) Ficaram caracterizados diversos depoimentos que foram obtidos pelo



Major Moreno por coerção às testemunhas ou por alteração das respostas dadas pelos depoentes, a maioria, semialfabetizados, sem condições de confrontar o que declararam com o que estava escrito e por fim, 3) O Major Moreno concluiu, também, seu inquérito sem ter ouvido Vicente Hermínio e Raimundo Ribeiro Bastos, os principais acusados, e sem ter juntado nenhum laudo de exame de corpo de delito que comprovasse o principal objetivo do inquérito, que foi a constatação de violências praticadas pela polícia contra os lavradores.

A partir destas considerações o processo concluí que, “Ficou perfeitamente caracterizada a participação de Vicente Herminio e Raymundo Ribeiro Bastos como mandantes da invasão”, que “à Delegacia de Polícia de Santa Luzia, chefiada pelo Sargento PM João Francisco dos Santos, usou de violência no ato da prisão de alguns lavradores e durante alguns interrogatórios, visando a descobrir o paradeiro de Vicente Hermínio principal líder dos posseiros” (Arquivo Nacional, p.14) , e que Major Moreno, encarregado do segundo inquérito, procurou intencionalmente anular os indícios que incriminavam Raimundo Ribeiro Bastos e Vicente Hermínio. Para tanto, coagiu testemunhas, alterou depoimento e omitiu dos autos peças importantes para a elucidação dos autos.”

No final da documentação, para além das acusações que se deram sob Vicente Hermínio e Raimundo Bastos, constata-se também o envolvimento de Ronald Augusto Furtado Costa, irmão e procurador de José Sarney, que foi acusado de falsificar, em procuração, a firma de José Sarney, adulterando os documentos e falsificando a assinatura, o acusado tinha como propósito ajustar a data da queixa-crime com o dia em que foi instaurado o segundo inquérito.

Outro fato importante é o desaparecimento de José Sarney, que além de não ser indiciado, não é mais citado no processo. É importante lembrar que os inquéritos só se iniciam na Fazenda Maguary por conta do envolvimento do então senador com a área onde ocorrem os conflitos decorrentes. A ausência da figura de Sarney pode ser lida como mais uma das ocorrências onde o Estado se abstém de mediar e solucionar os crimes agrários que estavam a todo momento despontando nos municípios. Ao se afastar de julgar e responsabilizar os sujeitos

atuantes em atividades ilícitas, o Estado, bem como seus agentes, opera em prol da criminalidade e manutenção das cadeias de grilagem no Maranhão.

## Referências

### Fontes

FAZENDA MAGUARY/ARQUIVO NACIONAL. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.QQQ. 82001559. Acesso em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_DFANBSB\\_V8/MIC/GNC/QQQ/82001559/BR\\_DFANBSB\\_V8\\_MIC\\_GNC\\_QQQ\\_82001559\\_d0001de0002.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/QQQ/82001559/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_QQQ_82001559_d0001de0002.pdf)

### Bibliografia

ASSELIN, Victor. **Grilagem - Corrupção e Violência em Terras do Carajás**. Imperatriz - MA: ÉTICA, 2009

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), UEA, 2015.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In\_\_:

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano - o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 13-42.

COSTA, Marcelo Lima. São Luís em tempos de “Maranhão Novo”: a (re) construção de uma capital moderna sob o Governo José Sarney (1966-1970). **Politeia-História e Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 140-153, 2023.

DREIFUSS, René A. **1964, a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981, p.361.

ESG. DEPARTAMENTO DE ESTUDOS. **Manual básico – MB - 75**. Rio de Janeiro: ESG, 1975

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v.24, n 17, p29-60 2004

MELO, D. B. Ditadura “civil-militar”?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**, [S. l.], v. 13, n. 27, p. 39–53, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8574>

NETO, Roberval, A. Lei Sarney de Terras”: conflitos fundiários e resistência camponesa no oeste maranhense nas décadas de 1970 e 1980. In: **30º Simpósio Nacional de História**, 2019. NETO, R.A. A luta pela terra no Maranhão contemporâneo: A “Lei Sarney de Terras” e a resistência camponesa. **Entropia**, v. 5, n. 9, p. 147-164, 2021

PASTORE, Bruna. Complexo IPES/IBAD, 44 anos depois: Instituto Millenium?. **Revista Aurora**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 57–80, 2021. DOI: 10.36311/1982-8004.2012.v5n2.2351. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/2351>

PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo; CONCEIÇÃO, Wellington Jhemerson Costa da. A luta pela terra nas páginas do jornal O Grito da PA 150: Terra e Liberdade. Entre a denúncia e a formação política dos camponeses no sudeste paraense. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 13, 2017. Acesso em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/123>

SCHWARCZ, L. M. **Registros escravos: repertório das fontes oitocentistas pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional**. Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, 2004. 242 p.

TAVARES, J. C. **Universalidade e singularidades do espaço transitório: um estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem-terra/MST no Maranhão (1990-2000)**. 2008. 349f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.



## O ASILO DE MENDICIDADE: SOB A ÉGIDE DA CIÊNCIA MÉDICA E JURÍDICA À FORÇA DOS DISCURSOS MÉDICO E JURÍDICO.

*Ana Célia do Nascimento Franco<sup>1</sup>*

### Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de estudar o asilo de mendicidade na cidade de São Luís (MA), no início do século XX. Esta instituição teve enorme importância no contexto de urbanização e higienização da cidade de São Luís, entre o último quartel do século XIX e início do século XX, do qual foram concebidos como política de modernização sob a influência dos elementos estéticos importados da Europa ocidental, em destaque para Paris/França. Neste contexto, a História Social da Medicina através das suas derivações como os discursos médicos; práticas de higiene social, doenças com as suas formas controle, em articulação com os poderes públicos e privados desenvolveram estratégias políticas orientadas por paradigmas modernos de civilização sob a ótica da ciência e da disciplina, contudo o discurso médico teve um largo uso com base na técnica da higienização das populações, ou seja, intervindo no espaço urbano e registrou as marcas de seu poder.

**Palavras-Chaves:** Urbanização, Asilos de mendicidade, Modernização.

### Introdução

O artigo se insere na combinação das análises de fenômenos históricos e historiográficos em múltiplas dimensões espaço-temporais, sem deixar de valorizar a articulação dos processos históricos locais e regionais com os nacionais globais. A seguinte intenção dessa pesquisa está centralizada na pesquisa na História Social, pois a mesma se refere ao estudo da cidade a partir das práticas de higienização, embelezamento e medicalização e também a pesquisa se configura para os estudos referentes às instituições (Estado, associações, práticas políticas no nível do discurso, etc.) Com o advento da modernidade, questões estéticas e higiênicas foram alvos da modernização. Entre as propostas que visavam garantir a reforma higiênica destacou-se: o

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA). Linha de Pesquisa: Poderes, Políticas e Sociabilidades

incentivo à construção de casas modernas, os serviços de arborização, jardinagens e as medidas de caráter sanitarista. Em relação às essas medidas percebemos que o asilo de mendicidade estava enraizado neste plano de modernização de São Luís que projetava na superação do modelo atrasado (Almeida,2004).

Em se tratando de higiene pública relacionada à cidade analiso trabalhos que tecem ideias de meados do século XIX, de acordo com os autores, Lená Medeiros com seu livro “Os indesejáveis: desclassificados da modernidade”, Roberto Machado e seus colaboradores cujo livro: Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil, Jurandir Freire com o seu livro: Ordem Médica e Norma familiar, Michel Foucault com seu o artigo: Vigiar e Punir, Maria do Socorro Almeida com a obra intitulada: Saúde pública e pobreza: São Luís na Primeira República, Marcos Maio Chor com seu trabalho : Raça , Ciência e Sociedade e Walter Fraga Filho com seu livros: Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX. os referenciais teóricos básicos desta pesquisa são os conceitos formulados por autores como Michel Foucault, Michel de Certau, Roberto Machado etc.

Foucault (1979) em sua obra intitulada “Microfísica do poder” ressalta que a medicina tem um novo objeto: o controle da circulação. Não o controle da circulação dos indivíduos, mas das coisas ou dos elementos: a água e o ar. Estes têm um novo controle e o estabelecimento de uma boa circulação. O mesmo autor discute que salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível dos indivíduos.

Machado (1978) em seu trabalho intitulado “Danação da norma”: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil, enfatiza que a atuação do corpo médico, como provedores da salubridade e como ordenadores do aspecto urbanístico, tinha como objetivo final favorecer o progresso e a civilização. A medicina se apresentava como interventora na sociedade e detentora das soluções.

A segregação dos pobres, nas cidades, era considerada como algo relativo o estado físico e mental do indivíduo distorcendo tratar-se de um problema da estrutura social. Deste modo,

foi elaborada uma taxionomia da pobreza para classificar quem era pobre e indicar o local onde deveria habitar. A este respeito Menezes, sublinha que,

O pobre e o miserável, o trabalhador e os desempregados que não mendigavam habitavam os cortiços e bairros da periferia, os mendigos habitavam no asilo de mendicidade, os leprosos mendigavam até serem recolhidos em algum leprosário, os tuberculosos ocupavam os sanatórios (Menezes, 1996, p.53)

Ao refletir acerca da função dessas instituições, Michel Foucault ressalta em seu livro intitulado *Vigiar e punir* (1987) que se tratava de instituições de sequestro idealizadas para domesticar os corpos. Essas instituições eram, em sua gênese os hospitais, quartéis, prisões e, especialmente, os Asilos porque retiravam, compulsoriamente, os indivíduos de seu espaço familiar ou social mais amplo e os mantinham confinados por um longo tempo para moldarem suas condutas, disciplinar seus comportamentos formatando o que deviam pensar. Segundo Foucault (1987), havia o olhar vigilante estava em toda parte fosse “um corpo de milícia considerável comandado por bons oficiais e gente de bem, corpos de guarda nas portas, na prefeitura e em todos os bairros para tornar mais pronta à obediência do povo, e mais absoluta a autoridade dos magistrados,” assim como para vigiar todas as desordens, roubos e pilhagens (Foucault, 1987, p.154).

Nesta perspectiva Certeau (1990), em seu livro intitulado “A invenção do cotidiano”, ao analisar as relações estabelecidas entre as estratégias disciplinares e uma rotina de surpresas presentes no aparato institucional, formulou o conceito Cotidiano. Então, por meio dele pode-se compreender, também, a lógica história do Asilo de Mendicidade por se tratar de uma instituição idealizada como a solução para os problemas que a cidade republicana herdou do tempo da escravidão que estruturou a sociedade, a economia e a cultura brasileira do tempo do Império.

Através das análises de fontes e leituras, as fontes designadas foram as informações no processo de análise documental. A pesquisa procede sobre a construção do Asilo de Mendicidade, que aborda sobre a instituição asilar citado pela historiografia brasileira e



maranhense, a investigação e análise do objeto de pesquisa tem como fonte primária o Jornal Pacotilha do período do ano de 1919; além de buscar o cruzamento das informações de dados a partir desse jornal. É de grande valia para a busca da interpretação do cotidiano da cidade; assim para se construir uma análise acerca dos discursos, significados e significantes dados ao “progresso”, à “civilização” e a “modernidade” etc.

Dentro da redação do jornal Pacotilha, foram lançados os primeiros ecos em prol do fim da mendicância como podemos observar:

Conforme noticiamos, o Sr. Bispo desta diocese ofereceu os seus altos préstimos ao Sr.intendente, para se resolver complexo problema da mendicância nesta capital. Esta oferta seria talvez sugerida a S.exca, por uma proposta do vereador Pedro Mendes. Desconhecemos as razões em que se fundamentou essa proposta, aliás, evidentes, assim como os meios lembrados pelo Sr.D. Helvécio Gomes de Oliveira (Pacotilha, 16/01/ 1919, p. 13).

Os poderes públicos, estadual e municipal, no momento não tinham nenhuma preocupação em relação à mendicidade, e a igreja mantinha-se preocupada em relação a esta situação. A questão dos mendigos carecia da atenção de todos. Os poderes públicos, auxiliados pelos particulares, deveriam empenhar-se em sarar essa chaga. Afiguravam-se de que a intendência e o bispado poderiam colocar-se à frente desta cruzada, estudando o problema e procurando remediá-lo da melhor maneira, obtendo para isso o concurso de todas as almas generosas. Foi através da Maçonaria com a atuação da loja Renascença Maranhense que surgiu a ideia de criar um asilo com o objetivo de recolher e assistir aqueles indivíduos esquecidos pelos poderes locais.

O jornal Pacotilha, que circulava em São Luís trazia em suas edições, notícias sobre o asilo no limiar do século XX, por meio de notas oficiais ou publicações de particulares; admiradores e fundadores da instituição, o jornal descrevia o desenvolvimento do Asilo.

Podemos mostrar os primeiros passos para a efetivação deste estabelecimento para solucionar o problema da mendicância que afrontava a sociedade de São Luís. Através do Jornal Pacotilha, observaremos a notícia da compra do sítio para a instalação do asilo:

Hoje, uma comissão da loja maçônica Renascença Maranhense veio [sic] comunicar-nos que foi adquirido, pela quantia de 20 contos, o sítio pedreiras, de propriedade do Sr. Flávio de Almeida, a fim de instalar-se ali o projetado asilo para recolher os mendigos (Pacotilha, 16/01/ 1919, p. 13)

Nesta citação acima como ocorreu a compra do sítio para construção do asilo. O estabelecimento era um local apropriado para receber os pedintes internando-os para não proliferarem doenças na cidade. Para Foucault, tudo que era considerado insalubre era posto fora da cidade para impedir a contaminação dos lugares que eram frequentados. Depois de diagnosticado o mal, de localizada a doença no espaço, o médico vai tornar o ambiente salubre, através da “medicalização,” da higienização da sociedade e do espaço. Através da higiene pública se fez o controle político-científico do meio, modificando-o para torná-lo salubre. A higiene, portanto, é a técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou prejudicar a saúde (Foucault, 1984. p.93).

Na redação do jornal Pacotilha, antes da inauguração do asilo foi divulgada uma nota em relação à cerimônia do asilo para que os membros da sociedade pudessem participar do evento. Também podemos notar como a inauguração dessa instituição à sociedade podia ficar com a consciência tranquila em relação à mendicância nas ruas, que retiravam o brilho da cidade:

Inaugura-se-há na segunda-feira, 21, este novo estabelecimento de caridade pública que representa, incontestavelmente, uma das maiores conquistas sociais do Maranhão actual, vindo preencher em lacuna muito sensível no nosso meio. Deve-se o esforço que representa a útil instituição á infinita humanitária da loja maçônica renascença Maranhense. -Correspondendo ao convite que lhe foi feito, a delegacia do departamento da 2ª linha do exército far-se-há representar na inauguração do Asilo de Mendicidade pelos Srs. tenente coronel Moraes Guimarães e Capitão Ferreira da Rocha, respectivamente subchefe e secretário. A comissão directora [sic], convida o público para assistir a inauguração do Asilo de mendicidade na próxima segunda feira, 21 de abril ás 9 horas da manhã (Pacotilha, 21/04/1919, p. 92).

A relação de pessoas de maior posse com o espaço asilar foi fundamental para que o asilo pudesse funcionar de forma adequada para receber todos os mendigos. A criação do

estabelecimento ficou sobre a responsabilidade da loja Renascença Maçônica Maranhense, depois de demorados esforços que decorreram da apresentação da ideia do comerciante Isidoro Coelho de Aguiar, em 1910, até aquisição da quinta do Jenipapeiro. Desde 1911, entretanto, o congresso legislativo do Estado, pela lei nº536, de 10 de abril autorizou o governador abrir crédito da quantia que julgasse suficiente para a instalação de um asilo de mendicidade que se pretendia fundar na capital. A venda do sítio Pedreira aconteceu em 1919 para construção do asilo que foi fundado em 21 de abril de 1919, não se deve ocultar que foi um período de dez anos de incertezas entre o surgimento da ideia e a construção do asilo.

### **Efetivação do Asilo de Mendicidade**

Em consideração ao asilo de mendicidade demonstramos os primeiros fundadores do estabelecimento Francisco C. Aguiar, Severo A. Sousa, Francisco R. Bastos, Francisco Sousa, José R. Bastos. Este grupo de maçons foram os responsáveis para efetivação do espaço asilar; foi importante para a criação daquele projeto que trouxe uma grande satisfação para a cidade tornando o espaço limpo da sujeira dos considerados indesejáveis.

Em meados do século XX, a Maçonaria Maranhense teve atenção precisa de prestar assistência aos mendigos tratando da construção do asilo de mendicidade na cidade de São Luís, A maçonaria buscava um espaço sadio sem a interferência de pessoas ociosas que vagavam pela cidade. A cidade de São Luís passava por transformações nas suas estruturas urbanas e uma das formas era retirar das ruas todos os mendigos que habitavam os espaços públicos.

Segundo Costa (2004) tomou-se, também, como foco de análise a construção e efetivação de um projeto de normalização da cidade e sociedade do início do século XIX tendo a medicina enquanto instrumento de viabilização da ordem urbana. A medicina manifesta-se, sobretudo, através do higienismo e eugenia concepções que pretendiam fazer frente à degeneração social pela via de prevenção.

O pano de fundo era a construção de um espaço marcado e demarcado por profundas desigualdades sociais, resultando numa parcela de população formada por excluídos sendo que



muitos deles fazem da mendicância um meio para sobreviver nas ruas. Entretanto, as primeiras décadas do século XX serão marcadas pelo início da industrialização através das atividades relacionadas com as fábricas e as necessidades básicas do mercado brasileiro, fator decisivo para impulsionar o processo de migrações do espaço rural para o citadino.

No caso do Maranhão, em especial, temos um lócus especial para se perceber como o asilo de mendicância se conecta e como também se assemelha com a criação de outros asilos no período republicano sustentado por um discurso médico assentado na perspectiva de ter um “discurso competente” relativo aos modos de tratar as cidades quanto às questões de urbanidade e de higienização.

As questões da insalubridade e da desordem pública eram uma ameaça para as elites. Sob o impulso da modernidade, as elites pretendiam estabelecer um reordenamento físico-social da cidade, ou seja, higienizar as vias públicas e excluir dos centros urbanos todos os indivíduos que não se adequavam à nova ordem, pois a intenção era sanear a cidade dos elementos que ameaçavam a nova ordem ou que não se enquadravam nela. Esta face de pobreza se insere no fato da exclusão total dos mendigos fora do espaço público que não tinham nenhuma serventia para a sociedade almejada, pois eram vistos como elementos indesejáveis, uma massa de desempregados que se concentravam perigosamente na cidade.

Por meio dos códigos de posturas, o processo disciplinador se fez notar nas cidades brasileiras. As cidades demonstraram a força deste discurso no disciplinamento no modo de vida da população, na organização do espaço urbano e na normatização das edificações. Os códigos de posturas estavam pautados na teoria e transportadas para o corpo jurídico que visavam também disciplinar comportamentos e melhorar as condições sanitárias das cidades.

O saber médico fornecia os elementos ideológicos que justificavam as intervenções e reorganizações urbanas. O discurso urbano foi impregnado pelo discurso médico. Analogias foram feitas entre o corpo social e o corpo humano. A cidade foi tratada como um organismo vivo, comparada ao corpo humano, onde cada órgão tinha função e anatomia peculiar.

Em seu estudo sobre Danação da norma, Machado (1978) retrata que a cidade era foco de doenças tanto pelo aspecto natural quanto pelo social, e que devia haver uma intervenção da medicina nesses dois sentidos, já que com a saúde em boas condições, o estado funcionava bem. O homem era o centro da medicina social, pois era a causa e vítima da desordem urbana. A atuação do corpo médico, como provedores da salubridade e como ordenadores do aspecto urbanístico, tinha como objetivo final favorecer o progresso e a civilização. A medicina se apresentava como interventora na sociedade e detentora das soluções.

Segundo Almeida (2004) todas essas transformações tinham o objetivo de proporcionar uma cidade ideal, civilizada e baseada nos moldes europeus. A inserção da população nesse novo modelo de cidade era fundamental, uma São Luís perfeita. Para que isso ocorresse era importante a intervenção de profissionais em todos os setores da sociedade, intervindo diretamente nos costumes dos habitantes ludovicenses.

Um dos principais pontos eram a higiene pública e as epidemias que interferiam na organização social e urbanística, sendo que as soluções propostas pelos médicos foram adquirindo importância nesse contexto a qual se encontrava em São Luís. O saber médico fornecia os elementos ideológicos que justificavam as intervenções e reorganizações urbanas. O discurso urbano foi impregnado pelo discurso médico. Analogias foram feitas entre o corpo social e o corpo humano.

Conforme Almeida (2004) a cidade foi tratada como um organismo vivo, comparada ao corpo humano, onde cada órgão tinha função e anatomia peculiar. Notamos que em São Luís no século XIX, a cidade passava por vários processos de transformações econômicas, sociais, urbanas e políticas. A partir do terceiro quartel do século XIX, a cidade possuía inúmeras regras estabelecidas para controlar a população mais pobre, a fim de discipliná-la e contê-la em seus excessos de “incivilidade,” que iam de encontro ao estigma da modernidade.

Para isso as autoridades estabeleciam leis que eram chamadas de Códigos de Posturas, que tratavam sobre todos os aspectos da vida cotidiana dessa população, que tentavam disciplinar as ações praticadas no espaço íntimo, pois era de interesse público controlar todas

as práticas que porventura fosse de encontro ao bom andamento da cidade. Nos primeiros anos do período republicano, especialmente no início do século XX, a cidade foi palco de vários surtos epidêmicos, entre eles a peste bubônica que entrou na cidade em 1903 estendendo-se até 1904, repetindo-se em 1908 e 1911.

Por sinal a construção dos asilos de mendicidade tiveram um papel fundamental para os centros urbanos. Com a construção deste estabelecimento minimizaria o problema da mendicância nos centros urbanos, na qual a política de internamento dos mendigos nesta instituição de certa forma controlaria a massa de pobres despossuídos ou indesejáveis que se concentravam nas cidades.

### Considerações Finais

Enfatiza-se que os estudos históricos trazem alguns subsídios para pensar as complexas relações entre passado e presente, de modo a qualificar os debates sobre questões que permeiam suas práticas junto a essa população.

Em relação ao conhecimento sobre o processo histórico de constituição dos asilos na sociedade brasileira ainda permanece disperso, fragmentado e invisível, apesar dos esforços de produção, individuais e coletivos, que vêm sendo realizado por investigadores e pesquisadores da História.

### Referências

#### Fonte

1. Pacotilha – MA. Edições dos dias 16 e 17 de janeiro; 04 e 24 de fevereiro; 17 e 21 de abril; 06 de maio; 05 e 09 de junho; 14 e 29 de julho; 16 e 18 de agosto; 04 de setembro de 1919.

#### Bibliografia

ALMEIDA, Maria da Conceição Pinheiro de. Saúde Pública e Pobreza: São Luís na Primeira República. In: COSTA, Wagner Cabral da (org.). **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: EDUFMA, 2004.



BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Editora: Vozes, 2004.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade: o exercício da autoridade policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987

FOUCAULT, Michel. **A política da saúde no século XVIII**. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984. p.93.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. **Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

## ENSINO E HISTÓRIA: O USO DA METODOLOGIA WEBQUEST NAS AULAS DE HISTÓRIA

Antonio Guanacuy Almeida Moura<sup>1</sup>

O uso de tecnologias digitais para consumir, produzir, compartilhar e difundir informações tornou-se parte integrante do cotidiano da sociedade contemporânea. Essas tecnologias têm gerado profundas mudanças socioculturais, especialmente desde a ampliação do acesso aos computadores e à internet nas últimas décadas do século XX. Com o aumento progressivo da conectividade, usuários em todo o mundo passaram a acessar, armazenar e distribuir informações em diversos bancos de dados disponíveis na rede global.

As transformações provocadas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) também impactam diretamente a educação. Os professores enfrentam o desafio de ir além do uso técnico desses recursos, incorporando uma visão teórica, crítica e social que reconheça o impacto dessas tecnologias na sociedade, na educação e no ensino da História.

Essas mudanças criam novas dinâmicas sociais, mediadas por TDICs, mídias digitais e redes sociais, que influenciam o ambiente escolar. Informações agora alcançam professores e alunos em tempo real, em qualquer lugar e momento, desde que haja conexão à internet. Esse cenário reflete a hipermobilidade e ubiquidade<sup>2</sup>, onde os conceitos de espaço e tempo são remodelados pela interconexão digital.

O ambiente escolar, em qualquer época, reflete as transformações da sociedade. Atualmente, os docentes são desafiados a adaptar suas práticas metodológicas para responder às demandas do contexto digital. As aulas já não se limitam aos espaços físicos; elas se

<sup>1</sup> Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico do IFMA- Campus São João dos Patos-MA, Mestre em ensino de História e Doutorando em História pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA/PPGHIST. E-mail: antonio.guanacuy@ifma.edu.br

<sup>2</sup> Esse conceito é definido por Luís Martino (2015) e Pierre Lévy (1999) como "a presença, em todos os lugares mediada pelas mídias digitais conectadas em rede, em qualquer espaço e tempo".

expandem para o ciberespaço, onde a interação e a aprendizagem se tornam possíveis a qualquer momento. Como afirma José Moran (2015):

O que a tecnologia traz hoje é a integração de todos os espaço e tempos. O ensinar e o aprender acontecem em uma interligação simbiótica, profunda e constante entre os chamados mundo físico e digital. Não são dois mundos ou espaços, mas um espaço estendido, uma sala de aula ampliada, que se mescla, hibridiza constantemente (Moran, 2015, p. 39).

Nesse contexto, a tecnologia não apenas transformou a sala de aula tradicional, mas também ampliou e enriqueceu as possibilidades de ensino e aprendizagem. A integração tecnológica rompe com as limitações de tempo e espaço, permitindo que o aprendizado aconteça de forma contínua e em diferentes ambientes. Embora as transições educacionais não sejam inéditas, a era digital se destaca pela velocidade com que as mudanças ocorrem, especialmente devido às TDICs.

No ensino de História, as tecnologias digitais também se apresentam como ferramentas valiosas. Elas possibilitam debates e reflexões sobre a aplicação da informática e de seus recursos na área. Como aponta Luciano Figueiredo (1997), é essencial discutir as implicações metodológicas dessa integração tecnológica.

Para os docentes do ensino básico, esse novo cenário educacional exige a incorporação de linguagens diversificadas, incluindo a digital, permitindo o desenvolvimento de novas formas de interação com o conhecimento histórico.

Nesse sentido, o pensamento de Pierre Lévy (1997, p. 01) é particularmente relevante ao sugerir que é preciso “aprender com o movimento contemporâneo das técnicas”. Dessa forma, as tecnologias digitais tornam-se uma ponte que potencializa o acesso, a análise e a formulação de dados históricos, enriquecendo o processo de aprendizagem dos estudantes.

Diante desse panorama, surge a questão: como integrar os recursos tecnológicos ao ensino de História de forma eficaz? Como aproveitar as informações disponíveis na internet sem se perder em sua vastidão? Essas dúvidas são frequentes entre professores da educação básica que enfrentam o desafio de lidar com a crescente oferta de informações e ferramentas para ensinar História.



Uma possibilidade promissora para responder a esses desafios é o uso da metodologia *WebQuest*. Essa metodologia oferece um caminho estruturado para explorar documentos e fontes históricas disponíveis online, ao mesmo tempo que incentiva a pesquisa, o aprendizado e o contato crítico com o conteúdo digital.

### **Webquest: uma abordagem metodológica para o ensino e a aprendizagem da história**

Os estudantes, quando incentivados a realizar pesquisas, podem desenvolver habilidades como autonomia, criatividade e pensamento crítico. Nesse contexto, a internet desponta como uma plataforma valiosa para fomentar essas capacidades.

Contudo, embora seja essencial estimular a autonomia dos alunos no processo de aprendizagem, não basta apenas encorajá-los a usar a internet como ferramenta de pesquisa, esperando que encontrem informações que os livros didáticos de História, por vezes, deixam de abordar.

É indispensável que o professor elabore estratégias pedagógicas e adote recursos que orientem os estudantes na busca, seleção e organização das informações disponíveis online. O volume de conteúdo acessível na *web* é vasto e, se utilizada apenas como um repositório de dados, a internet pode não contribuir significativamente para a aprendizagem dos alunos. Isso se deve, em grande parte, ao risco de acesso a informações imprecisas ou não verificadas, o que pode comprometer o processo educativo.

Portanto, sem a mediação adequada, a internet, mesmo com seu potencial informativo, pode representar um obstáculo ao aprendizado. Para que ela se torne uma aliada no desenvolvimento educacional, é fundamental que os professores adotem abordagens pedagógicas que transcendem os métodos tradicionais, adaptando-se aos desafios e realidades do ambiente digital.

Nesse cenário, as *WebQuests* emergem como uma solução pedagógica relevante para guiar os alunos em suas investigações na internet e promover uma navegação orientada e produtiva no ambiente online.

As *WebQuests* foram idealizadas em 1995 por Bernie Dodge, em colaboração com Tom March, na *San Diego State University*, nos Estados Unidos. O objetivo era oferecer aos professores uma metodologia que integrasse os recursos disponíveis na internet às atividades educacionais, criando experiências de aprendizagem mais ricas e direcionadas.

Segundo Dodge (1995, p. 1), uma *WebQuest* é definida como “uma investigação orientada na qual algumas ou todas as informações com as quais os aprendizes interagem são originadas de recursos da internet”. Essa abordagem metodológica visa não apenas explorar o vasto conteúdo disponível online, mas também capacitar os professores a orientarem os alunos para que não se percam no excesso de informações disponíveis.

Celina Abar e Lisbete Barbosa (2008, p. 12) destacam que o principal desafio para os educadores é integrar a internet como um instrumento de construção do conhecimento, ampliando as possibilidades de experimentação no ambiente educacional.

As *WebQuests*, nesse sentido, oferecem um caminho estruturado e seguro para que os estudantes desenvolvam habilidades de pesquisa, análise e organização de informações, ao mesmo tempo em que favorecem a aprendizagem colaborativa.

Dependendo do objetivo pedagógico, as *WebQuests* podem ser planejadas para atividades de curta ou longa duração. As de curta duração, geralmente realizadas em até três aulas, envolvem interações com um volume menor de informações. Já as de longa duração, segundo Dodge (1996, p. 1-2), podem se estender por até um mês, proporcionando um trabalho mais aprofundado.

Apesar de sua criação já datar de algumas décadas, o uso das *WebQuests* no ensino de História ainda é relativamente pouco explorado. Estudos como os de Éder Nascimento e Fábio Hahn (2020, p. 235) indicam a necessidade de mais pesquisas sobre sua aplicação prática, evidenciando o potencial pedagógico dessa metodologia.

Pesquisas realizadas sobre o uso de *WebQuests* no ensino de História mostram que essa metodologia pode facilitar o acesso a fontes confiáveis e melhorar os resultados das atividades propostas. Bottentuit Junior e Clara Pereira Coutinho (2008, p. 5) apontam que a *WebQuest*

também contribui para o desenvolvimento de competências previstas no currículo nacional da educação básica, como a habilidade de realizar pesquisas, o tratamento de informações, a comunicação e o trabalho em equipe. Essas competências são fundamentais no contexto da cultura digital<sup>3</sup>, preparando os alunos para os desafios da sociedade do conhecimento.

Ao integrar as *WebQuests* na prática pedagógica, os professores podem transformar o ensino de História, permitindo que os alunos compreendam os fatos históricos de forma crítica e contextualizada.

Essa abordagem metodológica vai além da mera assimilação de conteúdos, pois promove o desenvolvimento do pensamento histórico. Além disso, ao planejar e criar suas próprias *WebQuests*, os professores têm a oportunidade de adaptar as atividades às necessidades e características de suas turmas, garantindo que a metodologia esteja alinhada com seus objetivos educacionais.

Para que uma *WebQuest* seja eficaz, é fundamental que o docente compreenda sua estrutura e os objetivos de cada um de seus componentes. Dodge (2001) propõe, por meio do acrônimo *FOCUS*, cinco princípios essenciais para a criação de uma *WebQuest*:

- **Find great sites (Encontrar excelentes sites):** A seleção criteriosa de sites é o ponto de partida para a construção de uma *WebQuest*. Não basta indicar qualquer página da internet; é necessário garantir que os sites ofereçam informações confiáveis, relevantes e alinhadas aos objetivos pedagógicos.
- **Orchestrate your learners and resources (Organize seus alunos e recursos):** A organização dos recursos e o direcionamento dos alunos são essenciais para o sucesso da *WebQuest*. O professor deve estruturar a atividade de forma clara, definindo papéis, etapas e

<sup>3</sup> Cultura Digital segundo a BNCC, "envolve aprendizagens voltadas a uma participação mais consciente e democrática por meio das tecnologias digitais, o que supõe a compreensão dos impactos da revolução digital e dos avanços do mundo digital na sociedade contemporânea, a construção de uma atitude crítica, ética e responsável em relação à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais, aos usos possíveis das diferentes tecnologias e aos conteúdos por elas veiculados, e, também, à fluência no uso da tecnologia digital para expressão de soluções e manifestações culturais de forma contextualizada e crítica" (Brasil, 2018, p.474).



metas específicas. Essa organização ajuda os estudantes a se sentirem mais seguros e orientados ao longo do processo, especialmente diante do vasto e, por vezes, caótico universo da internet.

- **Challenge your learners to think (Desafiar seus alunos a pensar):** Um dos maiores benefícios da WebQuest é seu potencial de estimular o pensamento crítico. A tarefa deve ser planejada de forma a desafiar os alunos a analisar, sintetizar e avaliar as informações encontradas. Desafiar os alunos a pensar não significa apenas resolver problemas, mas também relacionar as informações adquiridas com os conhecimentos prévios, gerando reflexões mais profundas.
- **Use the medium (Use o meio):** A internet e as tecnologias digitais oferecem uma infinidade de possibilidades, e uma *WebQuest* bem estruturada deve explorar essas potencialidades ao máximo. Isso significa utilizar recursos multimodais, como vídeos interativos, animações, mapas históricos e ferramentas de simulação, que tornam o aprendizado mais dinâmico e interessante. Além disso, o uso de plataformas colaborativas, como fóruns e wikis, pode incentivar a interação entre os alunos, promovendo o trabalho em equipe e a troca de ideias.
- **Scaffold high expectations (Grandes expectativas):** Uma *WebQuest* deve estabelecer metas para os alunos, de forma que eles sintam que estão sendo estimulados a superar seus próprios limites. O professor deve fornecer suporte ao longo do processo, garantindo que os estudantes tenham acesso às ferramentas e orientações necessárias para alcançar os objetivos propostos.

Os princípios do *FOCUS* destacam que a *WebQuest* não é apenas para uso passivo da internet, mas sim uma metodologia que potencializa a aprendizagem ativa, colaborativa e reflexiva. Para isso, o professor deve assumir um papel de mediador e facilitador, promovendo a autonomia dos estudantes sem deixá-los desamparados em meio à vastidão do ciberespaço.

Além disso, a implementação eficaz da *WebQuest* requer planejamento contínuo e adaptação. O professor deve avaliar regularmente o impacto da metodologia, identificando os

pontos fortes e as limitações da abordagem. Com base nessas avaliações, é possível ajustar a estrutura da *WebQuest* para atender melhor às necessidades dos alunos e aos objetivos pedagógicos.

O processo de elaboração de uma *WebQuest* também possibilita aos professores selecionarem fontes confiáveis e orientar os estudantes no uso adequado da internet, evitando a chamada "surfagem" descrita por Dodge (1995). Essa prática ocorre quando os alunos acessam indiscriminadamente conteúdo online sem um direcionamento claro, desperdiçando tempo e comprometendo a qualidade do aprendizado.

Ao adotar essa metodologia, os professores criam um ambiente de aprendizagem colaborativa, em que os estudantes podem interagir, refletir e construir conhecimento coletivo. No ensino de História, as *WebQuests* oferecem uma oportunidade valiosa para explorar fontes diversificadas, como textos digitalizados, materiais educativos, imagens históricas e hemerotecas.

Dessa forma, a internet deixa de ser apenas um repositório de informações e passa a ser um espaço ativo para a construção do conhecimento histórico, alinhado às demandas educacionais contemporâneas. Para o uso adequado de uma *WebQuest* os docentes devem ainda conhecer a sua estrutura e os seus componentes com suas respectivas descrições e finalidades.

A *WebQuest* é estruturada em componentes inter-relacionados que direcionam e organizam o processo de aprendizagem de forma clara e funcional. Cada uma das etapas possui objetivos específicos para garantir que os alunos alcancem os resultados esperados com a metodologia. A seguir, destacamos os principais elementos de uma *WebQuest*.

1. **Introdução:** Essa seção tem como objetivo situar e motivar os alunos, apresentando o tema ou o contexto da investigação. É a porta de entrada para o engajamento dos estudantes, oferecendo uma visão geral sobre o que será abordado.

2. **Tarefa:** Define o que os alunos devem realizar. Essa etapa deve propor uma atividade que seja exequível, desafiadora e interessante, culminando em um produto que represente o resultado do trabalho.
3. **Processo:** Detalha o passo a passo necessário para que os estudantes realizem a tarefa proposta. Aqui, os alunos recebem orientações sobre como se organizar e proceder ao longo da execução.
4. **Recursos:** Nessa parte, são disponibilizados materiais relevantes que ajudarão os alunos a concretizarem a tarefa. Esses recursos podem incluir links, hiperlinks, vídeos, textos em PDF, hipermídia e outros materiais específicos relacionados ao tema.
5. **Avaliação:** Indica os critérios e instrumentos que serão utilizados para avaliar a tarefa desenvolvida pelos alunos. Essa etapa é essencial para medir o sucesso do processo de aprendizagem.
6. **Conclusão:** Resume o desfecho da atividade, apontando o que os alunos aprenderam e reforçando a importância do trabalho realizado. A conclusão também incentiva os estudantes a darem continuidade às investigações em outros contextos.
7. **Créditos:** Lista os materiais e referências utilizados na elaboração da *WebQuest*, reconhecendo as fontes e os autores dos conteúdos usados.

Essa estrutura organizada da *WebQuest* facilita o planejamento e a execução de atividades educativas mediadas pelas tecnologias digitais, promovendo uma aprendizagem direcionada e colaborativa. Ao utilizá-la, os docentes podem conduzir os alunos em um ambiente de investigação produtiva, conectando os objetivos pedagógicos com as potencialidades da internet.

### Considerações Finais

Com base nas reflexões apresentadas e nos estudos já realizados sobre o tema, se observa que a metodologia *WebQuest* pode contribuir significativamente para a dinamização



do ensino de História. Sob a orientação do professor, os alunos têm a oportunidade de se engajar em uma aprendizagem colaborativa, explorando os conteúdos históricos de maneira mais ativa e contextualizada.

É importante destacar que o uso de tecnologias digitais e metodologias ativas como as *WebQuests* não deve ser interpretado como uma solução definitiva para os desafios educacionais. Em vez disso, elas devem ser compreendidas como um meio para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, facilitando a busca, a seleção e a organização das informações disponíveis na internet, além de promover a interação, a participação e a colaboração entre os envolvidos.

A incorporação de recursos digitais no ensino de História possibilita uma maior conexão com o universo dos alunos, aproveitando as inúmeras oportunidades oferecidas pelo ciberespaço, como o acesso a fontes diversificadas e informações históricas. Contudo, essa prática exige uma constante reflexão por parte de educadores e pesquisadores, para que se garanta um uso criterioso e significativo dessas tecnologias.

Embora o debate sobre a aplicação de tecnologias digitais no ensino de História ainda esteja em desenvolvimento, é essencial evitar simplificações que tratem as TDICs como soluções universais para os desafios da disciplina.

A metodologia *WebQuest*, nesse cenário, oferece uma perspectiva promissora ao facilitar o trabalho pedagógico dos professores e ao promover o uso crítico e reflexivo de tecnologias digitais para a produção, a disseminação e o ensino do conhecimento histórico em rede.

Ela abre caminhos para o uso integrado de diversas fontes e linguagens no processo de aprendizagem, promovendo não apenas o aprendizado dos conteúdos históricos, mas também o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o século XXI, como a capacidade de pesquisa, análise crítica, organização de informações e trabalho colaborativo.

A metodologia *WebQuest*, como enfatizado, é apenas uma das várias possibilidades metodológicas disponíveis aos educadores. A habilidade de combinar ferramentas digitais com

metodologias pedagógicas, sem perder de vista a essência da História como disciplina, pode oferecer experiências de aprendizagem mais contextualizadas e significativas.

Além disso, o uso da metodologia *WebQuest* pode auxiliar os alunos a estabelecerem conexões entre o passado e o presente, incentivando reflexões mais profundas sobre os processos históricos e sua relevância para a compreensão do mundo contemporâneo.

No entanto, é crucial manter uma postura crítica e avaliativa diante das novas tecnologias e metodologias educativas digitais, garantindo que possam complementar, em vez de substituir, a essência do ensino de História.

O debate sobre o uso das *WebQuests* no ensino de História pode ser enriquecido à medida que novas pesquisas, projetos e práticas se desenvolvam. Distante de uma visão fetichista das TDICs e metodologias ativas, o uso da metodologia *WebQuest* e recursos tecnológicos digitais se apresenta como uma alternativa viável para apoiar a prática pedagógica dos docentes de história.

Por fim, à medida que mais pesquisas e projetos sobre a aplicação de *WebQuests* no ensino de História sejam realizados, será possível identificar boas práticas, desafios e estratégias que possam orientar outros docentes na adoção dessa metodologia.

Essas iniciativas podem contribuir para a construção de uma rede colaborativa de educadores, que compartilhem experiências e materiais, promovendo uma constante atualização e inovação nas práticas pedagógicas.

### Referências

ABAR, C.A.A.P.; BARBOSA, L.M. **WebQuest: um desafio para o professor**. São Paulo: Avercamp, 2008

BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista; COUTINHO, Clara Pereira. **Um Estudo com Autores de WebQuests em Língua Portuguesa**: avaliação do processo de concepção, utilização e resultados obtidos. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

DO NASCIMENTO, Éder Dias; HAHN, Fábio André. A metodologia WebQuest no ensino de História: uma experiência com estudantes da educação básica. **Revista História Hoje**, v. 9, n. 18, p. 233-257, 2020.

DODGE, Bernie. **Webquest: uma técnica para aprendizagem na rede internet**. 1995 Disponível em: <

[https://www.dm.ufscar.br/~jpiton/downloads/artigo\\_webquest\\_original\\_1996\\_ptbr.pdf](https://www.dm.ufscar.br/~jpiton/downloads/artigo_webquest_original_1996_ptbr.pdf) >.

Acesso em 05/10/2017.

\_\_\_\_\_. Bernie. **WebQuest: uma técnica para aprendizagem na rede internet**. 1996. Disponível em: [http://www.WebQuest.futuro.usp.br/artigos/textos\\_bernie.html](http://www.WebQuest.futuro.usp.br/artigos/textos_bernie.html). Acesso em: 02 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. FOCUS: Five rules for writing a great WebQuest. *Learning and leading with technology*, v. 28, n. 8, p. 6-9, 2001

FIGUEIREDO, Luciano R. **História e informática: uso do computador**. In: *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*/ Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (org.). Rio de Janeiro: Campus, 1997

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo. Editora 34, 1999.

MARTINO, L.M.S- **Teoria das Mídias Digitais: Linguagens, ambientes, redes**. – 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MARCH, Tom. **Why Webquests?** an introduction. 1998. Disponível em: > <http://tom march.com/writings/why-webquests/> >. Acesso em 05/10/2017.

MORAN, José. Educação híbrida: um conceito-chave para a educação, hoje. In: [A. do livro] Lilian BACICH, Adolfo Tanzi NETO e Fernando de Mello TREVISANI. **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.p. 28-45.

MOURA, Antonio Guanacuy Almeida. **WebQuest's: possibilidades no ensino e aprendizagem de história**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ensino de História). Universidade Federal do Tocantins, UFT, 2018. Disponível no acervo do site: <https://educapes.capes.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2019



VII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO  
MARANHÃO OITOCENTISTA/VII  
SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

1824/1964  
ENTRE  
REVOLUÇÕES  
E GOLPES

24-27 SETEMBRO / 2024



Uema  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

NEMOXIX

LOCAL: PRÉDIO DE HISTÓRIA DA UEMA - CENTRO

NASCIMENTO, Éder Dias do. **A metodologia WebQuest na aula de história.** 128 f. Dissertações. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – Mestrado Profissional. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2018.

## MEDIEVALISMO E CONTEMPORANEIDADE: OS DESAFIOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Bianca Trindade Messias <sup>1</sup>

### Introdução

Quem se apropria do passado para escrever sobre a história? Qual passado é lembrado? Como o passado é apresentado? Para qual público a escrita sobre a história é destinada? A partir de tais questionamentos observamos que na contemporaneidade, o passado histórico é apropriado e ressignificado a luz do tempo presente, em que se estabelecem novas perspectivas e simbologias acerca dos fatos históricos, a fim de atender determinados interesses ideológicos de diferentes grupos sociais.

O período da Idade Média é um dos passados históricos que tem bastante repercussão no tempo presente, ganham visibilidade nas mídias, por meio do cinema, nos jogos, na literatura, entre outros. Diversos elementos são apropriados na contemporaneidade, como, por exemplo, as questões religiosas, como o papel da igreja medieval, as imagens guerreiras dos cavaleiros, o cenário composto por castelo, os quais se mesclam com aspectos do imaginário sobre esse período.

Entretanto, na contemporaneidade, observam-se as apropriações e recriações do medievalismo, por determinados grupos políticos do Brasil, para demonstrarem um passado patriarcal, branco e cristão, como forma de representar a identidade dos brasileiros (as), a partir das referências eurocêntricas e descontextualizadas.

Observa-se que essa forma de abordar o passado medieval perpassa por interpretações ficcionais e anacrônicas, às vezes, reforça, uma imagem estereotipada desse período, ou a exaltam de forma idealizada, visto como o ideal da civilização Ocidental o qual foi perdido no passado e deveria ser resgatado no presente.

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST/UEMA). Docente substituta do Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Verificasse a presença da Idade Média no campo da História Pública, Jurandir Malerba (2014) discute essa temática em torno do embate entre os acadêmicos e os não acadêmicos de História, e de como eles se utilizam do passado e o transmitam para o público leigo. Segundo Malerba, a história pública refere-se aos profissionais, não acadêmicos de História, mas que se utilizam do método histórico para se apropriarem do passado e o difundiram de forma mais “agradável” os fatos ao público dos leigos.

Inseridos na lógica do capitalismo, “[...] editores, publicitários e homens da mídia em geral descobriram que o passado pode representar bons negócios” (Malerba, 2014, p. 29). Mas qual o passado é conveniente lembrar? Em qual momento é atraente induzir o passado no presente?

Jurandir Malerba ao discutir sobre a história pública expõem dois problemas em relação a ela, primeiramente a “[...] questão do treinamento profissional para quem quer que pretenda explorar a história e levá-la ao grande público [...]; e o segundo, o imperativo da consideração da questão da audiência na definição do que seja e de como se deve praticar a história pública” (Malerba, 2014, p. 30).

Em relação à questão do treinamento profissional tanto os historiadores práticos e acadêmicos partem da mesma bagagem intelectual adquirida nas universidades, porém uma distinção categórica entre eles está relacionada a “[...] sua cultura de trabalho, que é moldada por identidades, perspectivas, missão e valores distintos” (Malerba, 2014, p. 31).

Os historiadores acadêmicos estariam em círculos fechados das instituições com os seus pares, enquanto os historiadores públicos estariam mais livres para difundir suas opiniões, utilizando as habilidades acessíveis para a formação da consciência pública, por meio de uma linguagem popular.

No Brasil observa-se um crescimento e o interesse pelo mercado de narrativas consideradas “inéditas”, históricas muito forte e acessível aos leigos, ao ponto de os profissionais não acadêmicos serem considerados os que dominam o ofício de se apropriarem



do passado e falarem dele, e de serem vistos como grandes “historiadores” do momento, os que escrevem sobre a história nunca dita antes.

Nessa perspectiva abordada por Malerba, nos leva a refletir sobre o impacto da História Pública no fazer historiográfico da Idade Média. Assim, problematiza-se sobre os elos estabelecidos entre o passado medieval e o presente, as atribuições de sentidos atribuídos a eles e as suas implicações para o campo do Ensino de História, pois se observa narrativas distorcidas acerca da Idade Média na longa duração.

Utilizando como referências bibliográficos os estudos de Carlile Lanzieri Júnior, Paulo Pachá, Maria Eugênia Bertarelli e Clínio de Oliveria Amaral, tem-se como objetivo entender as percepções do medievalismo no tempo presente e os desafios de aplicá-los no Ensino de História, de forma contextualizada, crítica a fim de ressignificar o medievalismo com as questões pertinentes da contemporaneidade.

### **As interpretações historiográficas sobre a Idade Média e a teoria do medievalismo.**

Diversos são os estudos historiográficos acerca do período medieval, segundo Bertarelli e Amaral, “diferentes contextos históricos procuraram criar e recriar a Idade Média com base nos seus interesses contemporâneos” (Bertarelli; Amaral, 2020, p. 101). A partir dessa abordagem, entende-se que a Idade Média é uma construção discursiva, a qual se adapta e é apropriada conforme a conjuntura do tempo presente.

Nessa perspectiva apontada por Bertarelli e Amaral, ao observar as denominações dos períodos que demarcam as temporalidades históricas, o próprio termo Idade Média é uma invenção intelectual carregada de diversas interpretações. Franco Júnior (2006), na introdução do seu livro<sup>2</sup>, apresenta um debate acerca do termo Idade Média cunhada no século XVI, carregado de preconceito, em que a denominação utilizada se referia ao desprezo ao tempo da história localizado entre a antiguidade clássica e o século XVI.

<sup>2</sup> FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

O autor expõe os debates discursivos para diferentes períodos históricos acerca do significado do conceito de Idade Média. Conforme Franco Júnior, o mito historiográfico de “idade das trevas” era defendido pelos renascentistas e iluministas, pois para eles a Idade Média representou uma interrupção aos progressos humanos, os quais foram desenvolvidos pelos gregos e romanos.

Assim, desenvolveu-se a concepção de um período mediano, rebaixado e de que a medievalidade nada tinha contribuído para a humanidade. A concepção desse período tenebroso altera-se na primeira metade do século XIX com os românticos, ao buscarem no passado medieval os elementos para a formação das identidades nacionais e a construção de um sentimento de nação nos estados modernos. Entretanto, “a Idade Média permanecia incompreendida. Ela ainda oscilava entre o pessimismo renascentista/iluminista e a exaltação romântica” (Franco Júnior, 2006, p. 13).

Segundo Franco Júnior (2006), o século XX foi marcado com o advento da *Escola dos Annales*, teve-se a renovação da historiografia e com isso uma nova abordagem acerca do período medieval, que consiste em vê-la com “[...] os olhos dela própria” (Franco Júnior, 2006, p. 13).

Nesse processo, diversos olhares são lançados para essa temporalidade, as inquietações surgem no presente e movem as pesquisas a investigarem as fontes históricas, a problematizá-las, analisá-las e contextualizá-las a fim de compreender a complexidade da Idade Média.

A partir do debate historiográfico apresentado por Franco Júnior, verificasse os múltiplos sentidos sobre o que foi a Idade Média, o qual varia para diferentes momentos e par diversos grupos sociais que se utilizam dela para uma determinada finalidade ideológica, como valorizá-la no século XIX, que se tornou referência das construções das identidades do período.

Outro aspecto de debate historiográfico acerca da Idade Média refere-se à cronologia, ou seja, os marcos temporais desse longo período histórico. Jacques Le Goff (2008) defende uma longa Idade Média. Para o autor, esse período “[...] jiria até o fim do século XVIII. Pode-

se dizer que a Idade Média só teve fim com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial” (Le Goff, 2008, p. 29).

Por meio da longa duração que Le Goff observa as heranças desse período que permanecem na atualidade, como, por exemplo, a devoção à Virgem Maria, as línguas vernáculas, a concepção das universidades, as formas de se relacionar ao sagrado pelo ordenamento do Cristianismo, as normas de comportamento e sociabilidade que marcaram as relações sociais, por exemplo, os poderes temporal e espiritual. Todos esses elementos medievais contribuíram para a formação das instituições, da cultura e identidades do Ocidente, os quais muitos deles permanecem presentes na atualidade de formas ressignificadas.

Distanciando-se da historiografia francesa, os autores Bertarelli e Amaral (2020) apresentam a teoria do medievalismo que surgiu nos Estados Unidos na década de 1970. Conforme os autores, essa corrente teórica é entendida como um campo de estudo que se concentra nas recepções, representações e reapropriações da Idade Média no período contemporâneo.

Nessa perspectiva, o medievalismo foca na "Idade Média recriada", ou seja, como ela é reinterpretada e ressignificada em função das demandas culturais, políticas e sociais modernas. Assim, tem-se como propósito compreender o impacto cultural do medievo na atualidade, explorando suas representações em campos como a indústria cultural (filmes, videogames), religião e discursos políticos.

Enquanto a perspectiva de Le Goff acerca da continuidade de estruturas medievais por meio da longa duração, que para o autor se fizeram presentes até o início da modernidade, o medievalismo se concentra na maneira como o período é reinterpretado no presente, criando novas narrativas que dialogam com questões contemporâneas.

Aproximando-se da teoria do medievalismo, tem-se o conceito de neomedievalismo, que, segundo Bertarelli e Amaral, amplia a abordagem do medievalismo ao abordar como elementos medievais são adaptados para resolver questões contemporâneas.



Conforme Bertarelli e Amaral, para além de analisar as apropriações dos elementos medievais na contemporaneidade, o medievalismo propõe uma leitura que descolonize a Idade Média, rompendo com a predominância de uma visão eurocêntrica e reconhecendo as apropriações e recriações desse período em contextos como o das Américas, incluindo a relação entre a cultura medieval e a formação de sociedades coloniais.

Assim, para além de uma Idade Média da Europa, verificasse na contemporaneidade, os usos do passado histórico medieval no Brasil, em particular de grupos políticos da extrema-direita, que usam o passado medieval para reforçar as suas ideologias e legitimar os seus discursos no cenário político brasileiro.

### **O medievalismo e a contemporaneidade no Brasil**

Para Lanzieri Júnior, “por mais distante que seja o passado no qual mergulhamos em nossas pesquisas, as questões a ele apresentadas são sempre mediadas pelas experiências vividas no presente” (Lanzieri Júnior, 2019, p. 206). A vivência de experiências no tempo presente conduz os pesquisadores a se inquietarem com as realidades contemporâneas, incitando-os a buscar vestígios do passado para problematizá-las e estabelecer relações críticas entre história e atualidade.

Nesse contexto, e dialogando com a teoria do medievalismo, verifica-se a recorrente apropriação do passado medieval por diversos grupos sociais ao redor do mundo, muitas vezes de forma anacrônica, com o intuito de atender a expectativas ideológicas e conservadoras.

Esses grupos idealizam frequentemente a Idade Média como um período de ordem social, pureza moral e homogeneidade cultural, desconsiderando as complexidades e pluralidades históricas do período medieval. Tal idealização atende a projetos políticos específicos, especialmente de correntes conservadoras, que recorrem a esse imaginário medieval para justificar discursos e práticas excludentes.

Conforme Lanzieri Júnior (2019), as apropriações, usos e abusos sobre o passado medieval formulam e propagam discursos que tendem em negar o tempo presente, e buscam na

Idade Média valores e condutas, de forma descontextualizada, a fim de manterem uma ordem conservadora e um ideal de sociedade perdidos ao longo do tempo.

Diante disso, determinados grupos políticos radicais defendem “o retorno da educação clássica e do emprego das sete artes liberais (trivium e quadrivium) como formas de se retirar o sistema educacional de seus países da decadência na qual se encontram” (Lanzieri Júnior, 2019, p. 197).

Além desses elementos educacionais, tem-se a necessidade de resgatar os bons costumes, a moral, a filosofia grega, o direito romano e o cristianismo, esses elementos representariam os valores ideais de uma civilização, de parâmetros de identidades e ideológicos.

No Brasil, verifica-se uma tendência de reviver o passado medieval português como referência das heranças do país, pregando uma história exclusivamente europeia, branca, judaica e cristã. Para Pachá (2019), essa propagação fictícia da Idade Média fortalece os projetos políticos conservadores e lança uma cortina para os problemas históricos e temporais do país, como, por exemplo, o racismo ativo, a misoginia, a homofobia e a intolerância religiosa.

Ao negar esses problemas pertencentes a trajetória histórica do Brasil e tendo como ideal de identidade brasileira os elementos lusitanos, os grupos conservadores propõem-se uma construção de um futuro brilhante, nobre, branco, patriarcal e cristão e irão retornar a ordem e o controle em meio as transformações decorrentes do próprio tempo. Tais mudanças miram nos conflitos sociais, raciais e nas minorias, assim, tem-se a tentativa de excluí-las da participação política.

Um tema bastante recorrente para reforçar os estereótipos acerca da Idade Média é o contexto das Cruzadas, em que retiraram o fato do seu próprio tempo e lançam para o presente, propagando-se as ideias de que o inimigo está solto e que representa uma ameaça para a civilização Ocidental.

Segundo Pachá, os sujeitos perversos imaginados na atualidade, representam os grupos que lutam por igualdade, por reconhecimentos dos excluídos e das minorias, que lutam por

visibilidade e direitos no país. Assim, líderes políticos foram lançados para empreitar as cruzadas, combater os inimigos e as mudanças, visando a preservação dos valores ideias da civilização Ocidental.

Outra apropriação bastante frequente na contemporaneidade é a imagem do cavaleiro medieval, um símbolo central da Idade Média, amplamente utilizado em discursos políticos, culturais e ideológicos na atualidade. Essa figura, idealizada como protetora de valores morais e defensora de uma ordem social estável, serve como uma poderosa ferramenta de mobilização emocional e identidade cultural. Conforme Lanzieri Júnior (2019), no contexto contemporâneo, o cavaleiro deixa de ser apenas uma figura histórica para se transformar em um arquétipo simbólico, frequentemente descontextualizado, e adaptado às narrativas modernas.

O cavaleiro medieval é frequentemente associado a virtudes como coragem, honra, lealdade e sacrifício. No medievalismo contemporâneo, esses valores são reinterpretados para legitimar projetos políticos ou reforçar identidades conservadoras. Segundo Lanzieri Júnior, essa figura ressurgiu como um modelo moral idealizado, especialmente em contextos de crise política, econômica e social, onde a sociedade busca refúgio em narrativas de pureza, ordem e heroísmo.

Lanzieri Júnior observa que, na política contemporânea, a imagem do cavaleiro tem sido utilizada para construir lideranças messiânicas e autoritárias. Apresentam-se, por meio dos líderes políticos mundiais, os elementos estéticos do medievo, como o cavaleiro em armadura, para criar a ideia de líderes protetores e dispostos a lutar contra inimigos ideológicos.

Esses usos não só ressignificam a Idade Média, como também instrumentalizam seu simbolismo para justificar projetos nacionalistas, excludentes e autoritários, frequentemente baseados em uma dicotomia "nós contra eles".

Além disso, a popularidade da figura do cavaleiro também é reforçada pela cultura de massa, como filmes, séries e videogames. Obras como *Game of Thrones* e *O Senhor dos Anéis* romantizam os cavaleiros, contribuindo para a construção de um imaginário coletivo que associa essa figura a valores atemporais.



Esses produtos culturais ajudam a manter viva a presença do cavaleiro no imaginário contemporâneo, mas simplificam frequentemente as complexidades históricas em prol de uma narrativa heroica universal.

Essa prática evidencia a instrumentalização do passado como uma ferramenta simbólica para legitimar narrativas de poder no presente. Mais do que simples memória histórica, a Idade Média torna-se um espaço de disputa cultural e ideológica, demonstrando a relação dinâmica entre o passado e as demandas contemporâneas.

Nesse processo, a recriação da Idade Média frequentemente reforça mitos históricos que simplificam e distorcem as realidades daquele período, consolidando representações que servem a interesses políticos atuais. Conforme Lanzieri Júnior, tais líderes apropriam-se de símbolos, palavras e gestos da medievalidade na busca de legitimação no passado medieval, trazendo-as para o presente de forma anacrônica e projetando um futuro fictício de nação.

Diante das análises de Lanzieri Júnior e Paulo Pachá acerca da conjuntura brasileira vivenciada recentemente e os usos do medieval, tem-se o desafio de estabelecer as relações entre o presente e o passado no Ensino de História Medieval. Assim, é necessário problematizar essas ressignificações, destacando as desconexões entre as narrativas contemporâneas e o contexto histórico original da Idade Média.

### **O medievalismo contemporâneo e os desafios para o Ensino de História**

Os elos estabelecidos entre o presente e o passado fazem parte da aprendizagem histórica do ensino e história. Segundo Bertarelli e Amaral (2020), a teoria do medievalismo questiona o paradigma historiográfico dominante, que frequentemente coloca a Europa no centro das narrativas históricas e a sua abordagem centra-se nas apropriações da Idade Média, na contemporaneidade, que variam conforme o contexto cultural e político.

Diversos são os desafios da aplicabilidade da história medieval em sala de aula, em que conhecer sobre a Idade Média consiste em entender que esse período não é tão distante da realidade dos discentes, os quais necessitam identificar a presença dos elementos medievais no

tempo presente, interpretar os seus significados e identificar as mudanças e permanências dos elementos medievais ao longo das temporalidades.

Diante de uma Idade Média globalizada do século XXI que busca a “pureza cultural cristã perdida” (Lanzieri Júnior, 2021) do período medieval, a qual se faz presente na história pública e circula na cibercultura e promovem um “medievalismo banal” (Lanzieri Júnior, 2021, p. 110). Esse cenário apresenta uma Idade Média plastificada e acessível aos discentes, os quais levaram os elementos medievais divulgados nas mídias para a sala de aula.

Assim, têm-se os desafios para os docentes no que se refere em como dialogar com o medievalismo contemporâneo com o passado, como identificar e problematizar os estereótipos acerca desse período e refletir sobre quem promove esses discursos acerca da Idade Média e a intencionalidade de propagarem as ideias desse período.

Lanzieri Júnior, ao refletir sobre o impacto do medievalismo contemporâneo no ambiente escolar, aponta

Pensar em uma História Pública como muitos historiadores atualmente têm feito é pensar em uma História escrita e divulgada tendo como base outros protocolos, novas demandas, novos meios de difusão e, talvez o mais importante, novas formas de percepção em relação ao nosso ofício que nos apontam para a certeza de que a descolonização da História é uma arma poderosa contra os supremacistas e integristas que se aninham física e virtualmente em torno da alt history (Lanzieri Júnior, 2021, p. 120).

A história pública promove, nas mídias como cinema, televisão, videogames e redes sociais, imagens idealizadas ou romantizadas do período medieval, muitas vezes desvinculadas de uma base historiográfica rigorosa. Além disso, plataformas digitais ampliam o alcance dessas narrativas, permitindo que o medievalismo seja apropriado de maneira dinâmica por comunidades virtuais.

Assim, faz-se necessário, como indica Lanzieri Júnior e o próprio Malerba, refletir sobre a escrita do historiador, a fim de combater o extremismo acerca da Idade Média e se aproximar do público maior. Além disso, é importante o diálogo com a História escolar, pois o objetivo da aprendizagem histórica consiste em conduzir à formação de sujeitos ativos, críticos e

conscientes, ao compreender a relação entre o passado e o presente da história e os impactos na vida prática.

Entretanto, essa tarefa é desafiada pela concorrência com narrativas populares e pela limitação de currículos e materiais didáticos. Observa-se que os livros didáticos e currículos muitas vezes perpetuam imagens reducionistas da Idade Média, apresentando-a como um período de obscurantismo ou atraso, o que contribui para o distanciamento dos alunos em relação ao período.

Outro aspecto refere-se a abordagem tradicional que frequentemente ignora as ressignificações contemporâneas do medieval, como as representações na cultura popular e na política. Isso cria um abismo entre o ensino escolar e o interesse dos alunos.

Diante disso, ao abordar sobre a teoria do medievalismo no ensino de história, a partir da perspectiva de Bertarelli e Amaral, a Idade Média passa a ser vista como um período continuamente recriada para atender às necessidades do presente, desafiando a visão de um período estático ou encerrado no passado. Isso gera debates produtivos sobre como as interpretações históricas servem para legitimar identidades e discursos modernos.

Um dos exemplos que pode ser trabalhado de forma pedagógica é a imagem do cavaleiro no medievalismo contemporâneo, como foi analisado a partir das reflexões de Lanzieri Júnior, esse que aparece de forma descontextualizado e transformado em uma figura simbólica para atender a expectativas ideológicas e emocionais dos sujeitos políticos do tempo presente. Esse anacronismo obscurece as realidades históricas e reforça narrativas simplistas sobre a Idade Média.

No ensino de história, ela pode ser explorada para desconstruir mitos e estimular uma análise crítica sobre como o passado medieval é interpretado e ressignificado na contemporaneidade. O estudo da representação do cavaleiro no medievalismo contemporâneo ajuda a demonstrar como o passado é um espaço de disputas simbólicas, onde memória, identidade e política se entrelaçam.



A partir dessa análise crítica, no ensino de história, não apenas desmantela discursos que utilizam o passado como ferramenta de exclusão, mas também promove uma compreensão mais informada e consciente da história medieval. Em última instância, a investigação historiográfica assume um papel central na construção de sociedades reflexivas, capazes de questionar as idealizações do passado e os seus usos no presente.

### Considerações Finais

A Idade Média é simultaneamente um objeto de estudo histórico e um fenômeno cultural vivo, sendo constantemente recriada em função das demandas do presente. A partir dessa perspectiva, observam-se as apropriações da Idade Média e as múltiplas ressignificações na contemporaneidade, que tendem a reforçar um período descontextualizado e idealizado, a fim de atender às demandas da contemporaneidade.

A teoria do medievalismo não é apenas um campo de estudos históricos, mas uma ferramenta crítica para entender como o passado medieval é usado para legitimar discursos e práticas contemporâneas. Além disso, promove debates fundamentais sobre memória, identidade e poder, além de ser essencial que o medievalismo dialogue com diferentes perspectivas historiográficas e culturais.

Ao explorar as conexões entre os usos do passado medieval na contemporaneidade e a construção de narrativas históricas, destacam-se os desafios de ensinar sobre o medievalismo no ensino de história, mas também propõe caminhos para superar práticas reducionistas. Assim, faz-se necessário abordar o medievo como um espaço plural e dinâmico, promovendo uma visão crítica e contextualizada do passado e seus reflexos no presente.

Portanto, o medievalismo contemporâneo evidencia como o passado medieval é continuamente ressignificado, tanto na esfera pública quanto na escolar. Enquanto a história pública constrói narrativas amplamente consumidas, a história escolar tem a responsabilidade de questioná-las e contextualizá-las. O diálogo entre essas duas abordagens pode contribuir para

uma compreensão mais ampla e crítica da história medieval e de seu papel no mundo contemporâneo.

### Referências

BERTARELLI, Maria Eugênia; AMARAL, Clínio de Oliveira. **Longa Idade Média ou apropriações do medieval? Uma reflexão para se descolonizar a Idade Média através do medievalismo.** *História: Historiografia*, Ouro Preto, v. 13, n. 33, p. 97-130, maio 2020.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média nascimento do Ocidente.** São Paulo: Brasiliense, 2001

LANZIERI JÚNIOR, Carlile. **Cavaleiros de papel: considerações sobre as histórias conectadas de diferentes usos do passado medieval na contemporaneidade dentro e fora do Brasil e seus possíveis impactos na formação do conhecimento histórico escolar.** In: VIANNA, Luciano José (org.). *A História Medieval entre a formação de professores e o ensino na Educação Básica no século XXI: experiências nacionais e internacionais.* Rio de Janeiro: Autografia, 2021. p. 107-124

LANZIERI JÚNIOR, Carlile. **Ontem e hoje, o porta-estandarte: reflexões sobre os usos do passado medieval, a estética bolsonarista e os discursos recentes da direita brasileira.** *Roda da Fortuna: Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo*, v. 8, n. 2, p. 189-209, 2019.

Disponível em: <http://www.revistarodadafortuna.com>. Acesso em: 17 nov. 2024.

LE GOFF, Jacques. **Uma longa Idade Média.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 74, p. 135-154, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n74-06>. Acesso em: 22.nov. 2024

## QUESTÃO AGRÁRIA NO VALE DO PINDARÉ: A ATUAÇÃO DO DOPS E A EXPROPRIAÇÃO RURAL NO MARANHÃO (1964-1985)

Carlos Ernesto Aragão Barros<sup>1</sup>

Lidiane Elizabete Friderichs<sup>2</sup>

### Resumo

O trabalho investiga os conflitos fundiários na Mesorregião do Oeste Maranhense, especificamente na região do Vale do Pindaré durante a ditadura civil-militar (1964-1985), buscando evidenciar a expropriação de terras camponesas e a atuação repressiva e conivente do Estado. As fontes utilizadas foram os dossiês da série "subversão" da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS-MA), objetivando levantar e selecionar documentação relacionadas aos conflitos agrários. A metodologia empregada foi seguida em três etapas principais: aprofundamento teórico, primeiro contato com as fontes documentais, e análise dos documentos para identificação dos principais atores e motivos envolvidos nas expropriações de terras. Destaca-se o papel da lei de Segurança Nacional na criação de um sistema de controle e dominação, o projeto desenvolvimentista de modernização agrícola na Amazonia Legal, a Lei Sarney de Terras e o papel da grilagem como estratégia principal na expropriação de terras.

**Palavras-Chave:** Conflitos agrários, Expropriação, Vale do Pindaré, DOPS

### Introdução

Na década de 1970, a região do Vale do Pindaré, no Estado do Maranhão passou a ser o foco dos projetos de modernização do campo, criadas pelos governos militares (1964-1985), propiciando a instalação de grandes fazendeiros do centro-oeste, sul, sudeste, inclusive multinacionais, na região, as quais que iniciaram um processo longo, por meio da ilegalidade e da conivência do Estado, de expropriação de terras e violência ao estrato social do campo maranhense.

<sup>1</sup> Graduando pela Universidade Estadual do Maranhão, [ernesto.barros1002@gmail.com](mailto:ernesto.barros1002@gmail.com), Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntário.

<sup>2</sup> Graduada pela Universidade Federal do Rio Grande, pós Doutora pela Universidade Estadual do Maranhão (PPHIST/UEMA)



Nesta região, do mesmo modo que outros vales, como dos rios Itapecuru, Mearim e Gurupi, no oeste maranhense, parte integrante da Amazônia Legal, já residiam milhares de comunidades camponesas, indígenas e quilombolas, que conseguiam viver através do uso comum da terra e da agricultura familiar (Souza, 2021).

Ao criarem as políticas de “desenvolvimento” econômica, os militares incentivaram a venda de terras públicas a fazendeiros e empresas agropecuárias e extrativistas nacionais e internacionais. A respeito disso, Karina Souza (2021, p.71) assinala que o próprio regime começou a propagar um certo “vazio demográfico” na região para afirmar a invisibilidade destas comunidades e legitimar a expropriação de suas terras, como dito no slogan do governo Médici (1969-1974), “Amazônia, terra sem homens para homens sem-terra”.

O principal evento deflagrador dos conflitos fundiários no Maranhão, inerente ao projeto nacional de avanço da fronteira agrícola e exploração da Amazônia, foi a promulgação da Lei Estadual nº 2.979/1969, Lei Sarney de Terras, que tinha como “pretensão de modernizar as relações de uso e apropriação de terras e de inserir aquele Estado entre as fronteiras de expansão do nascente agronegócio nacional” (Sá, 2021, p. 3). Essa lei somada a criação das Delegacias de Terra, se tornariam instrumentos essenciais na repressão e na expropriação rural.

Mas, mais do que isso, estes eventos foram frutos de um plano meticuloso oriundo antes do golpe, onde os setores conservadores da sociedade brasileira demonstravam ter receio e medo de uma possível revolução camponesa que abalasse a estrutura fundiária, visto que

A partir dos anos 50 o campo se acende em uma luta de classes por respeito aos direitos sociais e trabalhistas, pelo uso da terra e pela valorização dos produtos agrícolas, existindo também uma disputa pela hegemonia das lutas camponesas entre as Ligas Camponesas, o PCB e a Igreja (Brito, 2014, p. 80).

Logo, vimos em René Dreifuss (1981) que já havia uma movimentação da intelectualidade burguesa, financiada por empresários, por meio de organismos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que realizou os projetos econômicos e sociais da ditadura, mas também teve uma importante atuação no período anterior a ela. O IPES foi um dos responsáveis por desestabilizar o governo de João Goulart e produzir uma vasta propaganda

contrária a ele, sua atuação supostamente visava conter o avanço do “inimigo interno” no país - ou seja, todos aqueles que se agrupavam em torno das ideias relacionados a esquerda - na disputa da hegemonia no status-quo.

Caso exemplar de estudos desenvolvidos por organismos como o IPES, no campo da situação fundiária, foi a estruturação teórica e a elaboração de propostas do Estatuto da Terra de 1964, que visava controlar a situação fundiária intensa no país, beneficiando principalmente a classe latifundiária e empresarial, traduzindo para termos legais, sob a ótica da modernização agrícola, categorias que faziam parte do discurso político na época, como “latifúndio”, “empresas rurais”, “propriedade familiar” (Bruno, 1995). Além disso, “tratava-se também de incentivar a constituição de uma próspera classe média rural, entendida, tal como preconizado pelo Ipes e Ibad, como barreira à difusão das ideias ‘de esquerda’ no campo” (Servolo de Medeiros, 2021).

Outros exemplos, para mediar os conflitos no campo e a regularização fundiária, temos a formação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) em 1964 - que depois se tornaria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1971 -, cujas bases eram exatamente o projeto de modernização do campo, a concentração fundiária e a formação de grandes empresas no campo (Brito, 2014, p. 81).

Nos anos de 1970 temos a convergência desses eventos e projetos de “modernização” no campo, que acabaram gerando uma intensa perseguição e violência as comunidades camponesas do oeste maranhense com o intuito de expropriar suas terras, sendo a grilagem a estratégia principal neste aspecto.

Tomando como exemplo, no mesmo ano foi feita a grilagem de mais de 1.500.000ha de terra, da chamada Fazenda Pindaré<sup>1</sup>. O descalabro deste caso gerou revolta entre as massas camponesas e o sindicalismo rural no Pindaré, que logo em seguida realizaram vigorosas ações de resistência, como manifestações, carreatas, ocupações de terras, etc. Fazendo, portanto,

<sup>11</sup> Perpetrado em 1968, esse grilo se localizava entre os municípios de Imperatriz, Santa Luzia e Amarante, prolongando-se para Santa Inês, e assim por diante. Ficou conhecido pela sua grande extensão, sendo inclusive a primeira grilagem no Pindaré. Para mais ler, Asselin (2009).

dobrar a repressão e violência pelos órgãos de segurança pública que temiam o inimigo interno. Tanta a repressão, que no mesmo ano a maior liderança da resistência camponesa do Vale do Pindaré, Manoel da Conceição<sup>2</sup>, sofreu um atentado ao levar tiros nos pés por policiais, sendo brutalmente impedido de continuar sua luta.

Visto o exposto, o intuito deste artigo é justamente evidenciar estes conflitos agrários ocorridos no Vale do Pindaré no período ditatorial (1964-1985). Por meio de pesquisa e sistematização das fontes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/MA), disponíveis no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), apresentaremos alguns casos que evidenciam principalmente a expropriação das terras dos camponeses maranhenses. Objetivando assim, compreender quem foram os atores responsáveis pelas expropriações no Vale do Pindaré e como suas ações foram facilitadas pelo Estado e seus órgãos repressivos.

### **Ditadura civil-militar e a Lei de Segurança Nacional**

Em 1 de abril de 1964 os militares tomam o poder no Brasil, derrubando o governo de João Goulart e iniciando mais um capítulo tenebroso na história do país. A Ditadura civil militar, também conhecida como “anos de chumbo”, foi marcada, desde os primeiros momentos do golpe, pela violência, sendo ampliada ainda para mais em 1968 com a instituição de aparatos institucionalizados de repressão (Fico, 2019). O regime montou um verdadeiro aparato de repressão política, onde criaram um sistema nacional de espionagem, uma polícia política, um departamento de propaganda e outro de censura política (Fico, 2019).

A construção do aparato de informação, espionagem e repressão da ditadura se deu não só pela ação dos militares mas também contou com a colaboração civil<sup>3</sup>, inclusive desde a articulação do golpe, sendo isso demonstrado em obras como 1964: a conquista do Estado, de René Dreiffuss (1981), que evidencia as intensas articulações entre o empresariado nacional e

<sup>2</sup> Sobre a trajetória de vida e militância do Manoel da Conceição, ver Amaral Neto (2020).

<sup>3</sup> “Os “civis” a que Dreiffuss se refere, ao longo de toda obra, têm nome, endereço e interesse concreto: são empresários, tecno empresários, ou “dublês” de empresários que representavam determinados projetos inscritos numa sociedade dividida [...]” (Hoeveler, 2014, p. 4).



estrangeiro em instituições estatais e em organismos ideológicos formadores de quadros da Escola Superior de Guerra (ESG) ou de opinião pública, com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Apesar do Fico (2004) se deter ao caráter militar da ditadura, entendemos a necessidade, no contexto da pesquisa trabalhada, de considerar como cabeças, tanto do golpe como da sua posterior implantação, as elites civis e militares.

Essa tríade ESG/IPES/IBAD serviu de base para a inovação fundamental introduzida pela administração pós-1964, com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), a qual centralizou, o conhecimento e o monitoramento de parte significativa da sociedade no Estado (Dreyfuss, 1981). O fundador e primeiro coordenador do SNI foi o General Golbery do Couto e Silva. Esse serviço se propôs e tornou-se “um centro influente na formulação de diretrizes em todas as áreas da vida social, política e militar brasileira” (Dreyfuss, 1981, p. 422).

Além disso, essa rede de informações, composta não somente pelo SNI, mas também pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), pelo Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), a Comissão Geral de Investigações (CGI), o Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), foi diretamente influenciada e surgiu a partir da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), desenvolvida pela ESG desde da década 50, mas só instituída em 1964 pelo Ato Institucional N° 1. Os preceitos desta doutrina tinham como objetivo monitorar as áreas específicas de possível oposição política, social, econômica e militar (Alves, 1984). Sua estratégia e meta era fortalecer o “poder nacional” contra eventuais ataques do “inimigo interno” (o comunismo), ou seja, indo contra todos os movimentos sociais que emergiam nas cidades e no campo e que desafiavam o status quo desde os anos anteriores ao golpe civil militar (Crestani, 2011). Importante acentuar que, essa rede só foi consolidada entre 1969 e 1970 (Fico 2001).

## Maranhão a venda: grilagem e a expropriação de terras

No Maranhão, entre 1950 e 1970 surge uma nova fronteira de expansão da cultura do arroz e da pecuária na região de influência da cidade de Imperatriz.

Formou-se então a frente de ocupação das matas de transição e equatoriais dessa vasta região, que se estendia até o rio Gurupi, fronteira natural com o Estado do Pará, seguida pelo vale do rio Pindaré formando uma triangulação entre Imperatriz, São Pedro da Água Branca e Santa Inês. Nessa região seriam travados os mais acirrados conflitos agrários do Maranhão (Sá, 2021, p. 14).

As promessas de riquezas e oportunidade de terras que existiam nesta nova fronteira agrícola fez com que o Estado passasse a ser conhecido pela massa camponesa, como um “Eldorado”. Logo, o fluxo migratório sentido Nordeste-Maranhão, que já ocorria desde o século XIX, se intensificou. Nordestinos do Ceará, Piauí e Pernambuco, tentando escapar da sujeição e da violência do latifúndio, se redirecionavam a nova fronteira agrícola em busca de terras para trabalhar e prosperar (Luna, 1984).

Esta nova fronteira foi priorizada no projeto desenvolvimentista para a região norte e nordeste do país no governo de Juscelino Kubitschek (1956 - 1961), concretizando enfim a real “Marcha para o oeste”, outrora idealizada pelo governo Vargas em 1930, com a abertura das grandes rodovias de integração nacional<sup>4</sup>, e continuada, transformada e agudizada por incentivo da ditadura civil militar para a ocupação dos vazios demográficos da região da Amazonia Legal<sup>5</sup>.

Nesse processo desenvolvimentista intensificado pela ditadura, o Estado do Maranhão foi “incorporado ao processo de especulação fundiária e de modernização agropecuária” (Sá, 2021, p. 2), ou seja, a integração das suas terras livres ao capital. Sendo a Mesorregião de maior foco, e conseqüentemente de conflitos, o Oeste Maranhense, onde se enquadra a região do Vale do Pindaré em que nos empenhamos aqui a pesquisar.

<sup>4</sup> Exemplos marcantes são as seguintes estradas: Belém-Brasília: um conjunto de trechos de diversas rodovias federais que liga as capitais que a nominam; Da BR 222 que se funde com a Belém-Brasília na cidade de Açailândia, antigo distrito do município de Imperatriz; Abertura da BR -230 - Rodovia Transamazônica.

<sup>5</sup> Região que compreende os estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Pará, Roraima, Amapá (bioma amazônico), aos quais foram congregados os estados Mato Grosso, Tocantins e a parte **Oeste do Maranhão**.

Com isso, a partir da década de 1970, diversos políticos, grandes fazendeiros e empresas do Centro-oeste, Sul e Sudeste do país, além de multinacionais, mas principalmente grileiros, começaram a se instalar no território do Oeste Maranhense a partir da corroboração direta do Estado ditatorial brasileiro, por meio de incentivos fiscais, créditos bancários, especulação imobiliária, venda de terras devolutas ou por implementações de políticas públicas e leis que favoreciam o latifúndio.

As terras que já eram habitadas por comunidades tradicionais a décadas, juntamente com os recém-chegados e instalados migrantes nordestinos, passariam, dali em diante, a enfrentar intensos conflitos agrários envolvendo a expropriação de suas terras.

Paralelamente à perseguição e violência acometida a essas populações, além do incentivo e conivência do estado, a estratégia principal de apropriação das terras foi a grilagem (Souza, 2021).

A grilagem de terras compreendia uma teia envolvendo governadores, senadores, grileiros propriamente ditos, polícia militar (em suma, membros dos poderes executivo, legislativo e judiciário), formando uma verdadeira rede articulada em nível nacional, principalmente tendo como origem os Estados de São Paulo, Paraná, Goiás, Espírito Santo e Bahia. A grilagem efetivou-se através dos cartórios forjando documentos de propriedade da terra por meios bastante suspeitos de serem fraudulentos. Tinha-se por objetivo a legalização da propriedade da terra para que, em seguida, estivesse em condições de receber dos governos estadual e federal, incentivos e financiamentos (Tavares, 2008, p. 197- 198)

Não era mais tolerável que o camponês pudesse se apossar de um pedaço de terra pública para poder trabalhar e nela tirar seu sustento, como ocorria nos fluxos migratórios e de ocupações anteriores. A partir deste momento, os posseiros que ocupavam e trabalhavam nas terras devolutas, e até mesmo o pequeno agricultor na sua terra particular, tiveram que enfrentar o avanço, direcionado e legitimado pelo Estado, de grileiros, utilizando as táticas criminosas e violentas para expulsá-los.

A grilagem de terras consiste em uma fraude deliberada, na falsificação de escrituras de terras devolutas do Estado ou mesmo particulares, porém, essa não é uma fraude individualizada e, sim, generalizada, um pacto entre setores da sociedade e o Estado para a legitimação da apropriação, não só das terras,



mas, do próprio aparato estatal por uma classe específica: a capitalista (Bezerra dos Santos; Tavares, 2016, p. 365).

Nesse quadro, é impossível dissociar a grilagem quando discutimos a questão agrária e a violência no campo no Maranhão, pois compreendê-la é examinar “[...] uma peça da engrenagem do capitalismo” (Asselin, 2009, p. 21). O Padre Victor Asselin (2009), na obra “Grilagem: Corrupção e violência em terras do Carajás”, nos demonstra isso, indo na fonte, nas causas e nas raízes da grilagem no Estado, descortinando o apoio e a proteção do poder estatal aos indivíduos e as instituições que praticavam as expropriações. O autor constata que:

A grilagem de terra na Amazônia Legal não representa um fato isolado ou, menos ainda, uma “ação nefasta de maus brasileiros”, mas faz parte de um modelo econômico, de uma estrutura sócio-política. Grilagem é problema estrutural e, por ser de ordem estrutural, ela é planejada e estimulada (Asselin, 2009, p. 18).

Justamente entendendo ela como parte de uma estrutura e de um projeto, observa-se no período, uma série de políticas públicas por parte do Governo do Estado que potencializaram a grilagem, como parte do propósito da nova política fundiária de integração das terras ao capital. E a mesma atuação é “compreendida dentro do contexto da política de segurança nacional que se materializa como manifestação do movimento do capital em busca por condições de reprodução (valorização)” (Bezerra dos Santos; Tavares, 2016, p. 365).

Dessas políticas públicas, as que geraram mudanças significativas na situação agrária no Maranhão no final dos anos de 1960 foi o advento da Lei de Terras de 1969 (Lei nº 2.979/1969), conhecida como Lei “Sarney de Terras”, e a criação de instituições como a Delegacia de Terras, a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) e o Departamento de Desenvolvimento Agrário (DDA), tais políticas beneficiaram o latifúndio e tornaram-se atores importantes na repressão e na perpetuação da grilagem.

A primeira, a Lei de Terras, fazia parte não só de um amplo projeto nacional para o avanço da fronteira agrícola na Amazônia Legal, mas também fazia parte de uma política pública generalizada de implementar um modelo econômico de valorização e expansão do

capital no campo, inserida dentro da ideologia da segurança nacional (Bezerra dos Santos; Tavares, 2016).

Victor Asselin (2009) postula que:

A mentalidade dessa lei era dizer que só os capitalistas poderiam desenvolver o Estado, pois o lavrador maranhense é atrasado e rudimentar [...]. Era uma lei que jogava o estado do Maranhão dentro da nova realidade política nacional. A nação tinha sido silenciada, bem como os sindicatos e a imprensa, para que o capitalismo florescesse rápido e ocupasse o Brasil inteiro, passasse por cima de quem passasse. Era uma mentalidade filha da ideologia da segurança nacional, que vive enxergando inimigos da pátria em todos os recantos do país. [...] O capital passou a ser considerado e tratado como o grande amigo da pátria. O povo tinha de se curvar a ele, sem reclamar, pois reclamar era subversão (Asselin, 2009, p. 176).

Nesse sentido, o bojo desse processo modernizante no campo, já se iniciava em dezembro de 1968 pelo então governador José Sarney, com a implementação das Delegacias de Terras no interior do estado, que “não tiveram outro objetivo a não ser o de disciplinar a ocupação e o de titular as áreas[...]” (Asselin, 2009, p. 152). Posteriormente surgiu a COMARCO, pela lei 3.230 de 6 de dezembro de 1971, “para acelerar a alienação das terras devolutas, a qual era concluída nos Cartórios de Registro de Imóveis das cidades das mesorregiões Oeste e Central do Maranhão” (Sá, 2021, p.15).

A COMARCO era uma companhia mista, pública e privada, responsável pela venda de terras e por projetos de colonização. Foi estruturada com uma área de aproximadamente 2.000.000ha de terras devolutas, envolvendo os municípios de Santa Luzia, Bom Jardim, Amarante, Grajaú, Lago da Pedra, Vitorino Freire, Pindaré- Mirim, Santa Inês, localizados em sua maioria na região do Vale do Pindaré. “O resultado dessa política foi o incremento dos latifúndios improdutivos, estimulados pela falsa pecuarização [...] cercando-se de grandes extensões, com vistas à especulação imobiliária” (Ericeira, 2017). Outro órgão que desempenhou importante papel no processo de implantação da modernização e expropriação dos trabalhadores do campo, indo na contramão do seu objetivo oficial, foi o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Segundo Bezerra dos Santos; Tavares (2016),





Estado entregue as classes dominantes, sendo sua tarefa prioritária a incorporação das terras livres ao modelo de propriedade da sociedade capitalista. As políticas públicas, agrícolas e agrárias, com seu disfarce desenvolvimentista, agora estavam voltadas a expansão do capital. No entanto, tais medidas estatais serviram apenas como força auxiliar, amparadora da tática principal de incorporação, sendo o projeto ilegal e generalizado de grilagem de terras. Em seguida, levou-se a difusão da expropriação e repressão à aqueles que ocupavam há décadas as terras públicas, as comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas) e os trabalhadores agrícolas que nela trabalhavam para tirar seu sustento.

### **Atuação do DOPS e a expropriação de terras no Oeste Maranhense**

Utilizamos como fonte de pesquisa a documentação da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Maranhão, criada pela lei-delegada nº 23 de 1969. Esse órgão, existente desde o Estado Novo, atuava na investigação, controle e repressão de movimentos políticos e sociais contrários ao regime. O acervo, preservado pelo Arquivo Público do Maranhão (APEM) desde 1992, mantém a organização original da DOPS e está disponível para consulta presencial e digital. A investigação que fizemos utilizou a série Subversão (Código 07), composta por 391 dossiês, referente ao período de 1966-1985.

Dos 391 dossiês da série Subversão, foram selecionados 29 relacionados a conflitos no campo no Oeste Maranhense e regiões próximas. Após a seleção, realizou-se a leitura e sistematização dos dossiês sobre expropriação de terras e violência, organizando as informações em tabelas. Este texto aborda alguns dos casos mais relevantes desses conflitos.

Na página 67 do dossiê 28, composto por 182 documentos em 264 páginas, destaca-se o caso dos moradores de "Anajá", em Grajaú, onde 74 famílias enfrentavam perseguições por grileiros e policiais. Em carta registrada no documento, os moradores relataram que viviam há muitos anos na região sem conflitos, até a chegada de "um senhor conhecido como Juarez", que começou a reivindicar as terras, desencadeando uma série de atos violentos.

O dossiê detalha que policiais de Arame, acompanhados de jagunços, invadiram o povoado durante a noite, matando brutalmente um jovem sem motivo. Este assassinato intensificou o medo e a insegurança na comunidade. Em outro episódio, no início de novembro de 1981, um casal foi detido sem explicações; a mulher foi mantida presa por cinco horas, enquanto o homem passou quase dois dias algemado e encarcerado. Os moradores atribuíram a Juarez a autoria dos ataques e denunciaram sua influência no uso da força policial para espalhar o terror. Na carta, apelaram ao governador do estado por garantia de segurança e pelo direito de permanecerem nas terras, que eram sua única fonte de sustento.

O caso reflete o cenário descrito no dossiê 28, que documenta conflitos agrários no Maranhão entre 1981 e 1982, incluindo a frequente colaboração entre grileiros e autoridades policiais. Esses episódios registrados no documento expõem não apenas a violência sistemática contra as comunidades rurais, mas também a omissão e conivência das instituições estaduais em proteger os direitos dessas populações.

Figura 2 - Manchete do Jornal Pequeno acerca do caso de Grajaú



Fonte: DOPS-MA, 1981. Subversão: 028, fl. 67

O dossiê 28 também registra como a grilagem afetava diversas regiões do Maranhão, além do Oeste Maranhense, incluindo o Médio Mearim e o Centro Maranhense. Um exemplo



relevante envolve os povoados Campo Novo, Marmorama e Quarimanzal, a 13 km de Vitória do Mearim, onde dezenas de lavradores denunciaram casos de expropriação.

As famílias, que viviam na área há mais de 12 anos, inicialmente ocupada por Devaldo Alves da Silva (falecido), enfrentaram conflitos após Homiro de Tal hipotecar a gleba e negociá-la com Roni de Jesus, um comprador gaúcho. Ao descobrir a presença dos lavradores, Roni iniciou um processo de coerção, obrigando-os a assinar documentos e entrando com uma ação proibitória na Justiça – uma tática comum dos grileiros para expulsar trabalhadores.

Roni de Jesus, acompanhado por um Oficial de Justiça, ameaçou física e moralmente os lavradores, proibindo-os de cultivar as terras. Sua intimidação levou algumas famílias a fugirem por medo de serem assassinadas. No total, mais de cem famílias viviam nos três povoados (O Imparcial, 1982. DOPS Subversão: 028, fl. 213).

Este caso exemplifica como a grilagem no Maranhão não apenas usava métodos de violência e intimidação, mas também atuava em colaboração com o Estado. A presença de um Oficial de Justiça durante as ameaças reflete a conivência entre o executivo e o judiciário, reforçando a denúncia de Bezerra dos Santos e Tavares (2016) sobre o vínculo do crime organizado da grilagem com as instituições públicas. O episódio evidencia o uso sistemático de medidas judiciais e estatais para criminalizar e deslegitimar os direitos dos trabalhadores rurais, perpetuando a expropriação de terras.

### **Considerações finais**

Casos como os registrados no dossiê 28 ilustram a intensificação dos conflitos fundiários no Maranhão durante a ditadura civil-militar, com destaque para o Vale do Pindaré. O regime, ao impor a "modernização da agricultura", associado à expansão agressiva da grilagem, especialmente facilitada pela Lei Sarney de Terras, colocou em risco a sobrevivência das comunidades rurais. Essas populações, que viviam e trabalhavam na terra por gerações, tornaram-se alvos de práticas sistemáticas de sabotagem, incluindo a destruição de casas,



torturas, prisões arbitrárias e assassinatos, promovidas por jagunços e pistoleiros a serviço dos grileiros.

A violência, muitas vezes amparada pelo Estado, evidenciou a conivência das forças policiais e judiciais na perpetuação da expropriação e repressão. Assim, o avanço do capitalismo no campo maranhense e na Amazônia Legal consolidou-se por meio de ilegalidades sustentadas por uma estrutura estatal repressiva e cúmplice.

Esse processo brutal não apenas simbolizou a imposição autoritária do regime, mas também revelou a profunda injustiça social que marcou o período. As cicatrizes deixadas pela expropriação e pela violência atingiram camponeses, quilombolas e indígenas que resistiram bravamente, destacando a luta por justiça e a preservação de seus direitos históricos.

## Referencias

### Fontes

DOCUMENTOS PRODUZIDOS E/OU ARMAZENADOS PELA DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS) DO MARANHÃO. SÉRIE: SUBVERSÃO

DOPS-MA, 1982. Delegacia de Ordem Política e Social. Subversão: 028, fl. 213.

DOPS-MA. 1981. Delegacia de Ordem Política e Social. Subversão: 028, fl. 67.

### Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. **A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.**

**In: Estado e oposição no Brasil: 1964-1984.** Petrópolis: Vozes, 1984. p. 33-51.

AMARAL NETO, Roberval. **A Luta pela terra no Vale do Pindaré (MA) nos anos de 1960 e 1970: a trajetória política e sindical do camponês Manoel da Conceição.** 2020, p. 1-11.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: Corrupção e Violência em Terras do Carajás.** Imperatriz: Ética, 2009.

BEZERRA DOS SANTOS, Frednan; TAVARES, João Claudino. **Questão agrária e violência no Maranhão: grilagem, colonização dirigida e a luta dos trabalhadores.** Revista de

Políticas Públicas, vol. 20, núm. 1, january-june, 2016, pp. 361-381 Universidade Federal do Maranhão São Luís, Brasil.

BRITO, R. **A luta camponesa e a repressão durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985)**. Revista Habitus, IFCS UFRJ, v. 13, n. 1, 2014, p. 72-87.

BRUNO, Regina. **O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 5, nov. 1995. p.5-31.

CRESTANI, Leandro de Araújo. **O surgimento do inimigo interno: Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985)**. Revista Eletrônica História em Reflexão, [S. l.], v. 5, n. 9, 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/1157>. Acesso em: 14 ago. 2024.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

ERICEIRA, João Batista. 2017 - **A Empresa de economia mista e o desenvolvimento no Maranhão**. v. 4, 1ª edição da Biblioteca Básica Maranhense – São Luís / Ericeira, João Batista: São Luís, Ed. Engenho, 2017. 148 pág.

FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo** / Carlos Fico. - 1. ed., 2a reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2019. 160 p. (História na universidade).

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História, v. 24, n. 47, p. 29–60, 2004.

HOVELER, R. C. . **René Dreifuss e o golpe de 1964: sobre teorias e 'conspiracionismos'** (ANPUH-Rio 2014). 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

LUNA, Regina Celi Miranda Reis. **A TERRA ERA LIBERTA: um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré-Mirm**. São Luís/MA. UFMA/Secretaria Educação MA, 1984.

NETO, R.A. **“LEI SARNEY DE TERRAS”**: conflitos fundiários e resistência camponesa no oeste maranhense nas décadas de 1970 e 1980. In: XXX Simpósio Nacional de História, 2019, Recife. Disponível em: 1564957352\_ARQUIVO\_ArtigoANPUH.pdf.

SÁ, H. (2021). **Posse fundiária camponesa na Amazônia Legal: raízes dos conflitos agrários no Estado do Maranhão (Brasil)**. Revista De História Da UEG, 10(01), e012123.

SERVOLO DE MEDEIROS, L. **Empresariado rural, modernização da agricultura e violência no meio rural brasileiro**. Revista Latino-Americana de Trabalho e Trabalhadores, [S. eu.], n. 2, pág. 183–214, 2021. DOI: 10.48038/revlatt. n. 2.31. Disponível em: <https://revista.redlatt.org/revlatt/article/view/31>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SOUZA, Karina Borges Diaz Nery de; ANJOS, José Carlos Gomes dos. **Modernização por expropriação: a ditadura civil-militar no Vale do rio Pindaré-MA**. Em Tempo de Histórias, [S. 1.], v. 1, n. 38, 2021. DOI: 10.26512/emtempos.v1i38.37172. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/37172>. Acesso em: 11 ago. 2024.

TAVARES, J. C. **Universalidade e singularidades do espaço transitório: um estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem terra/MST no Maranhão (1990-2000)**. 2008. 349f. Tese (Doutorado) - Programa de PósGraduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.



## CAMPEONATO BRASILEIRO, CORREIO DA MANHÃ E DITADURA: ANÁLISE DO CAMPEONATO BRASILEIRO PELA ÓTICA DO JORNAL CORREIO DA MANHÃ DURANTE O GOVERNO MÉDICI (1969-1971).

David Carlos Dantas Rocha<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo analisa a cobertura do Correio da Manhã durante o Campeonato Nacional de Clubes, no contexto da Ditadura Civil-Militar. O estudo explora como o futebol esteve sob influência militar, especialmente os clubes. O objetivo principal é investigar o papel do futebol na estratégia política da ditadura civil-militar, que visava a Integração Nacional e como o jornal fluminense interpreta e observa essa ação. O trabalho aborda ainda a visão do jornal sobre o surgimento do Nacional e seu desenvolvimento. Os resultados mostram que o projeto dos militares era bem estruturado, manipulando os interesses da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e dos dirigentes esportivos, e usando o futebol como ferramenta política para gerar apoio social. O jornal evidencia a intenção de utilizar o futebol como ferramenta para ganhos políticos e aprovação social.

**Palavras-chave:** Ditadura, Futebol e Correio da Manhã

### Introdução

O tema deste artigo é o Campeonato Nacional de Clubes, analisado no contexto do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Para implementar suas políticas, Médici utilizou diversos meios, incluindo o futebol, como ferramenta de engajamento popular e propaganda governamental.

Neste estudo, abordamos como a expansão do Campeonato Nacional foi projetada dentro do cenário político, funcionando como uma cortina de fumaça para ocultar o caráter autoritário do regime. Durante a ditadura militar, o Brasil buscava legitimar-se e fortalecer sua imagem internacional, enquanto os palcos nacionais e internacionais desempenhavam um papel estratégico nesse processo.

<sup>1</sup> Graduado no curso de História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão; e-mail [dkdantas302@gmail.com](mailto:dkdantas302@gmail.com).

Por meio de uma análise histórica, revelamos como o futebol brasileiro, especialmente os clubes, foi utilizado para promover um sentimento de unidade nacional, alavancar objetivos políticos e exercer controle social. Ademais, o futebol desviava a atenção pública da repressão e das violações de direitos humanos perpetradas pelo regime.

O objetivo central deste trabalho é analisar como o jornal fluminense *Correio da Manhã* cobriu o Campeonato Nacional de Clubes entre os anos de 1971 e 1974, buscando compreender as ações do governo militar de Emílio Médici, especialmente no que diz respeito à integração nacional. Nesse contexto, o futebol de clubes foi uma das áreas estratégicas do programa de governo.

Um ponto de destaque neste artigo é examinar como as políticas governamentais eram retratadas no dia a dia do jornal, conhecido por sua oposição à ditadura. Analisamos suas opiniões sobre as ações e os acontecimentos relacionados ao Campeonato Nacional, problematizando a maneira como o jornal procurava transmitir sua visão ao público. Tal análise é ainda mais relevante considerando que o *Correio da Manhã* não tinha como foco principal a crônica esportiva.

A motivação para este estudo parte da relevância do futebol na sociedade brasileira. O futebol é uma parte indissociável da nossa realidade, sendo o esporte mais praticado no mundo, ainda que não seja o mais popular em todos os países. Além de integrar a vivência cotidiana do brasileiro, o futebol tornou-se sua principal característica, símbolo e representação, tanto internamente quanto para o exterior. Como afirma Santos (2012, p. 12): “O futebol faz parte das expressões culturais e passa a estar fortemente associado ao Brasil no momento de sua rápida popularização. Quando o futebol é mencionado, é possível relacioná-lo com as manifestações populares do país.”

O crescente interesse dos historiadores brasileiros pelo esporte britânico e pela pesquisa em jornais reflete a compreensão de que o esporte está diretamente ligado à política. Os periódicos, mesmo que de forma implícita, revelam os interesses e tensões de cada época.

Percorrer esse caminho é desafiador e importante, sobretudo porque os estudos sobre essas temáticas historiográficas ainda são escassos.

Os antecedentes do esporte britânico surgiram em várias partes do mundo, em diferentes períodos, com inúmeras variações. O futebol moderno, no entanto, originou-se nas fábricas inglesas, inicialmente entre a aristocracia industrial em ascensão. Posteriormente, foi adotado pelos operários como forma de lazer e, mais tarde, como meio de controle social. Rapidamente, o esporte popularizou-se e alcançou as camadas mais baixas da sociedade, sendo posteriormente regulamentado, primeiro nas escolas inglesas e, depois, por órgãos específicos criados para esse fim.

A velocidade com que o futebol se popularizou na Grã-Bretanha, combinada com o contexto de influência britânica em várias partes do mundo, levou o esporte a todos os continentes, incluindo o Brasil. Aqui, apesar das tentativas iniciais de manter o caráter elitista do futebol, o esporte rapidamente se tornou popular.

Os primeiros clubes começaram a surgir em São Paulo e no Rio de Janeiro, centros econômicos e políticos do país, que se tornaram os principais pólos do futebol brasileiro. A popularização do esporte alcançou diferentes camadas da sociedade e se espalhou por todo o território nacional, do norte ao sul. Essa difusão permitiu que negros e pobres encontrassem no futebol uma oportunidade de ascensão social, gerando intensos debates sobre a profissionalização e a inclusão de negros no esporte.

A década de 1960 marcou o início do primeiro campeonato de alcance nacional, a “Taça Brasil”. No entanto, com o golpe civil-militar de 1964, o futebol brasileiro passou a ser instrumentalizado pelos militares, afetando sua estrutura e impactando clubes e seleções. É relevante destacar que Getúlio Vargas também reconheceu o potencial do futebol como ferramenta para alcançar objetivos políticos.

A militarização da seleção brasileira de futebol foi uma das iniciativas desse período, embora não tenha atingido seu auge durante o governo de Médici,



a militarização da Seleção Brasileira, a militarização da CBD ou o uso político do futebol são dimensões de um mesmo projeto, a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional nos esportes, mas que possuem certo grau de independência entre si, tempos e pesos distintos de implementação. (Stédile, 2021, p.64)

Sob a pressão da imprensa e de alguns dirigentes, especialmente os presidentes de federações de futebol e políticos, a criação de um torneio nacional que incluísse mais clubes tornou-se uma necessidade. Com apoio estatal, através da Loteria Esportiva, surgiu o grande Campeonato Nacional de Clubes, que se expandiu até alcançar a marca de 94 equipes em 1979 (Santos, 2012).

Nesse contexto, o jornal Correio da Manhã, um dos maiores do país, enfrentava uma grave crise econômica. Sua histórica oposição política, que marcou toda a trajetória do periódico e persistiu durante a ditadura, resultou na perda de anunciantes, agravando ainda mais sua situação financeira (Assis, 2009).

Mesmo em meio à crise e passando por mudanças em sua direção, o Correio da Manhã não deixou de cobrir o nascente Campeonato Nacional. No campo esportivo, manteve sua postura crítica e oposicionista, posicionando-se a favor de melhorias no futebol e contra os dirigentes influentes, inclusive da Confederação Brasileira de Desportos (CBD).

O futebol e a política sempre estiveram interligados, mas sua relação ia além da seleção brasileira, alcançando com certa profundidade os clubes de futebol. Essa proximidade levou políticos e dirigentes a se mobilizarem intensamente, garantindo a representação de todos os estados no Campeonato Nacional. Em muitos casos, essas ações extrapolavam um simples jogo político.

Dessa forma, este trabalho investigará como o Correio da Manhã retratou esses acontecimentos, qual foi sua posição em relação ao desenvolvimento do torneio e quais nuances, possivelmente escondidas ou implícitas, estavam presentes no discurso do periódico, revelando as peculiaridades que esse contexto político e esportivo proporciona.

## Metodologia

A abordagem utilizada neste estudo foi delimitada pelas possibilidades de pesquisa, considerando a abundante bibliografia histórica existente sobre a ditadura militar. Contudo, há uma notável escassez de estudos que explorem as conexões entre o futebol, a ditadura e, especialmente, o papel da imprensa esportiva nesse período. Este foi um momento em que os militares se valeram do esporte bretão para alcançar seus objetivos políticos e sociais. Assim, o pilar desta investigação consistiu no levantamento bibliográfico e documental, com um esforço extensivo para identificar e analisar trabalhos anteriores sobre o tema, abrangendo livros, artigos acadêmicos, teses e outros estudos que serviram como base para este artigo.

Com esse alicerce, a pesquisa analisou fontes documentais específicas, elegendo o jornal *Correio da Manhã* como principal objeto de análise para compreender o contexto histórico, político e cultural do período. A investigação se propôs a transcender o campo teórico sobre as ações dos militares, buscando uma perspectiva mais próxima da realidade ao observar a recepção dessas ações e suas consequências para a sociedade e os aficionados por futebol na época.

Dessa forma, foi realizada uma criteriosa coleta e seleção de fontes, especialmente de edições e fragmentos do jornal que pudessem contribuir para a relevância do projeto. O material escolhido foi sistematizado e submetido a uma análise aprofundada. Toda a documentação encontrada foi examinada com base em uma descrição analítica, permitindo compreender as narrativas empregadas pelos militares e seus desdobramentos.

Por fim, os resultados obtidos contribuíram para uma melhor compreensão das políticas de integração nacional e do uso do futebol durante o governo Médici. A análise também destacou o papel do *Correio da Manhã* na observação e cobertura dessas políticas, bem como os impactos gerados na sociedade brasileira do período.

## Resultados e Discussões

Abordaremos o percurso do Campeonato Nacional de Clubes, principalmente durante o governo Médici, que corresponde aos anos de 1971 a 1973. Faremos uma exceção para analisar os periódicos do ano de 1970, pois encontramos algumas notícias relevantes para esta pesquisa, como o anúncio do novo certame nacional, segundo a perspectiva deste jornal.

Antes de prosseguir com a análise, vale contextualizar os acontecimentos tanto no futebol brasileiro quanto no próprio Correio da Manhã até o ano de 1970. O Brasil estava passando por um período de crescente militarização na Confederação Brasileira de Desportos após o fracasso na Copa do Mundo de 1966. Nesse contexto, existia um campeonato de caráter nacional conhecido como Taça Brasil, embora não contasse com a participação de clubes de todos os estados.

Tendo como base o Torneio Rio-São Paulo, surge o Torneio Roberto Gomes Pedrosa, conhecido como “Robertão” ou Taça de Prata. Esse certame elitista, de alta competitividade e rentabilidade, levou à diminuição da importância da Taça Brasil em 1969. Assim, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), inspirada no regulamento do “Robertão”, anunciou o novo torneio nacional para 1971. Esse torneio não apenas visava melhorar o futebol de clubes, mas também prometia integrar ainda mais a nação. Além disso, contaria com apoio estatal direto por meio da Loteria Esportiva<sup>2</sup>.

O Correio da Manhã, um dos principais jornais, não apenas do Rio de Janeiro, mas de todo o país, enfrentava grandes dificuldades financeiras. Primeiro, pela morte de seu proprietário, Paulo Bittencourt, filho do fundador Edmundo Bittencourt. O jornal também se envolveu em uma disputa judicial que se arrastou de 1963 a 1965, quando a esposa de Paulo, Niomar Sodrê Bittencourt, assumiu a propriedade do Correio da Manhã.

A postura oposicionista do jornal (mesmo que tenha apoiado brevemente o golpe civil-militar) resultou em uma perseguição implacável. A sede do jornal sofreu ataques, ocupação e

<sup>2</sup> A criação da Loteria Esportiva aconteceu em 1970, durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici, visando captar recursos para o desenvolvimento do esporte nacional e para os cofres públicos.



destruição após o AI nº 5, e censores da polícia federal estavam constantemente presentes em sua redação. Isso levou ao pedido de recuperação judicial e à venda para outro grupo em 1969. Dada essa situação, tanto financeira quanto política, é compreensível que o *Correio da Manhã* não abordasse apenas notícias de futebol em geral. Além disso, houve menor presença de editoriais relacionados ao esporte bretão, tornando necessária uma análise mais atenta para identificar as opiniões do próprio jornal sobre o futebol brasileiro na época.

Em 1973, o jornal enfrentava dificuldades, com menos espaço em seu segundo caderno para informações esportivas. Para tratar dos principais clubes participantes do certame nacional, precisou recorrer a um tipo de “resumo” de outro folhetim esportivo da época<sup>3</sup>.

O resultado prévio das análises de cada noticiário esportivo revelou três vertentes muito presentes em cada edição do jornal durante o período delimitado. A primeira vertente é a crítica ao regionalismo e aos campeonatos estaduais. A segunda vertente está relacionada à necessidade de “profissionalização” do esporte e de seus gestores por meio da criação de um campeonato nacional. A terceira vertente considera o futebol como um meio de integração nacional. Esforços políticos e até mesmo da imprensa foram direcionados para incluir os clubes locais no certame nacional, alinhando-se aos planos de integração da nação.

Essas vertentes estavam sempre presentes em meio às notícias sobre o futebol carioca, os resultados dos jogos do Campeonato Nacional e todas as polêmicas envolvendo o esporte brasileiro, tanto local quanto nacional, além das opiniões sobre as ações da CBD.

### **Regionalismo e os Estaduais**

O torneio nacional não surgiu da necessidade de fortalecer os clubes e torná-los mais competitivos, mas sim como uma preparação para o torneio continental<sup>4</sup> que estava surgindo. A situação do futebol brasileiro na época não favorecia a criação de um torneio inclusivo que integrasse todos os clubes do país.

<sup>3</sup> O folhetim em questão, era o *Jornal dos Sports* que também era sediado no Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> Torneio este conhecido atualmente como Copa Libertadores da América.

As vastas distâncias continentais do Brasil eram um obstáculo para um campeonato nacional, por ser cansativo para os jogadores e oneroso para os clubes. Além disso, havia o regionalismo por parte das equipes. Quando se considerou a possibilidade de criar um campeonato nacional e torná-lo uma realidade, os torneios estaduais já estavam bem estabelecidos, estruturados e aceitos pelo público. Cada jogo atraía um grande número de espectadores. Além disso, a criação de rivalidades locais contribuiu para a manutenção dos torneios estaduais até os dias atuais.

A defesa dos torneios estaduais se manifestava em pequenas ressalvas no folhetim, não por jornalistas esportivos ligados ao Correio da Manhã ou em editoriais, mas também por leitores da página. Em um espaço dedicado a opiniões, havia argumentos a favor da manutenção dos torneios estaduais, mesmo diante da possibilidade de extinção:

a extinção dos campeonatos regionais de futebol nos grandes centros, apontando um Campeonato Nacional (uma Taça de Prata aumentada e melhorada) como a solução de todos os problemas do futebol brasileiro. Certo ou errado? Em minha opinião, errado. Um Campeonato Nacional de Clubes sim, mas a extinção dos campeonatos regionais nunca. Mil vezes nunca! E por quê? Fácil a resposta. Perguntem a qualquer torcedor carioca, paulista, mineiro, gaúcho. Qual o mais sensacional, o mais empolgante? Um Vasco x Fluminense ou um Flamengo x São Paulo? Um Corinthians x Palmeiras ou um Santos x Botafogo? [...] Indaguem de um vascaíno o que ele mais deseja: uma vitória sobre o Flamengo lhe dando o Campeonato Carioca, que ele espera há doze anos, ou um Vasco vitorioso num Campeonato Nacional numa final com o Inter? Procurem saber e a resposta será sempre a mesma. Sempre pendente para o jogo local.

Um campeonato regional é mais sentido, mais vivido, mais sofrido que um campeonato nacional. A empolgação das torcidas é sempre maior (Correio da Manhã, 22/01/1970, p.18).

É interessante observar que essa resistência ao campeonato nacional não se limitava apenas aos torcedores, mas também envolvia parte da crônica esportiva, que ainda defendia os torneios estaduais ou regionais. Um exemplo notável eram os dirigentes, cuja posição favorecia a continuidade dos campeonatos estaduais em detrimento do campeonato nacional. O folhetim relatou que a preferência pelos estaduais reduzia as datas disponíveis para o Campeonato Nacional. Em um pedido feito pelo presidente da federação paulista contra o aumento de

participantes, foi mencionada a “exigüidade de tempo para sua disputa” (Correio da Manhã, 04/04/72, p.17).

Quanto à posição do Correio da Manhã, o periódico carioca defendia o Campeonato Nacional como a grande solução para muitos problemas, que serão abordados no próximo subtópico. O jornal também expressava forte desaprovação em relação às escolhas políticas feitas pela CBD, representada por Havelange, que buscava agradar principalmente os dirigentes dos clubes. No entanto, isso acabava afetando os políticos ligados ao futebol ou que trabalhavam nas federações esportivas.

a CBD ainda não tem certeza da importância do Campeonato Nacional. Dividindo igualmente o calendário entre os decadentes campeonatos estaduais e a Taça de Prata, ela só faz demonstrar que ainda não se definiu por um Campeonato realmente nacional (Correio da Manhã, 23/12/71, p. 18).

O jornal via a criação do certame como um novo passo para a evolução do futebol brasileiro. Era necessário que ele fosse criado, considerando a prioridade por parte dos clubes e da CBD. Nesse contexto, os torneios estaduais deveriam ter sua importância diminuída em prol de um torneio muito mais atrativo.

Se o Campeonato Nacional não viesse logo, os campeonatos regionais estariam definitivamente destinados ao fracasso. Agora, eles não mais precisarão ser alongados ao extremo, com turnos, retornos e terceiros turnos: ficarão limitados à sua única função, ou seja, fundamentalmente preparatória para o Campeonato Nacional em suas duas divisões (Correio da Manhã 05/02/71, p.26).

### **Profissionalização dos dirigentes**

A profissionalização do esporte brasileiro foi uma questão intensamente discutida ainda no início do século XX, culminando com o ato de Getúlio Vargas que tornou o futebol um esporte profissional e regulamentado. Isso possibilitou maior inclusão de negros no esporte e permitiu aos clubes segurarem seus principais jogadores, que vinham sendo assediados por equipes estrangeiras.



Entretanto, a forma como as equipes de futebol era administrada sempre esteve sob questionamento da crônica esportiva, principalmente devido ao amadorismo com que os clubes eram geridos. O modelo “paternalista” de gestão, sem remuneração, aliado à paixão pelo clube, resultou em figuras conhecidas como “cartolas”<sup>5</sup>. Alguns desses cartolas chegaram a almejar grande reconhecimento público e até cargos políticos.

Essa maneira de conduzir os clubes culminou, por consequência, em uma crise financeira que afetou inúmeros clubes de futebol no Brasil na década de 1970. Nesse contexto, analisaremos algumas opiniões e críticas apresentadas pelo Correio da Manhã e pela crônica esportiva como um todo a este amadorismo.

A criação de um torneio de alcance nacional, não tinha apenas, pela visão da imprensa esportiva, a solução para melhorar ainda mais a competitividade do futebol brasileiro, mas também, condições de permitir que os dirigentes se tornassem “profissionais”, para conduzir os clubes sem decisões e ações amadoras.

Um campeonato nacional revelou-se um obstáculo para os cartolas, nesse sentido, o folhetim opinava que o campeonato nacional necessita de uma assistência técnica mais qualificada para garantir o seu sucesso. Isso requer profissionais especializados em todos os aspectos. “O cartola, em essência, é um amador. E o amador, todos sabem, faz tudo por uma salva de palmas, por um nome e um clichê no jornal. Com a implantação natural do campeonato nacional, o profissionalismo daria um salto” (Correio da Manhã, 15/10/70, p.2).

A assertiva contra os cartolas ainda continua dentro de outras edições do jornal, em que se construía críticas a outras questões no futebol, como a qualidade técnica dos jogos, os preços dos ingressos, quantidade de jogos em pouco tempo, e da qualidade dos campos de futebol, porém sempre havia certa “indireta” aos cartolas e a exaltação ao certame nacional como a principal solução para o fim do amadorismo. Numa edição, dizia-se que o futebol estava

---

<sup>5</sup> O termo designado para os dirigentes de clubes de futebol, ainda no seu início, quando o esporte era aristocrático, referia-se a um tempo em que os uniformes dos jogadores incluíam até gravata, e alguns dirigentes usavam cartola. Com o passar do tempo, esse termo ganhou um significado pejorativo, classificando esses dirigentes como pessoas que estavam à frente do clube apenas para benefício próprio.

a ser explorado em benefício próprio por estes dirigentes, em que a solução para acabar com o amadorismo estava quase completa, com o campeonato nacional (Correio da Manhã, 01/01/71, p.6).

Essas críticas aos cartolas, em alguns momentos vão diminuindo, em outras aumentando, mas sempre fazendo as suas ressalvas aos dirigentes amadores e suas ações e o prejuízo que elas causam ao futebol. Uma das ponderações feitas, aconteceu na mudança de regulamento no brasileiro de 1971, que é tratado como uma “virada de mesa”, prejudicando não apenas o andamento do Nacional, mas a confiança dos torcedores na credibilidade do torneio (Correio da Manhã, 19/08/71, p.17).

O Campeonato Nacional de Clubes, depois de algumas edições, dava sinais de que não seria a tão esperada solução da crônica esportiva para acabar com o amadorismo dos dirigentes, e salvar os clubes economicamente, o que acabou não acontecendo. Entretanto, esses eram argumentos bem aparentes em cada edição de esportes do jornal.

### **Futebol e integração**

Para o Correio da Manhã, a expansão do certame era algo positivo, até mesmo necessário, em certas ocasiões, deixava claro que as ações feitas para o Campeonato, como adição de clubes, eram em prol da integração. Em que o Correio da Manhã sempre trouxe discursos afirmativos e positivos para esta política, porém o jornal também demonstrava outras situações que são explicadas pelos historiadores como a acreção de clubes por intermédio de dirigentes e políticos locais e a construção de estádio por todo território, que seria um requisito de participação do torneio.

Primeiramente, sobre a demonstração explícita do Campeonato Nacional, como uma via de acesso para a integração nacional e do processo de construção dos estádios a partir do financiamento estatal. Os esforços locais dos clubes para participar do certame nacional, que passavam pela ação de políticos, como governadores e deputados, e também dos demais clubes

ajudando até seus rivais, em benefício da representação do estado neste certame, são constatados nesse folhetim.

Essa colaboração, a princípio acontecia apenas com o empréstimo de jogadores, seja os melhores da equipe ou aqueles que poderiam chegar para atender as necessidades do elenco do time. A ação política acontecia tanto a intermediação para participar do campeonato nacional, ou mesmo nas transferências de jogadores, em que alguns deputados participavam ou intercediam nessas transferências.

No ano de 1972, quando foi acertado o aumento de participantes dos clubes de futebol, um dos principais títulos da seção de esporte, trazia a manchete “Integração Nacional é a Realidade no Futebol”, estabelecendo o caminho da integração como um dos “princípios” do Campeonato Nacional. Interessante citar a fala de João Havelange em que ele diz: "Vamos dar a nossa contribuição, com o futebol, ao plano de integração nacional do Presidente Médici". (João Havelange, presidente da CBD) (Correio da Manhã, 27/07/72, p.7).

No início do Campeonato Nacional de Clubes em 1972, novamente o periódico, em sua seção esportiva estampa em seu título a frase “Integração é realidade do futebol” abordando a participação de clubes de 13 estados diferentes, vendo positivamente essa expansão (Correio da Manhã, 09/09/72, p.1).

Até mesmo uma estrutura de transmissão de dados, de nome Telex <sup>6</sup>, que era controlado pelo Departamento de Serviços Telegráficos da ECT foi ampliado para facilitar o acesso à informação a difusão da imprensa esportiva, sendo um suporte ao Campeonato Nacional e também estando a serviço da integração (Correio da Manhã, 04/08/72 p.23).

A utilização do futebol, principalmente do Campeonato Nacional de Clubes não foi algo desenhado para ser oculto, feito de forma sorrateira, pois o crescimento do torneio era de cunho político, um objetivo claro e manifesto de todos os envolvidos. A política entrava em jogo e se

<sup>6</sup> É um sistema internacional de comunicações escritas que consiste em um esquema de endereçamento numérico através do qual um único terminal pode enviar mensagens escritas para qualquer outro terminal.



manteria em campo por muito tempo, e as folhas do Correio da Manhã iriam fazer a cobertura disso, muito pelas consequências que a ação política teria para o futebol.

Essas consequências, geraram algumas ações que são amplamente relatadas na historiografia e outras que podemos considerar com exceções ou peculiares. De início, houve a movimentação intensa de clubes para participarem do torneio nacional, em idas e vindas à CBD para negociar essas vagas, existindo inúmeros exemplos que são noticiados.

Primeiro, com a construção de estádios, que seriam um dos critérios para a adição de clubes no Campeonato Nacional de 1974. Durante a visita de Médici ao Piauí, no ano de 1973, o Governador Alberto Silva se comprometeu a direcionar esforços para conclusão das obras do Estádio “Albertão” para que o estado tivesse finalmente um representante (Correio da Manhã, 31/01/73, p.2).

Os clubes que não conseguiam convencer a CBD e o ministro Jarbas Passarinho de participar do certame nacional, ainda continuariam tentando manter seus esforços para entrar no torneio do ano seguinte. Casos como do Treze Futebol Clube da Paraíba, Villa Nova de Minas Gerais e o Rio Branco Atlético Clube do Espírito Santo que se movimentavam para tentar a vaga no certame de 1974 (Correio da Manhã, 08/11/73; 09/11/73, p.8).

Em alguns casos, os clubes até organizavam torneios paralelos para ocupar o calendário, por causa da exclusão destes no campeonato nacional de clubes, exemplo conhecido do Torneio da Integração Nacional organizado pela Federação Goianiense de Futebol em conjunto com os clubes de estados como Amazonas, Maranhão, Espírito Santo e de estados que tinham representantes no Nacional como Minas Gerais e São Paulo. Este torneio acabou contando com a cobertura do Correio da Manhã que noticiava alguns fatos importantes dos jogos e o apoio da CBD (Correio da Manhã, 15/09/71 p.18).

Assim, pela ótica do Correio da Manhã, o futebol acabou a certo ponto, atingido os objetivos, de forma superficial, estabelecidos pelos militares. O periódico não apenas apresentou essa relação de forma aproximada em cada edição publicada, e mesmo diante de sempre se posicionar contra, e mantinha essa posição no futebol. Ela foi muito favorável a esse

nacional, a seu crescimento e expansão, até mesmo em detrimento de outros torneios, como os estaduais.

O Correio da Manhã via na criação do Nacional, e seu crescimento, a solução para muitos dos problemas do futebol brasileiro, e seu apoio fica bastante claro e evidente. O surgimento do certame como forma de buscar a integração também está presente no jornal, visto como positivo e necessário para a evolução do futebol brasileiro.

### Considerações Finais

O futebol sempre foi e, na nossa realidade atual, continuará sendo o desporto preferido de grande parte da população, estando intrinsecamente ligado à nossa cultura e sociedade. Ele é uma das representações mais evidentes do brasileiro e, em alguns momentos, assume o papel de maior símbolo da identidade nacional, algo difícil de mudar.

Apesar de uma tendência recente de tentar dissociar o futebol da nossa realidade, ele continua refletindo as tensões sociais. A relação entre política e futebol, tanto na história mundial quanto na brasileira, oferece inúmeras páginas interessantes para entender o passado e o presente. Essa área da historiografia possui potencial acadêmico a ser explorado.

Investigamos a relação entre futebol e política dentro do Campeonato Nacional por meio do Correio da Manhã. Essa abordagem nos permitiu observar não apenas as relações políticas dentro das seções esportivas, mas também aprofundar nossa compreensão das consequências dessa interação.

As ações envolvendo federações, clubes, equipes rivais e até mesmo a imprensa demonstram como o futebol servia como trampolim para a política. Os jornais relataram as movimentações dos políticos e suas opiniões sobre os acontecimentos no futebol brasileiro. Quando necessário, a classe política atuava dentro do futebol, indo muito além do papel inicialmente determinado para um político. Essas situações expressam que o esporte bretão era de grande interesse tanto para o governo quanto para a oposição, bem como para todos aqueles que viam no futebol um atalho para alcançar seus objetivos.

Nesta pesquisa, pude concluir que o projeto de Integração Nacional por meio do futebol era um plano que inicialmente teve sucesso no ponto de vista dos militares, mesmo diante das falhas no regulamento e polêmicas dos bastidores, usar o esporte como forma de unir e aproximar regiões e pessoas por baixo de um propósito, foi efetivo, mesmo que a curto prazo. Todo ato que fora planejado, esteve evidente e os objetivos bem definidos, o que o folhetim carioca também deixou explícito em muito em suas edições, seja em uma pequena reportagem ou mesmo na manchete do caderno de esportes.

Não se atendo a noticiar os fatos que vinham acontecendo no futebol brasileiro, o Correio da Manhã demonstrava a sua clara aprovação ao plano de integração, considerando um caminho sem volta e o progresso necessário para a profissionalização dos dirigentes e o fortalecimento do futebol nacional. Suas críticas sempre se direcionaram aos cartolas e aos dirigentes que organizavam o torneio, porém, sem que essas críticas chegassem ao próprio plano.

A temática que envolve o futebol durante a ditadura militar e seu uso político, especialmente no governo Médici, ainda é pouco abordada e aprofundada pela história, principalmente no contexto do campeonato nacional. A escassez de fontes historiográficas sobre esse tópico representa um desafio, mas também uma oportunidade para ampliar as possibilidades de pesquisa.

## Referências

### Fontes

CAMPEONATO Nacional de 72: mais times e menos tempo. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 23 dez. 1971. 1º Caderno, p. 18.

COELHO, Vinicius. Integração nacional é realidade no futebol. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 27 jul. 1972. Anexo, p. 7.

E os cartolas continuam virando a mesa. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 19 ago. 1971. 1º Caderno, p. 17.



FINALMENTE, o Campeonato Nacional. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 fev. 1971. Anexo, p. 12.

INTEGRAÇÃO é realidade no futebol. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 set. 1972. Anexo, p. 1.

KUPFER, José Paulo. Omissão necessária. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 out. 1970. 1º Caderno, p. 2.

MURCE, Ataliba. Futebol é Paixão. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 jan. 1970. *Jornal de Serviço*, p. 18.

MÉDICI irá ao Piauí. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1973. p. 2.

O joguinho político. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1971. Anexo, p. 6.

PAULISTAS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 abr. 1972. 1º Caderno, p. 17.

REDE de telex cobrirá o Campeonato Nacional. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 ago. 1972. Anexo, p. 7.

RIO Branco. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 nov. 1973. p. 8.

TORNEIO Integração. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 set. 1971. 1º Caderno, p. 19.

TREZE. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 nov. 1973. p. 8.

VILA Nova. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 nov. 1973. p. 8.

### **Bibliografia**

ASSIS, Carolina Silva De. **O Correio da Manhã no processo de modernização e concentração da imprensa carioca nos anos 1960-1970**. Rio de Janeiro: Intercom, 2009.

SANTOS, Daniel de Araújo dos. **Futebol e política: A criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol**. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e bens culturais) - Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

VII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO  
MARANHÃO OITOCENTISTA/VII  
SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

1824/1964  
ENTRE  
REVOLUÇÕES  
E GOLPES

24-27 SETEMBRO / 2024

NEMOXIX



Uema  
UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO  
MARANHÃO

NEMOXIX

LOCAL: PRÉDIO DE HISTÓRIA DA UEMA - CENTRO

STÉDILE, Miguel Enrique Almeida. **Aqui sangraram pelos nossos pés: Futebol, política e identidade nacional na Ditadura militar (1974-1985)**. 2021. 244 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

## MOVIMENTO GOROROBA: ARTE E RESISTÊNCIA NO MARANHÃO

Francisca da Silva Costa<sup>1</sup>

### Resumo

Este estudo foi desenvolvido originalmente para o curso de Especialização em História do Maranhão da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, trazendo o detalhamento e repercussão de três exposições que receberam o título de “Exposições Gororoba” nos anos de 1977 a 1980. As obras da primeira exposição tinham um teor de contestação, por tanto a exposição foi fechada. Com isso, as demais exposições não tiveram divulgação e aconteceram de forma clandestina, causando certo alvoroço e expectativa em torno de suas realizações. Os trabalhos recebiam referência de movimentos da Arte Contemporânea mundial e de movimentos brasileiros como o Tropicalismo, com uso de grande criatividade e originalidade. Com os argumentos nos trabalhos, promoviam opinião política, com teor de provocação, instigando à participação social. O intuito era de informar, promover a reflexão, o debate, difusão cultural e, de forma especial, a fruição. Foram eventos que acentuaram um período histórico, documentando-o através da Arte.

**Palavras-Chave:** Movimento Gororoba; Arte contemporânea; Contracultura.

### Introdução

A História da Arte sintetiza os aspectos sociais de uma época, pois está intrinsecamente ligada aos costumes e ditames culturais, por isso, delimitar um momento artístico nos últimos cinquenta anos é instigante pois podemos contar com os relatos das pessoas que o vivenciou. Porém, a Arte Contemporânea ainda é relativamente recente, por tanto complexa para análises mais precisas. Conflui em sua essência, a um sentido de inquietação e disposição para a experimentação, levando os artistas a realizarem uma fusão de linguagens, materiais e tecnologias, propiciando o surgimento de diferentes e numerosos movimentos estilísticos.

No Maranhão, um dos primeiros registros destas características artísticas podem ser reconhecidos nas Exposições do Movimento Gororoba, colocando em evidência alguns artistas,

---

<sup>1</sup> Mestre em Artes Visuais Udesc/Ufma, Graduada em Educação Artística - UFMA; Especialista: em Gestão e Políticas Culturais - Universidade de Girona e Itaú Cultural; em História do Maranhão - UEMA; em Gestão e Docência do Ensino Superior - Laboro; Técnica em Arte, efetivada pela Secretaria Municipal de Cultura de São Luís. Professora de Artes no Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA).



em sua maioria acadêmicos, que tinham a necessidade de expressar-se através de obras com teores de engajamento social e político. Os trabalhos foram organizados em quatro exposições nos anos de 1977 a 1980, trabalhos que podemos relacionar um total alinhamento com obras de artistas contemporâneos a eles na Europa e nos Estados Unidos, de artistas à frente de seu próprio tempo.

Um diferencial em torno das exposições, era o fato desses artistas possuírem visão partidária com envolvimento em diretórios acadêmicos, partidos políticos e sindicatos, fatores que também incentivavam a utilização de temas que retratavam uma estética sombria e inquietante. Mobilizou linguagens artísticas como a literatura e a performance, mostrando uma diversificação de estilos, técnicas e materiais inusitados. Atuou em um curto espaço de tempo, porém repercutiram como verdadeiros acontecimentos sociais, cujos artistas, a maioria ainda atuante no cenário artístico maranhense, atualmente, têm os detalhes dos eventos bastante nítidos em suas memórias. Trazendo os registros contidos nos jornais da época uma confirmação segura de seus relatos.

A busca destes registros tornou-se um árduo trabalho, pois não há publicações sobre as atividades do grupo, ele é mencionado em matérias de jornais da época, já bastante deteriorados; há registro do Movimento em uma monografia de conclusão de curso do falecido artista Maciel Pinheiro e, também, em um site com uma página sobre o artista César Teixeira. Alguns dados foram colhidos através de depoimentos de estudiosos da arte maranhense como o artista João Carlos Pimentel e do crítico de arte Couto Correa Filho. As informações que deram corpo ao trabalho foram advindas da memória oral de alguns dos artistas que participaram do movimento como Murilo Santos e Paulo César Carvalho, sendo que, a grande maioria não se disponibilizou para partilhá-las, combinando nessa metodologia as funções complementares de registro compilando informações destas fontes.

## O Movimento Gororoba entre outros movimentos artísticos

A Arte Contemporânea caracteriza-se por seus diferentes estilos que se manifestavam de forma concomitante, com uma diversidade de gostos e busca pela originalidade. Os movimentos diferem entre si, mas reagem com liberdade em uma profusão de técnicas.

Ao observarmos alguns movimentos, podemos perceber entre si, obras que traduzem anseios de mudanças e crítica a realidade. Entre estes movimentos destacam-se: o Hard Edge, Arte Pop, Arte Op, Minimalismo, Arte Conceitual, Fotorrealismo, NeoExpressionismo, Neofiguração e a Arte Povera. Estes movimentos situam-se entre a década de 50 e os anos 90.

Na Arte Conceitual, por exemplo, o artista utiliza a arte como veículo de comunicação, pois ela exige a participação mental do espectador, uma característica comum para as obras das exposições Gororoba, com o intuito de direcionar o olhar para além da obra de arte conceituada, ou contextualizada, com um momento da realidade social.

Nos anos 70 surgiu na Itália a arte Povera. Significando Arte Pobre, sofreu influência da arte Conceitual e promoveu uma reação ao Minimalismo, o Grupo Gororoba também possui características que remetem a esse movimento, buscava aliar materiais inusitados para a montagem da obra a ser exposta ao público, com intuito de causar algum tipo de impacto visual ao observador.

O objetivo da Arte Povera era desafiar os padrões da arte vigente criando imagens coerentes, mas fora da relação convencional de objetos e substâncias, como um verdadeiro desafio à ordem estabelecida. Como muitos movimentos, absorvia em seus temas, cunho político como a oposição mundial à guerra do Vietnã.

Um tipo de arte com a intenção de interagir com o público através de instalações, esculturas e montagens com fotos, pintura e outros materiais não convencionais como terra, madeira, pedaços de árvore, ferramentas agrícolas, terra, metal, feltro, espelhos e trapos.

[...] uma mistura de materiais primários e naturais com formas de energia high tech como néon e laser. O estilo tomou consistência teórica em 1970, a partir de um livro lançado pelo crítico de arte italiano Germano Celant. Nele, o italiano apresentava a arte povera como uma arte antiformal, precária e anticomercial (Quental, 2003).

Outro movimento que o Grupo Gororoba trouxe certa afinidade foi o Fotorrealismo, também conhecido como Hiper-realismo, mostrando uma forma de retratar a realidade em uma fidelidade fotográfica, características observadas na obra do artista Murilo Santos. O que difere este movimento da década de 60 dos estilos tradicionais, dentro da história da arte, é que além dos artistas utilizarem aparelhos tecnológicos como projeção de slides e o airbrush, “o realismo pós-moderno adota o efeito plano da imagem na câmera e trata os objetos como elementos de uma composição abstrata” (Strickland, 2002, p.187).

Resultam deste trabalho, pinturas que se confundem com fotografias e esculturas que se confundem com pessoas. A arte fotorrealista, além da realidade, também exprime em suas obras simbologias e expressividade, utilizando a técnica clássica de perspectiva e desenho e a preocupação minuciosa com detalhes, cores, formas e textura. Utiliza-se de cores luminosas e pequenas figuras incidentais, para pintar de maneira irônica e bonita o mundo ao nosso redor.

Já a Neofiguração, foi um Movimento dos anos 70 e 80 que os artistas utilizavam o figurativismo e a expressividade em seus trabalhos. Um retorno do figurativismo por uma perspectiva diferente, na pintura do alemão Anselm Kiefer, por exemplo, paisagens e pessoas aparecem num mundo expressionista de angústia e solidão, outra característica encontrada nas obras do Grupo Gororoba. Por sua vez, o Neo-Expressionismo trouxe em suas pinturas e esculturas, representações críticas, emocionais e subjetivas como temas, quanto à técnica, utilizavam tintas misturadas a materiais como areia, palha e outros, colados à tela.

No Brasil, o Grupo Ruptura e o Grupo Frente traduziam também as características desses movimentos de repercussão mundial, porém o Tropicalismo com sua irreverência e improvisação, além de revolucionar a música popular brasileira serviu de inspiração para os artistas jovens do período. Um momento que marca uma sintonia da arte brasileira e a arte internacional. Nas exposições eram produzidas instalações e happenings. Fazendo surgir movimentos como o *Movimento Phases* ou Grupo Austral de origem francesa adotada no Brasil através de Walter Zanini, fundador do Museu de Arte Contemporânea de São Paulo –



MAC/USP (1963), e pelo Grupo Rex que possuía seu próprio espaço de exposições e também um jornal.

Houveram grandes mostras que trouxeram inspiração para o surgimento de trabalhos como os das exposições do Grupo gororoba, como a Opinião 65, organizada por Ceres Franco e Jean Boghici; a Bienal da Bahia, tendo como curadores Francisco Liberato, Juarez Paraíso e Riolan Coutinho; Nova Objetividade Brasileira, organizada por artistas dessa geração; Jovem Arte Contemporânea – JAC, mostra itinerante organizada pelo curador Walter Zanini; Domingos de Criação, manifestações de arte abertas ao público na área externa do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

Sob estas influências no Maranhão surgiu também movimentos como o Antroponáutico de 1972 que, por sua vez, influenciou o Movimento Gororoba, que também abre caminho para o surgimento do movimento Mirarte de 1982, fundado por Fernando Mendonça e Marçal Athaíde, artistas que receberam influência do artista Rubens Gerchman e do artista húngaro Nagy Lajos.

### **As Exposições Gororoba**

A Arte da década de 1970 foi conduzida por temas que mobilizaram a sociedade em seu contexto cultural como: repressões sociais, o sentimento de euforia provocado pelos avanços da tecnologia, o consumismo e a desigualdade social, além do sentido de revolta e protesto, característicos das insatisfações políticas. Naquela época as produções artísticas tinham que passar pelo setor de censura antes de serem apresentadas ao público. Isso quer dizer que a população só podia ver e ouvir o que os censores previamente aprovassem, o objetivo era filtrar as informações divulgadas à população através dos veículos de comunicação. As insatisfações eram grandes, em 1977 o presidente do Brasil era o General Ernesto Geisel, o mesmo um ano antes definiu:

Que a transição democrática deveria ser lenta e gradual. Frente ao crescimento da oposição (...) decretou a Lei Falcão que limitava o acesso de candidatos ao rádio e à televisão nas eleições municipais, além de cassar os direitos políticos de parlamentares do MDB (partido de oposição da época). Outra medida foi o

Pacote de Abril, em 1977, estendendo o mandato presidencial para seis anos (Vicentino, p. 237, 2002).

Tais acontecimentos se estendiam ao Maranhão no governo de Nunes Freire, onde o bem-estar social sucumbia às acirradas disputas pelo poder político local, que se estendem atualmente com José Reinaldo Tavares e a disputa de poder com a Família Sarney, uma “oligarquia” que detém o poder há décadas.

Apenas uma revolução nas artes de comunicação visual de nossa terra’ é como os jovens artistas prometem que venha a ser a mostra (...) João Ewerton, Murilo Santos, César Teixeira, Ciro Falcão e Joaquim Santos são os jovens artistas que vão apresentar seus trabalhos nessa exposição que leva o nome bem nosso de GOROROBA (...). (Jornal o Estado do Maranhão, Pergentino Holanda 24/06/1977).

Pinheiro (2003) ressalta que entre 1970 e 1980 houve uma prática artística de forte apelo denunciativo. Artistas maranhenses utilizaram como fonte direta de inspiração, para uma postura social e crítica: a pobreza, a gente da zona rural, palafitas, o baixo meretrício e figuras do folclore, revelando em sua produção uma arte que extrapolava o ‘puramente estético’ que se estendiam como veículo de informação e denúncia. Mas que eram, antes de tudo, objetos estéticos na medida que sensibilizavam, provocavam as mais diferentes reações como perplexidade, indignação e incômodo.



Figura 1- Foto de divulgação do encontro do Grupo para a organização da II Gororoba



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão. Da esquerda para a direita, o terceiro é Pipoca (antigo apelido) hoje é o Sr. Antônio Carlos, diretor do grupo de radio da TV Mirante e o último é Murilo Santos (17/06/1978, p. 9).

A Arte Contemporânea maranhense absorveu estes aspectos sociais, dentro de variadas linguagens artísticas “mesmo que de forma inconsciente” como afirmou Murilo Santos, num período peculiarmente propício à deflagração de concepções estéticas incomuns a partir de incentivos como o acompanhamento por parte de órgãos estatais, de meios de comunicação mais diversificados, de surgimento de galerias e centros de estudo, como o de Desenho e Artes Plásticas Licenciatura criado em 1970, hoje Licenciatura Plena em Educação Artística, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Mas, apesar dessas mudanças, o panorama artístico local ainda é muito carente. Observamos com maior frequência trabalhos com um senso comum repetitivo em reverenciar o clássico figurativo e paisagens com casarões e marinhas.

Murilo Santos, hoje cineasta, ator e professor do Departamento de Educação Artística da UFMA, afirma que as atividades realizadas pelo grupo durante as exposições não se caracterizavam como movimento, “não se concretizou como tal quando surgiu”. Mas o teor das atividades, a duração, a organização, a sequência e a temática das mostras enquadram estas atividades como movimento. Era uma forma de mostrar arte com uma postura política, uma conduta ante a uma situação do momento. Um movimento que extrapola o caráter de exposição por sua forma diferenciada de colocar a arte em contato com o público. Os artistas acreditavam



que estavam agindo de forma politicamente correta, sem pensar na evolução da arte como um evento isolado de erudição. A intenção era enquadrá-la em uma circunstância da conjuntura, numa resposta à situação política, fruto da Ditadura Militar.

Para Murilo Santos, que foi o organizador da mostra, o grupo surgiu com a necessidade de ilustrar suas ideias de participação, incômodo social e comprometimento com a própria realidade. O grupo de artistas formado por Murilo Santos, Ciro Falcão, Joaquim Santos, João Ewerton e César Teixeira, juntaram-se também por uma questão de rebeldia pela discriminação que os salões de arte tinham com outro tipo de suporte que não fosse a pintura e temas que fugissem ao pitoresco, para montar a primeira Exposição Gororoba em junho do ano de 1977.

Pela primeira vez em São Luís uma exposição séria e totalmente dimensionada, com objetivos claros, com diretrizes definidas sente-se no global do Expô, um forte caráter, embora nos detalhes, algumas obras não correspondem. O mais importante de 'GOROROBA' não está no seu título (pois este cheira a 'populismo impensado'), mas sim no fenômeno. Cinco caras jovens, do Maranhão, fazem coisas que falam da terra, já numa conotação desvinculada do 'folclórico', belo-alegre-festivo das cores sem sangue, sem vida. A gororoba, assim mesmo, parece-nos bem mexida e com bons ingredientes. Chato é ter que achar bastante gente com bom estômago para digeri-la, isso porque, pelos papos totalmente desvinculados do assunto das obras expostas (...). (Jornal O Estado do Maranhão, 02 de julho de 1977, p.09).

A segunda exposição aconteceu de 17 de junho a 02 de julho de 1978 com trabalhos dos artistas: Ribamar Cordeiro, Euclides Barbosa, Joaquim Santos, Cruz Neto, Franco, Murilo Santos, César Teixeira, Érico Miguel Veiga, Roldão Lima, Paulo César, Carlos Cintra, João Ewerton, Edgar Rocha e Antônio Carlos Lima. Reuniu obras nos diferentes suportes, como na primeira exposição, além de pintura, escultura, cartuns, pirogravuras e cinema. Houve também o lançamento de uma revista feita pelos participantes contendo matérias com a mesma temática da exposição. Infelizmente não foram encontrados registros das demais exposições, mas Murilo Santos afirma que seguiram a mesma linha de ideias e variação de suportes das duas primeiras.

Tendo como temática o enfoque social e sua problemática, a II Gororoba visa ser uma opção para os artistas maranhenses comprometidos com a sua realidade exibirem seus trabalhos de uma forma mais liberal, e acima de tudo, responsável. (Jornal O Estado do Maranhão, 17 de junho de 1978, p. 09).

Nos grupos que participaram das mostras, evidenciamos uma categoria de artistas, em sua maioria acadêmicos, que tinham a necessidade de mostrar trabalhos com teores de engajamento social e político. O que veio sendo experimentado em outras épocas por artistas como Francisco de Goya que mesmo estando a serviço da nobreza, refratava-a de forma caricatural em uma forma de criticá-los.

Um exemplo também está em obras de Pablo Picasso, como exemplo Guernica, que ilustra uma crítica à guerra civil espanhola. Esta ideia de arte como crítica social, tratando-se do Movimento Gororoba, era compreendida com uma forma de participação, mostrando “(...) o outro lado da sociedade brasileira, livre de hábitos, da TV, do luxo e da fama”. Sem prender-se em um estilo, “(...) preocuparam-se em mostrar um trabalho inovador, realista e de boa qualidade, jogando na tela toda a imaginação criadora de quem sente na carne os problemas da vida, que tanto afligem a humanidade” (O imparcial, 26 de junho de 1977). Suas obras tiveram como tema a fome, a miséria e a degradação humana; representados através das técnicas: cerâmica, fotografia, pintura, instalações e da música.

As obras produzidas pelo grupo sofreram algumas críticas por parte da mídia e de artistas mais experientes como Ambrósio Amorim, que segundo alguns dos artistas que participaram das mostras, os considerava apenas rebeldes, “jovens baderneiros e irresponsáveis”, uma postura típica da posição conservadora da sociedade da época.

A primeira Exposição Gororoba, através de seus artistas, conseguiu reunir suas obras em uma exposição artística coletiva organizada como parte das comemorações de aniversário da fundação do Teatro Artur Azevedo, localizado à Rua do Sol, na Galeria Eney Santana, anexa ao Teatro. Os artistas buscavam formas diversas de interagir com os acontecimentos sociais do período na década de 1970, atitudes em repúdio ao regime político e às formas de repressão social embutidas em ações como as que envolveram a *desocupação do bairro Goiabal*, que foi tema para peças de teatro dos artistas Tácito Bortalho e Aldo Leite. Uma forma de comunicação indireta com o público.

Mas o que aconteceu? Será que no Maranhão não existem mais esses problemas sociais que serviam de inspiração para esses artistas? Ou os ideais foram arrefecidos pelo tempo? O que se pode é supor que esses sentimentos ainda os sondem pelo que é por vezes notado em um ou outro trabalho entre suas atuais atividades. Mas que se diferenciam do intenso aspecto de contestação e protesto que estampavam na década de 1970.

O grupo era caracterizado, além da união de artistas com posições ideológicas e tipos variados de arte, por obras em materiais ecléticos. As obras apresentadas retratam os 47 trabalhos que foram identificados durante a pesquisa, tratando-se de apenas uma pequena mostra da produção exposta pelo grupo. Algumas reveladas com uma análise formal e simbólica identificando os estilos, técnicas e tipologias no sentido de ampliar o universo de informações presentes na pesquisa. Desta forma, seguiu-se como referência de análise o esquema de leitura espacial de uma obra de arte idealizado por OSTROWER (p.34, 1996). Segundo a artista,

Qualquer marca visual, qualquer elemento na composição tem essa função: a de dirigir nossa atenção, orientando-nos pelos vários caminhos que podem ser percorridos no quadro – evidentemente, a partir das indicações colocadas pelo artista.

Uma obra de arte nos dá elementos para lê-la como se fosse um livro, observando a técnica, os materiais utilizados para a composição, a forma de apresentação dos traços ou pinceladas, as cores, os tons, a forma de apresentação, até mesmo o espaço a ser exibida nos dão dicas para contextualizar e assimilar seu sentido estético, sua essência e significação histórica.

## **Artistas e obras do Movimento Gororoba**

### **César Teixeira**

Nascido em São Luís, enveredou-se pelas diversas linguagens artísticas como a música, a pintura e a poesia. Quando criança costumava observar as rodas de música dos mais famosos artistas, como João Pedro Borges, Ubiratan Souza, Chico Saldanha e outros, interessava pela música, composição e canto de uma maneira autodidata. Começou a cantar e a compor em 1969,



e iniciou o aprendizado do violão em 1974, com o Maestro João Pedro Borges, o Sinhô, com quem estudou até 1976. Teve aula de canto no Coral do Liceu Maranhense, com a professora Edenir Guará. Desde a década de 70 tem se apresentado em teatros, bares e restaurantes de São Luís. Como compositor tem diversas músicas gravadas por vários cantores maranhenses.

**Figura 2 - s/título. Tipologia: Pintura Ano 1977**



Fonte: jornal O imparcial do dia 26 de junho de 1977

Esta obra foi retirada de uma divulgação da primeira exposição Gororoba no jornal O imparcial do dia 26 de junho de 1977. Mostra elementos simbólicos em características que deflagram a situação de pobreza e educação social com a frase “não cuspa no chão”, que traz à tona um certo cinismo pela dualidade desses aspectos. O autor recebeu as seguintes críticas por seus trabalhos. “Os (trabalhos) de César Teixeira, são ainda mais descompromissados, que persistem num ranço clichê, tendendo ainda a um quase-es-panfletarismo. Parece-nos arte ao acaso, caricatural, passageira” (jornal O Estado do Maranhão, 02 de julho de 1977).

### **João Ewerton**

O artista dirige o Centro de Arte Japiáçu e trabalha com diversas linguagens artísticas como a pintura, o desenho e a cerâmica. É irmão da também artista plástica Marlene Barros, cujos trabalhos são direcionados também às temáticas sociais.

**Figura 3 - Figura 19 s/título, Tipologia: Desenho, Ano 1977**



Fonte: Arquivo pessoal

Esta obra, um desenho, retrata mais um símbolo que nos remete à pobreza, trata-se de uma mulher negra desdentada com um pano amarrado à cabeça, lembrando uma imagem do tempo da escravidão, revelando uma grande carga de dramaticidade.

### **Joaquim Santos**

Irmão de Murilo Santos, Joaquim é considerado um dos mais ecléticos artistas desta pesquisa. Trabalha com as mais diversas linguagens artísticas: a música, pintura, escultura, instalação e desenho. Suas atividades atuais estão mais direcionadas para a música.

**Figura 4 - s/título. Tipologia: Pintura Ano: 1977**



Fonte: Arquivo pessoal

Sua obra revela claramente o tema da fome na figura que retrata o filho no colo da mãe em um apelo junto a um prato contendo apenas uma espinha de peixe. Sua composição sombria com cores predominantemente escuras ressalta ainda mais o teor dramático da cena, contrastando com o colorido destoante da televisão e da vela, objetos que também se confundem por sua representação simbólica de pobreza e riqueza. As expressões e os objetos simbólicos denotam uma carga de emoções que sensibilizam o olhar para esta realidade da degradação humana.

**Figura 5 - Ração dos Mortos (detalhe da obra) Tipologia: Pintura, Ano: 1977**



Fonte: Arquivo pessoal

A obra Ração dos Mortos foi amplamente divulgada pela imprensa durante a primeira exposição. Possui um forte apelo social para a questão da fome com as figuras esqueléticas segurando colheres e de bocas abertas marchando em uma procissão com as faces voltadas para cima em uma espécie de clamor, como zumbis.

**Figura 6 – S/Título, Tipologia: Instalação**



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão, 1978



A instalação foi talvez a obra mais chocante da primeira exposição. Ela causa uma sensação imediata de repulsa e embrulho no estômago.

A obra traz à tona a realidade de um estado de extrema miséria simbolizada pelos objetos agregados como: o penico, a esteira de palha, o prato de esmalte vazio, a colher, a rede, vista no quadro menor e uma escultura de uma figura putreficada sobre um lençol. Os objetos causam uma mescla crescente de sentimentos como espanto, nojo, comoção e vergonha. Possui um colorido sinistro em meio à luminosidade que inside diretamente sobre eles, revelando tudo de forma clara e direta.

**Figura 7 - Título desconhecido, Tipologia: Pintura, Ano: 1977**



Fonte: Imagem extraída de divulgação da mostra no jornal O Estado do Maranhão

Mais uma vez o tema da pobreza retratando a infância nas duas pinturas acima e abaixo pelo artista, registrando sua versatilidade artística e senso crítico. A primeira retrata a situação da criança pobre abandonada que vive nas ruas ou em casarões abandonados. A segunda mostra a exploração do trabalho infantil com uma menina ao lado de um caldeirão e carregando um abano de palha, objeto tipicamente nordestino utilizado para abanar o fogareiro.

**Figura 8 - Título desconhecido, Tipologia: Pintura, Ano: 1977**



Fonte: Arquivo pessoal

### **Murilo Santos**

O artista é atualmente cineasta e professor do departamento de Educação Artística da Universidade Federal do Maranhão. Envereda-se, também, pelas diversas modalidades artísticas como a pintura, o cinema e principalmente a fotografia que foi a linguagem mais utilizada por ele nas exposições Gororoba. Sua obra Taipa não foi confeccionada para as exposições, mas é contemporânea a elas, foi confeccionada para um salão de arte ao qual concorreu e foi premiada. A pintura revela claramente o sentido dado às mostra do grupo. Como o artista explicou que seu trabalho utilizou “um suporte como uma referência do real” uma forma totalmente inovadora de construção pictórica onde uma imagem fotográfica foi projetada em uma parede de taipa e pintada a partir de sua projeção, formando os relevos em seu fundo.

Figura 9 - Taipa Tipologia: Pintura Ano: 1977



Fonte: Museu Cultural e Artístico de São Luís

Franco

Figura 10 – Tipologia: cartuns, Ano: 1977



Fonte: Arquivo pessoal

A figura mostra dois cartuns meio desfocados, pois se trata de uma fotografia do jornal onde estavam estampados, divulgando a exposição. Em seu trabalho o artista revela de forma humorada o folclore maranhense. Atualmente mora no Rio de Janeiro, foi colega de faculdade na UFMA do artista Paulo César Carvalho que também participou da segunda exposição.

As obras abaixo não foram identificadas por alguns dos artistas que participaram das exposições, mas ilustraram uma matéria de divulgação da primeira exposição Gororoba.



Figura 11 – Desconhecidos, Tipologia: Pintura, Ano: 1977



Fonte: Arquivo pessoal

### Considerações Finais

O conteúdo pesquisado foi estruturado relacionando artistas, obras e o contexto social de época, ambientando o leitor ao tema, dando embasamento teórico através de informações que desinem a posição da arte maranhense em relação à História da Arte Contemporânea e ao período da Ditadura Militar.

Aqui coube um recorte para entendimento da Arte Contemporânea, com apreciação do tipo de arte produzida no período da década de 1970 no Maranhão, que trouxe um contexto de participação, afetando substancialmente o observador das obras de arte. Um tipo específico de arte que mexe com o raciocínio e a imaginação do público, contextualizada com temas sociais e discursos filosóficos.

Mostra também, que a arte maranhense estava alinhada com a produção artística estrangeira, partindo da arte europeia e depois dos Estados Unidos, com o Modernismo, chegando ao eixo Rio-São Paulo, para somente depois abranger o resto do Brasil, como aconteceu com o Maranhão.

A pesquisa traçou todo esse processo demarcando a arte estrangeira, a brasileira e a maranhense. As fontes se restringiram ao livro produzido pelo extinto Banco do Estado do Maranhão, organizado pelo falecido artista Jesus Santos, à algumas monografias de conclusão de curso de graduação, aos jornais da época e ainda à memória oral, pelo contato com alguns

artistas e estudiosos sobre a arte em São Luís, com comentários referentes à vivência da comunidade artística e de críticos de arte durante o período.

Seguimos uma rotina de conversações fluidas e nostálgicas partindo dos artistas, que se dispuseram a compartilhar informações e manifestaram bastante interesse na continuidade e conclusão deste estudo. No entanto, houve certa lacuna deixada por artistas que participaram das exposições, alguns também já não residem mais em São Luís.

Em suma, o Movimento consistiu em encontros entre jovens artistas ávidos por mudança social, econômica e política. Entendendo a arte como veículo de comunicação, educação e mobilização social. Para eles, suas atuações não se caracterizaram como movimento por, sobretudo, “não compartilharem de uma total unidade de objetivos”. Mas, esta reunião de ideias do grupo, que surgiu para a montagem das exposições Gororoba entre 1977 e 1980, posicionou-se de forma criativa e inovadora, surpreendendo e causando expectativas.

Porém, os trabalhos reunidos neste estudo, constituem uma porção muito pequena do que houve nas quatro exposições, necessitando de um espaço de tempo maior para uma pesquisa mais detalhada e minuciosa a posteriori.

É palpável a extensão que se tornou a atuação do grupo de artistas, notadamente, os mesmos nem tinham conhecimento da abrangência real de suas atuações naquele momento histórico, e de ainda haver tantos registros de obras que os mesmos nem têm paradeiro exato de sua localização. Tantas informações os causaram um sentimento de emoção e nostalgia por terem participado de um acontecimento que tinha um viés de luta pela garantia de liberdade de expressão e pela busca de inovação artística.

## Referências

**Arte do Maranhão 1940-1990.** Banco do Estado do Maranhão. São Luís, MA, 1994.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte – Educação: leitura no subsolo.** SP: Cortez, 2001.

BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

**Cadernos História da Pintura no Brasil.** Instituto Itaú Cultural vols. 04, 05 e 06. São Paulo: ICI, 1993.

COSTA, Francisca. **Leitura visual.** in: FORTES, Raimunda. *Leitura Visual: uma experiência interdisciplinar no estudo das artes plásticas.* São Luís, 2001.

GABLIK, Suzi (p.174), em seu texto **Minimalismo.** In: STANGOS, Nikos (org.). *Conceitos de Arte Moderna.* Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

GARDNER, James. **Cultura ou lixo?** Uma visão provocativa da arte contemporânea. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

GULLAR, Ferreira. **Revista Continente,** agosto, 2002.

HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

**História da Arte Brasileira.** São Paulo: Melhoramentos, 1981.

HOLANDA, Pergentino. **Jornal o Estado do Maranhão,** 24/06/1977, p.6.

JANSON, H. W. **Iniciação à História da Arte.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

**Jornal O Estado do Maranhão** p. 1, 6 de 23, 24, 25 de junho de 1977: São Luís-Maranhão.

**Jornal O Imparcial** p. 6, 7 de 24, 26, 28 de junho de 1977: São Luís-Maranhão.

LOPES, Fernanda. Documenta de Kassel. <http://www.obraprima.net/materias/html675/html675.html>. Acesso em 07/12/3003 às 20h30min.

**O Livro da Arte.** Martins Fontes Editora. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MEIHY, JCSB **Manual de história oral.** 2ª ed., São Paulo, Loyola, 1998. THOMPSON, P. A voz do passado. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1992.

OSTROWER, Faiga. **Universos da arte.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 10ª edição, 1996. 358

PINHEIRO, Maciel de Jesus Amorim. **Estranhas manifestações:** Uma estética do feio no Maranhão de 1970 a 1980. São Luís, 2003.

QUENTAL, Irene Bosisio. <http://www.obraprima.net/materias/html413/html413.html>. Acesso em 03/01/2004.



SANTOS, Murilo. Entrevista no dia 28 de agosto de 2005.

STANGOS, Nikos (org.). **Conceitos de arte moderna**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

STRICKLAND, Carol. **Arte Comentada**, da Pré-História ao Pós-Modernismo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

TEIXEIRA, Ubiratan. **A Geração de 70**, in: ARTE DO MARANHÃO 1940-1990. Banco do Estado do Maranhão. São Luís, MA, 1994.

VINCENTINO, Cláudio. **Viver a história**. São Paulo: Scipione, 2002.

ZANINI, Walter (Org.). **História geral da arte no Brasil**. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983.

## PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS CONTRA A DITADURA MILITAR NO BRASIL: VIOLÊNCIA DE GÊNERO E RESISTÊNCIA FEMININA

Giovanna Barbosa Soares<sup>1</sup>

### Resumo

O presente estudo discute a participação feminina nos movimentos contra a Ditadura Militar no Brasil, enfatizando a organização do feminismo a partir da década de 1970, inserindo-o no cenário do período militar. Para tanto, utiliza-se como fonte de análise determinados jornais feministas que circulavam entre 1970 e 1980, a fim de compreender de que forma a imprensa foi usada como um mecanismo de resistência e visibilidade para as lutas femininas. Dessa forma, a metodologia do referido trabalho consistiu em uma pesquisa bibliográfica qualitativa com base na análise de livros, artigos e produções jornalísticas, privilegiando o gênero como uma categoria de análise histórica e atrelando-a ao contexto da Ditadura Militar no Brasil. Assim, pretende-se abordar a trajetória do movimento feminista no Brasil atrelada à conjuntura política da época, evidenciando a resistência feminina contra a Ditadura Militar e as opressões de gênero vivenciadas cotidianamente pelas mulheres nesse cenário instável e violento.

**Palavras-chave:** movimento feminista; imprensa; ditadura militar.

### Introdução

O presente estudo possui o objetivo de analisar a participação feminina nos movimentos contra a Ditadura Militar no Brasil, destacando a organização do feminismo a partir da década de 1970. Além disso, pretende-se expor o sistema repressivo e misógino da época, que utilizou o corpo feminino, a sexualidade e a maternidade como instrumentos de tortura física e psicológica, hostilizando mulheres militantes e usando o seu gênero como uma forma de acentuar as violências. Por fim, busca-se compreender de que forma a imprensa foi utilizada como mecanismo de resistência e visibilidade para as lutas femininas.

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) e membro dos grupos de pesquisa “Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Família” (NEGESF/UEMA) e “Núcleo de Estudo de História das Américas” (NEHA/UEMA), e-mail: [giovannasoares1620@gmail.com](mailto:giovannasoares1620@gmail.com).

Nesse sentido, destaca-se que a imprensa alternativa, no contexto da Ditadura Militar, foi articulada a partir da organização de grupos que reivindicavam pela democracia, estabelecendo uma pauta geral. Somado a isso, as questões específicas também estavam em evidência, como os direitos das mulheres, dos negros e dos homossexuais. Nesse viés, enfatiza-se que o movimento feminista é marcado pela diversidade de vertentes, dialogando com as lutas gerais e específicas (Pinto, 2003).

Desse modo, a historiadora Céli Pinto (2003) divide as fases dos movimentos feministas (1ª onda e 2ª onda) como “feminismo bem-comportado” e “feminismo mal-comportado”, pois explica que o caráter do primeiro não era de ruptura, mas sim de aliança com as estruturas dominantes, diferentemente do segundo feminismo articulado a partir da década de 1970, que afrontava os poderes e possuía uma postura mais radical:

O primeiro não afrontava os poderes, mas buscava apoio neles. Não pode ser percebido a partir de uma clivagem de classe social, mas certamente a partir da forma como essas mulheres viviam suas posições de elite econômica e intelectual. O segundo era de enfrentamento: o feminismo “malcriado” expressava-se nas passeatas, nos enfrentamentos na Justiça e nas atividades de mulheres livre-pensadoras que criavam jornais e escreviam livros e peças de teatro. Somavam-se a elas as anarquistas radicais que traziam para a discussão o mundo do trabalho, muito distante das preocupações das feministas de elite (Pinto, 2003, p. 38).

Conforme o exposto pela autora, frisa-se que a primeira fase do feminismo corresponde ao início do movimento, entre o final do século XIX até 1932, quando as mulheres conquistam o direito ao voto, tendo Bertha Lutz sua principal líder. A segunda fase está relacionada a um posicionamento mais radical em relação à dominação masculina, com mulheres intelectualizadas que escreviam em jornais, mas também líderes operárias. Segundo Céli Pinto, de 1932 até as primeiras manifestações nos anos 1970 considera-se um período de refluxo do movimento feminista, em que havia pouco espaço para as lutas específicas (Pinto, 2003). Desta feita, o feminismo enfatizado no presente trabalho é caracterizado como de “2ª onda” e ressurge no Brasil a partir da década de 1970, no contexto da Ditadura Militar.



Durante o período ditatorial, muitas mulheres militantes foram exiladas e a partir dessa experiência de exílio começaram a se organizar mais sistematicamente, tanto em defesa da democracia quanto reivindicando o espaço feminino. Outrossim, “Com os ‘anos de chumbo’ da ditadura militar, várias mulheres brasileiras seguiram para o exílio e uma vez fora do Brasil elas fundaram grupos feministas no exterior” (Cardoso, 2004, p. 41).

Nessa perspectiva, Joana Pedro (2006) aponta que esses grupos de mulheres, sobretudo o que foram criados a partir do contato com as feministas dos Estados Unidos, eram vistos com desconfiança e hostilidade por determinados setores da esquerda tradicional brasileira, que consideravam inúteis as chamadas pautas específicas: “os grupos de reflexão, as lutas pelo controle e autonomia do corpo, sexualidade, as manifestações pela liberação da mulher, eram consideradas ‘ideias específicas’, e portanto divisionistas da luta geral que consideravam ter prioridade: pela democratização, pela anistia, pelo socialismo” (Pedro, 2006, p. 16). Seguindo com a mesma linha de pensamento, Pinto (2003) assinala:

O feminismo era malvisto no Brasil, pelos militares, pela esquerda, por uma sociedade culturalmente atrasada e sexista que se expressava tanto entre os generais de plantão como em uma esquerda intelectualizada cujo melhor representante era justamente o jornal Pasquim, que associava a liberalização dos costumes a uma vulgarização na forma de tratar a mulher e a um constante deboche em relação a tudo que fosse ligado ao feminismo (Pinto, 2003, p. 64).

Apesar da falta de apoio de muitos setores da esquerda, as feministas adotaram a dupla militância, que correspondia à luta pelo fim da Ditadura, pela defesa da democracia, das pautas oriundas da esquerda e das pautas feministas. Nesse contexto, a década de 1970 foi fundamental no que se refere à mobilização e à participação feminina na sociedade, surgindo vários eventos de mulheres; em 1979, acontece o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres e, na década de 1980, já existiam diversos grupos feministas espalhados por todo o país. Dessa maneira, esse foi o momento em que as mulheres deixam de apenas marcar presença nos movimentos sociais ao lado dos homens e começam a se mobilizar sistematicamente (Teles, 1993).

Diante dessa articulação feminina, começaram a surgir diversos clubes de mães, que discutiam pautas no tocante às mulheres, como sexualidade e violência doméstica. Nesse cenário, foram efetivados congressos femininos e marchas, além de cartas direcionadas às autoridades que exigiam mudanças. Assim, as lutas feministas começaram a ganhar espaço e é nessa onda de mobilização que a imprensa feminista surge como espaço de resistência e luta das mulheres (Woitowicz, 2014).

### **Imprensa alternativa, pautas feministas e dupla militância**

Dado o contexto de criação de grupos feministas no Brasil, surgem publicações entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980, que inserem o debate sobre diversas pautas feministas nos meios políticos e intelectuais. Nessa conjuntura, a imprensa alternativa foi uma importante aliada para a conscientização de diferentes setores da sociedade, instaurando o diálogo e trazendo à tona pautas como trabalho feminino, participação política, liberdade sexual, igualdade de direitos, aborto, políticas públicas para as mulheres, condições de trabalho e violência (Woitowicz, 2014).

Outrossim, uma das questões levantadas pelos grupos feministas foi a comunicação; em outras palavras, as mulheres começaram a reivindicar pelo seu espaço na imprensa. Para Leila Barsted (1983), a partir dos anos 1970 novos caminhos foram se abrindo no sentido de dar voz às mulheres através de diferentes veículos de comunicação, como jornais, boletins, revistas, rádio e cinema. Além disso, a autora destaca que:

A necessidade de uma imprensa feminista própria colocou-se, assim, a partir da consciência de que os meios tradicionais de comunicação, esfera de atuação dos donos do poder, e até mesmo alguns setores da imprensa alternativa, ou ignoram a mulher, ou reforçam os estereótipos discriminatórios a seu respeito, ou a manipulam enquanto objeto de consumo-consumidora. Ou seja, negam a existência de um falar feminino e, portanto, de uma mulher sujeito de sua fala e de seu desejo (Barsted, 1983, p. 14).

Dentre os jornais alternativos que contribuíram para as questões feministas, destacam-se os jornais Brasil Mulher (1975-1979), Nós Mulheres (1976-1978) e Mulherio (1981-1987),

que somaram de modo significativo para o debate de gênero, abrindo espaço para novos desafios de enfrentamento às desigualdades em uma sociedade marcada pela diferença entre os sexos, fortalecendo diversas reivindicações do movimento feminista (Woitowicz, 2014). Ao analisar as origens da imprensa feminista brasileira, com os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, Rosalina de Santa Cruz Leite (2003) discorre sobre o contexto em que os jornais se articularam:

Mulheres que se auto-organizam nas periferias, em busca da garantia de direitos sociais, e as feministas preocupadas com a emancipação feminina, a discriminação, a sexualidade, o poder, reinventando uma nova forma de fazer política junto com a luta reivindicativa das classes populares. Só assim pode-se entender o papel desempenhado pelos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* nessa conjuntura (Leite, 2003, p. 238).

Nessa mesma perspectiva, destaca-se que as feministas que participaram desses jornais eram predominantemente militantes da esquerda, o que evidencia o caráter da dupla militância. Além disso, entende-se que os jornais refletem um período histórico intenso, que foi marcado por rápidas transformações, sendo as publicações caracterizadas pela autonomia feminina e pela contestação à ordem social da época, se posicionando de maneira independente do estado e dos partidos políticos (Leite, 2003).

O jornal *Brasil Mulher* foi o primeiro jornal feito por e para mulheres, publicado pela Sociedade *Brasil Mulher*, destacando o discurso da igualdade e das lutas pelas causas democráticas, considerado “o primeiro jornal feminista brasileiro feito no Brasil e traz a gênese do debate entre mulheres feministas e mulheres militantes de esquerda: a situação clássica de dupla militância do movimento feminista no período de 1974 a 1980” (Cardoso, 2004, p. 43). Apesar do que pontua a autora, inicialmente o jornal *Brasil Mulher* não se pretendia feminista, sob a premissa de não ser um “jornal da mulher”, tendo se autointitulado dessa forma apenas posteriormente.

Em contrapartida, o jornal *Nós Mulheres*, tendo como jornalista responsável Anamércia Veinsecher, se assume como feminista e ressalta o comprometimento com questões



específicas das mulheres, a partir das quais desenvolve, ao longo da sua existência, um importante trabalho com mulheres de classes populares (Woitowicz, 2014). Consoante Kucinski (2003), o jornal possuía “uma base de ativismo mais ampla do que a do Brasil Mulher, incluindo membros de clubes de mães engajadas em lutas por creches na zona sul de São Paulo”. A base ideológica, segundo o que expõe o autor, era “o paradigma clássico das esquerdas, mas com autonomia clara para a luta feminista” (Kucinski, 2003, p. 128). É evidente o comprometimento do jornal contra a opressão de sexo e de classe, além da defesa do feminismo e da igualdade de gênero:

Desde que nascemos, NÓS MULHERES ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que nossa função na vida é casar e ter filhos. Que NÓS MULHERES não precisamos estudar nem trabalhar, pois isto é coisa pra homem. (...) NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções (Nós Mulheres, ano 1, n. 1, junho de 1976, p. 2)

No que tange à linguagem do jornal, Leite (2003) pontua que se trata de uma abordagem pessoal e afetiva, revelando intimidade, pois “rompe com o tratamento dado às mulheres pela imprensa feminina tradicional, em que um editor impessoal e assexuado dita regras e ‘aconselha’ uma leitora chamada de ‘você, mulher’” (Leite, 2003, p. 230). Assim, o tom presente no editorial citado projeta a identificação com um sujeito coletivo: as mulheres.

Sobre as semelhanças dos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres, Leite (2003) acentua que os dois jornais se aproximam em sua orientação política, tentando conciliar as lutas gerais e específicas que marcaram a trajetória do movimento feminista que se articula em um período de crise política. Por fim, no início de 1981, em São Paulo, surge o jornal Mulherio, inserido em um contexto político mais aberto ao diálogo sobre questões específicas às mulheres, e menos marcado pela militância de esquerda. O jornal foi fundado por Adélia Borges e ficou conhecido como “o mais duradouro e o mais feminista dos jornais feministas” (Kucinski, 2003, p. 129), fugindo do modelo organizativo da imprensa alternativa dos anos 1970, pois contava com o suporte de uma entidade.

A censura imposta pelo período ditatorial atingiu os grupos organizados e comprometeu a circulação de informações sobre a luta pela democracia e as outras lutas específicas veiculadas por diferentes setores da sociedade na reivindicação de direitos. Dessa forma, o conservadorismo em torno de temas relacionados a questões culturais e comportamentais, somado ao controle político da informação, impôs limites para tematizar as mulheres nos jornais (Woitowicz, 2014).

Apesar da censura, a imprensa alternativa proporcionou um amplo debate acerca das lutas feministas, principalmente no que se refere às operárias e aos setores de base. Ao analisar os jornais, é possível mapear diversas ocorrências sobre greves, reivindicações por creches para mães trabalhadoras, notícias sobre as presas políticas, assim como informações sobre o movimento organizado de mulheres, demonstrando a representatividade que o feminismo assumiu em meio às lutas que marcaram o período ditatorial (Woitowicz, 2014).

### **Violência de gênero na Ditadura Militar: censura, estupro, tortura e assassinato**

Na Ditadura Militar, a censura e a misoginia caminhavam juntas. Dito isso, é imprescindível frisar que a censura se deu sobretudo às questões femininas, sob a argumentação da defesa da família, da moral e dos bons costumes. Um exemplo disso foi a Revista Realidade, n. 10, de janeiro de 1967, que foi totalmente vetada pela censura por abordar o resultado de uma pesquisa que expõe a opinião das mulheres brasileiras sobre o casamento, a maternidade e a sexualidade (Teles, 2015).

A situação de censura se repetiu com o Jornal Movimento n. 45, em 1976. O veículo de comunicação tratava da questão das mulheres no trabalho, o que incomodou autoridades, sendo até as tabelas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) totalmente censuradas e a edição não chegou sequer às bancas. Ademais, Cassandra Rios (1932-2002), uma escritora de contos eróticos lésbicos, teve a sua editora proibida de funcionar em 1976, pelo Ministro da Justiça, Armando Falcão, se tornando a escritora mais censurada na Ditadura (Teles, 2015).

Durante o período ditatorial, as condições enfrentadas pelas mulheres foram peculiares, tendo em vista o *modus operandi* do sistema repressivo, que atuou com misoginia e utilizou a discriminação de gênero para reforçar os estereótipos femininos de submissão e dependência emocional, afetiva e política. Muitas mulheres se envolveram nos movimentos contra a Ditadura Militar, seja através das guerrilhas urbanas e rurais, ou da participação direta em ações políticas, como a articulação da imprensa clandestina, a distribuição de material impresso ou até mesmo liderando movimentos grevistas, como foi o caso da greve de Contagem (MG), que foi liderada por Conceição Imaculada de Oliveira, que acabou sendo presa grávida:

Presa grávida, foi submetida a um aborto criminoso em uma sala comum do DOPS de Belo Horizonte (MG), na presença dos demais presos políticos e dos policiais. [...] para assistir [...] à cirurgia, praticada sem anestesia, sem nenhum cuidado higiênico e inclusive sem os instrumentos cirúrgicos necessários para uma operação. Quando, impotente, a vítima gritava, os torturadores faziam um alarido histérico e sádico, gritavam de alegria, diziam palavrões aos indignados espectadores mantidos sob ameaças dos fuzis (Kucinski; Tronca, 2013, p. 158).

Evidentemente, mulheres como Conceição, que subverteram a ordem social de gênero, foram duramente reprimidas, sendo muitas vezes sequestradas, torturadas, estupradas e assassinadas, submetidas a todo tipo de crueldade. Como resposta aos ataques das autoridades, as mulheres adotaram diversas formas de resistência, seja por meio de mobilização política ou vivendo na clandestinidade. É importante ressaltar que as mulheres que se envolveram de alguma forma nos movimentos de contestação à Ditadura transgrediam a ordem patriarcal, pois fugiam do modelo de feminilidade e submissão:

A participação das mulheres se deu por decisão delas próprias. Ao assumirem uma posição política de transformar a ditadura em liberdade, justiça e democracia, passaram a engrossar as diversas trincheiras de lutas, das ações políticas de repúdio à ditadura, seja de luta armada ou não, o que irritou profundamente os militares que esperavam que elas fossem facilmente dominadas e controladas por eles. Eles não aceitavam que as mulheres pudessem exercer livremente o seu direito de escolha, inclusive de lutar contra a ditadura. Eles odiavam as militantes que fugiam do estereótipo da submissão, da dependência e da incapacidade de tomar decisão. [...] Os



militares, de início, subestimaram a capacidade das mulheres, mas, ao vê-las atuando na luta, inclusive com uso de armas, tiveram reações de ódio e repúdio. Isso porque as militantes políticas daquela época romperam com preconceitos e barreiras machistas (Teles, 2015, p. 1010-1011).

Conforme o exposto, parte-se do pressuposto de que as mulheres eram consideradas duas vezes subversivas: primeiramente, por romperem com as normas sociais de gênero e posteriormente, por estarem ligadas a grupos de esquerda, considerados pelos militares como organizações terroristas, fazendo com que essas mulheres fossem vistas como inimigas do estado. É nesse contexto que os métodos de tortura utilizados em mulheres foram diferenciados dos métodos utilizados em homens: “A tortura foi amplamente usada contra mulheres e homens. No entanto, as mulheres foram submetidas de forma mais intensa à tortura sexual, como os estupros, as mutilações, inclusive, com uso de animais vivos” (TELES, 2015, p. 1011). Além da opressão oriunda dos militares, as mulheres militantes ainda tinham que lidar com o preconceito dentro do próprio movimento da esquerda:

Algumas guerrilheiras tentaram se aproximar do modelo masculino. Acreditavam que dessa forma seu desempenho seria melhor nas ações militares. Mas houve aquelas que aprenderam que deviam afirmar a diferença e buscar novas formas de vida e de fazer política. [...] Nas estratégias militares, coube às mulheres executar as tarefas de observação, levantamento de informações e preparação do apoio logístico. Mas o comando ficou a cargo dos homens. Só excepcionalmente ele coube a uma ou outra mulher (Teles, 1993, p. 71).

Desta feita, mesmo que muitas mulheres estivessem envolvidas nos movimentos de resistência contra a Ditadura, elas acabavam ficando subordinadas à liderança dos homens militantes, salvo algumas exceções. No que se refere à tortura por parte dos militares, os métodos possuíam requintes de crueldade, explorando ao máximo a condição feminina, conforme consta o depoimento da militante Amélia Teles na Comissão da Verdade “Rubens Paiva”:

[...] Eu estava sentada na cadeira de dragão, nua amarrada com fios de metal, levando choque no corpo todo, ânus, vagina. Enquanto isso, o Gaeta, que era

um torturador, estava se masturbando e jogando esperma em cima do meu corpo nu...[...] Num outro momento, estava sendo torturada em pé, nua e cai no chão. Ele (o Gaeta) me pegou e me colocou numa cama de lona que estava na sala de torturas e começou a esfregar meus seios, apertar minha bunda [...] (BRASIL, 2014; Comissão da Verdade “Rubens Paiva”, audiência de “Verdade e Gênero”, em 4/3/2013).

Conforme o relato, percebe-se como a violência sexual foi amplamente praticada contra mulheres na Ditadura Militar, conferindo um caráter peculiar à tortura feminina. Além disso, muitas mulheres tiveram seus seios mutilados e animais vivos inseridos em suas vaginas, como foi o caso da militante Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Jones, que foi sequestrada e torturada violentamente, sendo também estuprada antes de ser assassinada (Teles, 2015).

Outro ponto explorado pelos militares foi a maternidade, sendo uma das formas de tortura utilizadas pela repressão política, usada para desestabilizar e fragilizar militantes, causando, em muitos momentos, o desequilíbrio emocional às mulheres e às crianças. Muitas vezes, as mães eram obrigadas a assistir seus filhos serem submetidos a todo tipo de tortura física ou psicológica e muitas delas sequer eram militantes, mas seus companheiros eram e, portanto, seus filhos foram sequestrados, ameaçados de torturas ou chegaram a ver o assassinato de seus pais sob tortura (Teles, 2015).

As crianças foram alvos, pois suas mães, na maioria dos casos, romperam com os estereótipos femininos, fugindo dos papéis impostos de submissão e fragilidade, se engajando em práticas que eram consideradas masculinas, como o uso de armas, a articulação de estratégias políticas de combate e resistência na tentativa de obter justiça, liberdade e democracia (Teles, 2015).

A violência de gênero na Ditadura e as práticas hediondas de tortura são de conhecimento geral graças à Comissão da Verdade, que apesar de ter sido instaurada tardiamente (apenas em 2012), trouxe à tona diversos relatos dos crimes praticados contra mulheres e crianças. Dessa forma, os depoimentos das vítimas se tornaram públicos por meio da Comissão e ao revelar os crimes como sequestros, estupros, torturas, assassinatos, ou seja, os crimes cometidos a partir da violência de gênero, destaca-se a necessidade de considerá-los,

de maneira autônoma, como crimes de gênero, isto é, os crimes de lesa-humanidade, e, portanto, imprescritíveis (Teles, 2015).

### Considerações Finais

A imprensa feminista surge da necessidade do movimento feminista de criar seus próprios veículos naquele período ditatorial, reconhecendo a importância de valorizar um discurso em que havia espaço para causas específicas das mulheres. Apesar de todas as limitações para o desenvolvimento de uma imprensa propriamente feminista, pode-se concluir, que os jornais publicados entre os anos 1970 e 1980, revelam a mídia alternativa como um lugar de resistência e construção de identidades, tendo em vista que o discurso projetado nos veículos constitui também uma ação do feminismo, que conquista espaço na esfera pública a partir de suas estratégias de visibilidade (Woitowicz, 2014).

No que tange à repressão da Ditadura, é impossível não abordar a questão das mulheres, principalmente porque elas tiveram uma participação intensa e generalizada em grande parte das organizações políticas que viviam na clandestinidade. Apesar dos avanços proporcionados pela Comissão da Verdade, enfatiza-se que não existem ainda ações políticas que ofereçam condições e oportunidades para uma narrativa pública sobre o estupro e demais violências de gênero cometidas em dependências militares e policiais (Teles, 2015).

Nesse sentido, é fundamental criar um marco jurídico-legal que reconheça o estupro e outras violências de gênero como crimes independentes dos demais crimes cometidos na Ditadura Militar. Desse modo, é urgente reconhecer que as violações de direitos humanos cometidos contra as mulheres devem ser compreendidas sob a ótica de gênero, para que se alcance a verdade dos fatos, fazendo justiça às vítimas e registrando que as militantes políticas, ou mesmo as que não eram, se recusaram a reproduzir o papel social de submissão e de fragilidade, contribuindo grandemente para a construção da democracia. Por fim, entende-se que a democracia atual, para ser efetivada, precisa fazer justiça às mulheres do passado que



lutaram para que as mulheres do presente pudessem exercer a sua liberdade e viver em uma democracia plena (Teles, 2015).

### Referências

- BARSTED, Leila Linhares. **Comunicação: é falando que a gente se entende**. In: PROJETO MULHER. Mulheres em Movimento. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983. p. 13-16.
- BORGES, Adélia. **Jornal Mulherio**. In: PROJETO MULHER. Mulheres em Movimento. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983. p. 22-24.
- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. “Tortura”. In: \_\_\_\_\_. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014a. v. 1, cap. 9. p. 327-380.
- CARDOSO, Elizabeth. Imprensa brasileira pós-1974. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC. V. 12, n. especial, 2004. p. 37-55.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.
- KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. **Pau de Arara: a violência militar no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Revista Estudos Feministas**. CFH/CCE/UFSC. Vol. 11, n. 1, 2003. p. 234-241.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970- 1978). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Anpuh, n.52, vol. 26, 2006. p. 249-272.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, p. 1001-1022, 2015.

VII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO  
MARANHÃO OITOCENTISTA/VII  
SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

1824/1964  
ENTRE  
REVOLUÇÕES  
E GOLPES

24-27 SETEMBRO / 2024



Uema  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

NEMOXIX

LOCAL: PRÉDIO DE HISTÓRIA DA UEMA - CENTRO

WOITOWICZ, Karina Janz. **A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo.** Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 104-117, 2014.

## ANÁLISE DO ACERVO DE INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E TERRAS DO MARANHÃO (ITERMA) SOBRE O PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO RURAL NA REGIÃO DO VALE DO PINDARÉ, MARANHÃO (1968-1979)

Gustavo dos Santos Rocha<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo intitulado "Análise do acervo de Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) sobre o processo de expropriação rural na região do Vale do Pindaré Maranhão (1968-1979)", aborda a expropriação de terras no Vale do Pindaré durante a ditadura civil-militar no Brasil. O foco do estudo recai sobre o impacto de políticas fundiárias impostas durante esse regime, com destaque para a Lei de Terras Sarney, de 1969, que facilitou a concentração de terras e a exclusão de pequenos agricultores e comunidades tradicionais.

A metodologia adotada baseia-se em uma abordagem historiográfica crítica, explorando documentos históricos do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e discutindo os desafios de se analisar arquivos repressivos, como proposto por Enrique Serra Padrós. A pesquisa também se inspira em autores como Marc Bloch, Jacques Le Goff e E.P. Thompson, que fornecem fundamentação teórica para a análise do processo de expropriação e resistência no Maranhão.

O estudo destaca como o contexto político e econômico anterior ao golpe militar de 1964 contribuiu para a intensificação da grilagem de terras no Brasil. A renúncia de Jânio Quadros em 1961 e a posse de João Goulart criaram um ambiente de desconfiança que favoreceu a formação de uma forte oposição civil e militar, levando ao golpe. Após 1964, o governo militar promulgou o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), que, sob o pretexto de reforma agrária, favoreceu grandes proprietários e empresas, relegando os camponeses a segundo plano.

No Maranhão, o governo de José Sarney (1966-1971) ampliou esse processo por meio da Lei de Terras Sarney, que legitimou a grilagem e excluiu os pequenos agricultores. A criação de órgãos como a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) e o Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) consolidou a concentração fundiária e intensificou os conflitos agrários, especialmente no Vale do Pindaré. Líderes camponeses, como Manoel da Conceição e Luiz Soares Filho, tornaram-se símbolos de resistência, enfrentando repressão violenta do Estado.

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), o estudante é Bolsista do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC). A produção do presente artigo contou com a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Piccolo Almeida Chave, professora e pesquisadora na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).



O estudo enfrenta limitações no acesso ao acervo do ITERMA, o que restringiu uma análise mais aprofundada. No entanto, os documentos disponíveis no SIAN permitiram algumas reflexões sobre a transparência do Estado em relação às práticas de repressão durante a ditadura. Ao final, a pesquisa conclui que a modernização agrária no Maranhão durante a ditadura não apenas beneficiou grandes proprietários e empresários, mas também exacerbou a desigualdade social, promovendo a exclusão das comunidades rurais e o aumento da violência no campo. A dificuldade em acessar informações sobre crimes do período ditatorial ainda evidencia a falta de comprometimento do Estado em reconhecer seu passado repressivo.

**Palavras-chave:** Ditadura civil-militar; Questão Agrária; aparelhos de repressão; ITERMA; Maranhão

## Introdução

Em 1964 é acarretado um golpe efetuado pelos militares, o que põe em suspensão o intenso movimento camponês desde dos anos 50 – protagonizado principalmente pelas ligas camponesas - por uma reforma agrária em todo o país (Medeiros, 2021). Nisso, um dos efeitos do golpe de 1964, é promulgação da lei nº4.504 de 30 de novembro de 1964 (conhecido como a lei de terras de 1964), ocasionando a modernização do campo em todo o país e, como é exposto anteriormente, a grilagem em terras brasileiras.

Concomitantemente, este processo também ocorre no Estado do Maranhão, onde a partir da vitória de José Sarney para a Eleição de Governador no ano de 1965, Sarney -em seu projeto em trazer a modernidade para o Estado, denominado “Maranhão Novo” – promulga a lei n. 2.979 de 17 de julho de 1969 (Conhecido popularmente como a Lei de Terras Sarney), colocando o Estado dentro deste processo de expansão do capital para as terras brasilienses e, conseqüentemente, a grilagem em todo o território Maranhense (Frednan Bezerra dos Santos; João Claudino Tavares, 2016).

Nesse contexto de expansão da grilagem no Estado, uma das quais se destaca é o grilo da fazenda Pindaré, que se tornou - justamente por conta de sua extensão e o desconhecimento do seu limite territorial (Asselin, 2009) - um dos maiores casos de grilagem de terra do país. Com isso, dentre desta problemática, este artigo, a partir da pesquisa realizada com o Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), busca trazer uma compreensão sobre o

processo de expropriação do vale do Pindaré entre os anos de 1968 e 1979, a partir da análise das documentações do Sistema Nacional de Informações (SNI) presentes no acervo do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) no site do Arquivo Nacional.

Há de ser observado que o plano de pesquisa - referência para a escrita deste artigo - tinha como fonte os documentos presentes no Instituto de Colonização e Terras no Maranhão (ITERMA). No entanto, o acesso do bolsista ao acervo desta instituição lhe foi negada, ocasionando uma mudança na fonte da pesquisa e um questionamento sobre a real aplicabilidade da lei da lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de acesso à informação, no Estado do Maranhão. Pois, é notável ainda a permanência de práticas vindas da Ditadura, onde o trato sigiloso ao que se refere ao acesso da verdade ainda persiste e as esferas dos interesses coletivos e individuais sobre as documentações confundiram-se (Joffily, 2012).

### **O grilo do vale do Pindaré: o maranhão é inserido na capitalização das terras brasileiras**

O projeto de modernização do campo impulsionado após o golpe militar de 1964 é um dos fatores essenciais para o entendimento da expansão da grilagem no Estado do Maranhão em meados dos anos 60 e início dos anos 70. Com isso, entende-se que a promulgação da Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 (conhecida como lei de terras de 1964) foi essencial para a entrada de capital nas terras brasileiras e como aponta Bruno (1995) “um recuo ou uma mudança de tom na luta pela reforma agrária, mas uma mudança de conteúdo: passou-se do ataque frontal ao latifúndio à defesa do Estatuto da Terra.” (Bruno, 1995, p. 12)

Com isso, concomitantemente, o Estado do Maranhão é inserido neste projeto de modernização do campo, a partir da promulgação da lei n. 2.979 de 17 de julho de 1969 (conhecida popularmente como lei de terras Sarney) encabeçado pelo então governador do Estado, José Sarney, que garantiu a expansão da grilagem no Maranhão. Nas eleições do ano de 1965, tal figura do futuro governador do Estado, com o seu projeto “Maranhão novo”, chamava a atenção por representar uma personalidade que se diferenciava da “velha política”, o que fez com que o então candidato chamasse a atenção do governo federal, que logo viu no

Sarney como um ponto chave para encaixar o Maranhão no projeto nacional de entrada de capital em terras brasileiras (Bonfim, 1985)

Nisso, tal interesse do governo federal pelo então candidato a governador, posteriormente resultou na intervenção direta na eleição e na vitória de Sarney, como expõe Guilhon (2007):

A interveniência do Governo Central consistiu:

- 1) na promoção da revisão eleitoral no estado na perspectiva de extinção da fraude eleitoral que se constituía num dos eixos de sustentação do vitorinismo, pelo qual foram suprimidos 206.206 eleitores fantasmas;
- 2) na utilização das forças federais no processo de fiscalização do pleito da apuração dos votos;
- 3) no esvaziamento de lideranças do PSD em termos de influência política em âmbito federal. (Guilhon, 2007, p. 7)

Dessa forma, é notável em como Sarney prontamente atendeu à política de modernização que estava em curso em todo o país, o que ocasionou na criação da lei de terras Sarney, que não por coincidência é popularmente conhecida em vinculação ao seu nome, o que representa ainda mais a sua responsabilidade na criação e consequências provocadas por esta legislação.

Tal lei, como aponta Roberval de Amaral Neto (2019), foi imprescindível para a virada de chave na política fundiária no Estado, beneficiando grandes donos de terras e legitimando a grilagem de terras no Estado a repressão de camponeses que lutavam pelo direito a terra, como está presente no Art.14º da lei: “Não serão alienadas nem concebidas terras a quem for proprietário no Estado, cuja área ou áreas de sua posse ou domínio não seja devidamente utilizadas com explorações de natureza agropecuária ou industrial” (MARANHÃO,1969, p.01)

Nisso, a partir da criação da lei de terras Sarney, o governo do Estado do Maranhão criou variados órgãos administrativos que cuidariam sobre a questão agrária do Estado. Havendo, após a criação da lei n. 2.979 de 17 de julho de 1969, a fundação - ao longo dos anos 70 - de vários órgãos que burocratizassem a redistribuição de terras para os camponeses e que facilitassem a distribuição de terras ao empresariado rural do estado. Para isso, foi criado logo após a homologação da lei de terras, foram criados as Delegacias de Terras, como aponta



Roberval de Amaral Neto (Neto, 2019), que tinham como objetivo “disciplinar e organizar a ocupação das terras livres do Maranhão e titular áreas reservadas à colonização” (Neto, 2019, p. 4).

Em seguida, com esses mesmos objetivos apresentados acima, visando, segundo Roberval Amaral Neto (2019), “acelerar ainda mais esse processo de exclusão do camponês, o governo do estado” (Neto, 2019, p. 6), resguardado sob a lei Nº 3.230, foi criada a Companhia Maranhense de Colonização (COTERMA) em 6 de dezembro de 1971, mas que já foi idealizado desde o segundo semestre de 1969 dentro do Palácio dos Leões.

Em seguida, para além da COMARCO foram criados os seguintes órgãos: em 1972, a Companhia de Colonização Nordeste (COLONE); alguns anos depois, em abril de 1979, a Companhia de Terras do Maranhão (COTERMA); em 1980, o Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) e o Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT). Mas, como aponta o Roberval Amaral Neto (Neto, 2019), esses órgãos administrativos criados para tomar conta dos tópicos referentes, apesar dos mesmos terem o objetivo de organizar as terras livres para a colonização, o que houve foi a entrega dessas terras ao empresariado rural do Estado para a expansão do capitalismo [ e conseqüentemente da prática da grilagem] no estado, apesar da sua origem da sua prática no estado ser desconhecida , para fins – aparentemente – do desenvolvimento econômico do Maranhão, como escreve Roberval Amaral Neto (Neto, 2019):

Os 90.000 km<sup>2</sup> de terras devolutas da Amazônia maranhense e 100.000 km<sup>2</sup> de terras livres de outras regiões do estado eram vistas pela classe dirigente como a solução para modernizar o setor agrário e deveriam funcionar como polo de atração aos grupos empresariais nacionais que alavancariam a economia do estado a partir do setor agrário. ‘[...] incorporar as terras livres do Maranhão ao modelo de propriedade da sociedade capitalista tornou-se uma tarefa urgente e prioritária a ser executada pelo governo, a partir da década de 1960’ (Ibid., p. 23) visando a expansão do capitalismo agrário no estado. (Neto, 2019, p. 4)

Dessa maneira, a partir do que expõe Frednan Bezerra dos Santos e João Claudino Tavares (2016) sobre o aumento da grilagem nesse contexto, os autores apontam que a prática do grilo e o capitalismo são variavelmente correlacionados, pois, sem a necessidade capitalista

de modernização - que estava ocorrendo em todo o país (Prieto, 2017) – não haveria a grilagem como meio para tal, como aponta Asselin (2009):

A grilagem de terra na Amazonia Legal [onde, parte do seu território também faz parte do Maranhão] não representa um fato isolado ou, menos ainda, uma ‘ação nefasta de maus brasileiros’, mas faz parte de um modelo econômico, de um modelo econômico, de uma estrutura sócio – política. Grilagem é problema estrutural, ela é planejada e estimulada (Asselin, 2009, p. 18)

Com isso, nesse projeto de modernização da produção agrícola no Estado, conseqüentemente a grilagem de terras foi tornando-se uma prática cada vez comum, com conflitos agrários diversos nos municípios do Maranhão, principalmente na região oeste do território Maranhense. E nesse limiar do crescimento da expansão da prática da grilagem, os conflitos agrários também cresceram. No entanto, como apontam Moraes Silva (2004) e Roberval (Neto, 2019), não existe uma unilateralidade nos conflitos agrários do Maranhão, há uma reação dialética entre os latifundiários e o campesinato e não uma combinação, onde um é subordinando as ações do outro, como escreve Roberval Amaral Neto (Neto, 2019):

Às relações de dominação, torna-se evidente que elas não são estáticas. Na verdade, essas relações são conflituosas e contraditórias. Não existe um polo dominador e outro extremamente dominado. Ou seja, ainda que o poder seja assimétrico, [...] ainda que os dominantes tenham uma dose maior de poder, os dominados conseguem reter uma fatia desse poder (Ibid.). Logo, essa dinâmica contraditória engendra as mais diferentes estratégias de recusa por parte dos dominados. Muitas delas ocorrem nos micros espaços, outras são silenciosas” (Ibid.). As ações de resistências dos camponeses foram sendo moldadas no tempo ao sabor das contingências, mantendo algumas, criando e adaptando outras de acordo com o momento da luta (Neto, 2019).

Tais questões apresentadas por apontam Moraes Silva (2004) e Roberval (Neto, 2019) se provam necessárias para abordar tal questão da resistência camponesa, pois como o mesmo Roberval Amaral Neto escreve em seu artigo “A luta pela terra no Vale do Pindaré (MA) nos anos de 1960 e 1970: a trajetória política e sindical do camponês Manoel da Conceição”, haviam figuras que eram muito importantes para a resistência dos camponeses, no caso os camponeses

Luiz Soares filho (conhecido como Vila Nova) e Manoel da Conceição (conhecido como Mané).

Dono da famosa frase “Minha perna é minha classe” Manoel da Conceição foi essencial para a resistência camponesa, principalmente na região do município de Pindaré-Mirim, onde foi vítima de um atentado pelo governo do Estado do Maranhão em 13 de julho de 1968, onde no meio de uma reunião política - na subsede do Sindicato de Trabalhadores Rurais no povoado de Anajá – sofreu um tiro na perna efetuado pela polícia Militar do Estado, no qual por conta do não cuidado imediato do ferimento, teve que amputar o membro.

Sobre o Município de Pindaré-Mirim, essa localidade faz parte do grilo da região vale do Pindaré, o maior grilo de todo o Estado do Maranhão. No qual, no próximo tópico será discutido com mais detalhes este caso e seus meandros. Sobre este que é o maior grilo do Estado Maranhão e o objeto de análise pertinente no momento, este território – que, apesar de ser inexato a sua real localidade, entende-se que a sua localização correspondem aos municípios de Matinha, Viana, Penalva, Cajari, Monção e Pindaré-Mirim (SNI, 1978, p. 3) – foi um dos mais afetados pela modernização da agricultura e a expansão do capitalismo no Estado do Maranhão, a partir da criação da Lei de Terra Sarney (Lei n. 279/69), juntamente com o projeto da entrada de capital de terras em todo o Brasil, para fins do crescimento econômico do país (Prieto, 2017).

Anteriormente povoado apenas por pequenos produtores e de comunidades quilombolas (Karina Borges Diaz Ney de Souza; José Carlos Gomes dos Anjos, 2021), esta região da Pré-Amazônia possibilitou a subsistência de milhares de lavradores. Mas, no entanto, como aponta Karina Borges e José Carlos (2021), utilizando fontes documentais como os dossiês da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS-MA) e relatos de líderes camponeses, como Manoel da Conceição Santos, para ilustrar a brutalidade da repressão, no caso desta grilagem, a construção da rodovia Belém- Brasília [BR-222] (Asselin, 2009, p. 45) e o processo de modernização do maranhão dos anos 70 para os latifundiários, favoreceu várias



Multinacionais e empresas das regiões sul e sudeste do país, como escreve a autora em seu artigo “Modernização por expropriação: a ditadura civil-militar no Vale do rio Pindaré- MA”:

A partir da década de 1970, a região do Pindaré passou a ser alvo dos projetos de ‘modernização’ do campo que favoreceu grandes fazendeiros e empresas do Sul, Sudeste e multinacionais, em detrimento dos(as) pequenos(as) produtores(as), posseiros(as), que, através da agricultura familiar e de um sistema de uso comum da terra, haviam feito do estado o terceiro maior produtor de arroz do país. (Karina Borges Diaz Ney de Souza; José Carlos Gomes dos Anjos, 2021, p. 71)

Sendo, para o Estado, os camponeses como um obstáculo para tal projeto de progresso econômico, a criminalização e a repressão do movimento camponês também foram essenciais, segundo os autores Karina Borges e José Carlos (2021), para o processo de expropriação dessa região, com bem já foi exposto anteriormente no caso do líder camponês Manoel da Conceição. E todas essas questões, como também aponta a autora, com a conivência do judiciário maranhense que foi instrumentalizado para legalizar esses atos repressivos contra o movimento camponês. (Karina Borges Diaz Ney de Souza; José Carlos Gomes dos Anjos, 2021, p. 72).

Sobre os casos de fraudes ocorridos, o livro do Bispo Canadense Victor Asselin, “Grilagens: corrupção e violência em terras dos Carajás”, Asselin aponta que a fraude do grilo do vale do Pindaré - dividida em três grandes tentativas de legalização destas terras, ambas com o intuito de grilar essa região (Asselin, 2009, p. 57) - data de um inventário do final do século XIX, sobre a pose em imperatriz – MA.

O caso que será de interesse por agora, é o caso o ocorrido no ano de 1968 na falsificação do inventario de bens do ano de 1886 no nome de Jacinto da Silva Aguiar, realizada por um grupo de grileiros [chamados: Antonio Raimundo Feitosa, Epaminondas Gonçalves Lima, João Menezes Santana, João Bandeira Bastos e José Daher (Asselin, 2009, p. 62), que ocasionou na denúncia realizada pelo Incra em 1972.

Neste processo de entendimento sobre o caso, a partir da análise dos documentos presentes no site do SIAN e na leitura do livro de Victor Asselin, é exposto que houve a retirada

folhos do inventário original e redigida novas no nome de uma figura fictícia, chamada de Faustino Pereira de Carvalho, como está presente neste relatório do SNI/Belém:

A fraude se processou nos autos do inventário dos bens, do extinto JACINTO DA SILVA AGUIAR, em 1886, na Comarca de IMPERATRIZ, tendo sido retiradas do processo as folhas de n<sup>os</sup> 5,6,9,10, com a conivência do escrivão e substituídas por outras. Nas de n<sup>os</sup> 5 e 6, incluiu-se na declaração de bens do espólio, a posse de terras na margem do Rio Pindaré, no valor de cinquenta mil reais, nas fls. de n<sup>os</sup> 9 e 10, acrescentou-se o pagamento a JOSIAS PERREIRA DOS SANTOS, no valor de cinquenta mil reais, com a doação das terras descritas na letra a; (SNI, 1977, p. 12)

Com isso, A partir da falsificação deste inventário, como aponta (Asselin, 2009), é que houve o processo de expropriação destas terras: na fraude do inventario de sua posse e a sua posterior venda a variados compradores. Sendo todo este processo corroborado por políticos da época como o já citado José Sarney e o Senador Henrique La Hocque.

Redirecionando-se sobre a questão do acesso negado ao acervo do ITERMA novamente, tal questão abre um debate sobre a real aplicabilidade da lei de acesso à informação (formalmente conhecida como Lei n<sup>o</sup> 12.527, de 18 de novembro de 2011) no Estado do Maranhão e em todo o país. Pois, retomando ao que escreve o historiador uruguaio Enrique Serra (2009) sobre a importância do historiador para o início do entendimento do tempo presente e para, na questão das Ditaduras Latino – Americanas, condenar os responsáveis pelos crimes cometidos nesses regimes ditatoriais, como escreve o autor:

A importância da abertura dos arquivos repressivos está vinculada a quatro dimensões do exercício da cidadania (individual ou coletiva): histórica, política, pedagógica e administrativa. Em termos históricos, implica na possibilidade de desenvolver a pesquisa sobre os acontecimentos na produção de conhecimento histórico e na sua socialização. Em termos políticos, possibilita que a sociedade, de posse desse conhecimento, se posicione sobre tais acontecimentos e, se assim o entender, responsabilize os culpados e apele à justiça. Em termos pedagógicos, o conhecimento desse passado pode gerar “ações” (pedagógicas) que reforcem o caráter democrático e a necessidade de não esquecer. Por último, em termos administrativos, as pessoas que se sentem prejudicadas individualmente pelas ditaduras podem exigir, junto à justiça, direitos de reparação, restituição de empregos ou de bens, fim de punições e expurgos, etc., o que significa a possibilidade de reconstruir memórias

“lastimadas” pela tortura, pela perseguição política e pelo exílio. (Padrós, 2009, p. 13)

### Considerações Finais

Por fim, ao que foi lido e refletido nas leituras acima, é notável o quanto que a tomada de poder forçada pelos militares em 1964, deu ao início, a partir da homologação da lei de terras de 1964 (Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964) a uma política fundiária que atenderia exclusivamente ao empresariado rural e as multinacionais, deslocando as necessidades dos camponeses sem terra para o segundo plano e a despolitizando, retirando o caráter político da reforma agrária (Martins, 1981).

Concomitantemente a essa política fundiária dos governos militares do país e o plano de modernização do campo em todo o país, o Estado do Maranhão – dentro de um projeto de expansão do capital na zona norte do país (Prieto, 2017) – é inserido nesse projeto nacional a partir do mandato do governador José Sarney que, por forte interferência direta do governo federal - venceu a eleição de 1965 contra Vitorino Freire (Guilhon, 2007).

Nisso, no governo de Sarney prometendo modernizar o Estado do Maranhão, em uma iniciativa chamada de “Maranhão Novo”, é homologado a lei de terras Sarney (Lei de Terras n. 2.979 de 17 de julho de 1969), que aprofundou a violência do campo no Estado e que também intensificou a desigualdade social no estado, o que reflete até hoje na pobreza do Estado.

Além do mais, a partir da problemática do acesso ao acervo do ITERMA para a análise sobre a expropriação, é perceptível que o Maranhão ainda não consegue lidar com o seu passado, onde o acesso a verdade e os crimes cometidos pelo estado maranhense e o poder privado ainda não é disponível para a sociedade.

### Referências

ASSELIN, V. (2009). Grilagem: Corrupção e violência em terras do Carajás. Imperatriz - MA: Ética.



BRUNO, R. A. L. O Estatuto da Terra. **Estudos Sociedade e Agricultura, Seropédica**, v. 4, pp. 5-31, 1995.

JOFFILY, M. (23 de março de 2012). Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira. **Est. Hist.**, pp. 129-148.

KARINA BORGES DIAZ NEY DE SOUZA; JOSÉ CARLOS GOMES DOS ANJOS. (jan./jun. de 2021). Modernização por expropriação: a ditadura civil-militar no Vale do rio Pindaré-MA. **Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UnB**, pp. 70-87.

MARTINS, J. d. (1981). Os campos e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Pétropolis: Vozes.

MEDEIROS, L. S. (mayo - octubre de 2021). Empresariado rural, modernização da agricultura e violência no meio rural brasileiro. **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**, pp. 183-214.

NETO, R. A. (2019). “Lei Sarney de terras”: conflitos fundiários e resistência camponesa no oeste maranhense nas décadas de 1970 e 1980.1. **Anpuh Brasil - 30 Simpósio Nacional de História**, 1-16.

PADRÓS, E. S. (Jan./jun. de 2009). História do Tempo Presente , Ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**, pp. 30-45.

PRIETO, G. F. (15 de Janeiro de 2017). A Aliança entre terra e capital na ditadura brasileira. **Marcator**, pp. 1-14.

SNI. (1977). **Problemas agrossociais;fazenda :pindaré - imperatriz/ma;joão baydeira bastos e outros**. Belém. Disponível: [br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_qqq\\_78000011\\_d0001de0002](#)

SNI. (1978). Atividades subversivas - áreas de tensão e sua possível utilização pela subversão. Fortaleza. Disponível: [br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_aaa\\_77106591\\_d0001de0001](#)

SNI. (1981). **Grilagem em faixa de segurança nacional - fazenda pindaré**. Fortaleza. Disponível:[br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_qqq\\_81000971\\_d0001de0002](#)

## A DITADURA CIVIL – MILITAR E O GOVERNO SARNEY SOB A ÓTICA DO JORNAL PEQUENO

Helena Miréia Rocha da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

Durante o período que se iniciou em 1964 e terminou em meados da década de 1980, o Brasil viveu sob uma nuvem sombria constante, sobre a qual ainda não se sabe tudo e muito se tenta esconder. O período citado é o da Ditadura Civil – Militar, nele o poder do Brasil foi tomado por militares convencidos de uma ameaça iminente, o comunismo. A partir daí, o Brasil passou a ser governado sob o julgo do militarismo, período em que ocorreram ataques aos direitos humanos, perseguições, desaparecimentos suspeitos, censura, expulsões, dentre outros. No contexto maranhense, os aparatos repressivos após o início da Ditadura Civil – Militar foram destinados principalmente a camada popular da sociedade maranhense, sendo incluída neste meio a população camponesa que habitava o interior do estado do Maranhão, sendo atingidas diretamente com atos de grilagem, expulsões compulsórias e conflitos agrários que se intensificaram a partir da Lei de Terras ou Lei Sarney de Terras, sancionada em 1969. Tendo isto em vista, este trabalho utiliza as reportagens do *Jornal Pequeno* como meio de investigação e análise, jornal este que possuiu ampla circulação no Maranhão antes, durante e depois da Ditadura Civil – Militar. Sendo assim, as reportagens deste jornal foram utilizadas como aparato para esta pesquisa, com o intuito de investigar como atos do período ditatorial, de nível nacional e regional, apareciam nas chamadas do periódico, bem como notícias a respeito do ex-governador do Maranhão, José Sarney, atos de grilagem, expropriações rurais e conflitos agrários no interior do estado, para analisar a voz crítica do jornal e seu posicionamento em relação às notícias veiculadas.

**Palavras-chave:** Ditadura Civil – Militar; José Sarney; Jornal Pequeno; Lei de Terras.

### Introdução

Ao longo da história do Brasil é possível se deparar com grandes acontecimentos, os quais foram capazes de moldar sociedades e modificar a forma como as populações se adaptam

<sup>1</sup> Graduanda do curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC). Bolsista de Iniciação Científica com o trabalho A cobertura do *Jornal Pequeno* sobre o processo de expropriação rural no Vale do Pindaré, Maranhão (1964 – 1979), orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Piccolo Almeida Chaves e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

as consequências dos fatos. Uma ditadura nos moldes capitalistas e regida por militares sempre há de deixar marcas e inserido nesse contexto o Brasil se arrastou por vinte longos anos.

Esta conjuntura política que se iniciou com o golpe que destituiu o ex-presidente João Goulart do governo do Brasil, foi fundamentada em manobras idealizadas não somente pelos militares brasileiros, também tiveram o apoio da classe empresarial, das elites e influências estrangeiras. Estes fatores conseguiram fortalecer a ideia de um perigo eminente, o qual deveria ser combatido e que por outro lado, o então governo de João Goulart, não tinha condições de combatê-lo, sendo levado a sua deposição. O início efetivo da Ditadura Civil – Militar em 1964 marcou na história do Brasil uma política altamente repressiva e autoritária, se caracterizando pela censura, violência, conflito armado, tortura e outras violações.

O intuito dos militares com o golpe era de restringir o ativismo dos sindicatos trabalhistas, reformistas, camponeses e nacionalistas, principalmente para conter o avanço do comunismo no país, este que ganhou força durante a Guerra Fria e na breve República de 1946, no governo do ex-presidente Eurico Gaspar Dutra (BORGES, 2020). Contudo, estas agitações se intensificaram durante o mandato de João Goulart, resultando em crises entre a oposição e João Goulart. Para Borges (2020), Goulart esteve cercado por forças antidemocráticas desde o início de seu mandato na presidência do país, forças temerosas por sua influência popular na esfera política, por se reclinar a políticas públicas como a questão agrária e, sobretudo, pelo seu desinteresse em combater o comunismo.

Assim como em outros estados do país, a adesão ao golpe de 1964 no Maranhão foi influenciada pela conexão de líderes locais com o governo federal. Demonstrando total apoio à ditadura que se instalava no Brasil, o governador Newton Bello, a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e os militares maranhenses se mostraram alinhados aos interesses do novo regime ditatorial. Esta conexão política contribuiu para consolidar o apoio ao golpe dentro do estado, refletindo em grandes consequências para o Maranhão.

No Maranhão, durante o início da Ditadura Civil – Militar de 1964, a figura de Vitorino Freire era central no estado. Sua influência política, atribuída fortemente ao ex-presidente



Dutra, fortalecia o chamado “Vitorinismo”, que imperava dentro de todo o território maranhense. Vitorino Freire optou por não se opor ao golpe e se manteve alinhado aos interesses políticos dominantes da época, representados pela UDN (União Democrática Nacional) e pela coalizão PSD/PTB (Partido Social Democrático/Partido Trabalhista Brasileiro). Esta posição estratégica garantiu apoio ao golpe e permanência no poder limitada para Vitorino Freire.

Assim, no contexto político do Maranhão em 1964, a liderança de Vitorino Freire e o respaldo das autoridades locais contribuíram significativamente para a coesão em torno do movimento golpista. A adesão dessas figuras importantes ao golpe refletiu não apenas suas conexões políticas, mas também os interesses e alinhamentos que predominavam na época, consolidando o apoio ao regime que se instalava no país.

Outra figura importante dentro deste contexto é José Sarney. Oriundo de uma família que já gozava de influências, José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, o conhecido José Sarney, era filho de Sarney de Araújo Costa e Kyola Ferreira de Araújo Costa. Sarney, sendo filho de desembargador, decidiu seguir os passos do pai e se formou em direito pela Universidade Federal do Maranhão, após isto, se filiou ao PSD (Partido Social Democrático), se candidatando a deputado a deputado federal em 1954, onde não se elegeu. Posteriormente Sarney migrou para a UDN (União Democrática Nacional), onde se elegeu como deputado federal e mais tarde como governador do Maranhão.

José Sarney surgiu na política maranhense como uma promessa de novos tempos, sendo de oposição ao governo de Newton Bello e ao Vitorinismo, veio como uma opção de governo além das que já existiam. Neste sentido, Sarney, com sua propaganda política baseada no progresso e desenvolvimento, caiu no gosto do povo e se tornou rapidamente um candidato fortíssimo ao governo do estado.

Sarney chamou atenção não só de sua oposição, mas da população e da imprensa. O *Jornal Pequeno*, sendo um periódico de grande circulação popular no Maranhão, veiculou diversas notícias relacionadas a José Sarney, sua campanha e seu mandato como governador.

Na esteira das pesquisas desenvolvidas no sentido de responsabilização dos grupos diretamente envolvidos na violação dos direitos humanos, este trabalho terá como objeto central de investigação as publicações do *Jornal Pequeno*, no período entre 1964 e 1979, acerca das relações entre os grupos empresariais (industriais ou outros com interesses rurais), aparelhos de repressão estatal e expropriação dos camponeses na região do Vale do Pindaré.

### **O *Jornal Pequeno*: órgão das multidões**

O surgimento do *Jornal Pequeno* foi marcado por um conflito. Seu fundador, José Ribamar Bogéa prestava serviços ao jornal *O Globo*, onde iniciou sua carreira jornalística no final da década de 1930. Contudo, os jornais *O Globo* e *O Imparcial* foram vendidos para a rede de comunicação Diários Associados, lá Bogéa passou a ser responsável pelas colunas esportivas de ambos os jornais (SOUZA, 2016).

Neste novo ambiente, Bogéa não possuía liberdade para expor suas opiniões sobre os jogos e situações relacionadas a eles. De acordo com Leina Fernanda de Oliveira (2016), duras críticas foram feitas por José Ribamar Bogéa a arbitragem do jogo entre o time maranhense Moto Clube e o time carioca Fluminense. Vendo com mãos olhos a postura de Bogéa, a direção jornalística responsável pelos jornais levou a reportagem ao diretor do grupo, José Pires Sabóia, o qual se negou a publicar a matéria, gerando um conflito que resultou no pedido de demissão de José Ribamar Bogéa.

Bogéa tomou a iniciativa de criar um novo jornal. Inicialmente foi chamado de *O Esporte*, uma opção aos leitores amantes de esportes e um local onde o seu fundador poderia expressar suas fortes opiniões. No entanto, seu conteúdo era em parte limitado, como o próprio nome sugere, foi um jornal voltado para assuntos esportivos.

O jornal *O Esporte* era um periódico de pequeno porte. A princípio foi um jornal de circulação semanal e possuía um tamanho reduzido, que contava com quatro páginas apenas. Além disso, era impresso em uma gráfica alugada. Com o passar do tempo, este periódico foi passando por modificações. Em 1951, já com o maquinário necessários para inserir paginação,

novos tipos de caligrafia e até aumentar o tamanho das folhas do jornal, Bogéa sentiu necessidade de incorporar novos temas ao periódico, como noticiários gerais de acontecimentos da cidade. O nome também foi modificado, passando a ser *Jornal Pequeno: O Esporte*. Em 29 de maio de 1951 o periódico passou a se intitular apenas como “*Jornal Pequeno*”.

Ao contrário dos outros jornais, o *Jornal Pequeno* não possuía apoio político, se mantendo apenas da venda avulsa dos exemplares, este fator pode ter sido um dos motivos para a demora da modernização do periódico. Só em 1960 que o jornal mudou para um estabelecimento próprio e passou a contar com uma máquina de impressão de linotipos, o que agilizava o processo de produção dos jornais. Porém, foi só em 1995 que o parque gráfico do *Jornal Pequeno* foi renovado por completo, sendo substituídas as máquinas de linotipos e tipos móveis por computadores e impressoras modernas. Levando em consideração que estes aparelhos eram novidades para a época e conseqüentemente caras, podemos compreender a demora de modernização de um matutino que não possuía recursos de outros setores, apenas de sua venda através de sua popularidade.

O processo de modernização do *Jornal Pequeno* foi lento e gradual, em relação ao restante dos periódicos que compunham a imprensa brasileira nas décadas de 1970 a 1990. A introdução de novos meios de produção dos jornais desde os anos de 1970 teve como precursor o jornal *O Imparcial*, que em meados da década trocou todo o seu maquinário pelo “sistema offset” e composição a frio, o que trazia um visual mais moderno aos periódicos. Outro jornal que iniciou sua carreira já com máquinas modernas foi o jornal *O Estado*, que contava com as mesmas inovações do jornal *O Imparcial* e a mesma dos principais jornais do Brasil. O periódico *O Estado* já iniciou sua vida no topo, não ironicamente, seu dono era ninguém mais e ninguém menos que José Sarney.

O *Jornal Pequeno* surgiu com uma proposta independente, tendo em vista outros jornais que circulavam em São Luís e que eram seus concorrentes, possuíam ligações com grupos econômicos ou políticos. Já o *Jornal Pequeno* inaugurou nos moldes manuais, se aproximando das massas populares e se consolidando como um jornal do povo, que se preocupava em falar



das mazelas em que o povo estava sofrendo. O *Jornal Pequeno* possuía essa proposta de portavoz das classes menos favorecidas, chegando a fazer denúncias de desvios de dinheiro político e falcatruas políticas, levando a sofrer alguns embates com personalidades políticas do estado.

Segundo Souza (2016), esta linha editorial sem ligação com grupos políticos ou empresariais e econômicos é sustentada até os dias de hoje, embora sua influência tenha caído drasticamente com a facilidade de acesso à informação. Ainda assim, esta linha social que busca pelos interesses do povo, sem partidarismo, persiste.

### **A Lei de Terras Sarney (1969)**

Diante das limitações impostas pelo governo militar em vigor no Brasil, a promulgação da Lei de Terras, apoiada por Sarney, dificultou consideravelmente o acesso às terras. A legislação, ao ser implementada, gerou conflitos agrários, deslocamentos de comunidades, desapropriação de terras, arrendamentos compulsórios e concentração de terras nas mãos de sociedades estrangeiras e anônimas, exacerbando as desigualdades.

Como Governador do Estado (...) Sarney foi o responsável pela aprovação da legislação que é considerada como a responsável não só pela expulsão da população camponesa de suas terras, como principalmente pela regulamentação do latifúndio. (Almeida, 2017, p. 331)

Essas contradições marcaram a propaganda de desenvolvimento de Sarney, pois, apesar das promessas de progresso, surgiram impactos adversos que ressoam na história socioeconômica do Maranhão.

José Sarney sobe ao poder do estado munido de um arcabouço que o outro lado da política maranhense não tinha: apoio do governo militar. Costa Rodrigues e Newton Bello possuíam apoio naquele momento do governo do estado e de Vitorino Freire, uma figura bastante influente no cenário político do Maranhão. Contudo, Sarney obtém vantagens sobre o outro grupo político, visto que o governo militar em vigor já tinha planos com o futuro governador do Maranhão.

Eleito em 1966, Sarney, em seu discurso de posse, adotou uma postura emocionada ao falar sobre o Maranhão. Com falas que incitavam o progresso do estado, o novo governador associava a situação precária do Maranhão ao antigo governo:

O Maranhão não suportava mais, nem queria, o contraste de suas terras férteis, de seus vales úmidos, de seus babaçuais ondulantes, de suas fabulosas riquezas potenciais e a situação de pobreza das famílias maranhenses onde a miséria, a angústia, a fome e o desespero que não levam a lugar nenhum, senão ao estágio em que o homem de carne e osso é o bicho de carne e osso [...]. (Sarney, 1966).

Ao confrontar termos como "terras férteis" e "fabulosas riquezas" com "pobreza das famílias" e "miséria, angústia, fome e desespero", é perceptível um contraste que levanta a questão: se o Maranhão possui recursos para prosperar, por que não o faz? Segundo a argumentação de Sarney, essa falta de progresso se deve à má administração pública estadual. Dessa maneira, ele destaca uma discrepância entre o governo anterior e o atual, reforçando sua campanha pelo Maranhão Novo.

Sarney empregou táticas para promover sua visão de modernização no estado. Para enraizar essa ideia na mente das pessoas, o governador em exercício continuou sua campanha mesmo após vencer as eleições, contratando o renomado cineasta brasileiro Glauber Rocha para produzir um curta-metragem que destacava todos os atrasos no Maranhão, apresentando Sarney como um benfeitor que conduziria o estado para a modernidade. Isso desencadeou um crescimento econômico que Sarney denominou de "milagre maranhense", impulsionado por investimentos em infraestrutura, incluindo a inauguração de estradas estaduais e federais, a construção da Ponte José Sarney (nomeada sugestivamente com o mesmo nome do então governador), a edificação do Porto do Itaqui, um dos principais portos de São Luís, além da Hidroelétrica de Boa Esperança, também levando eletricidade às cidades do interior, entre outros projetos.

No entanto, foi tudo uma manobra política para solidificar o poder. Apesar da recuperação econômica, Roberval Amaral Neto (2021) argumenta que não houve mudanças

significativas no cenário social do Maranhão; o suposto "milagre econômico" foi apenas um mito político que sustentou a imagem da "Sarneylândia". O que não se previa era que esse "progresso" teria impactos tão severos na vida dos maranhenses, especialmente nas áreas rurais do estado. O objetivo da modernização não se limitava a grandes inaugurações associadas ao nome de Sarney; a principal ação do governo foi a promulgação da Lei Nº 2.979, de 17 de junho de 1969, conhecida como Lei de Terras.

A Lei de Terras entendia que as áreas rurais, grandes extensões de terras, pertenciam ao governo do estado, sendo denominadas "terras devolutas", sendo de obrigação do estado definir o que seria feito com estas terras. A Lei em seu "Art. 14º - Não serão alienadas nem concedidas terras a quem for proprietário no Estado, cuja área ou áreas de sua posse ou domínio não sejam devidamente utilizadas com explorações de natureza agropecuária, extrativa ou industrial". Ou seja, o interesse do governo era que estas terras fossem produtivas, não para os camponeses que já estavam ali, pois estes não geravam grandes lucros, mas sim para empresas rurais que trariam crescimento econômico agrário e conseqüentemente grandes lucros para o estado.

[...] A mentalidade dessa lei era dizer que só os capitalistas poderiam desenvolver o Estado, pois o lavrador maranhense é atrasado e rudimentar. É a mentalidade de que a empresa deve ocupar a terra, e o lavrador deve ser o peão [...] (Asselin, 1982, p. 149).

Para chegar a este "progresso" era preciso entregar essas terras (já habitadas e utilizadas) nas mãos de grandes empresas e oferecer mão de obra barata dos próprios camponeses posseiros das terras em que cultivavam. Esta lógica capitalista tomou grande parte dos interiores do Maranhão, assim como ressalta Neto, a grande parte das terras devolutas do estado foram destinadas a grupos empresariais que formaram latifúndios, forçando os camponeses a fugirem daquela realidade e migrarem para outros estados. Com a Lei de Terras, muitos conflitos vieram junto a ela, camponeses que reivindicavam seus lugares contra a repressão causada pelos interesses econômicos ali presentes e grilagem, agora legalizada depois da Lei sancionada.



### A voz crítica do *Jornal Pequeno*

Durante a Ditadura Civil – Militar no Brasil o *Jornal Pequeno* assumiu uma postura de oposição. Dois fatores principais podem ter levado o *Jornal Pequeno* a se posicionar contra a ditadura: o primeiro ponto é que este matutino era independente de partidos políticos e não possuía financiamentos públicos ou privados. O segundo ponto pode estar relacionado ao jornal ser ligado às massas populacionais, não acreditando na nova política que traria democracia e prometia limpar o país dos comunistas.

Em um primeiro momento, o periódico vem fazendo publicações referentes ao golpe durante todo o ano de 1964. Em uma das notícias veiculadas pelo *Jornal Pequeno*, que saiu no dia 2 de abril de 1964, pouco tempo depois do início da ditadura, onde a palavra “golpe” é utilizada na chamada da notícia, que inclusive saiu na primeira página daquela edição.

Em um momento de incerteza, o *Jornal Pequeno* não se intimidou ao publicar notícias se referindo ao novo governo como “golpe” ou se posicionando contra ele abertamente. No dia 6 de abril de 1964, foi publicada uma matéria intitulada *Não Creio Nessa Revolução*, em seu teor, o jornalista Cunha Santos coloca:

Os que estão fogueando hoje, estarão lamentando amanhã. Revolução sem raízes nas massas populares não se firma. E não se firma porque soldado é povo armado; qualquer desarmado é um civil, armado e com uma causa e um soldado. (...).

A revolução atual é uma revolução das elites capitalistas escudadas nos atos do presidente João Goulart em favor dos humildes. (...).

Não creio nessa revolução ainda pelas circunstâncias de que se reveste (...).  
(*Jornal Pequeno*, 1964).

Neste trecho da notícia, fica perceptível a aversão dos jornalistas para com a ditadura que se instaurou no Brasil. Outra matéria publicada no dia 14 de abril de 1964, mostra que o *Jornal Pequeno* até então não sofria de censura, pois o título da reportagem é *Traçado o Esquema da Revolução desde 1961*. Esta matéria não foi de autoria de nenhum dos redatores do *Jornal Pequeno*, mas transcrita do *Jornal do Brasil*. Têm em seu corpo os acontecimentos e

até os passos que foram usados pelos golpistas para destituir o presidente em exercício, João Goulart. É preciso ter coragem para publicar matérias que contestam o regime.

No segundo momento, o *Jornal Pequeno* se preocupou em demonstrar o andamento da ditadura no estado do Maranhão. Iniciando com seu apoio a José Sarney, então candidato em 1965 para o posto de governador do estado. Em algumas edições do periódico, imagens de Sarney eram publicadas com a legenda de “É a solução” abaixo de suas fotografias. Em outros casos, eram publicadas matérias que iam em defesa do candidato, enaltecendo sua trajetória e sua escolha de oposição ao então governo de Newton Bello e a hegemonia do vitorinismo no Maranhão. Algumas colunas intituladas *O Homem vem aí*, *Vitoria, e não blefe* ou *O Prurido Pessedista* faziam menção à campanha, já vitoriosa, de Sarney.

No terceiro momento, há uma ruptura entre José Sarney e o *Jornal Pequeno*, talvez por uma decepção ou por algum outro motivo. Mas a partir disto, as colunas em favor de José Sarney deram lugar às colunas de denúncias e reclamações a Sarney. O *Jornal Pequeno* se transformou em um elemento crítico político, existindo principalmente para expor as falcatruas do governador, muitas vezes em tom de ironia.

Em um destes embates, José Sarney chegou a processar o dono do jornal por ter publicado matéria onde José Ribamar Bogaia teria acusado Sarney de desviar dinheiro público. O processo foi levado a júri e Bogaia foi absolvido. Com isto, se sentiu ainda mais confiante para continuar expondo o governador em seu jornal. No período da renúncia de Sarney, o *Jornal Pequeno* não hesitou em publicar matérias em tom de ironia se despedindo do governo. Durante o mandato, não faltou reportagens expondo o fracasso do Maranhão Novo:

Para aqueles que acham que o no “Maranhão Novo” se vive num verdadeiro mar de rosas, graças a “maravilhosa administração do Sr. José Sarney” (...). São Luís terra onde tudo falta, sente agora o problema da água e da carne verde. Em quase todos os bairros da capital não existe o precioso líquido, com muitos chefes de família se abastecendo durante a madrugada nos logradouros públicos, (...).

Não existe carne nos mercados e açougues e o público não tem conhecimento das medidas adotadas pelo órgão controlador de preços para sanar o problema. (Jornal Pequeno, 1968).

Em outro texto com o título *As Desgraças do Governo*, o jornalista Cruz Leite expõe o deslocamento forçado dos moradores dos bairros Goiabal e do Lira. Neste contexto, os moradores do Goiabal teriam sofrido um incêndio no bairro e seriam deslocados para o outro lado do rio Bacanga. Porém, na verdade, os moradores estavam sendo transferidos para um lado onde a parte pobre não seria vista do grande centro industrial. Cruz Leite explica o que aconteceu no trecho publicado pelo *Jornal Pequeno*:

Primeiro, o incêndio no Goiabal desalojando centenas de famílias. (E, diga-se o fogo pôs quando o Governo do Estado estava pretendendo desalojar, os moradores daquele bairro. Uma estranha coincidência!).

Os pobres infelizes foram levados para o outro lado do rio; para o Bacanga, onde o Governador José Sarney pretende, na marra, como dizemos na gíria, colocar o povo humilde dos nossos bairros.

Por fim, o Governador, (“homem do povo”, (?), o estadista, que esconde no sorriso a tirania contra a pobreza), resolveu despejar os moradores do Lira, (os do mangue) (...) e da redondeza, pagando a cada morador que insignificante quantia de cem cruzeiros novos, como consolo aos pobres. (Leite, 1969).

Ao fim do governo Sarney, são publicadas pelo jornal matérias em tons de ironia, trazendo seus títulos como: *Sarney, com pesado fardo*, se referindo a indecisão do então governador se renunciaria ou aguentava até o fim de seu mandato; *Feliz 69, Governador... Feliz 70, Maranhão!*, matéria publicada em 1970, começando a renúncia de Sarney; *José Sarney Deixou o Palácio das Laranjeiras Pela Porta dos Fundos*, se referindo à saída de Sarney do Palácio sem falar com a imprensa.

Em março de 1971 foi publicada uma notícia referente a reforma agrária pelo jornal *O Globo*, intitulada *Reforma Agrária à Vista*. Esta matéria cita como exemplo de desigualdade econômica e social as fazendas de babaçu no Maranhão, onde é citado pelo autor:

Quem vai a uma fazenda de babaçu do Maranhão sabe que o quadro social é este: o lavrador “mora” numa choça erigida sobre quatro estacas cercadas por uma esteira e coberta de palha de côco. Se quiser melhorar a habitação, não pode. O dono da terra o proíbe com medo de qualquer benfeitoria crie obrigações incômodas (O Globo, 1971).



De acordo com Amaral Raposo, o “editorista” foi bastante modesto, levando em consideração a verdadeira situação do poceiro. A matéria escrita por Raposo (1971) continua com um pedido, que a reforma agrária realmente aconteça e de forma imediatista. As cidades do interior do Maranhão que estavam sofrendo nas mãos dos grileiros não eram poucas, nesta reportagem é citada a região do rio Grajaú, região onde ocorrem diversos conflitos entre fazendeiros e indígenas.

### Considerações Finais

A proposta de modernização do Maranhão, conhecida como “Maranhão Novo”, promovida por Sarney, visava transformar o estado através de investimentos em infraestrutura, educação e setores produtivos. Contudo, as mudanças trouxeram efeitos adversos, gerando desigualdades sociais e resistência entre os setores tradicionais, especialmente no campo. A modernização, em vez de melhorar as condições de vida, agravou a concentração fundiária e os conflitos de terras, e na capital, as remoções compulsórias contribuíram para a formação de periferias desassistidas.

Sarney consolidou seu poder no Maranhão por meio de um tripé de energia, terras e comunicações, conforme apontado por Monica Piccolo Almeida (2017). Essas ações garantiram a longevidade do “sarneísmo” e uma reestruturação profunda da política e economia maranhense. Portanto, a história política do Maranhão nesse período é marcada por uma combinação de adesão ao poder federal, rivalidades internas e os impactos da modernização, que, embora tenha trazido avanços, também exacerbou desigualdades e tensões sociais.

A implementação da Lei de Terras no Maranhão, apoiada por José Sarney durante o regime militar, marcou um período de profundas transformações no estado, com impactos duradouros na política, sociedade e economia locais. A legislação, embora promovida como um caminho para o desenvolvimento, resultou em graves conflitos agrários, deslocamentos forçados de comunidades e a concentração de terras nas mãos de grandes empresas, muitas vezes estrangeiras, em detrimento da população camponesa.

O suposto “milagre maranhense” foi amplamente criticado como um mito, pois os benefícios econômicos não se traduziram em melhorias sociais significativas para a maioria da população. O *Jornal Pequeno* fez duras críticas ao governador do estado, ao que dizia respeito as suas promessas de campanha não cumpridas. No entanto, as críticas eram sutis ou imperceptíveis em reportagens sobre expropriações e conflitos de agrários relacionadas à Lei de Terras, evidenciando uma falta de interesse dos redatores do jornal em dar ênfase aos acontecimentos, deixando imaginar que os conflitos, a Lei de Terras e o governo Sarney não tinham nada em comum.

A Lei de Terras, em particular, aprofundou as desigualdades sociais ao priorizar o desenvolvimento capitalista e a concentração de terras em grandes latifúndios, marginalizando os camponeses e comunidades tradicionais. A criação de órgãos como COMARCO, SUDENE, SUDAM e ITERMA, em conjunto com a aprovação da lei, facilitou a apropriação de vastas áreas por interesses empresariais, resultando em conflitos intensos e a expulsão de milhares de famílias de suas terras.

Essas ações de Sarney, embora inicialmente apresentadas como um avanço, deixou um legado de desigualdade e tensão social que ainda ressoa no Maranhão contemporâneo. A história desse período evidencia as contradições entre o discurso de modernização e os impactos reais das políticas implementadas, oferecendo lições importantes sobre o custo social do desenvolvimento desenfreado.

A análise da relação entre o jornal impresso e a conjuntura política durante a Ditadura Civil – Militar no Brasil e no Maranhão revela não apenas a importância do jornal como fonte histórica, mas também sua complexa interação com os poderes estabelecidos. A censura imposta durante esse período, juntamente com a utilização dos jornais como instrumentos políticos, destaca a necessidade de uma abordagem crítica ao examinar essas fontes. Além disso, a promulgação da Lei de Terras no Maranhão, sob a gestão de José Sarney, evidencia como as decisões políticas moldaram não apenas a paisagem econômica, mas também as estruturas sociais e as lutas pela terra, deixando um legado de desigualdade e conflito que ressoa

até os dias atuais. Portanto, compreender o papel do jornal impresso e das políticas governamentais na construção da história é essencial para uma análise holística e contextualizada do passado, fornecendo percepções valiosas para compreendermos os desafios e as complexidades do presente.

## Referências

### Fontes

*Jornal Pequeno*, São Luís – MA, 1964 – 1979.

### Bibliografia

ALMEIDA, Monica Piccolo. Os Sarneys: comunicações, negócios e poder no Maranhão. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pereira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org). **Os Donos do Capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Autografia Edição e Comunicação, 2017. p. 315– 351.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: Corrupção e violência em terras do Carajás**. Petrópolis: Editora Vozes, 1982. 33

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Ocupação de terras maranhenses, grandes projetos e planos do governo. **Histórias Sociais do Trabalho: usos da terra, controle e resistência**. In.: FERREIRA, Márcia Milena Galdez; FERREIRAS, Norberto O.; ROCHA, Cristiana Costa da. Editora UEMA, São Luís, 2015.

BIROLI, Flavia. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41, p. 269 – 291, jan/jun, 2009.

BORGES, Arleth Santos. Ditadura Militar no Maranhão. In: DIAS, José Alves; ALVES, Ana Elizabeth Santos (org.). **Diálogos com a memória: reflexões sobre as experiências contemporâneas na América Latina**. 1ª edição. Minas Gerais: Uberlândia, 2020.



BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos.**

Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na História do Brasil.* São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CUNHA, Manoel Afonso Ferreira. **A Imprensa maranhense e o golpe empresarial –militar de 1964.** São Luís, 2018.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos “Annales” à Nova História;** tradução Dulce da Silva Ramos; prefácio Elias Thomé Saliba. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano - vol. 4, O tempo da ditadura.* 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos; Ferreira, Marieta de Moraes; Araújo, Maria Paula y Quadrat, Samantha Viz, (Org.). **Ditadura e Democracia na América Latina.** Rio de Janeiro: FGV, 2008.

GEHLEN, Marco Antônio; GUIMARÃES, Alanna Ferreira. *Ditadura, censura, resistência e desafios do jornal O Progresso de 1970 a 1985.* In: Nayane Cristina Rodrigues de Brito; Rodrigo Nascimento Reis; Roseane Arcanjo Pinheiro; Thais Assunção Reis (org.). **Jornalismo, mídia e sociedade: as experiências na região tocantina.** Imperatriz: EDUFMA, 2017.

HENIG, Edir Vilmar; SANTOS, Ângela dos; MENDES, José Manuel; DA LEI DE TERRAS A CONTEMPORANEIDADE: A legislação e a construção da questão agrária atual no Brasil. **Revista Internacional de Ciências Sociais**, vol. 6, n. 1, 2017.

KUCINSKI, Bernardo. **Do discurso da ditadura a ditadura do discurso.** Cadernos Diplô, p.46 – 49, 2002.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **O Jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos.** Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2015.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nós e por meio de periódicos.** In: PINKSY, Carla Bassanesi. *Fontes Históricas.* São Paulo: Contexto, 2008.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira 1968-1978**. São Paulo, Global, 1980.

NETO, Roberval Amaral. A luta pela terra no Maranhão Contemporâneo: A “Lei Sarney de Terras” e a resistência camponesa. **Entropia**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 9, p. 147 – 164, jan./jun. 2021.

NETO, Roberval Amaral. “Lei Sarney de Terras”: conflitos fundiários e resistência camponesa no Maranhão Contemporâneo. in. PACHECO, Agenor Sarraf (org.). **Estudos Culturais: em cidades e florestas**. Rio Branco: Nepan, 2019.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808 – 1930). **Historiæ**, Rio Grande, vol. 2, n. 3, p. 125– 142. 2011.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SANTOS, Davi Elias Rangel. A atuação da imprensa no contexto ditatorial. In: PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco; PELEGRINE, Ayala Rodrigues Oliveira; ALMEIDA, Dinorah Lopes Rubim; DAMARTINI, Márcio Gomes; MARTINS, Maro Lara; FAGUNDES, Pedro Ernesto; BRITTO, Rossana Gomes (org.). **Das utopias ao autoritarismo: historiografia, memória e cultura**. 2019. p. 67 – 84.

SADER, Regina. **Migração e Violência – O caso da Pré-Amazônia Maranhense**, 1989.

SARNEY, José. **Governo e Povo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1970, p. 45.

SOUZA, Karina Borges Diaz Nery de Souza. **Eles eram pobres, então ricos é que estavam tomando da pobreza... Aí eles prenderam a pobreza: biopolítica, colonialidade e estado de exceção no oeste maranhense sob a ditadura civil-militar**. Porto Alegre, 2022.

SOUZA, Leina Fernanda de Oliveira. **Violência e criminalidade na ditadura civil-militar (1964-1985): representações do periódico maranhense Jornal Pequeno**. São Luís, 2016.

**QUESTÃO AGRÁRIA NO VALE DO PINDARÉ: A ATUAÇÃO DO DOPS,  
REPRESSÃO E EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS CAMPONESAS NO MARANHÃO  
(1964-1985)**

**Larissa Serejo de Araújo<sup>1</sup>**

**Lidiane Elizabete Friderichs<sup>2</sup>**

**Resumo**

O presente artigo tem como objetivo investigar os conflitos agrários ocorridos na região do Vale do Pindaré durante a Ditadura civil-militar (1964-1985), para compreender o processo de expropriação de terras dos camponeses locais. A Lei de Terras Sarney, de 1969, intensificou as disputas agrárias no Maranhão e, em meio à ditadura, destinou terras a grandes empresários, o que resultou na expropriação das propriedades camponesas, com o aval do Estado e investimento de capital privado, favorecendo grandes proprietários rurais. A partir dessa legislação, o Maranhão adotou o projeto de modernização agrícola idealizado pela ditadura, aprofundando o processo de expulsão dos camponeses, especialmente na região do Vale do Pindaré. Esse movimento foi articulado por latifundiários privados, com o apoio direto do Estado, que atuou em benefício dos interesses ruralistas e do grande capital. No entanto, é fundamental investigar esses conflitos e o papel da repressão imposta pelo regime ditatorial. Este estudo visa, ainda, pesquisar e catalogar a documentação da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS/MA) relacionada aos conflitos agrários no Vale do Pindaré durante a ditadura civil-militar (1964-1985), para elucidar o processo de expropriação de terras sofrido pelos camponeses maranhenses.

**Palavras-chave:** Ditadura civil-militar, Vale do Pindaré, Conflitos Agrários, DOPS, Expropriação, Camponeses.

**Introdução**

O artigo aborda a atuação do Estado durante a Ditadura Civil-Militar no Maranhão (1964-1985), com foco nas transformações agrárias impulsionadas pela Lei de Terras Sarney de 1969, que facilitou a transferência de terras de pequenos agricultores para grandes proprietários e empresários. Esse processo envolveu profundas mudanças na paisagem rural e

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), pelo PPG-UEMA, [larissa12serejo@gmail.com](mailto:larissa12serejo@gmail.com). A produção do presente artigo contou com a orientação da Profa. Dra. Lidiane Elizabete Friderichs (PPHIST/UEMA).

<sup>2</sup> Graduada pela Universidade Federal do Rio Grande, pós Doutora pela Universidade Estadual do Maranhão



intensificação dos conflitos fundiários, especialmente no Vale do Pindaré, na década de 1970, onde a chegada de grandes fazendeiros e multinacionais gerou expropriações violentas com apoio estatal.

Nesse contexto, o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) desempenhou um papel crucial na repressão das comunidades locais, como parte de uma rede de controle e espionagem integrada ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Criado pela Lei nº 4.341 de 1964, o SNI era um órgão central da Presidência que coordenava operações repressivas, ocasionalmente como “base da pirâmide” na estrutura

Os documentos do DOPS, analisados criticamente, ajudam a entender a extensão dessa repressão e a resistência dos camponeses. Embora tenham sido produzidos para legitimar o regime, revelam a atuação estatal na perseguição e eliminação de opositores. Dessa forma, estudar esses arquivos é essencial para reconstruir a memória das lutas camponesas e dos processos de expropriação de terras, além de destacar a interdependência entre os DOPS regionais e o SNI, que atuam juntos para sufocar movimentos sociais.

### **A grilagem no Maranhão: A Expropriação Fundiária no Vale do Pindaré e a atuação do DOPS**

Para compreendermos o foco central desta pesquisa, é necessário contextualizar o governo Sarney no Maranhão nos anos 1960. O projeto Maranhão Novo, implementado pelo governo Sarney, tinha como objetivo modernizar e integrar o estado do Maranhão à lógica capitalista já presente no Brasil. Segundo Costa (2023), os grandes projetos que sustentaram o Maranhão Novo e o Milagre Maranhense contaram com o apoio da sociedade, especialmente das camadas populares urbanas, que enxergavam nesses ambiciosos projetos oportunidades de acesso ao emprego formal, particularmente na construção civil.

Embora a proposta visasse tirar o estado da periferia e promover o progresso e o desenvolvimento, Costa (2023) observa que, apesar de sua intenção modernizadora, muitas das medidas adotadas pelo governo Sarney acabaram representando retrocessos e pouco

beneficiaram as parcelas mais vulneráveis da população maranhense. Assim, fica evidente que apenas uma parte da sociedade estava realmente preparada para usufruir desse progresso e das vantagens que ele prometia. Segundo Guilhon (2007), as bases para a sustentação política de Sarney foram também vinculadas ao caráter modernizador de seu projeto e ao desempenho administrativo na construção do "Maranhão Novo". Esse processo incluiu a renovação das estruturas estatais, com a criação de institutos de pesquisa e assessoria, visando à implementação do planejamento como uma estratégia fundamental para promover o desenvolvimento.

Guilhon apresenta uma análise detalhada e crítica do Sarneísmo, explorando as raízes históricas da oligarquia no Maranhão. A autora argumenta que a ascensão de José Sarney e de seu grupo político não foi um fenômeno isolado, mas o resultado de um processo histórico marcado por alianças estratégicas e pelo uso do aparato estatal para consolidar o poder. O Sarneísmo, portanto, resultou da confluência de determinantes internos e externos que atuaram no sentido da sua constituição como uma corrente dentro da ARENA, possuindo em comum com o vitorinismo o fato de exprimir uma postura ideológica ambígua, tendente a assumir os mesmos conteúdos da ordem política nacional (Caldeira, 1978, p. 78).

Segundo Bonfim (1985, p.17) “dá-se à substituição do coronelismo rural, representado por Vitorino, pelo coronelismo urbano, corporificado pelo jovem Sarney e fundado na expressão do conteúdo do seu discurso e principalmente na sua manifestação política”. A citação de Bonfim (1985) aponta para uma transformação significativa na estrutura de poder no Maranhão, onde o tradicional coronelismo rural, personificado por Vitorino Freire, cede espaço a uma nova forma de coronelismo, agora de natureza urbana, encarnada por José Sarney. Esse fenômeno reflete a transição do poder das elites agrárias para uma nova oligarquia urbana, marcada não apenas pela continuidade do controle político, mas também pela adaptação às novas realidades sociais e econômicas.

Nesse sentido, Sarney - ao contrário de Vitorino Freire - utilizou o discurso modernizador e as alianças estratégicas para consolidar seu poder, promovendo o que ele

chamava de "Maranhão Novo". No entanto, essa modernização não alterou a essência oligárquica do poder, mas sim a adaptou aos novos tempos, reforçando o controle político por meio de um aparato estatal renovado e estratégias administrativas sofisticadas. Assim, a transição mencionada por Bonfim ilustra a continuidade de práticas oligárquicas sob uma nova roupagem, mantendo a hegemonia política e econômica das elites no Maranhão.

Com esse discurso de modernização, as primeiras ações nesse sentido no governo de Sarney segundo Guilhon (2007), foram integrar à administração pública estadual, além de um corpo de secretários, uma equipe de jovens técnicos, principalmente provenientes da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ao mesmo tempo que incluiu membros das tradicionais elites. A administração se destacou por uma tendência centralizadora nas decisões e pelo isolamento da burocracia, com foco no desenvolvimento e na modernização. O planejamento governamental estava concentrado no Grupo de Trabalho de Assessoria e Planejamento (GTAP), que detinha considerável poder. Em 1967, o GTAP foi transformado na Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA), responsável pelo planejamento, programação financeira e pelo controle e distribuição dos recursos.

Assim, as tensões em torno do campo maranhense intensificaram-se com as iniciativas de modernização do setor. A expansão do capitalismo agrário no campo tornou-se uma prioridade, favorecendo grandes empresas que começaram a ocupar terras devolutas, anteriormente habitadas por camponeses, indígenas e quilombolas. Com a chegada da "modernização" ao campo maranhense, emergem inúmeras problemáticas, acompanhadas pela intensificação dos conflitos fundiários, particularmente nas regiões do Vale do Pindaré, Gurupi, Carajás, e outras áreas da faixa amazônica do Maranhão, conhecidas pela abundância de água e fertilidade do solo. A migração em massa, especialmente de nordestinos, ocorrida entre as décadas de 1960 e 1970, impulsionada pela fome e pobreza, agravou ainda mais esses conflitos. Neto (2021, p. 154) pontua que: “os governos Sarney e de Neiva Santana criaram diversos projetos de colonização, os quais assentariam milhares de famílias das Mesorregiões Centro e



Oeste do estado [...] A maioria deles, nunca saiu do papel”. Isso demonstra a irrelevância dessa parcela da população maranhense pelos poderes públicos.

Todas essas questões decorrentes no Maranhão foram potencializadas através da Lei de Terras (Lei nº 2.979/1969), mais conhecida como Lei Sarney de Terras, estabelecida no mandato de José Sarney (1966-1970), essa nova legislação transformou o cenário agrário maranhense por completo:

A grande ação para modernizar o setor agrário maranhense foi a aprovação da Lei Nº 2.979, de 17 de junho de 1969, batizada pelos movimentos sociais como Lei Sarney de Terras [...] aduz no Art. 14º que “Não serão alienadas nem concedidas terras a quem for proprietário no Estado, cuja área ou áreas de sua posse ou domínio não sejam devidamente utilizadas com explorações de natureza agropecuária, extrativa ou industrial” (MARANHÃO, 1969, p. 01). Ou seja, “[...] A mentalidade dessa lei era dizer que só os capitalistas poderiam desenvolver o Estado, pois o lavrador maranhense é atrasado e rudimentar. É a mentalidade de que a empresa deve ocupar a terra, e o lavrador deve ser o peão” (Neto, 2021, p.152)

Com base nessa legislação, fica evidente que os interesses do então Governador do Estado estavam amplamente voltados para as ambições capitalistas dos “grupos organizados em sociedades autônomas, interessados na aquisição de terras devolutas. Além disso, Asselin (2009) destaca que, no mesmo dia da criação da Procuradoria Geral do Estado, que tinha como propósito ser a principal autoridade estadual em questões fundiárias. Durante as décadas de 1960 e 1970, conforme apontado por Asselin (2009), formou-se uma extensa rede de grileiros no Maranhão. Esses indivíduos se beneficiavam de uma legislação que incluía a Lei de Terras e as Ações Discriminatórias, que permitiam a verificação da posse dessas áreas. Além disso, contavam com o apoio de forças políticas e policiais, bem como com contatos que estabeleciam uma rede que atuava de forma decisiva na expropriação das terras maranhenses.

A partir da década de 1970, o território do Oeste Maranhense começou a ser ocupado por diversos políticos, grandes fazendeiros, empresas do Centro-Oeste, Sul e Sudeste, multinacionais, e, principalmente, grileiros. Esse processo foi amplamente facilitado pelo Estado ditatorial brasileiro, que ofereceu incentivos fiscais, créditos bancários, especulação

imobiliária, venda de terras devolutas e a implementação de políticas públicas e leis que favoreceram essas ações. Asselim (2009), um dos principais estudiosos da grilagem no Maranhão, destaca a presença de elementos fundamentais na rede de grilagem no estado. Entre esses elementos estão os grupos políticos e econômicos com interesse nas terras maranhenses, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e o Sistema Nacional de Informações (SNI), que eram responsáveis por garantir a segurança e proteger os interesses capitalistas.

Para conectar essa questão ao contexto enfrentado pelo Brasil naquele período, o artigo, "Reorientação e continuidades da militarização da questão agrária no Brasil", Felipe Hermeto de Almeida (2022), aborda a crescente militarização das políticas agrárias no Brasil contemporâneo, refletindo sobre suas raízes históricas e implicações socioeconômicas. O autor examina a transição de uma política agrária voltada para a reforma social e redistribuição de terras para uma abordagem centrada na regularização fundiária e privatização, em meio à intensificação da presença militar em instituições civis como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Historicamente, a reforma agrária no Brasil tem sido marcada por intensos conflitos sociais e pela resistência de grandes proprietários rurais. Durante a Ditadura civil - militar (1964-1985), a questão agrária foi moldada por uma perspectiva tecnocrática, despolitizando o debate e centralizando a colonização em áreas de fronteira para fins de segurança nacional (Martins, 1984). Este período viu a criação de programas de colonização que visavam integrar "vazios demográficos" da Amazônia, muitas vezes à custa de populações indígenas e pequenos agricultores.

Criado em 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) focou mais em promover projetos de colonização e ocupação do que em implementar a reforma agrária necessária no país. Essa abordagem ignorou a presença de povos indígenas, posseiros, garimpeiros, quilombolas e outras comunidades já estabelecidas nas áreas visadas. Assim, os programas e instituições destinados a incentivar a ocupação de regiões como a Amazônia e o Nordeste são essenciais para entender as operações realizadas. José de Souza Martins ao

escrever dos interesses por trás da criação do Estatuto de terras de 1964, escreve sobre a intensa procura do governo militar em centralizar as questões que envolvem os problemas da questão agrária no país. Tal busca de centralização da questão agrária, aponta José de Souza Martins, teve fins de despolitizar a luta pela terra, transformando-a em uma questão militar, com intuito de modernizar o campo e para atenderem aos objetivos da segurança nacional, como o autor expõe no texto:

O governo procurou ajustar o problema da terra aos objetivos do desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, aos objetivos da segurança nacional, o que significa impedir ou dificultar o desdobramento político da luta pela terra (Martins, 1981, p. 33)

Nisso, ao mesmo tempo que há a tentativa de esvaziamento do caráter político da luta por terra, havia a promessa que haveria uma reforma agrária. Mas, no entanto, o autor escreve que já no governo Geisel, a aliança entre o Estado e o Capital privado ficou mais evidente e, com isso, o projeto de reforma agrária foi engavetado (Martins, 1981, p. 54). Dessa maneira, o Martins (1981) é claro em expor o quanto que a Ditadura militar, na sua busca de centralização, tentou surrupiar o caráter político da luta, para o objetivo de efetivação de uma reforma agrária, a substituindo por uma política de facilitação do capital externo nas terras do Norte, o que causou o aumento da violência no campo nessa região do país.

Durante esse período, os benefícios oferecidos pela ditadura, juntamente com a construção de estradas em diversas regiões, contribuíram para a crescente popularidade das chamadas "terras livres". Essas terras atraíram interessados em investimentos do Centro-Sul do país para o Norte e o Nordeste. A grilagem emergiu como um método comum para a apropriação dessas terras, envolvendo uma série de práticas fraudulentas para garantir a posse de áreas devolutas ou públicas. Isso incluía a falsificação de documentos em cartórios, a adulteração de registros existentes e o uso de violência e coerção contra posseiros e outras comunidades que já ocupavam essas áreas há bastante tempo.

A grilagem, uma prática criminosa que se tornou proeminente durante o período ditatorial, embora suas raízes remontem ao sistema de sesmarias, refere-se frequentemente à



fraude e falsificação de documentos fundiários. Uma teoria popular sugere que documentos eram colocados em gavetas infestadas de grilos para adquirir um aspecto de antiguidade.

Por meio da manipulação de documentos e da criação de identidades falsas, forma-se uma rede complexa de registros cuja origem é extremamente difícil de rastrear. Esse aspecto torna as investigações sobre grilagem ainda mais desafiadoras. A produção em larga escala de documentos falsificados, como inventários, títulos e procurações, visa estabelecer uma falsa impressão de autenticidade ao criar uma distância temporal significativa que sugere maior veracidade. A grilagem também é marcada por violência e impunidade, além da falsificação de documentos e das subsequentes expropriações. A violência é um elemento presente em todas as etapas desse crime. O conceito de "limpeza da área," mencionado por Asselin (2009), refere-se ao processo de remoção dos posseiros. Nesse estágio, são empregadas várias táticas coercitivas para forçar a saída dos indivíduos que ocupam essas áreas.

Tudo se conseguiu com a ajuda preciosa de policiais sem escrúpulos que, por vezes, agiram até por determinação de seus superiores e com a proteção de políticos tanto da região como de fora dela [...] As arbitrariedades dos poderosos "donos de terras" foram, dia a dia, tomando maior vulto, com um único objetivo: afastar os posseiros da área. É de se notar que, antes de chegarem às repressões violentas, os jagunços, a mando dos patrões, usavam como ainda usam o método de inutilização da lavoura, que consiste em atirar semente de capim sobre a plantação de arroz dos lavradores, serviço este, feito de avião e até mesmo de helicóptero. Depois, vem à pressão para a célebre "indenização" e "desocupação" da área, oportunidade em que surgia a colaboração policial, no sentido de apreender as espingardas dos lavradores, armas usadas para a caça e defesa contra animais selvagens. Nessas apreensões, a pretexto de desarmamento, quase sempre levam até mesmo os utensílios necessários à lavoura, como sejam: facão, faca e foice (Asselin, 2009, p.121).

Esse artigo concentra-se na investigação de uma série de expropriações e violências ocorridas no Vale do Pindaré utilizando a documentação gerada e mantida pela extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Maranhão. Este órgão foi criado pela lei-delegada nº 23, de 10 de junho de 1969, que transformou a Divisão de Ordem Política e Social em Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Embora essa instituição já existisse desde o

Estado Novo, ela ganhou maior relevância durante a ditadura civil-militar, desempenhando um papel crucial no controle, investigação e repressão de movimentos políticos e sociais que se opunham ao regime. O acervo que utilizamos nesta pesquisa está preservado pelo Arquivo Público do Maranhão (APEM) desde 1992. A abertura, em 2016, do acervo documental da DOPS-MA para consulta pública no APEM tem o potencial de revelar novas perspectivas de pesquisa sobre o período ditatorial brasileiro. Esse acesso é particularmente relevante para o entendimento do processo de consolidação dos direitos relacionados à preservação da memória histórica no Maranhão, atuando como uma contribuição essencial para prevenir a reincidência de tais violências e arbitrariedades. Esse material, acessível para consulta, mantém a estrutura organizacional original estabelecida pela própria DOPS, com algumas adaptações. Entre as 12 séries disponíveis, selecionei para investigação a série intitulada Subversão (Código 07), que abrange o período de 1966 a 1985 e é composta por 391 dossiês.

Neste artigo, será abordado alguns casos relevantes presentes nesses dossiês que tratam de conflitos relacionados à expropriação de terras no Vale do Pindaré - Ma. Iniciando aqui o debate das fontes que foram consultadas a fim de identificar a existência desses conflitos agrários na região do Vale do Pindaré, o primeiro dossiê analisado foi o dossiê 65, onde apresenta várias páginas com assuntos variados, fichas e recortes de jornais com assuntos sobre política no Maranhão e na cidade de São Luís, portanto, o que chamou atenção dentre as páginas, foi a 190 onde tem um recorte de Jornal, do “Imparcial”, datada de 09/06/1978, com denúncias de um deputado (Sálvio Dino) sobre caso de grilagem em Imperatriz.

O trecho do dossiê analisado refere-se a uma reportagem do jornal “O Imparcial”, datada de 09/06/1978, intitulada "Deputado denuncia grilagem em Imperatriz". A reportagem aborda uma denúncia feita pelo deputado Sálvio Dino sobre a grilagem de terras no bairro Bacuri, em Imperatriz. Dino apresentou à Assembleia Legislativa um requerimento, que foi aprovado, solicitando o envio de um abaixo-assinado com 2.500 assinaturas dos moradores do bairro ao presidente Geisel, ao ministro da Justiça e ao presidente do INCRA. O foco da denúncia era a alegação de propriedade de uma área de 226.490 m<sup>2</sup> por Albertina Fernandes Lima, área essa

que, na verdade, pertenceria à União. Albertina, no entanto, já havia destruído casas e ameaçava expulsar as cerca de 4 mil famílias que viviam na área.

O advogado João Jacob Said, contratado pelo Sindicato Rural de Imperatriz, entrou com uma ação contra a decisão do juiz da Comarca local, que havia concedido uma liminar a Albertina, permitindo que ela cometesse diversas arbitrariedades. O recorte de jornal detalha que Albertina contratou um trator de esteira e vários policiais, e juntos, destruíram diversos imóveis comerciais e residenciais que estavam habitados. A intenção de Albertina era demolir todas as construções da área. No entanto, essa destruição foi parcialmente interrompida após uma mulher grávida, desesperada, implorar para que sua casa não fosse destruída. A pressão e o estresse foram tão intensos que a mulher acabou morrendo diante de várias testemunhas, o que gerou um clima de revolta na comunidade, mas que não se intensificou devido à suspensão imediata da ordem de demolição.

O INCRA interveio por meio de seu departamento jurídico em São Luís, ingressando na ação e demonstrando que a área em disputa pertencia à União Federal. O INCRA também argumentou que a competência para julgar o caso era da Justiça Federal, e essa argumentação foi aceita. Segundo o advogado Said, a controvérsia teve início em 1961, quando a Prefeitura de Imperatriz concedeu a área, que na época era maior, a José Mota. Posteriormente, a propriedade foi transferida várias vezes, até chegar às mãos de Albertina Fernandes Lima, que vendeu parte do terreno à Prefeitura. No entanto, nenhum dos envolvidos possuía um título verdadeiro de propriedade, pois a área era devoluta, pertencente ao Estado do Maranhão. Dessa forma, tanto a Prefeitura quanto Albertina não tinham qualquer direito legítimo sobre o terreno. Embora o INCRA tenha conseguido transferir o caso para a Justiça Federal, o documento não esclarece qual foi o desfecho do processo.

Este caso ilustra os conflitos agrários típicos da região, onde a grilagem de terras e a violência contra os posseiros são recorrentes. A ação de grileiros, como Albertina, ao tentar apropriar-se de terras devolutas pertencentes ao Estado ou à União, demonstra as complexidades e injustiças enfrentadas pelas populações locais. Além disso, o envolvimento



das autoridades e a resistência dos moradores refletem a luta constante por direitos e a necessidade de intervenção do Estado para garantir a legalidade e a justiça nas disputas por terra.

O segundo dossiê analisado, DOPS/MA, BR MAAPEM 35.0.SUB.138 explicita dois casos de conflitos agrários na região oeste maranhense contendo ofícios, Informações, Encaminhamento, Relatórios e Boletim informativo sobre eleições de Sindicato dos Trabalhadores Rurais e cópia do jornal "O Dia", referente a conflitos de terras e focos de subversão nos municípios de Eugênio Barros e Santa Luzia-Maranhão, nos anos de 1977 e 1983.

A reportagem do jornal "O Dia" do Piauí, datada de 12 de fevereiro de 1977, apresenta um relato do capitão Astrogildo de Castro Sampaio sobre sua missão no Baixão do Coko (no município de Eugênio Barros), no interior do Maranhão. Este relato expõe uma série de questões preocupantes que merecem uma análise crítica, especialmente no contexto da violência que se reflete em áreas como o Vale do Pindaré. A narrativa, apesar de ser apresentada com um tom de suposta justiça e cumprimento do dever, revela uma faceta opressiva do poder estatal sobre os pequenos lavradores da região. A operação, conduzida a pedido do Secretário de Segurança, ilustra como o Estado, através de suas forças policiais, pode ser utilizado para proteger os interesses dos grandes proprietários de terras, enquanto os trabalhadores rurais são tratados com desconfiança e violência. Essa dinâmica reflete uma prática sistemática onde o poder estatal é mobilizado para manter a ordem em favor dos mais poderosos, frequentemente às custas dos mais vulneráveis.

O capitão Astrogildo relata que, embora não tenha encontrado armas na residência do lavrador Antônio Luís, este foi preso e levado ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em Teresina. A justificativa apresentada, de que o lavrador possuía antecedentes de porte de armas e que teria sido informado da diligência com antecedência, parece frágil e direcionada a legitimar uma ação que já se mostrava condenatória desde o início. Além disso, a menção ao tratamento médico recebido por Antônio Luís durante sua detenção pode ser

interpretada como uma tentativa de minimizar a gravidade da sua prisão e o sofrimento imposto a ele. A referência à venda de arroz pela companheira de Antônio Luís durante sua ausência, juntamente com a insinuação de que a denúncia feita ao jornal seria uma tentativa de justificar a inadimplência junto ao Banco do Brasil, revela um desprezo pelo contexto de opressão e pelas dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores. Em vez de considerar as alegações de injustiça e violência, o relato desqualifica as denúncias, tratando-as como se fossem um esforço para encobrir falhas pessoais ou problemas financeiros.

Esse cenário descrito pelo capitão Astrogildo de Castro Sampaio não é um caso isolado, mas parte de um padrão mais amplo de violência e opressão que também se reflete em regiões como o Vale do Pindaré. A utilização do poder policial para reprimir e controlar os trabalhadores rurais enquanto protege os interesses dos grandes proprietários reforça as desigualdades e injustiças no campo. Essa situação expõe as complexas relações de poder que perpetuam um sistema de marginalização dos menos favorecidos, demonstrando como o aparato estatal pode ser conivente com a perpetuação das desigualdades agrárias.

Agora, falando um pouco sobre o caso Conflitos de posseiros na Fazenda Faiza, localizada no município de Santa Luzia, entre Buriticupu e Arame presente ainda no dossiê 138, consta que em 14/08/1983, segundo o Dops, que há cerca de quarenta dias, o padre italiano Luís iniciou uma série de atividades subversivas na localidade de Arame, no interior do Maranhão, “perturbando” a pacífica rotina dos posseiros das regiões vizinhas. Em um contexto que já começava a se acirrar, a situação se deteriorou ainda mais com a instalação, na madrugada de terça-feira, 9 de agosto de 1983, de uma cancela na propriedade da Fazenda. Esta cancela, cuja política de funcionamento previa sua abertura contínua, barrava apenas veículos desconhecidos e caminhões com novos colonos, medida que gerou descontentamento entre os posseiros sob a influência direta do padre Luís.

O padre conseguiu conquistar a confiança dos posseiros e recrutou diversos intermediários para intensificar o conflito. Entre esses intermediários estavam José Sabino, o líder principal, cuja residência servia como base operacional para o esquema, e Nazaré, um

comerciante que forneceu bebidas alcoólicas e munições aos posseiros desordeiros. Orlando, um caminhoneiro com vínculos com o prefeito de Santa Luzia, também forneceu bebidas aos comerciantes da região, enquanto Manoel Dias, um dos principais incitadores, comandou os invasores montado em um burro alazão. João Pereira, o braço direito de Sabino e ligado ao Sindicato de Trabalhadores de Santa Luzia, participou ativamente da agitação.

A dinâmica do conflito incluiu, ainda, Ludemir Bonfim, posseiro que, com o auxílio de seus oitenta empregados, conseguiu mitigar danos e impedir o envenenamento de poços, funcionando como intermediário entre os posseiros, a propriedade FAIZA e a polícia. O padre Luís, descrito como o principal instigador, se deslocava frequentemente de sua paróquia em Arame para a propriedade FAIZA em sua moto vermelha de 125 cilindradas, evitando as principais rotas e utilizando estradas secundárias para escapar do cerco.

Porém, ao me debruçar sobre este dossiê pude encontrar na documentação uma informação muito importante com relação a este conflito. Contém um relato da C.P.T (Comissão Pastoral da Terra), em defesa da ação dos trabalhadores rurais nesse caso de conflito em Santa Luzia. Com isso, vai dizer que dos posseiros moradores de Arapari e dos povoados vizinhos começaram a ter problemas com a Fazenda FAIZA em 1975, quando esta iniciou a construção de uma estrada que ligava a FAIZA à FRECHAL, passando pelo meio dos povoados. A situação piorou quando, acompanhados por nove policiais fortemente armados, representantes da FAIZA chegaram ao povoado de Arapari, indo de casa em casa e obrigando os moradores a assinarem papéis em branco sob ameaças de morte. Todos assinaram, temendo por suas vidas. O episódio ocorreu em 1975 e causou grande trauma entre os moradores, resultando na morte de uma mulher gestante, que, assustada com a situação e sem assistência médica adequada, faleceu. Outros moradores adoeceram, e um jovem foi morto enquanto tomava banho no rio. Muitas pessoas sofreram com essa violência.

Após esses acontecimentos, o delegado sindical Jonas Alves (também conhecido como João Sabino) foi a Santa Luzia, Bacabal e São Luís para relatar a situação à FETAEMA (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do



Maranhão). Os povoados ficaram amedrontados após a repressão, mas recuperaram a força e a vontade de lutar para permanecerem na terra. A COTERMA (Comissão de Terras do Maranhão) também entrou na questão, e o INCRA de Bacabal declarou que as terras pertenciam de fato aos posseiros, que podiam morar ali.

Logo após, mais moradores começaram a chegar, e em 1977 as ameaças da FAIZA e da SANTA INÁCIA recomeçaram, com as fazendas afirmando que a área lhes pertencia. Porém, os posseiros continuaram resistindo. Em 1980, eles assinaram um abaixo-assinado que foi levado à COTERMA pelo Sindicato, exigindo a demarcação das áreas entre o povo e as fazendas, para assegurar os direitos dos posseiros. Quatro lavradores, dois advogados da FETAEMA, o presidente do Sindicato de Santa Luzia, o senhor Honorato Santana, e alguns fazendeiros se reuniram na COTERMA para debater a questão. Os fazendeiros queriam que os posseiros ficassem sob dependência das duas fazendas, propondo que se mudassem para a beira da estrada, onde não havia água suficiente e o solo era muito seco para o cultivo.

Os lavradores consideraram a proposta inaceitável. Os fazendeiros também exigiram que os posseiros vendessem os produtos da terra exclusivamente para as fazendas, o que foi recusado. A FETAEMA conseguiu, então, que a COTERMA aceitasse cortar as terras dos posseiros. Ao ler o documento, todos ficaram satisfeitos, e a reunião foi encerrada. Na tarde do mesmo dia, os participantes se reuniram novamente para assinar o acordo. O juiz Arílio foi o primeiro a assinar, seguido pelos demais, sem que o documento fosse lido novamente. O juiz, intencionalmente, ocultou o texto do documento com a mão enquanto os outros assinavam. Este encontro aconteceu em março de 1980.

O senhor João Sabino descobriu, já em Santa Luzia, que havia sido enganado quando leu o documento e percebeu que seu conteúdo era contrário ao acordo que acreditava ter assinado. Ele afirmou ter ficado com muita raiva ao perceber o engano. O documento dizia algo assim: "Os moradores de Arapari podem morar na área; a fazenda tem o dever de fornecer assistência médica, escolar, abrir estradas e manter cantinas; com a obrigação de que os

moradores vivam à beira da estrada, e somente a fazenda pode comprar os produtos dos lavradores. Quem quiser trabalhar deve fazê-lo para a fazenda." (DOPS/MA, dossiê nº138, p.7)

Podemos concluir que os conflitos agrários no Vale do Pindaré no período ditatorial foram um reflexo das práticas predatórias dos grileiros, que, em conluio com autoridades locais, utilizam de todos os meios, lícitos e ilícitos, para consolidar seu domínio sobre as terras. Essas práticas incluem desde fraudes documentais até o uso da violência, passando por esquemas de corrupção que envolvem diversos níveis do poder público. Os posseiros, por sua vez, enfrentam um cenário de constante ameaça, onde seus direitos são frequentemente ignorados e suas vidas prejudicadas.

Neste contexto, a atuação de organizações como a CPT é vital para equilibrar, ainda que parcialmente, a balança da justiça. A defesa dos lavradores, a promoção de seus direitos e a denúncia das práticas abusivas dos grileiros e fazendeiros são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Contudo, a luta é árdua e enfrenta resistências poderosas, que se manifestam através da violência física, da manipulação legal e da repressão institucional. O caso do senhor João Sabino é apenas um entre muitos que ilustram a cruzeza desse conflito, mas também a resiliência daqueles que, apesar de tudo, continuam a lutar por suas terras e por sua dignidade.

### **Considerações Finais**

Após as análises documentais do DOPS/MA, leituras e discussões, é evidente que, durante a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), os conflitos agrários se intensificaram em todo o país. No Maranhão, especialmente na região do Vale do Pindaré, não foi diferente. Nesse período, a chamada "Lei de Terras Sarney", sancionada no estado, deu respaldo a grandes produtores rurais e ao agronegócio. Com o apoio do capital privado, esses grupos foram responsáveis por expropriações indevidas, aproveitando-se da falta de instrução dos camponeses para perpetuar práticas que os prejudicaram profundamente.

Lei de Terras não alterou drasticamente apenas a vida dos camponeses, mas de toda a sociedade, pois campo e cidade são lados da mesma moeda. Passados cinco décadas de sua aprovação, suas consequências impõem sérias restrições econômicas ao campesinato maranhense. O estado apresenta um dos piores índices de pobreza do país (Neto, 2021, p.162).

Dito isso, percebemos que os conflitos fundiários presentes no Estado do Maranhão perpassam até os dias atuais, portanto é uma mácula que reverbera o cotidiano rural maranhense. Entender como o DOPS/MA trabalhou diante desses conflitos agrários e suas repressões evidencia como o período ditatorial não só fez vista grossa diante aos conflitos, como também reprimiu de maneira violenta os camponeses reverberando as características de repressão do Estado. Esses registros revelam uma série de casos de grilagem que aconteceram em vários municípios do Maranhão.

Pode-se também considerar que esses conflitos agrários agravaram ainda mais a situação precária desses camponeses, ilustrado através da pobreza, desigualdade social e subjugação por parte de grandes ruralistas e pelo abandono estatal. Por meio destas documentações são fornecidas muitas outras informações a respeito dos acusados, vítimas das expropriações, empresas que se beneficiaram por meio das infrações e dentre outras datas que ajudam a entender as intencionalidades e propósitos, indispensáveis para a escrita deste trabalho.

Dessa forma, a pesquisa possibilitou a recuperação e a explicação de diversos casos de conflito, evidenciando as inúmeras atrocidades e injustiças sofridas por essas populações. O intuito é não apenas fortalecer o debate e preservar a memória daqueles que lutaram, resistiram e derramaram seu sangue por um pedaço de terra para trabalhar e produzir, mas também reafirmar a responsabilidade, tanto direta quanto indireta, do Estado nesses processos de opressão, que resultaram na expulsão de milhares de pessoas das terras onde viviam e trabalhavam.



## Referências

### Fontes

#### **Documentos produzidos e/ou armazenados pela delegacia de ordem política e social (DOPS) do maranhão. Série: subversão**

- DOPS-MA, 1978. Delegacia de Ordem Política e Social. Subversão: 065, fl. 90.  
DOPS-MA, 1977. Delegacia de Ordem Política e Social. Subversão: 068, fl.02-06.  
DOPS-MA, 1983. Delegacia de Ordem Política e Social. Subversão: 096, fl.15-19.  
DOPS-MA, 1977. Delegacia de Ordem Política e Social. Subversão: 138, fl.12-19.

### Bibliografia

- ASSELIN, V. (2009). **Grilagem: Corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz - MA: Ética.
- ALMEIDA, Felipe Hermeto de. Reorientação e continuidades da militarização da questão agrária no Brasil. **Insurgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, 2022.
- BONFIM, M<sup>a</sup>. Núbia Barboza. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão**. São Luís: EDUFMA/Secretaria de Educação, 1985. 122 p.
- CALDEIRA, José de Ribamar. Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 46, p. 55-101, 1978.
- COSTA, Marcelo Lima. São Luís em tempos de “Maranhão Novo”: a (re) construção de uma capital moderna sob o Governo José Sarney (1966-1970). **Política - História e Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 140-153, 2023.
- GUILHON, Maria Virginia Moreira. *Sarneysmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia*. **Revista Brasileira de História**, v. 16, n. 31, p. 75-96, 1996.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes. Acesso em: 29 ago. 2024, 1981
- RABELLO, Rodrigo; Rodrigues, Georgete Medleg. *Informação como prova ou monumento: materialidade, institucionalidade e representação*. **Encontros Bibli: revista eletrônica de**

VII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO  
MARANHÃO OITOCENTISTA/VII  
SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

1824/1964  
ENTRE  
REVOLUÇÕES  
E GOLPES

24-27 SETEMBRO / 2024



Uema  
UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO  
MARANHÃO

NEMOXIX

LOCAL: PRÉDIO DE HISTÓRIA DA UEMA - CENTRO

**biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 24, n. 55, p. 1–23, 2019. DOI:  
10.5007/1518-2924.2019.e58738. Disponível em:  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019.e58738>. Acesso em: 23  
fev. 2024.

## A EFEMÉRIDE DO CENTENÁRIO DA ADESÃO DO MARANHÃO: ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE INDEPENDÊNCIA E REVOLUÇÃO DO PORTO NA IMPRENSA DO SÉCULO XX

Lucas Gomes Carvalho Pinto<sup>1</sup>

### Resumo

O 28 de julho de 1823 se tornou a data formal da adesão do Maranhão a Independência do Brasil. Este dia foi assim tomado devido a capitulação de São Luís a frota imperial capitaneada pelo Lorde Cochrane que se antecipou as ações do exército libertador que já haviam vencido a resistência realista no interior da província. Entretanto estes acontecimentos não explicam sozinhos um evento complexo como este. Para compreendermos com mais detalhes este momento temos que ter em vista que o Maranhão experimentava um contexto bem distinto de uma mera colônia lusitana já que desde sua adesão a Revolução do Porto a região havia se tornado constitucionalista. No presente artigo visamos entender como alguns dos principais jornais maranhenses abordaram a relação entre estes dois eventos distintos, porém valiosos para o entendimento deste momento histórico, durante a comemoração do Centenário da Independência no Maranhão.

**Palavras-Chave:** Maranhão, Adesão, Centenário

### Introdução

O dia 28 de julho de 1823 entrou para a história do Maranhão como a data formal da sua adesão à Independência do Brasil e a integração ao império que então se formava. Tendo se tornado feriado estadual, este dia possuiu tal significado pois foi quando houve a rendição oficial da Junta que governava a província diante a chegada das tropas imperiais comandadas pelo almirante escocês Thomas Alexander Cochrane.

Apesar do significado deste dia, a luta pela Independência no Maranhão ocorreu do interior para a capital através das tropas cearenses e piauienses que junto as uniões locais de

<sup>1</sup> Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST/UEMA). Mestre em História no mesmo programa (PPGHIST). Membro do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO). Bolsista pelo Programa de Bolsa de Mestrado e Doutorado da UEMA.



maranhenses formaram o chamado “Exército Libertador”. Este, possuindo uma composição heterogênea formado por livres, escravizados, brancos, negros, indígenas e etc. (Abrantes; Mateus, 2023, p. 24) teve como palco principal de sua luta o interior da província, mais especificamente o território conhecido como “banda oriental” e a região centro sul.

Mesmo com todas essas atividades, um processo complexo como a adesão do Maranhão a Independência não se explica somente através de lutas e capitulações. Nas últimas décadas o processo de Independência do Brasil e por extensão também as análises do processo ocorrido no Maranhão vêm sendo inserido dentro de outros contextos. Um desses trata-se de uma nova leitura do impacto da Revolução do Porto de 1820 para o entendimento dessa conjuntura.

Este evento significou a derrubada ainda que provisória do Antigo Regime no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e a inserção desta instituição política na ordem constitucional. Desde sua eclosão, a Revolução ou Movimento do Porto ensejou explicações díspares nos dois países diretamente a ela relacionados – Brasil e Portugal – a ponto de parecer um paradoxo. Se por um lado a historiografia lusitana<sup>1</sup> a enxergou pelas lentes do avanço do liberalismo no século XIX, a brasileira<sup>2</sup> a avaliou de forma oposta como se ação “recolonizadora” das Cortes lisboetas tivesse precipitado o processo de Independência brasileira.

<sup>1</sup> Entre esses estudos podemos citar obras como: *História da Revolução Portuguesa de 1820*, de José D’Arriaga (1888), *História de Portugal*, de Oliveira Martins (1908), *Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial*, de Valentim Alexandre (1993) e *Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo* (1821-23 e 1826-28), de Zília Osório Castro (2002). Confira Berbel (1997).

<sup>2</sup> Entre estes encontram-se as obras *História do Brasil desde a chegada da real família de Bragança em 1808, até a abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831* (1837) de John Armitage; *História da Independência* (1916) de Francisco Adolfo Varnhagen; *O movimento de Independência, 1821/1822* (1922) de Manuel de Oliveira Lima; *A elaboração da Independência* (1927) de Tobias Monteiro; *Evolução Política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) de Caio Prado Jr., *Independência: revolução e contra-revolução* (1975) de José Honório Rodrigues, *Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil* (1976) de Emília Viotti da Costa e *A interiorização da metrópole* (1972) Maria Odila Leite da Silva Dias. Confira Pinto (2020).

A mudança da percepção desse movimento na historiografia brasileira só ocorreu na década de 1990 a partir principalmente dos estudos de Neves (1992)<sup>3</sup> e Berbel (1997)<sup>4</sup>. As pesquisas dessas duas autoras além de dissociarem a Revolução do Porto da Independência também vincularam este movimento a explicação de outros temas caros a esse período como por exemplo constituição, nação, direitos civis e liberdade de expressão.

Diante deste quadro, busca-se no presente trabalho entender como alguns dos jornais maranhenses do início do século XX abordaram a relação entre estes dois eventos distintos, porém valiosos para o entendimento daquele momento histórico, durante a comemoração do Centenário da Independência no Maranhão. Para tanto será apresentado inicialmente um breve levantamento de como a historiografia oficial maranhense abordou a relação entre a Independência e a Revolução do Porto para só então adentrarmos na análise dos jornais.

### Historiografia Maranhense

A primeira obra dedicada exclusivamente a história da Independência no Maranhão foi *História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)* de Luís Antônio Vieira da Silva publicada em 1862<sup>5</sup>. De acordo com Elizabeth Abrantes e Yuri Mateus (2023, p. 25) antes dessa obra vigorava uma interpretação em que via o Maranhão como uma província separatista que não queria se unir ao Brasil. Após a obra de Vieira da Silva se inaugurou uma interpretação hoje chamada de tradicional da Independência no Maranhão que influenciou a obra de gerações posteriores de historiadores maranhenses como se verá mais adiante.

<sup>3</sup> Trata-se da tese *Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo: a cultura política na época da Independência do Brasil, 1820-1822* defendida por Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves em 1992 na Universidade de São Paulo e publicada como livro em 2003, com o título *Corcundas, constitucionais: a cultura política da Independência do Brasil (1820-1822)*.

<sup>4</sup> Trata-se da tese *Deputados do Brasil nas Cortes Constituintes de 1821-1822 - Um estudo sobre o conceito de nação*, defendida por Márcia Regina Berbel na Universidade de São Paulo, em 1997 e publicada como livro em 1999, com o título *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas 1821-1822*.

<sup>5</sup> É importante destacar que antes de Vieira da Silva já havia algumas interpretações sobre a Independência no Maranhão advindas de outras obras que a abordaram, mas que não o fizeram como seu objeto específico. São estas as obras: *Introdução a História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil por José da Silva Lisboa* (1825) de José da Silva Lisboa e *História do Brasil desde a chegada da real família de Bragança em 1808, até a abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831* (1837) de John Armitage (Galves, 2015, p. 28).



Escrita em um momento de estabilidade do regime imperial e consolidação da construção do Estado Nacional (Abrantes; Mateus, 2023, p. 26), a obra de Vieira da Silva começa com a adesão do Maranhão a Revolução do Porto e vai até 1828. Este autor justifica o caráter tardio da adesão da província a Independência à resistência “inútil e inglória” da Junta que governava o Maranhão que havia jurado fidelidade ao governo metropolitano. De um ponto de vista estrutural, para Vieira da Silva essa adesão tardia está relacionada ao fato de que a América Portuguesa por muito tempo fora dividida em dois estados coloniais distintos. Entretanto o referido autor defende que a postura a favor de Portugal não fora o suficiente para abafar o sentimento de independência que nascia entre os maranhenses.

Em relação a Revolução do Porto Vieira da Silva diz que:

Os Governadores do Reino qualificaram de rebelião o movimento da cidade do Porto, mas, reconhecendo bem depressa a impossibilidade de se lhe oporem, resolveram em 4 de setembro, convocar as Cortes para 15 de novembro. A Tropa e o povo de Lisboa, à imitação do Porto, elegeram novo Governo e, a 15 de novembro, publicou-se o Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e Povos da Europa.

Distinguia-se esse Manifesto pelo rancor que revelava contra o Ministério do Brasil, ao qual se atribuía a decadência da agricultura, do comércio, da indústria e da população do Reino, pelo Tratado celebrado em 1810 com o Governo Britânico.

El-Rei (...) não deixou de tomar providências para evitar que, clandestinamente, penetrasse no Brasil emissários da nova propaganda (Vieira da Silva, 1972, p. 30).

A interpretação de Vieira da Silva vai ao encontro da interpretação sobre este movimento apresentado por John Armitage em sua obra *História do Brasil desde a chegada da real família de Bragança em 1808, até a abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831* (1837). Como já analisado por mim em outras ocasiões (2020, p. 20 e 2021, p. 29) para este autor o movimento do Porto teria sido motivado pelo “ciúme” que Portugal sentia do Brasil, devido ao estado de abandono do reino europeu em comparação com a porção americana do Reino Unido. Este último aspecto pode ser percebido quando vincula diminuição do comércio praticado por



Portugal provocada pela Abertura dos Portos com a crise que geraria a Revolução do Porto (Armitage, 1837, p. 15) exatamente como Vieira da Silva fez.

Posteriormente Vieira da Silva nos diz que diante das movimentações ocorridas na província do Maranhão após a chegada das notícias da adesão do Pará, da Bahia e de Pernambuco ao governo vintista, o então governador da capitania Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca:

(...) Unanimemente, declarou-se que a província aderiria aos princípios liberais aceitos em Portugal, no Pará e na Bahia. Em seguida, o General [Pinto da Fonseca] disse que se devia proceder à eleição do Governo Provisório, não servindo de embaraço o cargo de que se achava revestido. (...)

No auto lavrado em Câmara declarou-se:

1.º) que se juraria obediência e fidelidade ao Sr. D. João VI, às Cortes Extraordinárias e Constituintes, mantendo-se a religião católica e a augusta dinastia da Casa de Bragança. (...) (Vieira da Silva, 1972, p. 38).

Percebemos então que para Vieira da Silva, mesmo com a entrada do Maranhão na nova ordem constitucional o governo da capitania agora tornada província continuou a ser encabeçado pelo mesmo indivíduo: Pinto da Fonseca, através de uma manobra política por ele realizada. Depois de Vieira da Silva há na historiografia maranhense um grande lapso temporal até a próxima grande obra a tratar da deste tema: *História da Independência no Maranhão* (1972) de autoria de Mário Meireles. Este livro fora publicado em 1972 não por coincidência durante a efeméride do sesquicentenário<sup>6</sup> da Independência. Para Elizabeth Abrantes e Yuri Mateus (2023, p. 29) esta obra segue a linha iniciada por Vieira da Silva da história como “mestra da vida” apresentando uma cronologia semelhante à deste primeiro autor como o conflito de luso-brasileiros por cargos no pós-Independência.

<sup>6</sup> O sesquicentenário da Independência do Brasil foi celebrado com bastante alarde pela ditadura militar (1964-1985). Suas festividades ocorreram entre 21 de abril a 7 de setembro 1972 começando oficialmente com o “Encontro Cívico Nacional” e terminando com a chegada dos restos mortais de D. Pedro I à São Paulo depois de uma peregrinação pelas capitais brasileiras. Entre as comemorações estavam diversos eventos e iniciativas com um calendário festivo incluindo inúmeras atividades como exposições, saraus, concurso de monografias, mostra de artes, competições desportivas, congressos de história da independência, conferências, feiras, paradas militares, produção de documentários e a elaboração de uma coleção com livros que tratassem da Independência e dos seus 150 anos (SOSNOSKI, 2013, p. 12).

Meireles corrobora a ideia de uma formação do Brasil com a transferência da Corte e a Revolução do Porto como estopim para a Independência. Na opinião de Meireles a Revolução do Porto foi um “motivo decisivo” para a separação do Brasil em relação a Portugal já que o movimento “de fato pretendia, antes de tudo, a restauração de Portugal na posição de metrópole” (1972, p. 14). Ao tratar de forma mais específica das consequências desses eventos para o Maranhão, Meireles ressalta inicialmente a chegada das notícias das adesões em outras capitanias/províncias:

No Maranhão, guardava o Governador Bernardo da Silveira, em segredo, os expedientes que já recebera de Belém, concitando-o a aderir com a província que tinha sob o seu mando, isso porque na expectativa de como proceder, oportunamente, com melhor acerto, quando foi surpreendido com a entrada, no porto de São Luís, no dia 4/4/1821, da galera “Jaquiá”, vinda da Bahia. A correspondência e jornais trazidos, e não só para ele, naturalmente, davam notícia de que tanto estoura província (10/2/1821) quanto a de Pernambuco (26/3/1821), onde fizera escala, haviam igualmente aderido ao movimento ou estavam em via disso (Meireles, 1972, p. 42).

Prosseguindo Meireles detalha que antes da adesão do presidente da capitania Pinto da Silveira, este providenciou que seus subordinados tomassem conhecimento da situação de São Luís após a chegada dessas notícias. A capital maranhense se encontrava agitada devido a leitura que o major Rodrigo Pinto Pizarro fizera no Quartel do Campo de Ourique de uma proclamação concitando seus soldados a aderirem a Revolução do Porto (Meireles, 1972, p. 42 e 43). Diante disso Silveira convocou para a Câmara uma sessão para que ele e as demais autoridades maranhenses se manifestassem sobre o assunto. Assim relata Meireles:

Reunidos em sessão os Vereadores, com mais os representantes do Clero, Nobreza e Povo, sob a presidência do próprio Governador e por este feito ler a representação que lhe endereçara a tropa, pediu ele que, considerada a relevância do assunto, cada um votasse livre e ponderadamente. Aprovada, por unanimidade, a adesão ao novo regime, mandou ainda o Marechal Silveira que se deliberasse, conseqüentemente, sob a constituição de um governo provisório e no que esperava, acrescentou, que sua presença, pelo cargo em que investido, não viesse a parecer importar em coação à verdadeira vontade de cada um (Meireles, 1972, p. 44).

Em suma, Meireles destaca a permanência de Pinto da Fonseca a frente do governo do Maranhão mesmo após a mudança de regime. Tal fato não passou despercebido pelos inimigos políticos de Silveira como bem nota Meireles quando diz que a oposição o acusava de “ter tramado nos bastidores o mal disfarçado golpe constitucionalista para, por fim, fazer-se perpetuar no poder” (Meireles, 1972, p. 46)

A próxima obra de relevo a abordar a Independência no Maranhão foi a primeira de cunho acadêmico: trata-se da dissertação *O Processo de Independência e Integração do Maranhão (1822-1828)* defendida por Maria Esterlina Mello Pereira em 1982 na Universidade Federal Fluminense. Elizabeth Abrantes e Yuri Mateus (2023, p. 32) ao contextualizarem o ambiente em que este trabalho fora produzido destacam a abertura democrática e a saída de muitos professores acadêmicos maranhenses para fazer pós-graduação fora do Estado. Ainda assim essa obra pertence a mesma corrente da obra de Vieira da Silva e Meireles (Abrantes; Mateus, 2023, p. 32).

Ainda de acordo com esses mesmos autores (2023, p. 33) para Pereira a vinculação do Maranhão a monarquia portuguesa ocorreu devido ao seu processo específico de colonização. Na interpretação desta autora, aos poucos os maranhenses desenvolveram uma consciência política voltada para o Brasil ao mesmo tempo em que havia um conflito entre a “nobreza rural” formada por fazendeiros maranhenses e a “burguesia comercial” formado pelos portugueses (Pereira, 1982, p. 37).

Em relação a Revolução do Porto, Pereira se destaca por apesar de concordar com ideias clássicas sobre a explicação deste evento, apresentar também uma visão nova para o tempo em que foi escrita. Em relação as ideias clássicas, Pereira diz que o movimento possuía duas faces: uma democrática para Portugal e outra reacionária para o Brasil e que seu objetivo era a recolonização<sup>7</sup> do Brasil (Pereira, 1982, p. 38). Já em relação as ideias novas, Pereira destaca que a Revolução do Porto foi um movimento que possuía uma “heterogeneidade de interesses

<sup>7</sup> Para mais informações sobre o tema da recolonização confira a obra *A recolonização do Brasil pelas Cortes: história de uma invenção historiográfica* (2009) de Antonio Penalves Rocha.



e reivindicações” o que lhe possibilitou “um caráter complexo e muitas vezes contraditório” (Pereira, 1982, p. 39).

Em relação a adesão de Pinto da Fonseca a autora reitera a preocupação econômica deste diante da chegada das notícias do sucesso do movimento na Europa (Pereira, 1982, p. 39) e diz que, com a chegada das notícias de adesões a esse ocorrida em outras capitânias:

(...) O Maranhão de início não se movimentou nem com as notícias que recebeu da Europa, nem com os sucessos do Pará; seu governador mostrou-se reservado e procurou ocultar os expedientes que recebia da província vizinha concitando-o a apoiar o sistema constitucional, na expectativa de um momento oportuno para melhor decidir e isso aconteceu, com a entrada no porto de São Luís da galera Jaquiá, procedente da Bahia, trazendo notícias favoráveis ao Vintismo (Pereira, 1982, p. 40).

Para Maria Esterlina Mello Pereira há um forte peso econômico nas decisões tomadas pelo governo do Maranhão neste momento, pois diante da “aguda crise econômica e financeira que grassava o Maranhão” daquele momento “era natural que eles [os maranhenses] seguissem o exemplo do Pará e da Bahia” (Pereira, 1982, p. 41). Assim para a autora este contexto possibilitou que houvesse uma “opinião geral dos habitantes” para que o Maranhão aderisse ao novo regime (Pereira, 1982, p. 41).

Para a autora, foi com esse tipo de sentimento que o major Rodrigo Pinto Pizarro lançou a proclamação no Campo de Ourique conclamando a adesão o que fora feito pelo governador Pinto da Fonseca que tomando as rédeas do movimento se manteve no poder (PEREIRA, 1982, p. 42). Nas palavras da própria autora:

Cientificando de tudo através de uma representação, Bernardo Silveira fingiu inocência da iniciativa e depois de louvar o gesto “espontâneo” da tropa, declarou-se favorável aos acontecimentos, jurando no mesmo dia fidelidade absoluta a El-rei D. João VI, sua dinastia e as Cortes Extraordinárias e Constituintes. A seguir, convocou a Câmara, e, de acordo com esta foi eleito Governador Provisório (...) (Pereira, 1982, p. 42).

Já para Marcelo Galves desde o século XIX a Revolução do Porto é apresentada como antecedente da Independência (2011, p. 17). Para este autor, escrevendo já sob a influência da

historiografia renovada deste assunto marcada pelas obras de Neves (2003) e Berbel (1997), a Revolução do Porto deixou de ser vista como antecedente da Independência, e pôde ser percebida através dos seus efeitos nas diversas províncias o quê mostrou os verdadeiros motivos de sua adesão (Galves, 2011, p. 18).

Em sua obra “*Ao público sincero e imparcial*”: *Imprensa e Independência na província do Maranhão (1821-1826)*<sup>8</sup> (2015) o autor destaca o novo ambiente político que pode ser vislumbrado no Maranhão com a chegada das notícias das adesões das capitanias do Grão-Pará e Rio Negro e da Bahia ao regime vintista. Nessas capitanias a adesão a Revolução do Porto significou a derrubada dos governos e a instalação de Juntas que em sua percepção ampliou a possibilidades dos agora “cidadãos” de “participação/mudança na vida política” (Galves, 2015, p. 93). Em São Luís continua o autor essas notícias geraram disputas em torno da permanência de Pinto da Fonseca a frente do governo e/ou a eleição de uma junta de governo. Esses grupos passaram a se manifestar publicamente, corroborando a sua tese de formação de espaços públicos de representação política no Maranhão desse período.

No que tange ao processo de adesão em si o autor, após analisar as explicações dadas por Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca para a anuência ao novo regime e sua manutenção no cargo, diz que:

Mais importante do que o argumento de que as notícias vindas da Bahia, de Pernambuco e do Grão Pará e Rio Negro teriam provocado um “sentimento de incorporação” ao novo quadro político, foram os problemas enfrentados pela economia maranhense, apresentados como os principais motivadores do desejo de mudança (Galves, 2015, p. 97).

Ou seja, assim como Maria Esterlina Mello Pereira fizera antes, para Galves o fator econômico é uma importante chave para se pensar o processo de adesão do governador Pinto da Fonseca a Revolução do Porto. Mais do que isso a leitura política que os maranhenses da

<sup>8</sup> Fruto de sua tese *Ao público sincero e imparcial: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)* defendida na Universidade Federal Fluminense em 2010.

época possuía desse evento foi totalmente matizada por razões econômicas. Assim para o autor:

No Maranhão, a “soberania” tomava ares de repúdio às pressões inglesas pelo fim do comércio de escravos, que tanto oneravam fazendeiros e comerciantes; em nome desta mesma “soberania”, aguardavam-se alterações no que respeitava à atuação dos “ingleses” na economia maranhense, questão diretamente ligada aos preços do algodão e a progressiva queda da receita derivada das exportações. Em 1820, o total das exportações se limitou a 63% dos valores de 1817 e a pouco mais de 60% dos números de 1818. O ano de 1819 já indicava uma queda de 30% em relação ao ano anterior. Ademais, acreditava-se que as Cortes já haviam prestado um enorme favor a economia provincial ao exigir a volta de D. João VI para Portugal (Galves, 2015, p. 99-100).

Como podemos perceber, para Galves a adesão do Maranhão a Revolução do Porto, muito longe de significar uma aceitação pura e simples da manutenção da ligação da província a metrópole lusitana, se fez revestida de motivos financeiros. Em uma situação como esta tornou-se conveniente a utilização de noções caras a um movimento liberal como “constituição”, “cidadania” e “liberdade de expressão” por parte das elites, mesmo que isso contrasta-se com a situação da maioria da população da província. Neste quadro perceber as ligações entre interesses socioeconômicos com o discurso liberal é um excelente prisma para a leitura deste evento.

### **Relação entre Independência e Revolução do Porto na imprensa do século XX**

No presente trabalho tentaremos entender a relação da Revolução do Porto e a Independência nos seguintes jornais: *Diário de S. Luiz* (1920-1949); *Folha do Povo* (MA) (1923-1927) e *Pacotilha* (1910-1938) durante a efeméride do centenário da adesão do Maranhão a Independência. Os três foram escolhidos devido a sua importância durante o período em que ocorreu essa celebração e também por causa das limitações de espaço impostas pelo presente artigo.

Em relação ao periódico *Diário de S. Luiz*, que circulou de 1920 a 1949, já em sua edição 161 de 24 de julho de 1923 aparece as primeiras notícias em torno das comemorações do



centenário. Estas dão conta da organização de um jogo de futebol entre os times Luso-Brasileiro e o F. A. Club e, em um artigo denominado *A Tocantina*, reconhece-se o esforço do governo do Estado para o reinício da construção da estrada de ferro Coroatá-Tocantins para “comemorar condignamente a grandiosa data da adesão à independência” (*Diário de S. Luiz*, n. 161, 24 jul. 1923, p. 3).

Já na edição 162 do referido jornal de 25 de julho de 1923 há um edital proclamando atos religiosos para a comemoração da efeméride em atos que iriam de 28 de julho a 5 de agosto. Em relação ao dia 28 de julho, o edital assim diz:

Dia 28 de Julho. -- Rezaremos em nossa Santa Igreja Metropolitana uma missa às 7 horas da manhã, para distribuição de uma grande comunhão geral a todos os fiéis de ambos os sexos e de todas as idades e condições sociais. Apelamos, pois, para o zelo, patriotismo e boa vontade de todos os nossos prezadíssimos sacerdotes seculares e regulares, vigários, curas e capelães afim de que instem com os devotos frequentadores de seus templos para que tomem parte neste público e sublime ato religioso que feito com sincera piedade, há de atrair com certeza, inumeráveis bênçãos celestiais para a família e a sociedade maranhense (*Diário de S. Luiz*, n. 162, 25 jul. 1923, p. 3).

Na mesma página chama atenção o anúncio da *Maison Française*, uma loja de confecções sediada no Pará que divulga ter recebido artigos de luxo franceses justamente para a comemoração do 28 de julho. Entre estes encontram-se vestidos de seda, voil, crepon, chapéus modelos, leques de plumas e de gaze, blusas de seda, bolsas e carteiras, meias de seda, roupas brancas e artigos de perfumaria (*Diário de S. Luiz*, n. 162, 25 jul. 1923, p. 3).

Já o jornal *Folha do Povo* (MA) que circulou de 1923 a 1927 e cujo primeiro número saiu justamente no dia do centenário da adesão a Independência há um artigo intitulado *As Festas do Centenário* que será reproduzido aqui na íntegra por resumir bem a programação dos festejos desta data específica.

#### As festas do Centenário

Hoje, ao transpor do século, houve salvas em vários pontos da cidade e repicaram os sinos de todas as igrejas.

As 7 horas, em frente a Catedral, o exmo. Sr. D. Otaviano celebrou uma missa grandemente concorrida.

- As bandas de música do 24º Batalhão de Caçadores e do Corpo Militar do Estado fizeram um passeio na cidade.
- O sr. Presidente do Estado deu recepção oficial em Palácio, as 13 horas, havendo em seguida uma sessão cívica da Academia Maranhense de Letras e Faculdade de Direito, presidida pelo dr. Godofredo Viana, Presidente do Estado.
- Após essa sessão foi recebido em Palácio o glorioso “raidman” Souza Bispo.
- Hoje a noite haverá cinema ao ar livre, na Avenida Maranhense, cortejo popular do operariado e espetáculo de gala no Teatro Artur Azevedo.
- O instituto Gomes de Souza realizou hoje, às 8 horas, uma sessão cívica.
- Amanhã será aberta a Exposição.
- As casas Berringer e Exposição ornamentaram artisticamente as frentes dos seus estabelecimentos (*Folha do Povo* (MA), n. 1, 28 jul. 1923, p. 3).

Voltando ao *Diário de S. Luiz*, o número 165 que foi publicada justamente no dia do centenário foi uma edição comemorativa. Recheada de textos laudatórios sobre a importância da data destacaremos apenas alguns desses. O primeiro se intitula *1823-1923 Ao heroico Maranhão, na data do Centenário da sua Independência, modesta homenagem do Diário de S. Luiz* e é de autoria de José Domingues. Este texto é interessante pois ao mesmo tempo que comemora a adesão do Maranhão e sua entrada para a união faz críticas ao seu presente como percebemos no seguinte trecho:

É verdade que não possuímos, incorporadas a nossa vida social, as prodigiosas conquistas da ciência moderna, não temos nas nossas cidades o luxo e o estrépito industrial dos centros europeus e americanos, não vemos o nosso mapa cortado de ferrovias e linhas aéreas; mas temos um passado limpo, nobres exemplos de civismo a oferecer à admiração dos que interrogarem a nossa história, sem sermos indigentes, no clássico concerto das nações (*Diário de S. Luiz*, n. 165, 28 jul. 1923, p. 1).

Como não podia deixar de acontecer em um texto que apela para o sentimento cívico e o passado glorioso maranhense, o autor destaca grandes nomes da literatura nacional provenientes do Maranhão:

O maior poeta lírico nacional, Gonçalves Dias, é maranhense, e um dos três príncipes da moderna poesia nacional, Raymundo Correia, abriu os olhos à vida em Mangunça; entre os prosadores, de maior fulgor, destaca-se logo João Lisboa, ainda não ultrapassado na elegância e torneio da frase e em acuidade e profundidade dos conceitos, a ficção literária representada por nomes do brilho



de Aluízio Azevedo e Coelho Neto, que por si só bastariam para honrar uma literatura. E, como síntese geral de nossa potência intelectual, Gomes de Souza, o Souzainha, no dizer de Euclides da Cunha a mais completa celebração brasileira do Século, jurista, médico e poeta, legando-nos sobre o cálculo infinitesimal páginas que ainda hoje sobranceiam toda a matemática (*Diário de S. Luiz*, n. 165, 28 jul. 1923, p. 1).

A seguir o texto também destaca a presença de riquezas naturais do Maranhão tais como ouro, xisto betuminoso, manganês, cobre e alumínio (*Diário de S. Luiz*, n. 165, 28 jul. 1923, p. 1). Outra publicação desta mesma edição trata mais especificamente da história do Maranhão e se intitula *NO DOCORRER DE 424 ANOS: Ligeira síntese histórica do Maranhão* sendo de autoria de Rubem Almeida.

Este artigo se destaca por remontar o início da história do Maranhão ao ano de 1499 uma vez que aceita “Hojeda ou Pinzon como os primeiros europeus que aqui aportaram” (*Diário de S. Luiz*, n. 165, 28 jul. 1923, p. 2) e por dividir a história do Maranhão em fases. São estas: 01 – a do *abandono* (1490-1539) porque após a chegada dos europeus “nada se fez em benefício das terras descobertas” (*Diário de S. Luiz*, n. 165, 28 jul. 1923, p. 2), 02 – o período de 1539 a 1594 marcada por “tentativas malogradas para à sua colonização” (*Diário de S. Luiz*, n. 165, 28 jul. 1923, p. 2); 03 – o período de 1594 a 1681, marcada pela chegada dos franceses e conquista dos portugueses quando “parece-nos razoável afirmar, que verdadeiramente começamos a ter história” (*Diário de S. Luiz*, n. 165, 28 jul. 1923, p. 2), 04 – a que vai de 1681 até a independência, trata-se do “Maranhão revolucionário” (*Diário de S. Luiz*, n. 165, 28 jul. 1923, p. 2) marcado pela Revolta de Beckman, 05 – a do Maranhão imperial e a 06 – e a da democracia iniciada após a proclamação da República (*Diário de S. Luiz*, n. 165, 28 jul. 1923, p. 2).

Para o presente trabalho os dois períodos mais importantes dos apontados por Rubem Almeida são o quarto e principalmente o quinto. O quarto período tem sua relevância pois na opinião do autor a expulsão dos holandeses e a Revolta de Beckman “bastam para mostrar os princípios de independência que já orientavam o povo” (*Diário de S. Luiz*, n. 165, 28 jul. 1923, p. 2). Já na quinta fase o autor fala diretamente da Revolução do Porto:



Província, um dos primeiros gestos do Maranhão foi aderir no movimento de 1820, o que já era um aviso para o acontecimento que há um século, e no dia de hoje se verificou.

Não foi sem grandes lutas que o espírito de independência conseguiu aqui implantar-se, mas a grandeza do esforço é justamente o melhor título de glória dos que por ela pugnaram. (*Diário de S. Luiz*, n. 165, 28 jul. 1923, p. 2).

Já no periódico *Pacotilha* (1910-1938), a edição 177 publicada no dia do centenário, assim como a de o *Diário de S. Luiz* foi uma edição comemorativa. Logo em sua primeira página há um texto intitulado *A adesão a Independência* que no cabeçalho diz o seguinte:

Comemorando o centenário da adesão do Maranhão a independência nacional a “Pacotilha” estampa na sua edição especial de hoje o texto dos documentos oficiais que ficaram dos últimos dias do Maranhão colônia, representações da câmara, atas, proclamações, etc. (*Pacotilha*, n. 177, 28 jul. 1923, p. 1).

Assim o jornal apresenta trechos de *O Conciliador*, o primeiro jornal maranhense, que apresenta ofícios emitidos pela Junta de governo do Maranhão saudando o governo de D. Pedro I, bem como extratos da *Gazeta Extraordinária da Província do Maranhão* sobre o mesmo tema. Outro texto de essencial importância para o presente artigo e que fora publicado por *Pacotilha* nesta edição tratasse de um que tem por título *O 28 de Julho* de autoria de Luiz Viana (*Pacotilha*, n. 177, 28 jul. 1923, p. 4). Este celebra a atitude do congresso federal em decretar feriado nesta data; recorre a obra *Renascimento do Brasil* de Oliveira Viana e *História da Independência da Província do Maranhão* de Luís Antônio Vieira da Silva para falar de história do Estado; e celebra não a entrada do Maranhão para a união, mas sim o espírito de união e fraternidade (*Pacotilha*, n. 177, 28 jul. 1923, p. 4).

Para a nossa pesquisa chama mais atenção o trecho que aborda uma das consequências da Revolução do Porto: a eleição de deputados maranhenses para as Cortes. Sobre este tema assim está escrito:

Eis em rápida vista de conjunto, o estado de fragmentação política e social do Brasil português. Tais causas, em tantas maneiras influíram na evolução dos costumes políticos, que ainda no século da independência não tínhamos, os do norte e os do sul, ideia perfeita da unidade do patrimônio nacional. Não estava ainda o país na consciência esta da grande nacionalidade: e é fato que na

companhia gloriosa dos nossos deputados as cortes de Lisboa, contra não somente a recolonização, mas, principalmente, a integridade do Brasil, não aparecem combinado os esforços dos representantes de todas as províncias. (...) (*Pacotilha*, n. 177, 28 jul. 1923, p. 4).

Em um texto intitulado *A independência do Maranhão* publicado sem indicação de autoria na mesma edição podemos encontrar o seguinte trecho que apresenta de forma mais clara como o regime vintista era interpretado no Maranhão:

O Maranhão seria teatro das últimas lutas e o desfecho desse drama [a independência do Brasil].  
A pátria, a 2 de julho estava livre, mas mutilada ainda. Era preciso integrar no seu seio os membros mais distantes, que não eram menos amantes e amados. As províncias do norte escravizadas a Lisboa, seria isso a ameaça do retorno total ao colonialismo, ou pelo menos o dilaceramento ignominioso tanto para o todo quanto para o prolongamento cortado e mantido sob o império do Velho Reino (*Pacotilha*, n. 177, 28 jul. 1923, p. 6).

Como podemos perceber a partir dos trechos dos três jornais aqui apresentados, em especial o *Diário de S. Luiz e Pacotilha*, o vínculo entre a Revolução do Porto e a Independência se encontra dentro da vertente aqui chamada de clássica ou tradicional. Esta se caracteriza por apresentar a Independência como uma reação as atitudes recolonizadoras das Cortes. No caso específico dos três jornais, possivelmente por causa do ambiente comemorativo e de enaltecimento do festejo cívico tentou-se mostrar que o no Maranhão, pelo menos desde a Revolta de Beckman, como nos faz crer o autor de *NO DOCORRER DE 424 ANOS: Ligeira síntese histórica do Maranhão*, o “sentimento” de Independência já estava latente no Maranhão antes mesmo deste evento ocorrer.

### Considerações Finais

Conforme fora aqui apresentado, o dia 28 de julho de 1823 entrou para a História do Maranhão como a data da sua adesão a Independência do Brasil. Ainda que este momento represente a anuência formal da província ao Rio de Janeiro, todo esse evento se encontra inserido em um contexto maior marcado por ações por vezes negligenciadas pelo estado que se

montara a partir do século XIX. Entre estes podemos destacar a guerra ocorrida no interior da província e, com especial destaque para o presente trabalho, o novo ambiente constitucional que passou a vigorar a partir da adesão do Maranhão a Revolução do Porto.

A relação do Maranhão com o governo vintista foi apresentada ainda que de uma maneira breve na obra de quatro grandes nomes que analisaram esse tema: Vieira da Silva (1972), Meireles (1972), Pereira (1982) e Galves (2015). Estes de um modo geral seguiram a tendência da historiografia “nacional” sobre a relação da Independência e a Revolução do Porto. Assim enquanto para Vieira da Silva e Meireles, a vinculação do Maranhão ao governo liberal lusitano foi entendida como uma explicação para o “atraso” da união do Maranhão ao Brasil, já para Pereira e Galves a ligação entre os dois movimentos pode ser explicada também por outros motivos como por exemplo as razões econômicas.

Já no momento da efeméride do centenário da adesão, como se percebe nos três jornais aqui analisados, a relação da Revolução do Porto com a Independência é tratada pelo ângulo da interpretação tradicional. Assim nesses jornais se percebe que a Revolução do Porto foi pouco abordada. Isso se deve não apenas pro causa do tema da comemoração ser a adesão do Maranhão a Independência e não a Revolução do Porto, mas possivelmente por que a adesão ao governo vintista era visto como um motivo para o atraso do Maranhão a se juntar ao Brasil, algo que deveria ser silenciado em uma época de festejo cívico.

## Referências

### Fontes

*Diário de S. Luiz* - MA (1920-1949)

*Folha do Povo* - MA (1923-1927)

*Pacotilha* - MA (1910-1938).

### Bibliografia

ABRANTES, Elizabeth Sousa; MATEUS, Yuri Alhadeff Sampaio. Entre patriotas, libertadores e mercenários: as narrativas em disputa na historiografia da Independência no Maranhão. In:



ABRANTES, Elizabeth Sousa; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho; MATEUS, Yuri Alhadeff Sampaio (Orgs). **A Independência do Brasil nas Províncias do Maranhão e Piauí**. São Luís: Editora UEMA, 2023, p. 23-56

ARMITAGE, João. **História do Brasil desde a chegada da real família de Bragança em 1808, até a abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp. 1837.

BERBEL, Márcia Regina. **A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822)**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999.

GALVES, Marcelo Cheche. **“Ao público sincero e imparcial”**: **Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826)**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

GALVES, Marcelo Cheche. **Revolução do Porto e Independência: (des) conexões a partir da Província do Maranhão**. In: BORRALHO, José Henrique de Paula; BEZERRA, Nielson Rosa; GALVES, Marcelo. (Org.). **Pontos, contrapontos não desvendados: os vários tecidos sociais de um Brasil oitocentista**. São Luís: Café e Lápis / Editora UEMA, 2011, v. 1, p. 17-31.

MEIRELES, Mário. **História da Independência no Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1972.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

PEREIRA, Maria Esterlina Mello. **O processo de Independência e integração do Maranhão (1822-1828)**. 1982. 190 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. 1982.

PINTO, Lucas Gomes Carvalho. **A Revolução Liberal do Porto de 1820 na historiografia da Independência**. Revista TEL, Irati, v. 12, n. 1, p. 26-47, jan./jun, 2021.

PINTO, Lucas Gomes Carvalho. **A Revolução liberal do Porto no Maranhão: historiografia e livro didático de História**. 127 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.

VII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO  
MARANHÃO OITOCENTISTA/VII  
SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

1824/1964  
ENTRE  
REVOLUÇÕES  
E GOLPES

24-27 SETEMBRO / 2024



Uema  
UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO  
MARANHÃO

NEMOXIX

LOCAL: PRÉDIO DE HISTÓRIA DA UEMA - CENTRO

ROCHA, Antonio Penalves. **A recolonização do Brasil pelas Cortes: história de uma invenção historiográfica.** São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

SOSNOSKI, Thaisy. **Historiografia e Memória: Biblioteca do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972).** 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2013.

VIEIRA DA SILVA, Luís Antonio. (1862) **História da independência da província do Maranhão (1822-1828).** 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972 (Coleção São Luís, v. 4).

## ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DO GOVERNO COM OS EMPRESÁRIOS NO PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO RURAL NO OESTE MARANHENSE (1964-1971)<sup>1</sup>

Luziane Araujo Costa <sup>2</sup>

### Resumo

Os processos de expropriações e conflitos no campo maranhense e busca por ocupação desse território acontecem desde muitos anos, desde os períodos migratórios. Porém o presente artigo tem por objetivo evidenciar como que após a instauração do Golpe Civil-militar, tais processos ficaram mais intensos no que se refere as mortes, prisões, torturas, espancamentos expropriações dentre outros fatores que marcaram esse período no estado. Mais que isso, o artigo buscara expor as ações feitas pelo governo em benefício das empresas que estavam dispostas em fazer a exploração do campo, ou seja, as ações de governo e empresários em prol de objetivos em comum, a exploração e obtenção do capital. Essas questões poderão ser percebidas a partir da análise de duas leis estaduais sendo elas a lei de terras N° 2.979, de 17 de junho de (1969) “Lei Sarney de Terras” e da Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) criada em 1971. Buscando desse modo apresentar dois lados opostos: de um se tem os empresários em busca de terras baratas, para o desenvolvimento do agronegócio e enriquecimento próprio, o governo focado em vender as terras, visando a expansão do capitalismo agrário no estado. Do outro tem o pequeno lavrador, que necessita da terra, para viver.

**Palavras chaves:** Expropriação; camponeses; “Lei Sarney de terras”; COMARCO.

### Introdução

No século XX, especificamente na década de 60, inicia-se uma outra visão sobre o uso das terras Maranhenses, isso se dar pelo fato de que o Estado tinha por objetivo sua modernização por meio do setor primário, sendo ele o campo maranhense. Esse processo de ocupação dessas terras se deu por meio das expropriações que, por sua vez, aconteciam com a

<sup>1</sup> A produção do presente artigo contou com a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Piccolo Almeida Chaves, professora\ pesquisadora na UEMA.

<sup>2</sup> Graduanda em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), sobre fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), integrante do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), e-mail para contato: [luzianearaujocosta043@gmail.com](mailto:luzianearaujocosta043@gmail.com).



ação das grilagens. Porém, como bem pontua Durkheim, “antes de examinar os fatos, convém examinar o sentido das palavras”.

Segundo Morais, 2018 “a categoria expropriação tem sido utilizada nas literaturas contemporâneas brasileiras que seguem um referencial marxista para compreender os processos que destroem os direitos da classe trabalhadora no contexto de exploração capitalista”, o que acontece no estado é justamente isso, pois antes esse território era tido como uma “terra liberta”, que acolhia os imigrantes que vinham de diversas regiões em busca de terra para morar: “desde meados do século XIX registra-se a chegada de nordestinos ao Maranhão, principalmente em tempos de seca. Entre as décadas de 1930 e 1960, as migrações dirigidas ou “espontâneas” intensificam-se” (Ferreira, 2019, p. 343).

Contudo, a partir do golpe Civil-militar de 1964, o que se percebe são ações violentas que passam a acontecer nesse território, o que até então era conhecido como áreas de acolhimento para quem nela desejava morar e plantar, passaram a ser “áreas expulsórias”, que ficaram marcadas pelo sangue, consequências dos grandes conflitos entre grileiros e camponeses.

Assim, como forma de recuperação das especificidades históricas do Maranhão, esse artigo recorre aos pressupostos da História local, em constante diálogo com o cenário nacional, uma vez que a ditadura acarretou acontecimentos de forma sistemática em todo território nacional. Porém, para bem compreender esses acontecimentos, é necessário um estudo de casos com esse recorte com o enfoque no Maranhão. Dentre as décadas de 1960 e 1980, o Maranhão foi um dos estados que mais registrou casos de conflitos e assassinatos entre camponeses, por meio do processo de grilagem.

Uma história, entre outros adjetivos, será uma história local no momento em que o “local” torna-se central para a análise, não no sentido de que toda história deve fazer uma análise do local e tempo que contextualiza seus objetos (o que é pressuposto de toda História), mas no sentido de que o ‘local’ implica aqui uma referência a uma cultura ou política local, a uma singularidade regional, a uma prática que só se encontra aqui ou que aqui adquire conotações especiais a serem examinadas em primeiro plano. Pode-se dar ainda que, na História Local, o local se mostre como o próprio objeto de análise, ou então

que se tenha em vista algum fator mais transversal à luz deste ‘local’, desta ‘singularidade local’ (Barros, 2022, p. 26).

A grilagem, por sua vez, é uma das formas de expropriação mais utilizada no Maranhão, que se manifesta na tomada dos territórios, tornando-os propriedades do estado, essa ação acontecia das seguintes formas: terras que foram tomadas, normalmente, usando-se de violência, para especulação ou reserva de valor; terras tomadas e destinadas a atividades agropecuária; terras que foram tomadas por um herdeiro longo do dono que, ao possuir títulos antigos da terra, expulsava os comunidades que se formavam com o tempo; terras como objeto de grilagem cartorial, falsificação de títulos e documentos em cartórios; terras indígenas invadidas por empresas ou fazendeiros.

O estado ocupou papel principal dentro dessas problemáticas, pois o mesmo criou projetos que visavam a privatização da terra, isso se iniciou a partir da criação de rodovias, que, com a abertura de novas estradas, facilitou o acesso a esses territórios. Por isso, o processo migratório para terras devolutas ou territórios indígenas acabam por ficar mais intensos, possibilitando também a entrada das empresas nesses espaços, “a terra passa a ser monopólio de grandes grupos financeiros, de empresários e de grileiros, a luta pela terra ganha intensidade e o estado se apressa em demarcar propriedade” (Luma, 1985, p. 56).

Metodologicamente, esse artigo foi produzido primeiramente a partir de análises bibliográficas acerca do período ditatorial em um contexto mais geral e também regional, tendo em vista que o seu principal objetivo é problematizar e compreender o motivo pelo qual durante a Ditadura Civil-militar, os conflitos agrários ficaram mais intensos no campo maranhense.

Foi analisada, além disso, a “Lei Sarney de Terras”, a resolução da COMARCO e algumas documentações do SNI, a fim de buscar evidenciar como as ações do governo por meio de seus programas tinham como objetivo a “modernização” do estado por meio do uso das terras, e como isso acabou afetando a vida dos camponeses e ocasionado em conflitos.

Portanto, esse artigo está dividido em três partes: A primeira analisa o contexto em que o Brasil se encontrava durante esse período, e como isso influenciou na chegada de José Sarney

ao governo do estado. A segunda analisa as determinações e impactos da lei de terras e do COMARCO, e a terceira trará as considerações finais acerca do que foi trabalhado no artigo.

### **Chegada de José Sarney ao poder “Maranhão Novo” e seus programas governamentais**

Para compreender o processo de chegada do Sarney ao poder é necessário entender o contexto que o País se encontrava e como se deu a influência da ditadura na eleição de Sarney para governo do estado do Maranhão, sobretudo em relação ao importante apoio de Castelo Branco ao candidato.

Segundo Skidmore, dentre os meses de março e abril as coisas ficaram mais difícil para o lado do à época presidente João Goulart:

Foi ao amanhecer de 1.º de abril de 1964. Na véspera o presidente João Goulart viajara para o Rio ignorando que o país já estava mergulhado na crise que poria fim ao seu governo. Logo cedo, no Palácio Laranjeiras, onde pernottara, recebeu de seus assessores imediatos a informação de que unidades revoltadas do Exército estavam marchando rumo ao Rio de Janeiro para depô-lo (Skidmore, 1988, p. 19).

É interessante analisar a forma como Skidmore (1988), coloca a ligação entre militares e civis, como se um grupo necessitasse do apoio do outro. Os civis conquistam a simpatia dos militares, e estes usufruíram do poder de persuasão dos primeiros, pois era algo que essencial para a tomada do governo. Um dos fatores que eles tinham para ir contra o governo de Goulart foi se convencer de que o então presidente estaria transformando o Brasil em um país socialista, indo contra os traços tradicionais.

Percebe-se que antes de ocorrer a instauração de fato do golpe e passarem a governar o país, os civis e os militares já analisavam sobre o que lhes deixavam desconfortáveis, viam a forma de organização de grupos como os sindicatos de trabalhadores, lideranças dos trabalhadores rurais, organizações de professores e alunos, como grupos comunistas, e que estes estaria ameaçando os valores do país. Com a instauração do golpe, uma das primeiras medidas foi o fechamento dos sindicatos, não é à toa que aconteceu também uma grande perseguição contra os camponeses, estimulando assim os conflitos agrários.



O primeiro presidente ditatorial foi o general Castelo Branco, respeitado pela sua trajetória militar. Ele foi escolhido para ser o primeiro entre os cinco que governaram o país durante os longos 21 anos de Ditadura Civil-militar. Ressalto ainda que os presidentes desse período não foram eleitos pelo voto do povo, pois o congresso nessa época foi fechado, então os presidentes militares eram eleitos por eles mesmos. Uma das primeiras medidas desse presidente foi a perseguição àqueles considerados inimigos políticos “subversivos” através do Inquérito Policial Militar (IPMs).

Castelo Branco também foi muito atuante em relação aos Atos Institucionais, exemplo disso é o ano de 1965 quando ele cria o Ato Institucional Número Dois (AI-Nº 2), dentre os impactos que esse ato ocasionou cito, a saber: o fechamento do congresso nacional e assembleias, os presidentes que seriam eleitos de forma indireta, e a criação de Ordem Política e Social (DOPS). Ênfase ainda que o período ditatorial foi governado por cinco militares, além de Castelo Branco teve Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueredo.

No ano de 1965, ocorre no estado as eleições para governador. Nesse momento a figura de José Sarney ganha projeção, fazendo-o um forte candidato a ocupar o cargo. Porém vale a pena analisar o processo de chegada dele até a vitória. Pois seu processo de campanha até a chegada ao poder foi marcado pelo discurso de modernização, progresso e desenvolvimento, não à toa essa trajetória ficou marcado como “Maranhão Novo”.

Sarney fez, ao longo de sua campanha, certas críticas ao grupo que, até então, tinha o poder. Trazia críticas sobretudo a Vitorino Freire, o Maranhão precisava sair da “Oligarquia<sup>3</sup> Vitorinista”, esse governo atrasado e rudimentar, para que esse Maranhão velho pudesse se renovar com o seu governo, tornando-se assim, um Maranhão novo.

Porém, José Sarney inicia sua trajetória política estando ao lado dessa “oligarquia” vitorinista. A inserção de José Sarney na política regional se deu, num primeiro momento, a partir do grupo do senador Vitorino Freire, chefe oligárquico do Maranhão por cerca de vinte

<sup>3</sup> Desde a sua origem na Grécia, o termo oligarquia carrega consigo um juízo de valor negativo, significando não só “governo de poucos”, mas também um “governo viciado” impuro e nocivo.

anos (1946/1965). Contudo, ele acaba se opondo a esse governo e se filiando a União Democrática Nacional (UDN), “José Sarney foi uma flor, plantada e cultivada no palácio dos leões: apenas uma criatura (José Sarney) engoliu o criador (Victorino Freire)” (Costa, 2015, p. 193).

José Sarney é fruto da ditadura, isso se evidencia na eleição de 1965, quando o governo federal, que tinha nesse momento o general Castelo Branco como presidente, apoiou a sua campanha.

O governo Castelo Branco (1964-1967) apoiou a candidatura do então deputado federal José Sarney (União Democrática Nacional-UDN) ao governo do Maranhão, interessado em afastar os representantes da política tradicional do Partido Social Democrático (PSD) dos centros de decisão política, representado por Vitorino Freire no estado, que indicou e elegeu todos os governadores do Maranhão entre 1947 e 1964. José Sarney conquistou votos entre os lavradores, com promessas de mediação nos conflitos de terra e de acabar com as fraudes eleitorais do seu adversário (Borges; Anjos, 2021, p. 74).

Percebe-se que além do seu discurso, Sarney tinha alguns aliados bem importantes naquele momento em que o Brasil se encontrava, nesse período de ditadura o governo daria mais apoio aos candidatos aliados a partidos mais conservadores, exemplo disso é a própria UDN. Além do apoio de Castelo Branco, Sarney tinha ainda, o apoio da própria imprensa Maranhense, como o Jornal Imparcial que publicava incansavelmente matérias positivas sobre o governo de Sarney, por se tratar de um estado que necessitava de melhorias em diversos setores, suas publicações levavam ao público apenas aquilo que a ditadura buscava que fosse propagado.

Sustenta-se a hipótese de que o jornal O Imparcial foi de suma importância para o primeiro ano do seu mandato, trabalhando para ajudar a direcionar as camadas populares a tomarem para si um projeto político econômico classista, que na verdade não as representava. Com seu grande poder de persuasão, esse aparelho privado de hegemonia consegue construir na sociedade civil o consenso em torno do governo como sendo de caráter “popular”. Pautado no projeto político econômico-econômico “desenvolvimentista” do governo federal, o qual o governo Sarney será consoante, o periódico apresentará reportagens bastante animadoras quanto aos investimentos trazidos para o

estado, enfatizando o protagonismo do novo governador nessas “conquistas” (Bittencourt, 2022, p. 251).

Candidato	Número de votos	%
José Sarney	121.062	49
Costa Rodrigues	68.560	28
Renato Archer	36.103	14
Nulos e brancos	21.431	9
Total	247.157	100

TSE, eleições para governador do maranhão, 1965

Desse modo, José Sarney chega ao poder e sua bandeira de progresso acompanha-o durante todo seu processo político. Em análise ao filme de Glauber Rocha “Maranhão 66”, é possível perceber esses aspectos e mais que isso seus interesses sobre o solo maranhense.

O maranhão não suporta mais, nem queria, o contraste de suas terras férteis, de seus vales úmidos, de seus babaçuais ondulantes, de suas fabulosas riquezas potenciais [...] e situação de pobreza das famílias maranhenses onde a miséria, a angústia, a fome e o desespero que não levam a lugar nenhum senão ao estágio em que o homem de carne e osso é o bicho de carne e osso [...] O Maranhão não quer a desonestidade no governo, a corrupção nas repartições e nos despachos. O Maranhão não quer violência como instrumento da política para banir direitos os mais sagrados que são os da pessoa humana.

Esse discurso, embora mostre que o então governador iria trabalhar em prol de melhorias para a sociedade, acaba na prática indo contrário ao que suas palavras diziam, afinal não se pode negar que durante esse período muitos foram os projetos que buscavam o desenvolvimento do estado com a ajuda do presidente, porém essa luta e busca por modernização do estado acaba beneficiando apenas a classe alta da sociedade.

Se por um lado, o governo Castelo a significou a vitória do grupo Sarney na disputa Intraoligárquica, por outro lado ele também significou a retomada do discurso desenvolvimentista, agora incorporando a megalomania dos militares. Era o momento do “Grande Maranhão para todos”, da euforia coma implantação do programa Grande Carajás, que representava a “redenção” do



Maranhão, com a criação de 1 milhão de empregos em todo o estado, conforme apregoava a propaganda oficial (Costa, 2015, 206).

Muitos foram os incentivos fiscais destinados ao estado, pois Sarney objetivava esse desenvolvimento por meio do setor primário, o que ocasionou em muitos conflitos entre estado, empresa e camponês. Desse mesmo modo, é interessante notar que Sarney mesmo antes de se tornar governador já tinha planos para o campo maranhense, isso é perceptível em uma entrevista que ele concede ao jornal tribuna da imprensa em 1959 ao ser o deputado federal mais bem votado com 17.189 votos. “Acredito que só um programa de industrialização imediata, de mecanização da lavoura e da reforma do regime agrário poderia modificar a atual situação” (Piccolo, 2015, p. 73).

Portanto essas palavras concretizam, no ano de 1969, com a implantação da lei nº 2.979, de 17 de junho de 69, lei essa que ficou conhecida como a “Lei Sarney de terra”. Com ela José Sarney inicia o seu plano do desenvolvimento econômico maranhense, voltado para o setor agrário, que mais tarde ele batizará como “milagre maranhense”.

O poder público passa a proceder o que chamou de “ocupação racional e ordenada das terras disponíveis”, visando a atrair para o estado, “grupos empresários com sólida situação financeira e com experiência empresarial” proporcionando a elevação do padrão de tecnologia utilizada no setor primário. Essa ocupação “racional” objetivava, segundo os planos oficiais, disciplinar o espontaneísmo da fronteira agrícola, ao mesmo tempo que promoveria uma “modernização” do setor primário (Luma, 1984, p. 58)

### **Determinações e impactos da Lei de Terra e da COMARCO**

Em análise sobre a Lei de Terras o que se percebe é que ela é um tanto contraditória, pois ao mesmo tempo que tem artigos que mostram que o estado é “contra” a formação de latifúndios e “visava” o bem das famílias que já moravam nessas terras, ela também buscava beneficiar empresas que estivessem dispostas a fazer a exploração do solo Maranhense. Buscando evidenciar esses aspectos irei expor alguns desses artigos dessa lei, sendo eles aos artigos 10, 11, 13 do código II e artigo 17 do código III.

Art-7. No caso de apresentação de diversos requerimentos de pessoas físicas para áreas contíguas e cujo objetivo seja incorporação em sociedades anônimas para exploração agropecuária, florestal ou extrativa, o conjunto desses requerimentos deverá ser encaminhado ao departamento de desenvolvimento agrário, juntamente com o anti projeto de aproveitamento envolvendo a área total do qual deverá indicar as fontes dos recursos mediante os quais serão implantadas as atividades programadas.

Art-10. A utilização das terras do domínio estadual visa primordialmente a melhor distribuição de riquezas entre seus habitantes, vedada em qualquer hipótese a formação de latifúndios.

Art-11. É função do estado assegurar a utilização de suas terras aos que nelas moram e trabalham sendo nulos os atos possessórios praticados a revelia do poder público em prejuízo dessa utilização.

Art-13. O estado somente concederá gratuitamente terras do seu domínio quando ficar demonstrada a necessidade de sua cooperação com empreendimentos de relevante interesse social com iniciativa pioneira na economia da região (Maranhão, Lei de Terras, 1969).

Desse modo, percebe-se a contradição da lei e é a partir dela que os conflitos, as expropriações por meio da grilagem passam a ficar mais intensos. Uma dessas primeiras lutas entre empresários e camponeses é justamente contra o gado, pois com a implantação de projetos agropecuários percebe-se uma substituição das lavouras das famílias pelo pasto e do homem pelo gado, sendo que estes tiveram que cercar suas roças para o gado não comer as suas plantações. Por vezes devido à grande frustração esses lavradores matavam os gados, e assim vai se instaurando uma grande disputa entre o pequeno produtor e os agropecuários “Fogo no gado. O gado está comendo roça e mais ainda: a carne é pra dividir em pé de igualdade com trabalhadores que tiveram prejuízo” (Conceição, p. 111).

Com os incentivos fiscais feitos tanto pela SUDAM (superintendência de desenvolvimento da Amazônia) quanto pela SUDENE (Superintendência de desenvolvimento do nordeste) aumentaram ainda mais a disputa pelas terras por parte das empresas e a perda dessas terras por parte dos camponeses, vale ressaltar ainda que quando se trata de ocupação de

terras é comum ler em certos documentos que essas terras que estavam sendo ocupadas eram “Terras livres”, quando na verdade elas já eram ocupadas, seja pelos indígenas, pelos posseiros ou pelos próprios camponeses.

Com efeito, após a implementação da Lei Sarney de Terras, o território Maranhense passou a ser fortemente caracterizado por áreas “Expulsórias” do campesinato, em virtude de um movimento acelerado de privatização da propriedade da terra, concentração fundiária e pecuarização em larga escala, especialmente nas zonas de ocupação recente do Maranhão, e que tendia a se disseminar pelo leste amazônico. Aos poucos, a terra que era livremente usufruída pelos camponeses foi assumindo valor de mercado, gerando uma reordenação do espaço territorial maranhense (Barbosa, 2019, p. 153)

Todo esse desenvolvimento econômico vai beneficiar apenas as grandes empresas que acabaram comprando grandes hectares de terras, por preços baixos, financiadas por bancos estatais. Percebe-se, que a Lei de Terras institucionalizou, de forma rápida e violenta a grilagem no Estado, devido a essa emergência de desenvolvimento e grande demanda de vendas de terras.

Vale destacar ainda que algumas categorias da Lei de terras vão colocar estas áreas como “Terras livres”, quando elas eram, na verdade, terras bastante ocupadas, seja por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e posseiros. E como estes não eram vistos como pessoas que iriam beneficiar o atual governo com o desenvolvimento econômico, elas vão ser invisibilizadas. Em concordância com Asselin, 1982 “a mentalidade dessa lei era dizer que só os capitalistas iriam desenvolver o Estado, pois o lavrador maranhense é atrasado e rudimentar. É a mentalidade de que a empresa deve ocupar as terras e o lavrador deve ser o peão”.

O Oeste Maranhense foi muito impactado com essas ações durante esse período e a luta foi pela permanência na terra. É necessário ressaltar que, por mais que essas leis priorizassem apenas aos que tinham condições de trazer grandes empreendimentos para o estado, esses camponeses foram sujeitos ativos nessa luta pela permanência e contra a invasão do gado. Além disso, havia aqueles que acabavam se aliando aos próprios fazendeiros e cooperavam para os processos de grilagem.



Com os mesmos planos de modernização, no ano de 1971 foi criada a companhia maranhense de colonização (COMARCO), pensada também sobre consequências da Lei de Terras de 1969, pois embora ela tenha sido colocada em ação no governo de Pedro Neiva de Santana, ela foi fruto da própria Lei de Terras, sendo ambas planejadas por José Sarney. A COMARCO objetivava coordenar a política de colonização do campesinato, com a linha de pensamento sobre a ocupação de “terras livres” de forma burocrática. Visando também acelerar a legalização das terras, o que levou milhares de camponeses a perderem suas terras devido a não legalização. Esses objetivos estão explícitos na própria resolução do órgão:

Essa resolução estabelece as normas para seleção de candidatos a aquisição de áreas de terras rurais para a implantação de empreendimentos econômicos considerados de interesse para o desenvolvimento do Estado e o processo de alienação desses imóveis (Resolução da COMARCO, 1971).

Esse órgão, além de seus projetos que visava a ocupação das “Terras livres”, agia de outras formas a fim de causar o interesse dos empresários para o estado. Uma dessas formas era o uso de propagandas, colocando as terras à venda. Valores de muitos hectares por preços baixos somada a boas condições de pagamentos, além de outras ações irregulares havia a venda de um número maior de hectares além do que era previsto na lei. Essas ações irregulares foram analisadas pelo próprio Sistema Nacional de informações (SNI)<sup>4</sup>, que no ano de 1978 fez um documento<sup>5</sup> descrevendo tais ações irregulares, dentre elas o documento coloca:

Alienação de terras a terceiros sem que fosse procedida a necessária ação discriminatória, gerando focos de tensão social e causando a impugnação dos registros de terra.

Infringência da resolução do senado federal que limita a 25.000 hectares a alienação de terras para cada pessoa jurídica, pois vários grupos de econômicos mediante o artifício de batizar suas empresas com denominações

<sup>4</sup> O SNI foi criado no ano de 1964, momento em que a linha dura agia de maneira assistemática, ou, para dizê-lo cabalmente, fase em que inexistia o sistema de segurança que se implantaria formalmente cerca de cinco anos depois [...] ele era, na verdade, precipuamente um órgão de informações. Essa é uma distinção básica para um entendimento histórico mais refinado, como já foi notado por importantes estudiosos do período (Fico, 2001, p. 42)

<sup>5</sup> Essa documentação do SNI foi encontrada no sistema de informação do arquivo nacional (SIAN) o acevo está disponível no endereço: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado\\_pesquisa\\_new.asp](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp).

deferentes lograram adquirir terras contiguas, ultrapassando cerca de quatro vezes a mais o limite de área permissível pela supramencionada resolução.

Preços de vendas das terras consideradas bastante baixos somado a grande facilidade nas condições de pagamento (SNI, problemas políticos, administrativos e de terras no Maranhão, 1978, p. 4).

Assim, esse órgão foi uma outra forma de o estado fazer a legitimação sobre as terras, tornando-as locais de conflitos e expulsões. Percebe-se que no seu discurso de posse Sarney cita que “o maranhão não suporta mais, nem queria, o contraste de suas terras férteis, de seus vales úmidos, de seus babaquais ondulantes, de suas fabulosas riquezas potenciais”, sendo estes um dos setores mais atingidos pelas suas ações, o que ocasionou na expropriação até mesmo dos babaquais, recurso importante para a economia das quebradeiras de coco.

Cabe lembrar que houve preocupação por parte do governo Maranhense no início dos anos de 1960, em garantir o uso exclusivo das palmeiras de babaçu com um projeto de lei apresentando a assembleia legislativa, dispondo sobre a desapropriação dos babaquais no estado (Barbosa, 2019, p. 155)

O que se vê, portanto, é que tais determinações causaram grandes impactos e suas consequências são percebidas até os dias atuais, seja nas pessoas que perderam suas casas ou foram torturadas, e no próprio campo que deixou o Maranhão como um dos principais estados que foram marcados por conflitos agrários.

### **Considerações Finais**

O objetivo desse artigo foi apresentar quais os impactos da Ditadura Civil-militar no estado do Maranhão, buscando compreender suas particularidades fazendo desse modo um estudo local. Para bem o fazer, foi necessário analisar o governo naquele período quais seus objetivos e por meio de quais leis ele visou conquistá-los.

Em 1969, Sarney implanta a Lei de Terras, que acaba ficando conhecida como, a “Lei Sarney de Terras”, fundada com o intuito de promover a modernização do setor agrário, no estado. Porém em consequências disso foi possível perceber que o pequeno produtor rural,

acaba sendo extremamente prejudicado por essas ações, uma vez que ele acaba perdendo o direito de viver nas terras que até então eram a sua moradia e a sua forma de se sustentar.

O governo utiliza-se das terras para o desenvolvimento do capitalismo no estado, vendendo as mesmas para grandes empresas por preços baixos, terras essas que serão postas como “livres”, mas que porém elas já eram ocupadas por inúmeras famílias, tanto de indígenas, quanto de quilombos e pequenos camponeses, mas que serão invisibilizados por órgãos como a COMARCO, que, por sua vez, incorporou com seu capital milhões de hectares de terras, possibilitando a entrada de empresários nessa área, excluindo os camponeses com o projeto de expropriação e de grilagem, principalmente na região oeste Maranhense, que engloba a região do Vale do Pindaré.

Em concordância com Asselin (1981), essa invisibilidade irá acontecer porque principalmente, essas pessoas são vistas pelo governo como, pessoas atrasadas, que não pode contribuir com nenhum desenvolvimento, que não seja com a mão de obra sendo peão das grandes empresas que iriam desenvolver ali o sistema do agronegócio, pois é certo de que enquanto grupos econômicos não interessassem em uma área, dificilmente haveria ali conflitos agrários.

### Referencias

ASSELIN, Victor. **Grilagem: Corrupção e violência em terras do Carajás**. Petrópolis: Vozes, 1982.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres de babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais do Maranhão**. São Luís. EDUFUMA, 2019.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Ocupações de terras maranhenses, grandes projetos e planos de governo. In: Ferreira. Marcia Milena Galdes; Ferreras Noberto O.; Rocha. Cristiana Costa da. (Org). **Histórias sociais do trabalho, uso da terra, controle e resistência**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.



BARROS, José D'Assunção. **História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço**. Revista Tamoios, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, 2022. DOI: 10.12957/tamoios.2022.57694. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/57694>. Acesso em: 27 ago. 2024.

BEZERRA, dos Santos. Frednan; Tavares, João Claudino. **Questão Agraria e Violência no Maranhão: Grilagem, Colonização dirigida e a luta dos trabalhadores**. Revista de políticas públicas, vol. 20, núm. 1, January, 2016, pp, 361-381. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil.

BITTENCOURT, Drielle Sousa. **“Maranhão Novo”: o primeiro ano do governo de José Sarney (1966) através do jornal o Imparcial**. In: PICCOLO, Monica; MONTEIRO, Fábio Henrique (Org). Agentes, e imprensa na construção e dinâmicas dos regimes ditatoriais contemporâneos, São Luís: EDUEMA, 2022.

COSTA, Wagner Cabral. **Do “Maranhão novo” ao “novo tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão**. In: BARROS, Antônio Evaldo Almeida; JUNIOR, Reinaldo dos Santos Barros; BARBOSA, Viviane de Oliveira; NERIS, Cidinalva Silva Camara; SALES, Tatiana da Silva; NERIS, Wheriston Silva (Org). Histórias do Maranhão em tempos de Republica, São Luís: EDUFMA, 2015.

DURKHEIM, Émile. O suicídio: estudo de sociologia. Tradução de Monica Stahel. São FICO, Carlos. **Como eles agiam**, Record, Rio de Janeiro, 200.

FRANCO, Thiago. **Maranhão 66: Posse do governador José Sarney**. Glauber Rocha. Disponível em [https://youtu.be/hDRtFYjOtCY?si=yulCC1u\\_7ol7NSHO](https://youtu.be/hDRtFYjOtCY?si=yulCC1u_7ol7NSHO) .

GALDEZ FERREIRA, M. M. Rumo ao Maranhão: teias migratórias e memória dividida. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 342–374, 2020. DOI: 10.36449/rth.v23i2.20710. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/20710>. Acesso em: 20 dez. 2024.

LUNA, Regina Celi Miranda Reis. **A Terra era liberta: um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré-Maranhão**. São Luís, UFMA/Secretaria Educação Ma, 1984.

NERY DE SOUSA, Karina Borges Diaz; DOS ANJOS, José Carlos Gomes. **Modernização por expropriação: A ditadura civil-militar no Vale do Pindaré-MA**. Em Tempo de História, Brasília, 2021.

NETO, Roberval Amaral. **“Lei Sarney de Terras”:** Conflitos fundiários e resistência camponesa no oeste maranhense nas décadas de 1970 e 1980. ANPUH-BRASIL-30º Simpósio nacional de história- Recife, 2019. Disponível em <[https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564957352\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564957352_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf)>. Acesso em 15 de dezembro de 2023.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **A ditadura que mudou o brasil – 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 2014. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2014.89020>. Acesso em 14 de agosto de 2024.

Paulo: Martins Fontes, 2000.

PEREIRA, Clarice dos Santos. **Os dispositivos legais e a centralidade da questão agrária na ditadura Civil-militar brasileira**, In: PICCOLO, Monica (Org). Ditaduras contemporâneas: ação, resistência e acaso, São Luís: EDUEMA, 2022.

PICCOLO, M. **O Sarneísmo rumo ao poder:** disputas eleitorais e o projeto 'Maranhão Novo'. In: PICCOLO, Monica; SULIDADE, Mariana. (Org.). O Maranhão republicano em foco: estado, imprensa e historiografia. 1ed.São Luís: Eduema, 2015, v. 1, p. 67-84.

Sistema Nacional de Informação. Disponível em <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp>

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo e Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

## O ENSINO DAS DITADURAS LATINO-AMERICANAS NO MARANHÃO: REFLEXÕES PARA UMA FORMAÇÃO CIDADÃ

Marcos Vinicius Ferreira Trindade<sup>1</sup>

### Resumo

O ensino sobre as Ditaduras que ocorreram no continente americano durante a segunda metade do século XX configura-se como um campo de disputa e permite, dentro do contexto da Educação Básica, a promoção de sentido prático aos sujeitos inseridos no processo de ensino-aprendizagem. Para este estudo, temos como objetivo principal refletir como o ensino sobre as Ditaduras latino-americanas, o ensino de História das Américas e do Maranhão são percebidos em duas escolas: a primeira localizada na zona rural da cidade de Rosário (MA) e a segunda, na zona urbana de São José de Ribamar (MA). Analisamos também como a temática está disposta em dois atuais referenciais que orientam a educação, a saber: Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA), referencial curricular de origem deste estudo. Apoiados em autores como Azevedo; Lima (2011), Burke (1991), Candido (2011), Chartier (1990), Pesavento (2003), Rüsen (2010), Strejilevich (1996), Tapajós (1977), Valdés (1979), entre outros, propomos a análise da temática por meio da reflexão, da construção de saberes históricos e da percepção das representações sociais (Chartier, 1990) e das experiências do homem no tempo (Ricoeur, 2010), de modo que resultem de forma significativa na formação dos discentes.

**Palavras-Chave:** Ensino de História; História das Américas; Ditaduras latino-americanas.

### Introdução

Em recente texto, Carine Dalmás (2023, p. 79) levanta o seguinte questionamento: “Por que devemos ensinar a história da América Latina na educação básica maranhense?”. A pergunta parte da construção efetiva de um campo de pesquisa sobre História da América Latina no meio acadêmico do Estado do Maranhão, construção esta que ganha robustez principalmente a partir das pesquisas de integrantes do Núcleo de Estudos de História das Américas

<sup>1</sup> Aluno de Doutorado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST/UEMA). Mestre em História pela mesma instituição, Especialista em Metodologia do Ensino Superior (CEMES/UFMA), licenciado em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Licenciado em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). Atualmente é Professor de História – Anos Finais da Rede Municipal de Educação de Rosário/MA e da Rede Municipal de Educação de São José de Ribamar/MA. E-mail: [marcostrinde@gmail.com](mailto:marcostrinde@gmail.com).



(NEHA/UEMA)<sup>2</sup> e que são peças fundamentais para o direcionamento e para a aplicabilidade das propostas didáticas sobre América Latina em aulas de história da educação básica.

A partir desta pergunta inicial, formulamos também o porquê de insistir na tentativa de utilizar textos literários como fontes históricas, principalmente quando estamos diante de uma geração que não possui o hábito de ler e compreende, por vezes, de forma equivocada os temas sensíveis, como por exemplo, a temática deste trabalho: as ditaduras civis-militares que ocorreram na América Latina na segunda metade do século XX. Ademais, percebemos as velhas adversidades que ainda persistem, como a discrepância entre a quantidade de conteúdos sobre a Europa e conseqüentemente a maior carga horária para os temas deste continente, o que dificulta a construção de identidades no território dos discentes e o reforço da ideia de separação entre Brasil e o resto da América Latina, como se não existissem problemáticas comuns no território americano.

Em uma sociedade em que o ato de educar é desafiador e a escolha do conteúdo, do procedimento metodológico e dos recursos exigem desenvoltura e domínio de professoras (es), é imprescindível definir a intenção didática a ser atingida com o saber histórico que está em construção. Dessa forma, a escolha de materiais e outros instrumentos que compõem uma aula devem permitir que os discentes questionem e problematizem o conhecimento para entender a relação passado-presente.

Este texto analisa as atividades que desenvolvemos a partir de uma perspectiva literária como uma abordagem possível nas aulas de história para se pensar a interdisciplinaridade, uma vez que a história, enquanto disciplina, não dever ser vista apenas como a guardiã das tradições que segue “às regras impostas por um código curricular” (Abud, 2011, p. 170), mas também de

---

<sup>2</sup> Conforme informações retiradas do Currículo Lattes da Fundadora e Coordenadora do NEHA, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carine Dalmás, “criado em 2015, o NEHA tem o objetivo de proporcionar as condições teóricas e metodológicas necessárias para o desenvolvimento de pesquisas sobre a História das Américas na UEMA [...] abarca trabalhos que analisam problemas relacionados à circulação de ideias e conhecimentos em diferentes sociedades e épocas da história contemporânea do continente e voltados ao Ensino de História das Américas. No conjunto, os estudos se inserem no cruzamento dos campos da história política renovada e da história intelectual em constante diálogo com a história da cultura”.

forma que sejam percebidos também tópicos que fogem dos grandes nomes e feitos segundo o viés da História Política.

Desse modo, é imprescindível a renovação no ensino de história e cabe também às professoras (es) estimular os discentes para que ocorra a aproximação destes com suas realidades, incorporando uma reflexão crítica indispensável para se construir uma visão de mundo mais plural e a dimensão que o conhecimento histórico assume na compreensão de seu contexto social.

Os textos literários ajudam nesta perspectiva, principalmente quando a ideia de Antonio Candido é inserida no contexto: as percepções que os textos literários são direitos essenciais ao homem, bens que definem o cotidiano dos indivíduos e configuram-se como poderosos instrumentos de instrução e educação, capaz de assumir um papel formador de personalidades, porque faz viver (Candido, 1988; Trindade, 2022). É o que veremos na próxima seção.

### **Experiências sobre o ensino das ditaduras latino-americanas na Educação Básica maranhense**

Partimos da reflexão sobre como as ditaduras civis-militares na América Latina são percebidas por meio de textos literários, e conseqüentemente sobre o ensino de História das Américas no Maranhão, a partir de duas realidades escolares: a Unidade Integrada Januário Carvalho, localizada na zona rural da cidade de Rosário (MA) e a Escola Municipal Governadora Roseana Sarney, localizada na zona urbana de São José de Ribamar (MA). Para esta análise, utilizamos as obras *Em câmara lenta* (1979), de Renato Tapajós; *Tejas Verdes: diário de un campo de concentración en Chile* (1978), de Hernán Valdés e *Una Sola Muerte Numerosa* (1996), de Nora Strejilevich e contamos com a participação de 78 discentes.

Com a utilização destas obras, possibilitou-se que os discentes percebam o lugar de atuação de quem escreve determinado texto, o imaginário da época e seu contexto histórico, expandissem seu repertório e tivessem contato com instrumentos que ajudam na construção do conhecimento histórico, conforme apontam Crislane Barbosa Azevedo e Aline Cristina Silva Lima:

Qualquer fonte extra, relacionada ao que está sendo estudado, trabalhada de maneira problematizadora e com a devida orientação docente, de certo, contribuirá para que o aluno desabsolutize informações, e, em decorrência disso, reflita sobre o que está estudando em sala de aula, perquirindo os meios informativos com as quais se depara (Azevedo; Lima, 2011. p. 58).

Derrubar a barreira que coloca as disciplinas escolares em completo isolamento significa romper com estruturas tidas como únicas, além de valorizar as conjunturas imprescindíveis para a percepção dos homens como sujeitos históricos pertencentes ao seu lugar social. Ao propiciar o uso de textos literários, evidenciamos a interação entre saberes e ampliamos a ideia de fontes históricas, pois permite perceber que o texto literário não é uma descrição imediata do real, mas sim um produto artístico que tem raízes no social (Sevcenko, 1999).

Por meio da definição de Sevcenko exposta acima, notamos o cuidado teórico-metodológico que devemos ter ao utilizar o texto literário como fonte histórica, pois aquele é uma representação (Chartier, 1990) que deve ser analisado a partir das visões sociais e do testemunho histórico que é percebido no texto. Com esta valorização para a compreensão do passado, percebemos as potencialidades metodológicas para descortinar aspectos das estruturas históricas presentes, conforme aponta Peter Burke:

Fazer outra história, na expressão usada por Lucien Febvre, era, portanto, menos redescobrir o homem do que, enfim, descobri-lo na plenitude de suas virtualidades, que se inscreviam concretamente em suas realizações históricas. Abre-se, em consequência, o leque de possibilidades do fazer historiográfico, da mesma maneira que se impõe a esse fazer a necessidade de ir buscar junto a outras ciências do homem os conceitos e os instrumentos que permitiriam ao historiador ampliar sua visão do homem (Burke, 1991, p. 4).

É evidente que o tempo de aula na educação básica é um fator que pode comprometer o andamento das atividades, uma vez que, por conta da falta da prática de leitura<sup>3</sup>, poucos são os

<sup>3</sup> Em recente matéria do Portal G1, na edição de 2023 do Pirls (Progress in International Reading Literacy Study), estudo internacional sobre o desempenho em leitura em crianças, foi diagnosticado que no Brasil, 38% dos estudantes do 4º Ano do Ensino Fundamental não possuem as capacidades básicas de leitura. Segundo o Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) de 2018, o maior texto lido por 66,3% dos discentes brasileiros de idade entre 15 e 16 anos não ultrapassava 10 páginas. Em relação ao último Ideb (Índice de



discentes que leem as obras escolhidas de forma completa, ao mesmo tempo que o texto literário não deve ser reduzido a trechos como se fosse um instrumento para comprovar o recorte histórico. Por isso, iniciamos o diagnóstico nas turmas para entender o que os discentes sabiam sobre a história da América Latina com as seguintes perguntas para fomentar o debate: 1) *Quais são os sujeitos mais importantes das Américas?* 2) *O que é ser latino-americano?* e 3) *O que você sabe sobre ditaduras na América Latina?*

Neste primeiro momento constatamos duas realidades que é compartilhada em ambas as escolas: a primeira se refere a ausência de respostas em sua maioria. Já a segunda realidade se refere aos poucos discentes que responderam às perguntas e percebemos a existência de uma forte presença do eurocentrismo. Dentro deste universo de respostas, nas duas escolas, tivemos discentes que responderam sobre os sujeitos mais importantes da América nomes como “Pedro Álvares Cabral” e “Cristóvão Colombo” e alguns poucos indicaram “índios<sup>4</sup>/indígenas”.

Portanto, vemos uma história pautada no personalismo destas figuras e de tantas outras que assumiram o papel de colonizadoras e que ainda possuem certo grau de relevância no imaginário discente. O currículo e os materiais que destacam as tradições europeias, de certa maneira impactam e moldam o processo educacional. Sobre esta questão, Dalmás aponta que:

Em primeiro lugar, [...] os livros didáticos de História adotados nas instituições [...] maranhenses corroboram uma matriz curricular de base eurocêntrica, cujas narrativas reafirmam imaginários sociais que afastam o Brasil da América Latina. Desse modo, não contribuem para a percepção da relevância de conhecermos a história do continente como ferramenta para a compreensão de problemas estruturais da sociedade brasileira. Em segundo, tornou-se fundamental explicitar as circunstâncias que explicam historicamente a consolidação dessa narrativa e compreendermos como a historiografia sobre o desenvolvimento do ensino de História no Brasil posiciona-se a respeito. Em terceiro, coloca em questão as pesquisas aplicadas

---

Desenvolvimento da Educação Básica) que ocorreu em 2023, revelou que a meta estabelecida para 2021 não foi alcançada pelos discentes do 9º Ano do Ensino Fundamental e do 3º Ano do Ensino Médio. Para saber mais sobre estes dados, ver matéria completa em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/09/09/alunos-brasileiros-leem-muito-devagar-nao-entendem-frases-e-sentem-vergonha-alertam-professores-uso-de-telas-agrava-problema.ghtml>. Acesso em 04 dez 2024.

<sup>4</sup> Nomenclatura utilizada por alguns discentes. Neste momento, ocorreu o debate sobre o termo e o porquê dele ser considerado errado.

centradas na preocupação de suprir lacunas ou apresentar propostas alternativas para abordagens de certas temáticas contempladas nos currículos, no lugar de criar mecanismo que instrumentalizem professora(e)s e historiadora(e)s para contestar políticas curriculares que continuam sobrepondo a história europeia à latino-americana (Dalmás, 2023, p. 95).

Logo, ao examinar como o ensino de História das Américas é abordado em dois referenciais curriculares – a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA) – percebemos a importância de promover discussões sobre a pluralidade cultural do continente. Essas reflexões devem levar os discentes a reconhecerem que as construções sociais são tanto individuais quanto coletivas, fundamentadas em experiências históricas.

A BNCC, documento normativo que estabelece um conjunto progressivo de aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas por todos os discentes, garante seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, alinhando-se ao Plano Nacional de Educação (Brasil, 2017). No Maranhão, sua implementação se dá por meio do DCTMA, aprovado pela Resolução CEE/MA nº 285/2018 (Duarte; Silva; Moura, 2020), que orienta as práticas curriculares na Educação Básica do estado (Seduc/MA, 2019). Para os Anos Finais da disciplina História, o DCTMA estabelece que:

Segundo a BNCC (BRASIL, 2017), do 6º ao 9º ano a disciplina deverá valorizar as diferentes matrizes culturais que compõem a sociedade brasileira, a saber, a África, a Europa e a América, de modo que os adolescentes tomem consciência de que a memória e a história são produzidas a partir de diferentes perspectivas e interpretações, devendo os professores e professoras fazer uso de variadas linguagens para analisar os fenômenos históricos (Seduc/MA, 2019, p. 439).

Neste momento, quando a ideia do “uso de variadas linguagens para analisar os fenômenos históricos” é introduzida, surge a oportunidade de incorporar textos literários nas aulas de história. Sobre essa relação, Marcos Napolitano entende que:

A literatura historicamente falando, foi matriz e vetor na construção de perspectivas complexas e aprofundadas sobre experiências sociais, processos

e eventos históricos nas mais diversas sociedades. Como “matriz”, a literatura ajuda a forjar consciências e imaginários sobre o real, dando visibilidade e sentido às suas dimensões estruturais. Como “vetor”, ela dissemina valores e posicionamentos ideológicos sobre a história e a sociedade na qual se insere. Estes aspectos não transformam a literatura em mero documento histórico, na expressão mais convencional e antiquada do termo, ou seja, expressão de uma voz não mediada numa época. Tampouco anulam dimensões mais subjetivas e sublimes que se entrecem na experiência literária, seja na qualidade de autor ou leitor (Napolitano, 2017, p. 231).

A compreensão se organiza por meio da representação das experiências, o que possibilita a análise da intenção do autor e seu valor histórico, gerando um produto artístico que esclarece um determinado recorte. Assim, a utilização de textos literários enriquece o aprendizado, empregando ferramentas metodológicas e procedimentos específicos. Além disso, um aspecto essencial para o conhecimento histórico é ativado com o uso de textos literários em sala de aula: a compreensão do que é lido e, conseqüentemente, a interpretação.

Para entendermos o Terror de Estado presente nas ditaduras civis-militares na América latina, a temática abordada foi a prática de tortura realizada por militares durante as ditaduras do Cone Sul, especificamente no Brasil, Chile e Argentina. Utilizamos textos literários escritos por vítimas de tortura, que pertencem ao gênero autoficção. Esse gênero é caracterizado por misturar elementos autobiográficos com ficção, permitindo uma reflexão profunda sobre as experiências vividas.

A autoficção proporciona uma representação única do sofrimento e da resistência, revelando como essas narrativas ajudam a preservar a memória coletiva dos eventos traumáticos. Essa abordagem visa promover uma compreensão crítica e empática sobre o impacto das ditaduras na sociedade. Autoficção define-se como:

uma prática literária pós-moderna de **ficcionalização de si** e de mergulho introspectivo no eu, em que o autor estabelece um **pacto ambíguo** com o leitor, ao eliminar a linha divisória entre fato/ficção, verdade/mentira, real/imaginário, vida/obra etc. O modo composicional da autoficção é caracterizado pela **fragmentação**, ou seja, o autor não quer dar conta da história linear e total da sua vida (e nem acredita mais nessa possibilidade). O movimento da autoficção é da obra para a vida (e não da vida para a obra,



como na autobiografia), o que valoriza e potencializa o texto enquanto linguagem criadora. Também é importante considerar o **tempo presente** da narrativa, que, assim como o estilo lírico, é marcado pela recordação, isto é, o autor rememora fatos passados, mas que marcam, no presente, alguma emoção que precisa ser compartilhada através da escritura (Faedrich, 2014, p. 181. Grifos da autora).

É fundamental destacar que as autoficções são fundamentadas na memória e podem ser vistas como uma “reconstrução psíquica e intelectual que resulta em uma representação seletiva do passado, um passado que nunca pertence apenas ao indivíduo, mas a um indivíduo inserido em um contexto familiar, social e nacional” (Rouso, 2006, p. 94). Assim, essas obras se baseiam, principalmente, na noção coletiva, pois certos eventos são compartilhados por múltiplos sujeitos, evidenciando a importância do testemunho na construção da memória.

Assim, apresentamos a obra *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós, que foi preso por militares entre 1969 e 1974 por sua participação na organização Ala Vermelha, uma dissidência do Partido Comunista do Brasil. Ele foi novamente preso em 1977, quando publicou o livro, que circulou por apenas quinze dias antes de ter sua venda proibida, sendo classificado como uma obra subversiva que incitava à revolução, quase como um manual de guerrilha (Maués, 2012).

A obra explora os detalhes da tortura, relatando experiências da época em que participou da resistência à ditadura e os acontecimentos que afetaram seus companheiros enquanto estava detido. O narrador, um guerrilheiro preso às suas memórias, revela a prisão, a tortura e a morte de sua companheira, referida pelo (pro)nome *Ela*. Tapajós não segue uma narrativa linear, organizando o texto em torno de suas memórias e lapsos de memória, como evidenciado pela repetição do episódio do aprisionamento de *Ela*. Dessa forma, a narrativa ilustra os efeitos da tortura na psique do indivíduo, conforme pode ser percebido na reflexão do narrador:

Como é que eu vou recuar com todos os olhos, com todos os rostos, com todas as lembranças dos mortos olhando para mim e os meus companheiros, os que vão morrer continuando? Como é que eu posso desertar da luta inútil quando por ela morreram tantos e ela também morreu? Porque isso ou sair do país é desertar, é largar os outros no fogo e procurar um caminho certo quando os

outros estão morrendo. Porque o meu compromisso é com os mortos e com os que vão morrer. E mesmo errado esse é o único compromisso que existe e se eu parar, recuar ou sair do país eu vou ficar o tempo todo vendo os rostos como acusações daqueles que acreditaram e não poderei aprender nada nem fazer nada certo porque cada gesto será um abandono daqueles que são meus, um abandono dela, da lembrança dela, da herança dela, essa única herança de sangue, sacrifício e desespero (Tapajós, 1979, p. 160).

O chileno Hernán Valdés destaca a importância do testemunho sobre a experiência do terror em *Tejas Verdes: diário de un campo de concentración en Chile* (1978), onde relata a tortura que sofreu e as incertezas sobre sua identidade que surgiram durante sua estadia no campo de concentração que dá nome ao livro. O autor indica que os eventos vividos são reconstruídos com base em experiências posteriores, seguindo o que Paul Ricoeur ensina, ao afirmar que a realidade é reconfigurada pela experiência humana ao longo do tempo (Ricoeur, 2010). Um exemplo do desespero do autor-personagem diante das arbitrariedades cometidas pelos militares pode ser visto em sua fala:

Eu me pergunto novamente se alguém notou minha prisão. Nesse caso, para que serviria? Nenhum vizinho sabe nada sobre minha vida privada. Quem eles poderiam notificar? Minha única esperança é que Eva, por qualquer motivo, volte ao apartamento. Ainda procurando alguma coisa, ela tem quase todas as suas roupas, seus objetos, seus livros, as louças que trouxe há dois anos. Ou por curiosidade, para ver como vai minha vida sem ela. Mas não sei em que estado saíram da casa, que sinais visíveis ficaram da minha prisão. Talvez um pouco mais bagunçado do que o normal, depois do desaparecimento de Elsa. Sim, todos eles desapareceram (Valdés, 1978, p. 24. Tradução livre).

No caso argentino, a obra de Nora Strejilevich, *Una sola muerte numerosa* (1996), serve como um exemplo da autoficção voltada para o trauma e o terror, expressa pela memória da autora. Assim como Renato Tapajós, Strejilevich adota uma narrativa não-linear para relatar os fatos violentos que enfrentou. A história começa com o golpe militar na Argentina em 1976, quando Nora, Gerardo, Graciela, Abel e Hugo são considerados subversivos pelo regime e, por isso, são sequestrados, detidos e torturados. Apenas Nora sobrevive e, após ser libertada do Club Atletico, parte para o exílio. O desespero da narradora-personagem é evidente no seguinte trecho:

Não te lembrás de nada? Era de pé ou deitados? Pela frente ou por trás? Teus pais souberam? Esmagam os inquisidores. Me disseram “che, não vais querer que teu marido saiba”. Eu pensava: ele vai ter que escutar. Mas não, não escutou nada. Me derrubaram na cama, amordaçada. Queria gritar e já não podia. Pensei: Espero que eu morra. A única forma de sair disso é a morte, dizia para mim mesma. Eles têm todo o tempo do mundo, e se sente que a morte é a única maneira de deixar sofrer isso que nunca termina de passar (Strejilevich, 1996, p. 19-20. Tradução livre).

Com base nos exemplos das três obras de autoficção mencionadas, trabalhamos as habilidades “(EF09HI29)” e “(EF09HI30)”, que abordam as experiências das ditaduras na América Latina, seus procedimentos e relações com o poder, além de comparar as características dos regimes ditatoriais na região, com ênfase na censura política, opressão e uso da força (Brasil, 2017, p. 433). Assim, a atividade proposta explorou as formas de resistência desenvolvidas nos países analisados, a partir da questão norteadora: *Como perceber as estratégias realizadas pelos autores para entender o Terror de Estado e a tortura vividos utilizando textos de autoficção?* Após o debate gerado pela pergunta, solicitamos aos discentes que escrevessem sobre suas percepções em relação à leitura dos fragmentos. É interessante notar que as ideias apresentadas foram bastante semelhantes, das quais destaco duas:

Deu para perceber a angústia nesses textos, a velocidade que a tortura é narrada é surpreendente. O mais interessante é saber que mesmo não sendo um livro de História, pude analisar um fato que aconteceu alguns anos atrás e o quanto as pessoas sofriam por terem ideias diferentes de quem controlava o país (Discente D.F.L.L.).

Com os textos eu pude observar a censura imposta pelas ditaduras e o modo que os autores relatam suas experiências de forma mais pessoal e impactante, permitindo que o leitor sinta a dor e a angústia vividas durante o período. As narrativas ajudam a expressar a confusão e a memória fragmentada dos sobreviventes. Assim, conseguimos compreender melhor o impacto dessas experiências na sociedade e na história (Discente E.O.R.).

Ressaltamos que a utilização de obras literárias de língua espanhola nas aulas de história, com discentes sem o hábito de leitura e sem nenhum contato com o idioma, apresentou



desafios como a barreira linguística e a compreensão das nuances culturais, o que faz lembrar da necessidade de aproximação dos países latino-americanos. No entanto, após atividades de interpretação e discussão, os discentes conseguiram se engajar e conectar os temas da obra ao contexto histórico. Assim, a atividade proporcionou a ampliação e a compreensão sobre as temáticas abordadas.

Assim, a partir dessas duas intervenções, os discentes perceberam que analisar uma obra literária é buscar vestígios do passado que se conectam à realidade, expressando discussões sociais e oferecendo interpretações relevantes para a história da América Latina. Compreender a importância deste debate é essencial para entendermos e transmitir ao público o valor dos textos literários como fontes para o estudo histórico, reconhecendo-os como indispensáveis para a compreensão da América.

### **Considerações Finais**

O ensino de História da América Latina tem se mostrado um campo fértil para a interdisciplinaridade, especialmente quando incorporamos textos literários no processo educativo. Esta metodologia não apenas enriquece o entendimento dos eventos históricos, mas também proporciona uma visão mais humanizada das experiências e das culturas que compõem essa vasta região.

Ao explorar narrativas ficcionais, autoficções, poesias e ensaios, entre outros gêneros literários, os discentes têm a oportunidade de mergulhar em contextos sociais, políticos e culturais de uma maneira diferente que está nos livros didáticos adotados. Dessa forma, à medida que as emoções e os dilemas são lidos, ocorre também a reflexão sobre as realidades históricas presentes nos textos literários utilizados nas aulas de história.

É a partir desta perspectiva que observamos que os textos literários não apenas retratam períodos significativos da história, mas também questionam as narrativas oficiais, os grandes personagens políticos e as perspectivas dominantes. Essa diversidade de vozes é essencial para um entendimento mais completo da identidade latino-americana, frequentemente marcada por conflitos, resistência e resiliência.

Além disso, a análise de textos literários incentiva o pensamento crítico. Os discentes que possuem alta fluência em leitura, conseguem ler e interpretar enunciados dos outros componentes curriculares da educação básica, o que resulta em um aprendizado mais integrado. Em suma, o uso de textos literários no ensino de história é uma poderosa ferramenta que não deve ser subestimada, pois abre caminhos para uma compreensão mais profunda e enriquecedora sobre a América Latina.

Também notamos maior engajamento quando o uso de textos literários nas aulas de História é compreendido e aceito, uma vez que a conexão das obras escolhidas com os conteúdos abordados e com os leitores transforma a maneira como os discentes percebem o passado. As narrativas podem ressoar profundamente neste público, despertando um interesse genuíno pela história de seu próprio país e da região.

Por fim, cabe a reflexão: o que se ensina no Brasil sobre história da América Latina e quais sentidos são elaborados? Entendemos que ao integrar textos literários para entender a América Latina, estamos não apenas oferecendo um método pedagógico diferente, mas também contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes. Essa abordagem permite que os discentes vejam a pluralidade em seu entorno e sejam capazes de refletir sobre suas próprias realidades analisando as complexidades que moldam o mundo contemporâneo, os sujeitos e a América Latina.

### Referências

ABUD, Katia Maria. A guardiã das tradições: a História e o seu código curricular. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 42, p. 163-171, out./dez. 2011.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; LIMA, Aline Cristina Silva. Leitura e compreensão do mundo na Educação Básica: o ensino de História e a utilização de diferentes linguagens em sala de aula. In: **Roteiro**. v. 36, n. 1, pp. 55-80, jan./jun, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf).

Acesso em 28 ago 2024.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

DALMÁS, Carine. América Latina e ensino de história: reflexões sobre a construção de um campo de pesquisa. In: VIEIRA, Ana Livia Bomfim; DALMÁS, Carine (Orgs.). **Pós-Graduação profissional em ensino de história: pressupostos, experiências e desafios**. 1. ed. São Luís: Eduema, 2023, p. 79-108.

DUARTE, Ana Lucia Cunha. SILVA, Renato Moreira. MOURA, Neria. Concepção de competência na BNCC e no documento curricular do território maranhense (DCTM). **Educação em Revista**, Marília, v.21, n. 02, p. 21-36, 2020.

FAEDRICH, Anna Martins. **Autoficções: do conceito teórico à prática na literatura brasileira contemporânea**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, PUCRS. Porto Alegre, 2014.

FERREIRA, Lier Pires; et al. **Amplitude: História 9, Ensino Fundamental: Anos Finais**. 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2022.

NAPOLITANO, Marcos. Entre o Imperativo da Resistência e a Consciência da Derrota: a Literatura Brasileira durante o Regime Militar. **Literatura e Sociedade**, v. 21, n. 23, 2017, pp. 230-243.

PRADO, Maria Ligia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História**. Universidade de São Paulo, n. 145, p. 127-149, 2001.

RICŒUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. vol. 1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, pp. 93-101.

SEDUC/MA. **Documento Curricular do Território Maranhense**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2019.



SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

STREJILEVICH, Nora. **Una sola muerte numerosa**. Córdoba, AR: Alción Editora, 1996.

TAPAJÓS, Renato. **Em câmara lenta**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

TRINDADE, Marcos Vinicius Ferreira. Tortura e testemunho em Tejas Verdes, de Hernán Valdés: diário de um campo de concentração como documento sobre a repressão chilena. In: XV Encontro Internacional da ANPHLAC, 2022, Foz do Iguaçu. **Anais do XV Encontro Internacional da ANPHLAC**, 2022. p. 449-461.

VALDÉS, Hernán. **Tejas Verdes**. Diario de un campo de concentración en Chile. Segunda edición. Barcelona: Editorial Laia, 1978.

## ENTRE A MEDICINA E A POLÍTICA: SIMPLÍCIO DE SOUSA MENDES E SUA ATUAÇÃO NO PIAUÍ DO SÉCULO XIX.

Nara Viviany Moura de Oliveira <sup>1</sup>

### RESUMO

O século XIX no Piauí, apresenta-se como um período de grandes transformações, a busca pela modernização propagada pelos países Europeus e as grandes capitais brasileira passavam a tomar de conta do imaginário da elite econômica e intelectual. Simplício de Sousa Mendes, médico formado pela Escola de Medicina da Bahia em 1845 é um desses exemplos. Com sua importante relevância na Política e na Medicina piauiense, Mendes, constitui uma atuação no Hospital de Misericórdia assim como em cargos políticos de elevado prestígio na província Piauiense. Reconhecendo a atuação do médico, esse artigo busca apresentar suas contribuições acerca da institucionalização do saber médico no Piauí, assim como refletir sobre o pensamento progressista disseminado por uma pequena elite intelectual.

**PALAVRAS CHAVES:** Simplício de Sousa Mendes. Medicina. Política

### Introdução

A história como uma ciência aplicada ao estudo do tempo e dos diferentes momentos, se destaca do restante das ciências humanas no momento em que sua pesquisa se volta para analisar o passado, buscando a partir dos presentes fragmentos que o façam entendê-lo. Como destaca Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em seu livro *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história*

O historiador, na pós-modernidade, é um profissional dedicado à reciclagem das versões do passado, dos sonhos dos homens, das utopias falhadas das grandes profecias malogradas. É alguém que, de posse das latas e garrafas vazias das grandes promessas da história, agora atiradas num canto, amassadas, enferrujadas, chutadas sem cerimônias pelos passantes, as submete a um trabalho de reprensagem, de releitura, de redefinição de sentido e utilidade[...]. (Júnior, 2019, p. 34)

<sup>1</sup> Mestre do Curso Mestrado em História do Brasil/UFPI. E-mail: [oliveiranara288@gmail.com](mailto:oliveiranara288@gmail.com)

Nesse aspecto, entendendo o ofício do historiador e o papel que este exerce com a sociedade, buscamos desenvolver uma pesquisa, analisando a vida e alguns feitos do médico piauiense, Simplício de Sousa Mendes a partir da sua obra e vivência, frente a medicina e política piauiense, avaliando sua experiência na busca pela institucionalização da medicina no Piauí, especialmente na capital Teresina. Investigar aspectos de sua vida, sua atuação na medicina e na política além de buscar compreender se Simplício como um dos primeiros médicos piauienses, auxiliou na disseminação do saber médico no Piauí são questões a qual buscaremos analisar nesse artigo.

A partir desse questionamento o trabalho vem dividido em dois tópicos, o primeiro tratando da sua vida e atuação na medicina e na política, intitulado: “*Simplício de Sousa Mendes: atuações e trajetórias*” e o segundo, buscando entender a relação de Simplício Mendes com a institucionalização da medicina e da saúde na capital do Piauí, denominado “*As Construções do saber médico em Teresina e suas conexões com Simplício de Sousa Mendes*”. Em vista disso, a pesquisa desenvolvida no Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI), sites digitais e documentos oficiais, avaliam a vida do médico, sua ligação ao processo de sanitização e instituição do saber médico na capital do Piauí, na segunda metade do século XIX.

### **Simplício de Sousa Mendes: Atuações e Trajetórias**

“Simplício de Sousa Mendes nasceu em Oeiras a 2 de janeiro de 1823. Era filho do Coronel Antônio de Sousa Mendes” (Chaves, 2013, p. 513) e de Maria de Francisca Santana. Oierense, nascido quando o Brasil ainda pertencia aos domínios portugueses, viveu parte de sua vida na capital da fé, até completar a idade adulta, quando “seu pai o envio ao Rio de Janeiro, onde fez a maior parte de seus estudos, que concluiu depois na Bahia, formando-se em Medicina no dia 18 de dezembro de 1845” (Chaves, 2013, p. 513).

Com a chegada da família real, o Brasil passou por uma alteração significativa na organização das cidades e seus espaços urbano. O Rio de Janeiro, até então capital do Brasil buscou ressignificar a ideia de Sítio Urbano, fortalecida pelo ideal de Belle Époque, impactando



a elite da época, entre essas, a intelectual. Com a propaganda de avanço, desenvolvimento e progresso advindo das grandes capitais da Europa, esse discurso foi ganhado força e buscando consolidar-se desde o seio das grandes capitais, até mesmo os locais mais distantes e pouco visíveis ao poder público, como a província do Piauí’.

Um exemplo da busca desse desenvolvimento são a criação das primeiras faculdades de medicina do Brasil, até então chamadas em 1808 de Faculdade de Cirurgia e Anatomia, fundada na Bahia e a de Anatomia e Cirurgia fundada no Rio de Janeiro (Fenelon, 2020) Salvador e Rio de Janeiro, por terem sido capitais do Brasil em momentos distintos, eram cidades a qual tinham grande força política, econômica e até mesmo revolucionária<sup>2</sup>. No meio desse ambiente que se alternava e construía novos moldes, Simplício Mendes realizava sua “estreia médica ao doutorado em medicina, apresentada e publicamente defendida no dia 17 de dezembro de 1845 perante a Faculdade de Medicina da Bahia” (Mendes, 1845, p. 1).

Ao retornar para Oeiras, em janeiro de 1846, aos 22 anos de idade, Simplício Mendes “iniciou sua vida pública como professor de Geografia, no Liceu, permutando mais tarde esta cadeira pela de Retórica, no mesmo estabelecimento. Foi diretor da instrução pública e depois médico do Partido Público” (Chaves, 2013, p. 513). Sua atuação em âmbitos políticos inicia-se ainda em Oeiras, a exemplo no ano de 1850, quando foi presidente provisório da Assembleia provincial. Como político, ele foi deputado provincial em quatro legislaturas (1848-1856), “presidente da província por quatro vezes de 12 de março a 2 de abril de 1853, de 30 de dezembro de 1858 a 1 de janeiro de 1859, de 24 a 28 de agosto de 1868 e entre 3 de abril a 21 de maio de 1869”,<sup>3</sup> além de chefe do Partido Público.

O Coronel Antônio de Sousa Mendes, seu pai, “foi, pois, um político e militar de grande prestígio em sua terra natal, cujas posições seriam herdadas pelo filho, continuando o

<sup>2</sup> Ao longo da história do Brasil, podemos perceber atos e movimentos revolucionários realizados em Cidades como Rio de Janeiro, Salvador e Pernambuco. A voz ecoada por diferentes povos, enfatizava através de suas lutas melhorias.

<sup>3</sup> WIKIPÉDIA. *Simplício de Sousa Mendes*, 2018. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Simpl%C3%ADcio\\_de\\_Sousa\\_Mendes](https://pt.wikipedia.org/wiki/Simpl%C3%ADcio_de_Sousa_Mendes). Acesso: 20 jan. 2021.

legado.” (Miranda, 2023) Com sua formação em medicina, em um ambiente onde poucos logravam tal êxito e o fortalecimento de uma elite intelectual brasileira passa a vigorar em variados âmbitos de atuação entre eles o político, estes fatores auxiliam Simplício de Souza Mendes ou como apresentado em vários documentos da época, Dr. Simplício de Souza Mendes a se configurar um personagem marcante na história do Piauí.

Abaixo uma das poucas fotografias de Simplício de Souza Mendes, apresentada no portal Entretextos. Não sabemos, portanto, distinguir quando foi tirada a foto e qual idade Simplício tinha na fotografia. Poucos são os estudos a qual retratam a vida e os feitos de Mendes, portanto, uma das grandes dificuldades na execução desse artigo foram as poucas fontes bibliográficas que conciliassem com o objetivo da pesquisa.

#### **Imagem1:Fotografia do médico Simplício de Sousa Mendes**



Fonte: Miranda, 2023.

Ao passo que a transferência da capital ocorre, Simplício Mendes passa a atuar em vários âmbitos da nova capital. Sua atuação política ainda na cidade de Oeiras e a mudança de capital a qual impacta a estrutura política, social e econômica da primeira capital do Piauí, foram fatores que influenciaram a mudança do médico de cidade. No jornal *O Propagador* do ano de 1858, observa a notícia de que assumiu, no dia 30 de dezembro, a presidência da província o senhor Simplício de Sousa Mendes, como assim vem descrito:

O sr. Junqueira, tendo a 29 assistido a um jantar, que lhe oferecerão os seus mimosos, atravessou o Parnaíba as 6 horas da manhã do dia 30, entregando a presidência ao sr. dr. Simplício. Este sr. Vai ficar bastante atarefado; porque tendo de cuidar dos pesados trabalhos administrativos, por certo, não abandonará os de médico no hospital de caridade, onde é empregado e juntamente o curativo dos soldados doentes no hospital regimental do batalhão, que lhe sobrepesa em ausência do respectivo médico, o sr. Cesar Marques, que lá anda por Caxias desde 23 deste mês e uma vez que não há outro médico na terra, pede a caridade que o sr. Vice Presidente em exercício, por bem da humanidade, acumule todas essas funções- e a pátria lhe será grata (*O Propagador*. Teresina, ano 1, n. 52, p. 4, 31 dez. 1858).

A notícia do referido jornal traz a notícia da posse de Simplício Mendes, como presidente da província no ano de 1858. Ao tratar da posse, o jornal aborda o fato de que Simplício Mendes como um homem muito atribuído de funções, iria ficar bastante ocupado. O século XIX

Ao longo da pesquisa foi observado que mesmo como político ocupando diversos cargos, ele nunca deixou suas atribuições como médico, estando por vezes à frente da Santa Casa de Misericórdia, hospital fundado no ano de 1860,<sup>4</sup> como assim vem descrito no relatório do presidente da província do ano de 1870:

É em geral bom o estado da saúde pública. O clima ardente sob o que se vive e outras condições muito influem, porém para que não seja aqui constante a salubridade, sendo frequente, além de outras enfermidades, as febres intermitentes que em certas estações grassam com intensidade. Para os enfermos pobres existem apenas na província dois hospitais, o da Santa Casa

<sup>4</sup> A Santa Casa de Misericórdia, é uma instituição filantrópica com raiz em Portugal, que teve sede na capital do Piauí. Responsável por atender pobres e indigentes o hospital era um dos locais incumbido de atender a população pobre da capital do Piauí.



de Misericórdia nesta capital que recebe um auxílio dos cofres públicos, e o de Oeiras sustentado exclusivamente pelos mesmos. Acha-se o primeiro sob os cuidados do ilustrado medico Dr. Simplício de Souza Mendes; mas estabelecido em uma casa baixa e sem cômodos, precisa de muito para se tornar um verdadeiro hospital (LEÃO, 1870, p. 13-14)

O texto a seguir demonstra a relação que Simplício Mendes exercia com a medicina. No referido Relatório descrito pelo presidente da província Manoel do Rego Barros de Souza Leão, Simplício é citado como responsável direto pela Santa Casa, local que sofria da falta de salubridade e com a presença de enfermidades. Simplício Mendes como médico é uma figura presente nos locais de tratamento, assim como na relação com a política, ele exercia laços presentes com a construção do saber médico na capital do Piauí.

Entender se a figura de Simplício Mendes como político influenciou nos caminhos dele como médico é uma das questões que mais perseguem esta autora que vos escreve. Como pesquisadora destacamos que a pesquisa sobre a vida e atuação de Simplício ainda está em construção, mas, conforme o caminho percorrido até aqui, é visível a relação de um homem que, apesar de se utilizar de atributos políticos, não largou o exercício da medicina. Portanto, o médico e político buscou construir uma cidade onde conceitos mais salubres disseminados no século XIX, imperassem:

Assim, os discursos não somente da medicina como os educacionais e políticos foram voltados para a extirpação da vadiagem e da desordem. Este controle buscava normatizar a população enquanto ser individual e social, tendo como foco de combate aqueles que eram vistos como desajustes na sociedade por possuírem uma patologia ou por não estarem inseridos no contexto social aprovado como ordeiro (Silva, 2014, p. 64).

Entendendo o contexto que se formou na recém-formada capital piauiense, buscaremos a partir do próximo tópico descrever a relação da saúde e institucionalização da medicina na cidade de Teresina, observando a influência de Simplício de Sousa Mendes nesse processo.

### **As Construções dos processos de saúde em Teresina e as conexões com Simplício Mendes**

Teresina, cujas origens estão diretamente relacionadas aos interesses e motivações previamente estabelecidos, foi construída com a finalidade de ser a sede do poder administrativo da província do Piauí. Possuía um clima de intencionalidade estética, pois fora planejada para trazer melhoramento para administração da província. Assim, a cidade de Teresina é vista como a primeira capital planejada do Brasil, com seu sítio urbano tendo sido previamente traçado na forma de um tabuleiro de xadrez, um traço urbanístico em voga no Brasil de meados do século XIX, ou seja, Teresina, assim como as cidades construídas pelos espanhóis em suas colônias nas Américas, teve seu planejamento urbanístico e este já traçado com o intuito de ser a sede do governo (Holanda, 1995).

Entendendo isso, alguns organismos que buscavam controlar populações carentes, promovendo princípios médicos-higienistas e dar um ar de salubridade e sistematização à cidade foram criados. Sendo fundados locais como:

O Colégio dos Educandos Artífices, Santa Casa de Misericórdia, Asilo dos Alienados, e Asilo de Mendicidade, que tinham por fim afastar os loucos, coibir a mendicância das ruas, disciplinar o processo migratório, regulamentar o trabalho e prevenir a ‘ociosidade’ e a ‘vagabundagem’ (Araújo, 1995).

Os diferentes contrastes presenciados nos discursos e no dia a dia da nova capital, mostra diferentes faces de uma mesma “moeda”. Por conseguinte:

Enquanto a elite política do Piauí defendia, em sua fala, a necessidade de uma prática progressista, do outro lado emergia uma parte da população de Teresina vivendo do subemprego, da mendicância e de trabalhos temporários” (Araújo, 1995, p. 35).

A historiadora Rafaela Martins em seu artigo “O determinismo hereditário da medicina legal e discurso higienista no Piauí: os intelectuais da Saúde e os Ditames da Nação no final do século XIX e início do século XX”, descreve os caminhos que a medicina tomou desde a colônia até o século XX, descrevendo suas alterações e permanências. Ela relata que:

A partir do século XIX a medicina se torna coletiva, socializada. A observação deixou de ser restrita ao indivíduo e ao meio ambiente tornou-se alvo das ações medicalizadoras que eram consideradas como saudáveis. As condições

do ar e da água passaram a ser consideradas como fatores favoráveis ou prejudiciais à saúde devendo ser mantidos em boa quantidade (Silva, 2014, p. 62).

Simplício Mendes, como um gestor público sempre teve preocupações pertinentes à saúde em seu governo. Como destaca Monsenhor Chaves em sua *Obra Completa*, no seu governo em 1853 tomou algumas decisões consideradas acertadas para a cidade de Teresina, como a criação de açude que se chamaria barrocão (Chaves, 2013, p. 514). Acrescenta: “vê-se bem que preocupação com água potável é a de um administrador que é médico. O açude do ‘barrocão’ não se fez, mas a ideia para aquele tempo, bem que é genial” (Chaves, 2013, p. 514).

Com a institucionalização da medicina, implantada no Brasil no século XIX, as mudanças no modo de percepção a saúde o tratamento em relação as doenças, a prevenção de diagnósticos, tem suas alternâncias. O saber científico passa a buscar lugar em meio a tradição, e ganhar espaço em frente a hierarquia social, mudando drasticamente a forma como interpretar as relações, causando certo impacto frente aos questionamentos e novidades, trazendo consigo a bagagem de cientificidade e modernidade, com seus conceitos reformulados e suas teses baseadas em anos de estudos em academias, além de causar um choque cultural entre a “tradição” e o “novo o liberal”.

A contestação trazida pela medicina científica no século XIX às práticas tradicionais e populares de cura, sabemos, provocaram em todos os lugares não apenas uma nova definição ao conhecimento, intervenção e controle sobre o que é considerado saúde e doença, mas também a restrição daqueles que podem delas falar, e agir, sobre o corpo dente (Figueiredo, 2002, p.10)

Em um anúncio trazido pelo jornal *O Piauí* do ano de 1871, os médico Simplício de Souza Mendes e Constantino Luiz da Silva Maura vendem suas consultas, além de destacar que não se responsabilizam por documentos aplicador por boticários e curandeiros. Assim diz o anúncio:

Os Drs. Simplício de Souza Mendes e Constantino Luiz da Silva Moura declaram que fazem visitas médicas a 3:000 cada uma, e sendo a noite 5:000. Prestam-se a chamados fora da cidade percebendo 20\$ por cada légua que percorrerem, 30\$000 por cada dia de estada. Declaram ainda que não se encubem de doentes que nessa capital usem de medicamentos aplicados por



boticários e curandeiros, procurando-se desta parte evitar um abuso criminoso e nocivos aos enfermos. Os pobres serão tratados gratuitamente (*O Piauí*. Teresina, ano 4, n. 159, p. 4, 3 jan. 1871).

No anúncio podemos perceber a relação na busca por uma institucionalização do saber médico, o fato dos médicos Simplício de Sousa Mendes e Constantino Luiz da Silva Moura destacarem ao final do texto que não se responsabilizam por nenhum remédio recomendado por boticários ou curandeiros, destacando que o uso desses medicamentos ou receitas poderiam trazer algo nocivo aos doentes. Dessa maneira, os processos que formam as relações entre a saúde e as doenças, encontram-se internamente ligados aos processos de cura, de como curar e como essas doenças se estabelecem no corpo doente. Com o avanço da ciência, os processos de intervenção ao corpo doente passam por uma reformulação e uma nova maneira de questionar a anatomia, avaliação de diagnósticos e percepção de prognósticos.

Percebendo essa busca pela instituição do saber médico, foi encontrado no Arquivo Público do Piauí um ofício que Simplício de Sousa Mendes enviou para o presidente da província Manoel do Rego Borges Sousa Leão, no ano de 1871, onde versa sobre notícias referentes à construção de uma vacina, que assina como membro da Companhia dos Vacinados. Assim diz o documento:

Remetendo a Vossa Excelência o incluso ofício por cópia da Academia Imperial de Medicina, representando sobre os inconvenientes que resultarão da vacinação feita com a linpha extraída de indivíduos vacinados, ou com a que tem vindo da Inglaterra, e destroem o ...de se proceder as diligências para obter no Brasil as vacinas originárias da vaca (termo médico não compreendido) recomendo-lhe que pelos meios a se alcançar faça as possíveis experiências no intuito de conseguir o resultado que se deseja ,empregando toda a solícitude que exige... de tão alta importância na saúde, e dando-me conta do resultado que colher ... ao governo Imperial,... exige um aviso a 26 do mês último (Mendes, 1871).<sup>5</sup>

Analisando o referido ofício, é perceptível a atuação de Simplício na saúde, no documento enviado ao Presidente da Província, Simplício relata os inconvenientes que

<sup>5</sup> O documento apresenta espaços em branco, e não foi possível identificar as palavras descritas, devido à escrita e ao documento ser muito antigo.

resultarão na realização de uma vacina. Com a institucionalização da medicina, implantada no Brasil no século XIX, as mudanças no modo de percepção a saúde o tratamento em relação as doenças, a prevenção de diagnósticos, tem suas alternâncias (Figueredo, 2002, p. 10). Apesar de todo esforço em um processo de questionamentos e dúvidas, a institucionalização do saber médico estava cada vez mais presente na sociedade teresinense, saberes que apesar de caminharem em direções opostas ao da tradição, buscavam um só objetivo a cura do corpo doente.

### Considerações Finais

Simplicio Mendes, como um homem que viveu no limiar deste século, auxilia na institucionalização do saber médico a partir da sua influência como político e dos anos de estudos na academia de medicina. Tornou-se perceptível ao longo da pesquisa que sua relação com a política influencia diretamente na busca por uma medicina que tivesse como raiz as academias. Como gestor, além de prover por divers as vezes a província, foi chefe e médico do partido público, e administrou por vezes o Hospital de Caridade (1854), que viria a se tornar em 1860 a Santa Casa de Misericórdia. Ele também auxiliou na salubridade pública, como vem descrito no *Relatório de Presidente da Província* do ano de 1876, pelo Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa.

No relatório vem informado na seção de salubridade pública, que em geral é bom o estado de saúde apesar de ter aparecido alguns casos de febres e um ou outro de “beri-beri.”<sup>6</sup> No referido texto, o presidente continua expressando os gastos com a varíola na província e destaca que expressamente teriam sido mais volumosos se não fosse a ajuda que recebeu dos particulares Simplicio de Sousa Mendes, Raimundo D’área Leão, Constantino Luiz da Silva Moura e Joaquim Antônio da Cruz. No presente texto, Barbosa ainda relata que, inicialmente, os respectivos médicos não receberam pelo trabalho e estavam sempre com dedicação e zelo (Barbosa, 1876, p. 3).

<sup>6</sup> Beri-Beri é uma doença nutricional causada pela falta de vitamina B1

É importante perceber as diversas relações que o protagonista do nosso estudo cria com os espaços públicos, dessa maneira “as associações locais poderiam ser um espaço de sociabilidade e poder para os membros da elite” (Tomaschewski, 2007, p. 115). Simplício Mendes morreu no dia 4 de junho de 1892, acometido por uma febre, como descreve o atestado de óbito a seguir: “hoje a uma da madrugada faleceu nesta cidade o ilustre Doutor Simplício de Sousa Mendes, natural deste estado com setenta anos de idade, casado, vítima de uma febre remitente que vai sepultar no cemitério público desta capital.[...].<sup>7</sup> “No dia de sua morte a câmara dos deputados promoveu uma sessão extraordinária. Todos os Deputados, do governo e da oposição, compareceram de luto rigoroso àquela sessão” (Chaves, 2013, p. 51).

É importante esclarecer que o nosso estudo ainda não foi concluído. Entender o processo de institucionalização da medicina e a relação de Simplício Mendes como médico atuante na capital, faz parte de uma pesquisa muito maior. Os documentos necessários, que foram importantes abordar no objetivo de estudo proposto, foram evidenciados e, dessa forma, acreditamos que dêmos um importante passo no sentido de ampliar os debates e indicar caminhos para novas pesquisas.

## Referências

ANÚNCIOS. *O Piauí*. Teresina, ano 4, n. 159, p. 4, 3 jan. 1871.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno. *Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995

**ATESTADO DE ÓBITO DE SIMPLÍCIO DE SOUSA MENDES**. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-89MQ-846P?from=lynx1UIV7>. Acesso em: 28 jan. 2021.

<sup>7</sup> ATESTADO DE ÓBITO DE SIMPLÍCIO DE SOUSA MENDES. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-89MQ-846P?from=lynx1UIV7>. Acesso em: 28 jan. 2021.



- BARBOSA, Eugenio Horta. **Relatório dos Presidentes da Província**. Teresina, 1876, p. 3
- CHAVES, Joaquim. **Obra completa**. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013
- FENELON, Sandro. **Primeira Faculdade de Medicina do Brasil**. Disponível em: <http://www.imaginologia.com.br/dow/Primeira-Faculdade-de-Medicina-do-Brasil.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020
- FIGUEREDO, Betânia Gonçalves. **A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Vício de Leitura, 2002
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história**. São Paulo: Intermeios, 2019
- LEÃO, Manoel do Rego Barros de Souza. **Relatório dos Presidentes da Província de 1870**. Teresina, 1870, p. 13-14
- MENDES, Simplício de Sousa. **Ofício enviado ao Presidente da Província Manoel do Rego Borges Sousa Leão**. Teresina, 1871.
- MENDES, Simplício de Sousa. **Reflexões médicos legais sobre a virgindade filosoficamente elucidadas**. Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia, 1845.
- Miranda, Reginaldo. **Entretextos, Simplício Mendes, 2023**. Disponível em: <https://www.portalentretextos.com.br/post/simplicio-mendes>. Acesso: 21 agosto 2024
- NOTÍCIAS E FATOS DIVERSOS. **O Propagador**. Teresina, ano 1, n. 52, p. 4, 31 dez. 1858
- SILVA, Rafaela Martins. **O determinismo hereditário da medicina legal e discurso higienista no Piauí: os intelectuais da saúde e os ditames da Nação no final do século XIX e início do século XX. Contraponto**. Teresina, v. 3, n. 1, p. 59-76, ago. 2014, p. 64
- TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS (1847-1922)**. 2007. Dissertação

VII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO  
MARANHÃO OITOCENTISTA/VII  
SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

1824/1964  
ENTRE  
REVOLUÇÕES  
E GOLPES

24-27 SETEMBRO / 2024



Uema  
UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO  
MARANHÃO

NEMOXIX

LOCAL: PRÉDIO DE HISTÓRIA DA UEMA - CENTRO

(Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 115.

WIKIPÉDIA. **Simplício de Sousa Mendes**, 2018. Disponível em:  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Simpl%C3%ADcio\\_de\\_Sousa\\_Mendes](https://pt.wikipedia.org/wiki/Simpl%C3%ADcio_de_Sousa_Mendes). Acesso: 20 jan. 2021.

## O CRIME DO DESEMBARGADOR PONTES VISGUEIRO PELA IMPRENSA BRASILEIRA DE 1873 a 1876

Nila Michele Bastos Santos<sup>1</sup>

### Introdução

Desde a descoberta do corpo até anos depois da condenação, o crime do desembargador Pontes Visgueiro figurou nacionalmente nos jornais. Alguns se posicionaram de forma clara contra o desembargador, enquanto outros buscavam justificativas a favor dele. Toda a repercussão sobre o caso acabou tomando os contornos de discussões políticas que, frequentemente, apareciam nos jornais. O que revela como a imprensa periódica se constituiu em muito mais que um veículo de propagação de notícias, mas sim um refletor dos aspectos políticos, econômicos e sociais da época em que circulava. Assim, Jornais, panfletos, revistas, folhetins etc. desde o século XIX proporcionam uma leitura de mundos rica e complexa para os pesquisadores. Por meio dessas fontes, não apenas os historiadores da imprensa ganharam um novo espaço de pesquisas, mas as ciências humanas e sociais como um todo foram beneficiadas.

Em seus duzentos anos de imprensa no Brasil, a história social, cultural, cotidiana, política e econômicas foram registradas nos periódicos à medida que o país se transformava e ressignificava. Contudo, é apenas nas últimas décadas do século XX que as pesquisas com esta documentação como fonte se ampliaram. Muitos podem ser os fatores, a revolução historiográfica da 3ª geração dos Annales, a Nova História, a renovação Marxista, os estudos de Foucault etc. Todavia, “a expansão das pesquisas nos últimos anos por meio da imprensa tem como um dos fatores principais, a formação, constituição, restauração e preservação de coleções de periódicos de vários tipos e épocas em bibliotecas, museus, centros de

<sup>1</sup> Nila Michele Bastos Santos. Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História - PPGHIST-UEMA. E-mail: [nila.santos@ifma.edu.br](mailto:nila.santos@ifma.edu.br). Instituto Federal do Maranhão – IFMA campus Pedreiras



documentação e órgãos de imprensa” (LEITE, 2015, p.4). Esses acervos passaram a ser disponibilizados aos pesquisadores tanto por meio físico, quanto digital.

Nesse sentido, o acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, organizado pela Fundação Biblioteca Nacional, e disponibilizado ao público gratuitamente desde 2013, contribui para a diminuição de fronteiras nos espaços de pesquisas. Seu acervo conta com mais de cinco milhões de páginas digitalizadas à disposição dos interessados e reúne periódicos de todo o Brasil e alguns internacionais. Evidentemente, sabemos que os periódicos, como qualquer outra essa fonte, possuem suas limitações. Cabe ao historiador está atento a metodologia entendendo que nenhuma produção carrega todo o discurso de verdade, é preciso estar atento a própria historicidade em que as fontes foram construídas. Assim, tendo isso em mente, para o aprofundamento de nossa pesquisa nos debruçamos sobre os jornais nacionais que, de alguma forma trataram do crime ocorrido no Maranhão, em 14 de agosto de 1873.

### **A pesquisa nos jornais**

É certo que um jornal não corresponde e nem divulga toda a realidade do contexto em que se insere, pois como um construto de seu tempo, ele subverte a linguagem para atender seus próprios interesses, nesse sentido corroboramos o historiador Carlos Henrique Ferreira Leite, ao afirmar que um jornal

ele seleciona, se posiciona, omite, inverte, reverte, manipula, destaca e oculta os fatos e posições conforme seus interesses, muitas vezes, se expressando como porta-voz de toda uma sociedade, quando na realidade está veiculando os anseios de um grupo minoritário. Fatores estes, que não anulam ou reduzem a importância dos periódicos como fontes para o conhecimento das sociedades do passado, mas que expõem seus limites e problemas, exigindo procedimentos teóricos e metodológicos aprofundados para uma análise qualitativa e quantitativa. (Leite, 2015, p.13)

Para analisar os desdobramentos do processo contra o desembargador Pontes Visgueiro. Para isso, utilizamos o acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Vários verbetes foram utilizados para a busca, mas “Pontes Visgueiros” foi o que mais obteve resultados relevantes no

período de 1870 a 1890, tendo sido encontrado em um total de 984 ocorrências distribuídas em 73 periódicos. Logo, a partir dessa base, conseguimos encontrar referências do desembargador antes do crime, o que contribuiu para a elaboração do seu perfil, bem como notícias posteriores ao julgamento e condenação, o que nos ajudou a compreender o universo valorativo que se formou após os eventos.

Quase nada foi encontrado a respeito de Maria da Conceição, exceto que se tratava da vítima jovem, embora houvesse variações quanto à sua idade. Em apenas dois periódicos — “A Reforma”<sup>2</sup>, do Rio de Janeiro, e “Correio Paulistano”<sup>3</sup>, de São Paulo —, encontramos críticas diretas ao seu comportamento, apresentando-a como uma mulher perdida e, implicitamente, responsabilizando-a pelo que lhe ocorreu. Não há menção alguma às mulheres que, ao longo de quatro dias e três noites, não cessaram as buscas por Mariquinhas e pressionaram a segurança pública a agir. Suas ações são invisibilizadas, provavelmente para destacar e favorecer a atuação policial.

Além disso, apenas dois jornais — o “Diário de Pernambuco”<sup>4</sup> e o “Diário do Rio de Janeiro”<sup>5</sup> — publicam na íntegra o interrogatório de Luiza Sebastiana. A partir,

<sup>2</sup> O jornal **A Reforma** foi criado em 1869 pelo grupo de liberais, em oposição, servindo de veículo de divulgação e propaganda política das reformas liberais, circulou na Corte e nas províncias até 1878. O jornal era conhecido por sua crítica ao governo e suas campanhas em prol de reformas políticas e sociais. Nelson Werneck Sodré destacou o jornal **A Reforma** como o “mais prestigioso de sua época”, muito influenciando nas transformações da imprensa, “polemizando com ardor, originando-se do Clube da Reforma”. (Dias, 2008, p. 52 e 65)

<sup>3</sup> O **Correio Paulistano** foi o primeiro jornal diário da então província de São Paulo, fundado por Joaquim Roberto de Azevedo Marques, circulou de 1854 a 1930, e depois, com intervalos, até 1963. Iniciou como liberal até junho de 1890, quando se tornou órgão do Partido Republicano Paulista, até 1955. A partir de 1855, passou a atuar como órgão oficial de partidos políticos em troca de patrocínio. (Correio...)

<sup>4</sup> Fundado como folha de anúncios a 7 de novembro de 1825, em Recife. É hoje o mais antigo jornal em circulação na América Latina. O primeiro proprietário do **Diário de Pernambuco**, jornalista Antonino José de Miranda Falcão, participou em 1826 da Confederação do Equador. Em fevereiro de 1835, o jornal foi vendido à firma Pinheiro e Faria, de propriedade de Manuel Figueroa de Faria, que o transformou em órgão oficial dos governos da província (essa posição seria mantida até 1911, com alguns pequenos períodos de exceção). Antiescravista já na década de 1850, o jornal exaltou a assinatura da Lei Áurea, em maio de 1888, dando cinco dias de férias aos empregados para que todos comemorassem as “festas da liberdade”. (CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil).

<sup>5</sup> **Diário do Rio de Janeiro** foi um jornal de publicação diária que circulou na Corte carioca por longos anos. Era visto como órgão estritamente comercial sem ter como finalidade a interferência em assuntos políticos. Destacaram-se em suas páginas, o movimento de evolução urbana, crescimento dos comerciantes, maneiras de apreensão das notícias por seu público e de novas relações sociais daí resultantes. Teve como fundador-redator Zeferino Vito de



primordialmente, deste depoimento, foi possível, dentre outros aspectos, identificar os nomes e traçar os possíveis percursos de luta das mulheres que buscaram Mariquinhas. Embora estes jornais não opinem sobre o exposto, reproduzindo apenas o que imaginamos ser o correspondente ao publicado pelo jornal maranhense “O Paiz”<sup>6</sup>, sabemos que eles são “poderosos instrumentos que são utilizados por forças diversas para agir sobre a história” (Barros, 2023, p.12).

Logo, a reprodução integral do interrogatório da mãe da vítima não deve ser interpretada apenas como uma informação imparcial. Houve uma escolha dos profissionais que produziram o periódico para tal, de forma que, certamente, há uma mensagem implícita aos leitores, que a compreenderão de acordo com suas próprias especificidades. Sendo assim, de acordo com José D'Assunção Barros, é indispensável

compreender o jornal não como um veículo passivo e neutro de informação, mas também como um sistema capaz de produzir e difundir discursos e instaurar um processo de comunicação que nada tem de neutro, é fundamental para termos a devida consciência da função dos jornais como agentes de instrumentos capazes de interferir na história. Se o jornal transmite informações, ele também produz opiniões discursos análise da realidade que são geradas na sociedade envolvente e que a ela retorna. São capazes dos jornais, de revelar verdades e aspectos da realidade que certos interesses políticos e econômicos prefeririam conservar ocultos; mas também é dos jornais a possibilidade de construir meias verdades de silenciar sobre certos fatos e não outros, de selecionar e redefinir a informação a ser transmitida. (Barros, 2023, p.12.)

Excluindo os anos anteriores a 1873 e posteriores a 1875<sup>7</sup>, encontramos publicações sobre o caso em jornais de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas

---

Meirelles até 1822, substituído por Antônio Maria Jourdan e como proprietários, Nicolau Lobo Vianna, sendo a partir de 6 de julho de 1852 Antônio Maria Navarro de Andrade e Luiz Antônio Navarro de Andrade. (Diário do Rio de Janeiro)

<sup>6</sup> Fundado por Temístocles Aranha em 1863, “**O Paiz**: Jornal Catholico, Litterario, Comécial e Noticioso” teve uma conotação inicial eminentemente católica. Aos poucos ampliou seu conteúdo para notícias políticas e sobre o comércio. Após 1870, passou por um considerável melhoramento editorial e jornalístico, o que o colocou entre os periódicos mais modernos do Norte do Império. Durou até 1886, quando foi fundido ao Publicador Maranhense para formar um novo jornal intitulado “O Paiz: órgão especial do comercio” (Costa, 2017, p. 48).

<sup>7</sup> Esse recorte foi escolhido por ser o período que tratam especificamente do crime e de suas consequências.



Gerais, Para, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, além de um periódico de Lisboa, em Portugal. Dentre os estados com a maior quantidade de informações sobre o crime, Pernambuco é o primeiro colocado, seguido pelo Rio de Janeiro. O Maranhão foi excluído desta lista intencionalmente devido a uma triste particularidade: a ausência de fontes jornalísticas sobre o crime.

No entanto, é importante salientar que a falta de documentação não significa que ela não foi produzida. Ao analisar os jornais das demais províncias, é possível notar que diversas edições de 1873 dos tradicionais jornais do Maranhão serviram de correspondente para outros periódicos nacionais. Contudo, a pesquisa de campo nos arquivos físicos da Biblioteca Benedito Leite, do Arquivo Público do Maranhão e do Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão verificou a inexistência dos jornais locais entre agosto e dezembro de 1873. Na Biblioteca Benedito Leite, que possui o maior acervo público de jornais do Maranhão, mesmo entre os livros para restauração, que não estão disponíveis para pesquisa, não foram encontrados jornais nesse período. Da mesma forma, os jornais maranhenses do ano de 1873, que possuem publicações digitalizadas na Hemeroteca Nacional, são todos de meses anteriores ao crime.

A exceção é apenas o jornal “O Domingo”, que apresenta 3 edições de 1873 nas quais cita o crime, todavia não o descreve justamente por afirmar que os demais jornais já o fizeram a exaustão. A edição 0032, de 24 de agosto de 1873, critica a forma em que a polícia tratou a população que se aglomerava em frente à casa de Visgueiro. A edição 0038, de 05 de outubro de 1873, traz a opinião do jornalista de como o caso está sendo tratado por outras províncias, apontando como os passageiros do navio em que estava “endeusavam” à Mariquinhas e demonizavam Visgueiros, o que lhe pareceu ridículo.

Já edição 0040, de 19 de outubro de 1873, além de transcrever o avulso vendido a 100 réis, no Rio de Janeiro, que trazia a transcrição do interrogatório de Visgueiro na então capital do império, apresenta uma crítica à forma como os jornalistas estão sendo barrados na porta do quartel e impedidos de acessar o que lá estava sendo produzido e como a proibição não se

estendia aos “amigos do Reo” que constantemente visitavam o desembargador e rendiam-lhes homenagens, a exemplo do próprio ministro da Justiça, Sr. Duarte de Azevedo<sup>8</sup>.

O Jornal Diário do Maranhão<sup>9</sup>, de grande circulação na capital maranhense, não possui, digitalizado na Hemeroteca, nenhum exemplar do ano de 1873. Na década de 1870 encontramos apenas os anos de 1874 a 1879. O jornal “O Paiz”, que é o principal transcrito pelos jornais de outras províncias, possui apenas cinco edição digitalizada do ano de 1873, sendo duas de datas anterior ao crime (14 de julho e 9 de agosto), uma anterior à descoberta do corpo (16 de agosto), uma edição especial em homenagem a inauguração da estátua de Gonçalves Dias (7 de setembro) e a última de 10 de setembro, que embora seja posterior ao embarque do desembargador em direção ao Rio de Janeiro, não traz nenhuma notícia sobre o caso, fixando-se em noticiar como foi a festa da independência e a inauguração da estátua do “poeta dos Timbiras”, Gonçalves Dias, no dia 7 de setembro.

O mesmo panorama de vazio documental ocorre com os exemplares físicos da Biblioteca Benedito Leite. Este cenário é modificado somente quando direcionamos a pesquisa para o ano de 1874, quando os periódicos como “Diário do Maranhão”, “O Paiz” e “Publicador Maranhense”<sup>10</sup> começaram a publicar notícias sobre o andamento do processo na corte e a cobertura do processo local contra os cúmplices do desembargador. Sendo assim, é importante salientar que todas as informações sobre o crime, obtidas nos jornais, mesmo que apresentadas

<sup>8</sup> Tal informação foi posteriormente desmentida pelo jornal **A Nação**, do Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 1873, todavia não conseguimos descobrir se algum periódico do Maranhão publicou o desmentido.

<sup>9</sup> O Diário do Maranhão foi fundado por José Maria Correia Costa Frias, insere-se na conjuntura criada pela libertação dos escravos, sendo um jornal acerca do comércio, da lavoura e da indústria. Inicialmente composto por quatro partes: oficial, folhetim, marítima e notícias. Deixou de circular em 1858, retornando apenas em 1873 com um perfil noticioso comercial. Os articulistas compartilhavam uma visão de mundo das classes dominantes, principalmente no apoio a escravidão (Diário do Maranhão)

<sup>10</sup> O jornal **Publicador Maranhense** surgiu em meados de 1842, no mês de julho. Era um órgão oficial do governo, até 1862 tinha uma periodicidade de três vezes por semana e, após esse período, passou a ser diário. Durante a sua existência passaram por sua redação vários jornalistas de concepções políticas variadas, como João Francisco Lisboa (até 1855), Sotero dos Reis (1856 até 1861), Temístocles Aranha (1861 até 1863), Ovídio da Gama Lobo (1863 até o início de 1864), Antônio Henriques Leal (1864), Felipe Franco de Sá (1865) e a partir de 1866, foi redigido por empregados da Secretaria de Governo, tendo como editor o jornalista João da Mata de Moraes Rego. Em 1886, o Publicador Maranhense encerrou suas atividades, fundindo-se ao “O Paiz” para formar um novo jornal. (Araújo, 2021)

como reproduções dos jornais maranhenses, passaram primeiramente pela filtragem dos demais periódicos nacionais que as republicaram. Sendo, provavelmente, adequadas à “influência que o jornal exerce em seu contexto, seus interesses e a atuação junto ao seu público leitor, para o qual o periódico se direciona” (Lapuente, 2016, p. 13).

Dessa forma, ainda que tenhamos consultado periódicos de todas as províncias mencionadas, bem como o jornal de Lisboa, procuramos evitar uma análise precipitada, acrítica e superficial. Portanto, concentramos nossa pesquisa nos dez jornais do século XIX listados na tabela abaixo, visto que acreditamos que estes apresentam, com maior riqueza de detalhes, fatos, contextos, debates e opiniões sobre o caso, desde a descoberta do crime até o falecimento do desembargador.

**Tabela 1. Relações de Jornais**

Nº	Nome Do Periódico	Local de Publicação	Ano de publicação
1.	Diário de Pernambuco	Pernambuco	1873 e 1874
2.	Jornal do Recife	Pernambuco	1874;1875 e 1876
3.	Diário do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1873; 1874 e 1875
4.	A Reforma	Rio de Janeiro	1873 e 1874
5.	A Nação	Rio de Janeiro	1873
6.	O Domingo	Maranhão	1873
7.	O Diário do Maranhão	Maranhão	1874 e 1875
8.	O Publicador Maranhense	Maranhão	1874
9.	Correio Paulistano	São Paulo	1873 e 1874
10.	Diário de São Paulo	São Paulo	1873 e 1874

Além destes, analisamos a revista “O Mosquito”, periódico semanal de circulação na cidade do Rio de Janeiro, que, através de sua linguagem visual, certamente muito contribuiu para a divulgação do crime entre a população não letrada do país. Publicada pela Typographia Fluminense de Domingos Luiz dos Santos, teve seu primeiro número lançado em 19 de setembro de 1869, trazendo em seu editorial uma promessa de descontração. Logo, ao longo de seus oito anos de existência<sup>11</sup>, a revista publicou desenhos de alguns dos maiores ilustradores

<sup>11</sup> A revista findou-se no n.º 416, lançado em 24 de maio de 1877.



da época. No entanto, é provavelmente a partir de 1872, com a entrada do cartunista ítalo-brasileiro Ângelo Agostini, que os temas políticos passam a ser mais evidentes. As tradicionais “ferroadas” ganharam uma linguagem mais irônica e as caricaturas se tornaram cada vez mais satíricas, sinalizando uma postura mais contestatória, o que certamente não agradava a todos.

Do mesmo modo que os demais periódicos do país, “o grande tema do qual se acercou O Mosquito durante a estada de Agostini foi a Questão Religiosa<sup>12</sup>. O problema central da polémica tinha um cunho jurídico e político que colocava em relevo a necessidade de se pontuar os limites da união entre igreja e Estado” (Pires, 2010, p. 3). Dessa forma, o artista não se omitiu em criticar a igreja através de suas caricaturas contundentes que mostravam o clero em posturas e atitudes hipócritas. Contudo, o anticlericalismo de Agostini não significava um apoio total ao império. Ao contrário o crime cometido pelo desembargador Pontes Visgueiro, assim como em outros jornais, serviu como combustível para críticas ao sistema de poder, no qual a lei era frequentemente usada como um instrumento de proteção dos interesses dessa elite.

No ano de 1873, destacamos três edições da revista “O Mosquito” nas quais o crime é comentado. Na primeira destas edições, n.º. 208 de 6 de setembro de 1873, o assassinato em si parece não ser tão relevante quanto a idade do agressor. Jocosamente, para não dizer cruel e insensível, o autor compara Visgueiro a um Othello sexagenário e Mariquinhas a uma “Desdêmona de baixa estofa”, possivelmente sugerindo uma dramatização exagerada dos eventos. De acordo com a edição,

Do que também desejava preocupar-me, mas já agora é tarde, é do caso acontecido no Maranhão com um S.r. desembargador, espécie d'Othello sexagenário, que esfaqueou a sua Desdêmona de baixa estofa, como quem fura sacos d'assucar para lhe tirar os torrões. O caso em si não é vulgar, nem alegre, e prova ainda uma vez que, assim como já não ha crianças, também já não ha velhos. Aos sessenta annos os ciúmes nem sempre são ridículos: a prova, ella ahi está. O que eu desejo ao leitor, e ainda mais a mim próprio, é que nunca

<sup>12</sup> A Questão Religiosa, ocorrida durante o Segundo Reinado no Brasil, foi um conflito entre a Igreja Católica e o governo imperial, motivado pela resistência da Igreja à interferência estatal nos assuntos eclesiásticos e pela oposição à maçonaria. A crise que em 1872 a 1875 envolveu a imprensa e mobilizou considerável parcela da população culminou com a condenação a prisão dos bispos de Olinda e Belém em 1875. Contudo, no mesmo ano receberam a anistia do Imperador Dom Pedro II. O conflito enfraqueceu a imagem do Império. Neves (2002)

encontremos uma senhora de sessenta e dois annos que nos offereça o seu coração com todas as suas dependências. (O Mosquito, 6 do setembro de 1873)

O tom prosaico do texto e a comparação de Mariquinhas com um saco de açúcar, além de desumanizar a vítima, parecem minimizar a gravidade e até naturalizar um homicídio feminino. O que se questiona ali são os limites da moralidade de um homem sexagenário que, tal qual um jovem, se deixa tomar de ciúmes por uma mulher de “baixa estofa”. Ora, além de reforçar os estereótipos sociais, o caráter patriarcal da sociedade novamente é explícito. Entretanto, parece-nos que, à época da publicação desta edição, os jornalistas de “O Mosquito” ainda não estavam a par dos detalhes do crime.

Somente nas edições n.º 212, de 04 de outubro de 1873, e n.º 213, de 11 de outubro de 1873, que texto e caricaturas foram, especificamente, dedicados à discussão mais aprofundada sobre o caso. A sessão intitulada “Chronica”, que correspondia ao editorial da revista e abordava diversos acontecimentos da sociedade brasileira, dedicou-se, nas edições n.º 212 e n.º 213, exclusivamente a tratar do crime do desembargador. Embora, na edição n.º 212, ainda persistisse a minimização da gravidade de um homem assassinar uma mulher, desde que demonstrassem “uma compleição sanguínea e que, n'um momento dado, são umas bestas feras sem talvez terem disso completa culpa” (O mosquito 4 de outubro de 1873), a situação se diferenciava por se tratar de um magistrado sexagenário, a quem o digno papel deveria servir de exemplo. As edições evidenciaram a premeditação, contestaram ironicamente a defesa de insanidade e reforçavam a suspeita de impunidade. Na edição n.º 212, de 4 de outubro de 1873, podia-se ler:

Diz o povo, voz do diabo ou voz de Deus — quo o processo será a farsa do fim, e quo o autor d'uma façanha que a Nação, folha semi-official classifica delito, será absolvido, graças a valiosas amizades, e a uma defesa baseada no estado de alienação mental do Sr. desembargador quando cometeu aquele delito, como diz a Nação. Estou d'accordo, o homem estava maluco, tão maluco, que lavou as mãos do sangue da sua vítima e — efeito da alienação mental! — foi a um jantar. Estava louco?! Não, não estava. Até procedeu muito avisadamente. Livrou a terra d'um monstro de perversidade. O

verdadeiro é castigarem-o — com uma grã-cruz. É pouco? Pois façam-o — Barão da Maria da Conceição. (O Mosquito, 4 do outubro de 1873)

A crítica ao sistema judicial é notória e, ao citar “A Nação”<sup>13</sup>, outro periódico carioca de grande circulação, demonstrava-se que não se tratava apenas de uma opinião isolada de um único folhetim. Dessa forma, a conclusão sarcástica de que o desembargador deveria ser recompensado com uma “grã-cruz” ou o título de “Barão da Maria da Conceição” nada mais é que uma forma de evidenciar as reais chances de Pontes Visgueiro escapar da justiça, apenas por possuir os privilégios restritos a uma camada social que controla as instituições de poder do Império. Na edição seguinte, de 11 de outubro de 1873, as comparações entre as classes sociais e as diferenças de como a justiça é empregada a cada representante destas, continuam. Assim, na edição n.º 213, lia-se:

Desde a chegada do assassino de Maria da Conceição, vel-o visitado por pessoas colocadas nos primeiros cargos do paiz — ostensivamente, quase oficialmente — entrou no espirito-público a suspeita que havia fortes empenhos para furtar esse homem à ação da justiça [...]

Haverá razão para a suspeita do povo, para o receio de que a igualdade perante a lei seja desconsiderada em favor d'esse que ahi estava para distribuir a justiça, e que, pensadamente, com calma, a sangue frio, depois de se cercar de precauções e cúmplices, assassinou uma mulher, uma desgraçada que elle juiz certamente condenaria, se a acusassem de n'um momento de cólera haver apunhalado um amante de quem tivesse zelos. (O Mosquito, 11 do outubro de 1873).

Percebe-se que todo o debate em torno do assassinato de Maria da Conceição deslocou-se do campo do homicídio de uma mulher, para críticas aos privilégios de determinados grupos sociais, a possibilidade de impunidade e, primordialmente, a provável corrupção no sistema judicial, da qual pertencia o desembargador Pontes Visgueiro. Em outras palavras, a vítima foi progressivamente sendo deixada de lado e as mulheres, responsáveis pela pressão para

<sup>13</sup> **A Nação** foi um jornal de linha conservadora, foi fundado e dirigido por João Juvêncio Ferreira de Aguiar por incentivo do Visconde do Rio Branco. Em suas páginas escrevia, além de José Maria da Silva Paranhos Júnior, Gusmão Lobo. Ferreira de Aguiar foi sucedido na direção do periódico pelo Padre João Manoel. Quando este religioso ficou sem capital, foi afastado por Paranhos Jr. e Gusmão Lobo, que desse modo se tornaram seus diretores. O periódico foi uma espécie de porta-voz do governo no contexto da Questão Religiosa (A Nação).



investigar o desembargador, foram completamente apagadas da história. A premeditação e a barbárie com a qual Pontes Visgueiro tratou o corpo de Mariquinhas tornam-se os elementos-chaves nos debates. Aproveitando-se desse contexto, nas edições n.º. 212 e 213, Ângelo Agostini, inspirado nos relatórios do chefe de polícia do Maranhão, Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, reconstituiu graficamente o assassinato.

É possível que tais representações tenham causado grande impacto no público, tanto pela forma como o artista reconstituiu visualmente a violência cometida pelo desembargador Pontes Visgueiro, quanto pelo modo como o corpo de Mariquinhas foi exposto, sem qualquer tipo de pudor ou sensibilidade. Além disso, podemos conjecturar que tais ilustrações também contribuíram para cristalizar no imaginário coletivo um discurso de verdade sobre o crime, pois, as imagens gráficas não apresentavam apenas os detalhes do ato violento, mas também reforçavam a ideia de brutalidade e barbárie atribuída ao agressor. Alimentando ainda mais a indignação popular contra um dispositivo que o impedia de ser imediatamente preso e aos privilégios que poderia utilizar para se safar.

A obra de Agostini não apenas documenta o crime, mas o mercantiliza, utilizando a imagem de Mariquinhas para atrair leitores e ampliar as vendas das edições. No jornal “A Nação”, n.º 207 de 4 do outubro de 1873, podia-se ler sob a epígrafe “ECHO dos Jornaes” que “O Mosquito publica hoje o retrato do desembargador Pontes Visgueiro e o da sua infeliz vítima”. Em 10 de novembro 1873, a edição 258 do jornal “Diário de Pernambuco” publica na seção “Avisos Diverso”, o anúncio sob a epígrafe “Novidade” no qual comunica que na Fotografia Imperial estão à venda os retratos de Sua Santidade Pio IX, de D. Vital, bispo de Pernambuco e da “infeliz Maria da Conceição assassinada pelo desembargador Pontes Visgueiro por 500 rs”. Embora não se diga quem fez os retratos, possivelmente, tratavam-se dos desenhos de Angelo Agostini, que foram reproduzidos e circularam no país, construindo um imaginário sobre o crime e consolidando uma fisionomia para Mariquinhas.

O restante da cobertura nacional, embora divergisse em tom e abordagem, também se apropriou do crime para fins políticos e comerciais, criticaram não apenas a violência cometida

por Pontes Visgueiro, mas também as instituições imperiais que permitem a impunidade de figuras poderosas. Essa linha jornalística consolidou o protagonismo do desembargador Pontes Visgueiro na narrativa pública, eliminando ainda mais a vítima e as mulheres que buscaram justiça. No jornal *Correio Paulistano*, de 16 de setembro de 1873, por exemplo, a notícia que circulava sobre o crime trazia uma crítica velada ao promotor Dr. Francisco Baltazar da Silveira, segundo o jornal:

E assim que se diz que o procurador da coroa, que serve de promotor de justiça junto do Supremo Tribunal, quiz furtar-se à responsabilidade de apresentar a denúncia contra o desembargador Pontas Visgueiro, o celebre assassino da infeliz Maria da Conceição, opinando que cumpria ao promotor da justiça junto da Relação do Maranhão produzir a denúncia. Faz-se geralmente um juízo tão desfavorável dos nossos tribunais que ouve-se a cada passo: <<ora, o Pontes Visgueiro ha de ser absolvido; elle é um grande e os grandes quando comentem crimes estão sempre doidos>> E esta crença vai-se arraigando no espirito do povo. Entretanto não se deve esperar tal coisa do Supremo Tribunal de Justiça, ainda que o povo tenha sérias razões para pensar assim. (*Correio Paulistano*, de 16 de setembro de 1873)

Já o jornal *Diário de São Paulo*<sup>14</sup>, manteve a maior parte de sua cobertura apenas em caráter informativo, reproduzindo jornais do Maranhão e do Rio de Janeiro, essa configuração muda apenas nas edições nº 2389, de quinta-feira, 9 de outubro de 1873, e nº 2420, de 16 de novembro de 1873. Enquanto a primeira edição descreve o crime por meio de versos poéticos, a segunda relata episódio do passado do desembargador, apontando uma personalidade violenta desde os tempos de sua juventude. De acordo com o jornal:

Hoje, que está na ordem do dia aquelle personagem, tudo que for luz a seu respeito virá a propósito. Eis porque uma pessoa, a todos os respeitos digna de credito, informa-nos o seguinte: « O sr. Pontes Visgueiro, vindo de Pernambuco para estudar na então academia desta cidade, tornara-se notável pelo modo por que se portava entre collegas e mais pessoas. Andava sempre armado com uma enorme faca, que todos temiam, por ser elle avalentado. Que por ocasião de um baile que deu a finada marquesa de Santos, em seu palacete

<sup>14</sup> O *Diário de São Paulo* teve por primeiro proprietário Paulo Delfino da Fonseca e como gerente Joaquim Otaviano dos Santos. Foi o primeiro jornal a publicar gravuras e desenhos, foi o primeiro diário, em São Paulo, que trouxe ilustrações da autoria de Henrique Schroeder (*Diário de São Paulo*)”

á rua do Carmo, o mesmo senhor, acompanhado de um mangote de moleques apedrejara a casa, quebrando as vidraças das janelas do lado do Colégio, causando tão inaudito atentado o maior desgosto a todos em geral. Diz mais o mesmo informante, que não está bem lembrado de um negócio que deu-se entre elle e um soldado, por causa de uma mocinha amante deste, porém que houve o quer que fosse, e que por isso não podia ser como tem sido lamentada como uma fatalidade o horroroso delicto que nos últimos annos de vida commetteu com tanto cynismo, e que o que não fez em sua mocidade acabava de fazer depois de velho. Que seus collegas daquelle tempo o temiam, por julgarem-no capaz das maiores violências. (Diário de São Paulo, de 16 de novembro de 1873).

O jornal ainda traz na edição nº 2441, de 17 de dezembro de 1873, a notícia retirada do Jornal do Commercio. Sob a epígrafe: “Quais seriam as intenções?”, relata-se que, após uma denúncia de que o desembargador Pontes Visgueiro, mesmo preso no quartel do corpo policial, mantinha diversas armas escondidas, o “dr. 1º delegado, acompanhado de seu escrivão, deu busca no quarto ocupado pelo referido réo, e apreendeu um revólver, carregado com seis balas, quatro navalhas de barba e um canivete de mola. As armas foram entregues ao comandante do mencionado corpo” (Diário de São Paulo, quarta-feira, 17 de dezembro de 1873).

Embora o jornal não apresente uma opinião formada sobre o caso, fica implícito que a reprodução da notícia propõe em xeque as instituições de justiça. Provavelmente, reforçava-se a crença de que os poderosos estavam acima das leis, uma vez que era permitido ao desembargador prazeres de privilégios como visitas ilustres que facilitavam até o acesso às armas. A epígrafe, que não sabemos se foi colocada pelo Diário de São Paulo, ou pelo correspondente do Jornal do Comércio, levanta questões sobre as intenções do criminoso. Estaria ele armando uma fuga? Pensaria em cometer suicídio? Estava realmente insano?

Na edição 252, de 3 de novembro 1873, o jornal Diário de Pernambuco divulgava uma minúscula nota afirmando que “carta da corte escrita para o jornal da Bahia diz que o desembargador Pontes Visgueiro foi recolhido ao hospício de loucos, por estar sofrendo”. Embora não sabermos se isso realmente aconteceu, uma vez que essa notícia não apareceu em outros jornais verificados, certamente, as especulações sobre a sanidade e os privilégios do magistrado centralizavam ainda mais o olhar público sobre o criminoso, apagando a vítima,



Maria da Conceição, e demais mulheres do caso, de um debate que deveria também refletir sobre as condições de vulnerabilidade que a levaram a ser mota e as outras invisibilizadas.

### A Mercantilização do Crime

Ao longo do ano de 1874, a espetacularização e mercantilização do crime atingiram seu ápice. Tipografias, periódicos e comércios passaram a lucrar com a venda de materiais relacionados ao caso, incluindo anúncios de venda de imagens do crime e retratos do acusado e da vítima. Em Pernambuco, o mesmo anúncio de venda de quadros é exposto nos dois principais jornais da província: o “Diário de Pernambuco” e o “Jornal do Recife”<sup>15</sup>.

No “Jornal do Recife”, sob a epígrafe de “Publicação Litographica”, uma pequena nota falando sobre as ilustrações também foi incluída. Nela ressaltam-se o mérito do trabalho do artista, que se afirma ser do local, mas aponta que o conteúdo deveria ter uma capa que indicasse melhor o conteúdo, provavelmente pelo caráter violento e sexual que as imagens deveriam ter. Segundo o jornal,

O horroroso assassinato praticado em Maranhão pelo desembargador Pontes Visgueiro inspirou almoço artista desta cidade uma coleção de quadros, em que o terrível drama é representado nas suas principais scenas a eles juntou dous retratos o da vítima e o do algoz, para maior interesse do assumpto. São 12 estampas litografadas, formando uma espécie de álbum terrível coberto por uma capa, que lhe serve de frontispício que devia ser em nosso pensar de feitio mais indicativo do conteúdo mais isto não tira o merecimento que tenha o trabalho. (Jornal do Recife. sábado 26 de janeiro de 1874. p. 3).

Como dito anteriormente, possivelmente, são os desenhos de Ângelo Agostini que foram reproduzidos ou plagiados os que foram vendidos em álbuns ou postos em exposições, para quem pudesse pagar, nas mais variadas províncias do Brasil. Infelizmente, não há como

<sup>15</sup> O **Jornal do Recife** foi inicialmente, de acordo com seu próprio subtítulo, uma "Revista semanal" de "Sciencias - Letras - Artes". Lançado no Recife (PE) em 1º de janeiro de 1859, seu fundador, primeiro proprietário e diretor-redator foi José de Vasconcellos, que o lançou em substituição ao então recentemente fechado Jornal do Domingo. [...] Sem alterar sua propriedade e direção, em 1º de janeiro de 1862, o Jornal do Recife mudou radicalmente, transformando-se de fato em um jornal, de formato tabloide e publicação diária e matutina, com o subtítulo "Diario commercial, agrícola, industrial, litterario e noticioso" (Jornal...)

mensurar o alcance de público ou mesmo sucesso das vendas de imagens e exposições, contudo, é possível especular que parte das elites locais não ficaram contentes, provavelmente porque viam nas exposições uma ameaça aos próprios valores morais e à ordem social estabelecida. No Maranhão, por exemplo, embora nada pudemos encontrar referente a imagens ou exposições, havia a preocupação em impedir que o crime se tornasse uma peça teatral. Na edição nº240 do Diário do Maranhão, de 21 de maio de 1874, sob a título de “Os quadros vivos” lê-se:

Tendo o sr. Keller anunciado quo ia levar a scena todos os quadros do assassinato praticado pelo infeliz desembargador Pontes Visgueiro. reunirão-se os srs. desembargadores o foram no dia 12 a palácio pedir ao sr. presidente da província, que por intermédio da polícia fizesse paralizar os anúncios e prohibir semelhante espectáculo. em o qual faz Keller figurar a reunião em que esteve aquelle infeliz, depois do horroroso crime que praticara, reunião em a qual estiveram presentes notabilidades e respeitáveis famílias, que não devem figurar em espectáculo no interesse do um particular. Consta-nos que s. exc. o sr. presidente atendera ao justo reclamo dos srs. desembargadores. (Diário do Maranhão, de 21 de maio de 1874).

Tratava-se da elite magistrada maranhense, prováveis amigos e parentes de Pontes Visgueiro, que, incomodados com o apelo popular do crime e possíveis associações, pressionaram por meios legais a censura da obra ainda sequer montada, alegando que respeitáveis famílias não podiam padecer com um “erro” que não era comum a todos. Essa reação dos desembargadores evidencia não apenas o desconforto com a possibilidade de chacota e associação com o criminoso, mas também uma tentativa de silenciar a divulgação do que poderia emergir como indignação sobre as desigualdades de tratamento da justiça a partir de classe, gênero e raça.

Além disso, reflete as dinâmicas de poder da sociedade maranhense, que utiliza os dispositivos que possuem para silenciar qualquer um que possa ser uma potencial ameaça, não apenas a um indivíduo, mas ao grupo social com poderes em sua totalidade. Aparentemente, o jornalista do Diário do Maranhão não via problemas na censura à futura obra do Sr. Keller. O fato de ele considerar a censura um “justo reclamo” revela de qual lado estava. Nesse contexto,

estranha-se não apontar que tal exibição seria “ofensiva da honra da magistratura”, como se esta já não houvesse sido manchada o suficiente pelo crime do desembargador Pontes Visgueiro.

Ademais, além de todo o comércio imagético sobre o crime, outro mercado, potencialmente lucrativo, foi o da venda de impressos, avulsos ou em brochuras, da documentação jurídica. Partes do processo judicial, em formato de compilação, e até mesmo o discurso do Procurador da Coroa, Dr. Francisco Balthazar da Silveira (acusação), e do advogado do desembargador, Dr. Franklin Dória (defesa), foram reproduzidos e vendidos separadamente. Esses documentos, que a priori serviriam apenas como instrumentos de análise jurídica e social, foram transformados em produtos de consumo, circulando amplamente, pelas províncias do império. Pernambuco e Rio de Janeiro, especialmente são os lugares onde mais encontramos os anúncios de venda de partes ou compilações do processo nos periódicos. A especificidade se dá, provavelmente, pela presença das faculdades de Direito do Recife e do Rio de Janeiro, o que reforça a ideia que o caso se tornou objeto de estudo jurídico, além do debate público e da mercadoria lucrativa.

### Considerações Finais

O caso do desembargador Pontes Visgueiro, amplamente repercutido nos jornais brasileiros entre 1873 e 1876, exemplifica não apenas as violências de gênero do período, mas também a capacidade da imprensa oitocentista de moldar o imaginário público. Apesar da relevância histórica de Maria da Conceição, a vítima, e das mulheres que pressionaram as autoridades para solucionar o caso, uma narrativa construída nos jornais foi dominada pelo protagonismo do agressor e pela crítica às instituições imperiais. Essa invisibilização não apenas reproduziu, mas também reforçou as dinâmicas patriarcais da época, marginalizando a figura feminina mesmo em sua morte.

A mercantilização e a espetacularização do crime foram componentes centrais desse processo. As vendas de retratos de Mariquinhas e Pontes Visgueiro, trechos do processo e



desenhos de Ângelo Agostini, bem como as exposições pagas, evidenciam como o caso foi transformado em um produto comercial. Enquanto esses materiais expandiam o alcance da narrativa, também desenvolveram para uma construção imagética e simbólica que afastava o público das reais implicações das violências e desigualdades de gênero.

Mesmo sendo cruelmente exposta em desenhos, Mariquinhas não parece figurar como a protagonista da história. Em verdade, a partir das investigações e dos debates nos jornais, observa-se um apagamento de sua figura e da rede de solidariedade formada por suas amigas e familiares para buscar justiça. À medida que o foco do inquirido e da cobertura midiática se deslocou para o desembargador Pontes Visgueiro, buscando saber os motivos da “barbárie”, a vítima foi progressivamente relegada ao segundo plano. A dupla de protagonistas nesta história parece ser, na verdade, o desembargador Pontes Visgueiro e a Violência que foi cometida. Tais elementos refletem a estrutura patriarcal da sociedade oitocentista, onde as mulheres, mesmo em seus próprios assassinatos, não ganham o destaque que lhes era devido.

## Referencias

### Fontes

A Nação. Biblioteca Nacional.. Disponível em [https://acervo.bn.gov.br/sophia\\_web/acervo/detalhe/915691](https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/915691) . Acesso em: 14 dez. 2024.

A Nação. Sábado, 4 do outubro de 1873 – Edição 00207 Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/586404/1436> Acesso em: 17 dez. 2024.

Correio Paulistano. Biblioteca Nacional. Disponível em: [https://acervo.bn.gov.br/sophia\\_web/acervo/detalhe/870874](https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/870874) Acesso em: 18 dez. 2024

Diário de Pernambuco. CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.. FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>. Acesso em: 17 dez. 2024.

Diário de Pernambuco. segunda-feira, 10 de novembro 1873 – Edição 00258 Disponível em:

[http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033\\_05/9156](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_05/9156) Acesso em: 17 dez. 2024.

Diário de Pernambuco. segunda-feira, 3 de novembro 1873 – Edição 00252 Disponível em:

[http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033\\_05/9107](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_05/9107) Acesso em: 18 dez. 2024.

Diário de São Paulo. Biblioteca Nacional. Disponível em:

[https://acervo.bn.gov.br/sophia\\_web/acervo/detalhe/1116469](https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/1116469) Acesso em: 18 dez. 2024.

Diário de São Paulo. Biblioteca Nacional. Disponível em:

[https://acervo.bn.gov.br/sophia\\_web/acervo/detalhe/1116469](https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/1116469) Acesso em: 18 dez. 2024.

Diário de São Paulo. Domingo, 16 de novembro de 1873.- Edição 2420. Disponível em:

<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/709557/9482> Acesso em: 18 dez. 2024.

Diário de São Paulo. Quarta-feira, 17 de dezembro de 1873 - Edição 2444. Disponível em:

<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/709557/9573> Acesso em: 18 dez. 2024.

Diário de São Paulo. Quinta-feira, 9 de outubro de 1873 - Edição 2389. Disponível em:

<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/709557/9359> Acesso em: 18 dez. 2024.

Diário do Maranhão. Biblioteca Nacional. Disponível em:

[https://acervo.bn.gov.br/sophia\\_web/acervo/detalhe/880104](https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/880104). Acesso em: 15 dez. 2024.

Diário do Maranhão. Quinta-feira, de 21 de maio de 1874 - Edição nº 240. Disponível em:

<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/720011/3524> Acesso em: 20 dez. 2024

Diário do Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional. Disponível

em: [https://acervo.bn.gov.br/sophia\\_web/acervo/detalhe/871096](https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/871096). Acesso em: 14 dez. 2024.

Jornal do Recife. Biblioteca Nacional. Disponível em:

[https://acervo.bn.gov.br/sophia\\_web/acervo/detalhe/880501](https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/880501) Acesso em: 18 dez. 2024

Jornal do Recife. Segunda-feira, 26 de janeiro de 1874 - Edição 00020. Disponível em:

<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/705110/8758> Acesso em: 19 dez. 2024

O DOMINGO, Domingo, 05 de outubro de 1873 - Edição 00038 Disponível em:

<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/718670/229> Acesso em: 03 set. 2024.

O DOMINGO, Domingo, 24 de agosto de 1873 - Edição 00032 Disponível em:

<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/718670/212> Acesso em: 03 set. 2024.

O DOMINGO, Domingo, de 19 de outubro de 1873- Edição 00040 Disponível em:

<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/718670/237> Acesso em: 03 set. 2024

“O Mosquito”. Anno 5°. Rio de Janeiro. 04 de outubro de 1873. Nº 212 Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/709654/665> Acesso em: 16 dez. 2024.

“O Mosquito”. Anno 5°. Rio de Janeiro. 11 de outubro de 1873. Nº 212 Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/709654/665> Acesso em: 16 dez. 2024.

“O Mosquito”. Anno 5°. Rio de Janeiro. 06 de setembro de 1873. Nº 208. Disponível em:

<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/709654/635> Acesso em: 16 dez. 2024.

### Bibliografia

ARAÚJO, Johny Santana de. O Jornal Publicador Maranhense e a construção da Guerra do Paraguai 1865-1868. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, [S. l.], v. 18, n. 32, p. 278–297, 2021. DOI: 10.18817/ot.v18i32.858. Disponível em: [https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros\\_tempos\\_uema/article/view/858](https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/858) . Acesso em: 15 dez. 2024.

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

Correio Paulistano, terça-feira, de 16 de setembro de 1873 - Edição 5106. Disponível em:

[http://memoria.bn.gov.br/DocReader/090972\\_03/4077](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/090972_03/4077) Acesso em: 18 dez. 2024.

COSTA, Yuri Michael Pereira. **Celso Magalhães e a justiça infame: crime, escravidão e poder no Brasil Império**. 354f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

DIAS, Vera de Oliveira. **A imprensa da Corte nos anos de 1860 e 1870: um estudo comparativo dos jornais Opinião Liberal e A Reforma**. 119f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2008.



LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**, [S. l.], v. 4, n. 06, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/7604> . Acesso em: 14 dez. 2024.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Revista Escritas**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 03–17, 2015. DOI: 10.20873/vol7n1pp03-17. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/escritas/article/view/1629> Acesso em: 21 jul. 2024.

NEVES, Guilherme Pereira das. Questão Religiosa. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. Ângelo Agostini na história das ideias e dos intelectuais no Brasil. IN: Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araujo (org.). **Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado**. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1) Disponível em: [https://www.academia.edu/4002759/Angelo\\_Agostini\\_na\\_hist%C3%B3ria\\_das\\_ideias\\_e\\_dos\\_intelectuais\\_no\\_Brasil](https://www.academia.edu/4002759/Angelo_Agostini_na_hist%C3%B3ria_das_ideias_e_dos_intelectuais_no_Brasil) Acesso em: 15 dez. 2024.

## AS COMEMORAÇÕES DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NOS JORNAIS MARANHENSES NO PRIMEIRO REINADO (1823-1831)

Teylou Barros Moraes<sup>1</sup>

### Resumo

A incorporação da província do Maranhão à Independência do Brasil se deu a partir do ano de 1823. Esse processo se caracterizou pelas disputas em diversas camadas da sociedade. Na esfera política podemos observar o embate entre “portugueses” e “brasileiros”, grupos que não apoiavam o novo regime e os que apoiavam. O Maranhão “aderiu” ao Império em julho de 1823. Porém, é somente no ano de 1826 que vamos observar uma movimentação para festejar a Independência, sobretudo em 12 de outubro, data importante por ser o aniversário do Imperador e de sua aclamação ao trono. Já o 7 de setembro foi motivo de grande debate político nos primeiros anos da Independência, sendo visto por alguns políticos como o início do Império e por outros uma data inferior ao 12 de outubro. O trabalho tem como objetivo compreender o processo de incorporação do Maranhão ao Império brasileiro a partir da forma como é construída uma memória nacional por meio das comemorações públicas nos primeiros anos do Império do Brasil, por meio da imprensa. A busca pelas edições dos jornais foi feita no acervo digital da biblioteca nacional, site da hemeroteca digital e banco de dados construído pelo Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO), composto por extratos de notícias constando referências às datas comemoradas. Portanto, a pesquisa busca entender como os jornais participaram do debate político sobre a independência e seus agentes no processo de formação da memória nacional/local.

**Palavras chaves:** Independência; Comemorações; Imprensa; Maranhão

### Introdução

O processo de independência do Brasil, na figura do imperador D. Pedro I como “Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”, no ano de 1822, marcou a fundação oficial do Estado independente e imperial do Brasil, foi comemorado com grandes festividades em praça pública da então capital, no local então chamado de Campo de Sant’ana. O movimento

<sup>1</sup> Graduando do Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO/UEMA). Bolsista de Iniciação Científica do Projeto História, historiografia e memória: comemorações da Independência na imprensa do Maranhão e Piauí (1824-1841), coordenado pelo Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Chamada CNPq/MCTI N 10/2023 - Faixa B - Grupos Consolidados.

em prol da aclamação do imperador, segundo Maria de Lourdes Viana Lyra, foi liderado por políticos defensores da vertente moderada, aquela que se posicionaria contra a proposta constitucional aprovada pelas cortes de Lisboa, considerada radical. Assim, após a aclamação do imperador, os políticos filiados a essa corrente mobilizaram-se no Rio de Janeiro para elaborar uma constituição que garantisse a soberania do monarca e a centralização do poder em suas mãos, acreditando que essa seria a forma mais segura de garantir a consolidação do Império do Brasil ainda em formação, com a perspectiva de um futuro promissor (Lyra, 2012, p.23).

Os primeiros momentos dessa trama complexa da fundação do novo Império do Brasil, foi marcado pelo confronto de ideias dos próprios políticos na capital do império. Por mais que houvesse um consenso com relação ao absolutismo monárquico não ser um sistema político fundamental para o consentimento do povo para legitimar o novo governo, havia formas diferentes de conceber o exercício da soberania e a distribuição dos poderes numa monarquia constitucional. Nesse momento de confronto de ideias, temos como destaque alguns políticos que já faziam parte do governo regencial de D. Pedro, como os irmãos Andrada – José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos – José da Silva Lisboa, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Vasconcelos Drumond, Fernando Carneiro Leão, entre outros. Entre eles havia o consenso na criação de mecanismos constitucionais para centralizar o poder de decisão política nas mãos do governante para a fundação do Império do Brasil.

Desde o momento da aclamação do imperador, a população do Rio de Janeiro participou com grande euforia das festividades que seguiram a aclamação do império constitucional. Essa população era constituída por funcionários públicos, soldados, comerciantes, ourives e artesãos em geral, mostrando o grande apreço da população pela figura do imperador. Sobre essa afeição pela figura do imperador Maria de Lourdes Vianna Lyra, relata que,

A afeição e respeito da população ao imperador tinha profunda relação com o cotidiano da Corte, pois D. Pedro transitava normalmente, a pé ou a cavalo, por becos e vielas da cidade, frequentando tabernas populares e visitando casas de famílias simples do povo. Esse aspecto, aliado ao meio cultural estruturado no embevecimento com a realeza e ao pensamento tradicional e dominante, que via o monarca como líder político e governante incontestável,



protetor dos desvalidos e propiciador da paz social, deve ter exercido enorme influência na imediata adesão popular ao imperador e, conseqüentemente, ao projeto de fundação do Império do Brasil (Lyra, 2012, p.25).

Desse modo, os grupos políticos vinculados à figura do imperador passaram a definir o papel do imperador como “defensor perpétuo do Brasil”. Segundo Lyra (2012), o povo reconhecia as demonstrações de amor e fidelidade que o príncipe devotada à causa da independência do Brasil, gerando a crença de um vasto e poderoso império do Brasil. Além dos festejos nas ruas da capital, temos também o papel da imprensa nesse processo de independência, que segundo Lúcia Maria Bastos P. Neves (1999), o período entre os anos de 1821-1822 será caracterizado com o fenômeno do periodismo, que foi marcado pelo grande número de periódicos que surgiram, tanto no Rio de Janeiro como em outras províncias do Brasil, como na Bahia, Pernambuco e no Pará (Neves, 1999). Os jornais e panfletos difundiam uma cultura política, calcada no liberalismo, que encontrou uma ampla ressonância, sobretudo no Rio de Janeiro, nos diversos espaços públicos de sociabilidade que se formavam, e que desempenhavam um papel na construção da independência do Brasil. Assim, o processo de independência foi caracterizado pela ação de grupos políticos vinculados ou não à figura do imperador, para a formação de um império constitucional. Com a forte crescente publicação em jornais na capital do Império (Basile, 1990).

Portanto, o processo de independência na capital Rio de Janeiro, foi marcada por disputas políticas entre grupos políticos dentro da corte, como vimos em Basile (1990), marcado pela ação da imprensa nas publicações de notícias e panfletos nas ruas (Neves, 1999). Assim, observamos que a independência teve como principais agentes, políticos vinculados a elite, redatores e as sociedades secretas, como a maçonaria. Após a “ruptura” com a coroa portuguesa, o príncipe regente passa a ser aclamado como “Imperador Perpétuo da Nação”, tornando-o uma figura central para a liberdade do povo, sendo festejado e venerado pela população, como mostra Maria de Lourdes Lyra (2012). Assim, este artigo tem como objetivo, analisar o processo de “adesão” do Maranhão a nova conjuntura política do Brasil, observando as comemorações

em torno desse momento, simbolizados nas datas do 28 de julho, 7 de setembro e o 12 de outubro na imprensa ludovicense durante o Primeiro Reinado.

### **A reorganização política do Maranhão no Pós-Independência**

O processo de Independência no Brasil não implicou a adesão imediata de todas as províncias ao império que estava nascendo. Embora a maioria das províncias fossem progressivamente manifestando sua incorporação à nova conjuntura política no País ao decorrer do ano de 1822, algumas províncias demoraram um pouco na incorporação ao novo regime, como as províncias do Grão-Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e a Bahia. Nestas regiões havia forte presença de tropas e comerciantes leais às cortes de Lisboa, trazendo fortes divergências quanto à adesão à Independência lá no Rio de Janeiro. Sobre a estratégia do Imperador em forçar a adesão dessas províncias ao novo império nascente, Marcello Basile mostra que,

Como ainda não existia propriamente constituído um exército brasileiro, foi preciso recorrer à contratação de mercenários estrangeiros para empreender a conquista daquelas províncias. A luta teve início na Bahia, com o oficial francês Pierre Labatut organizando um grande exército para combater as forças do general português Madeira de Melo, que já se encontravam assediadas por milícias brasileiras do interior da província, montadas por grandes proprietários da região. Ainda assim, Labatut não conseguiu vencer a resistência de seu oponente, encastelado em Salvador, sendo substituído no comando das tropas por José Joaquim de Lima e Silva. Este passou a contar com a providencial ajuda de Lord Cochrane, ex-oficial da marinha britânica contratado para bloquear e atacar Salvador pelo mar. Sem terem mais como resistir, finalmente, em 2 de julho de 1823, as forças portuguesas abandonaram a cidade e as tropas de Lima e Silva a ocuparam, garantindo a anexação da Bahia ao Império brasileiro. O Ceará submeteu-se em seguida, sem muita resistência. Logo depois, Cochrane dirigiu-se com sua esquadra ao Maranhão, conseguindo, a 28 de julho, a incorporação não só desta província, como também do Piauí. Por fim, foi enviado ao Grão-Pará o segundo comandante de Cochrane, o capitão John Grenfell, que empreendeu uma violenta perseguição aos rebeldes, com mais de mil e trezentas vítimas, culminando na morte de duzentos e cinquenta e dois prisioneiros, sufocados por cal virgem lançada no porão do brigue Palhaço; em 15 de agosto, celebrou-se a incorporação da província, o mesmo manifestando, em 9 de novembro, a Junta de Governo do Rio Negro, garantindo-se, então, a unidade do Império brasileiro (Basile, 1990, p. 204).

Assim, a “adesão” à nova conjuntura política no Brasil não foi um processo pacífico na região norte do país. No caso do Maranhão, como vimos em Basile, o exército liderado pelo Lorde Cochrane chegou pelo litoral maranhense em direção a capital São Luís, e contou com a participação de tropas vindas do sertão do Piauí e Ceará, que adentraram no território maranhense o chamado “Exército Libertador”. O exército libertador foi muito importante nesse processo de adesão, travando batalhas contra as tropas oficiais da corte de Lisboa que permaneceram firmes na luta contra a incorporação ao Império de D. Pedro I. Segundo Abrantes e Mateus, o exército independentista era formado por “livres e escravizados, brancos, negros, indígenas, mestiços, fazendeiros, caboclos, vaqueiros, pequenos lavradores, enfim, diferentes grupos sociais e étnicos” (Abrantes; Mateus; 2023, p.24). Desta forma, no dia 28 de julho de 1823, no Palácio dos Leões foi oficializada a “adesão” do Maranhão ao Império de D. Pedro I.

Os primeiros momentos após a “adesão” foram caracterizados pelo processo de reorganização política. No ano 1823, para a formação do governo da província, foram estabelecidas duas juntas provisórias. A primeira Junta Provisória Independente, sendo autointitulada como “o primeiro governo independente no Maranhão, filha legítima e primogênita da proclamação da Independência do Império do Brasil”, foi eleita em 7 de agosto de 1823. Composta por,

Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce, presidente; padre Pedro Antonio Pereira Pinto do lago, secretário; Lourenço de Castro Belfort, e coronel José Joaquim Vieira Belfort (representantes da capital); Antônio Joaquim Lamagnère Galvão, Antônio Raimundo Belfort Pereira de Burgos, Fabio Gomes da Silva Belfort e José Félix Pereira de Burgos, eleitos pelo Itapecuru, membros; este último acumulando o cargo de comandante das armas (Lima, 2008, p.81).

Por ser um nome constante nos abaixo-assinados, já analisados, segundo Marcelo Cheche Galves, Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce foi quem mais teve notoriedade com a Independência. Sendo o mais votado nas eleições de 7 de agosto de 1823, “fator decisivo para



que Cochrane se convencesse de que teria representatividade o suficiente para acalmar os ânimos e reorganizar a administração pública” (Galves, 2015, p. 251-252). No decorrer dos meses, além da organização na câmara, houve mudanças significativas no âmbito militar da província. Os conflitos estabelecidos no interior da província, o cerco à cidade de São Luís e o desembarque das tropas, chefiadas pelo Lorde, passaram a agir para além da missão da “adesão”, permaneceram para ajudar no processo de reorganização política na capital e no interior. A relação de Bruce com os membros da junta representando Itapecuru começou a se desgastar em setembro de 1823, pois Fabio Gomes da Silva Belfort e Antonio Raimundo Belfort Pereira de Burgos, os representantes de Itapecuru, perderam nas eleições que definiram os critérios para a eleição de uma nova junta.

As discussões em torno das eleições eram diretas ou indiretas, segundo os opositores de Bruce, como bem explica Galves, as eleições de forma direta estavam ligadas aos métodos da coroa portuguesa e ia contra ao que o imperador D. Pedro havia estabelecido, as eleições indiretas. Outro ponto estava relacionado a quem pertencia o direito a votar para a nova junta, se à junta ou às câmaras. Bruce conseguiu se impor nas eleições diretas e é o principal nome para conduzir as eleições. Sendo, assim, o nome mais cotado para presidir a segunda Junta provisória. A segunda Junta provisória do Maranhão foi estabelecida no mês de dezembro de 1823, que teve como presidente Bruce. Diferente da primeira junta, que tinha representantes de Itapecuru, a segunda foi composta por membros com vínculos políticos em São Luís (Galves, 2015, p.178).

Com a influência abalada, os Belfort passaram a perseguir o mandato de Bruce frente a Junta provisória, contrataram forças nas Câmaras Gerais para impor limites nas decisões de Bruce. Em junho de 1824, com a volta de João Félix Pereira de Burgos para o Governo das Armas, os representantes de Itapecuru requereram uma Câmara Geral para apurar acusações contra Bruce de ser republicano. Sobre esse processo, Marcelo Cheche Galves vai narrar como se deu esse processo contra a figura de Miguel Bruce por parte dos Belfort,

O Conselho Militar, reunido em 29 de maio de 1824, decidiu solicitar uma Câmara Geral: dos 75 militares presentes, 12 pertenciam aos Belfort, além de

outros praças reintegradas por Burgos. A relação de forças também se alterou na Câmara Geral, que, entre 91 participantes, contou com 10 assinaturas da parentela. Uma comissão composta por 9 membros conduziu a Câmara. Nela, 5 Belfort... Por ampla maioria, a Junta foi destituída. Em segundo lugar, se elegeu uma Junta com 7 membros, 5 dos quais, integrantes de parentelas. Com a derrota, Bruce recorreu ao apoio de setores das tropas e de presos que mandaram soltar da cadeia pública da cidade. Ao reassumir o poder em 5 de junho de 1824, foram encaminhados os “perturbadores” para o Rio de Janeiro (Galves, 2015, p. 280).

Para Miguel Bruce esse primeiro semestre foi caracterizado pelos ataques a seu papel como presidente na Junta provisória. Com receio de receber novos ataques, Bruce, segundo Marcelo Cheche Galves, dissolve a Junta e assume o cargo de presidente da província, conforme já fora nomeado no dia 25 de novembro de 1823 por ordem imperial. Essa atitude teve como princípio a defesa de Bruce com relação ao grupo de reação contra ele chamado de Junta Expedicionária de Itapecuru. Junta formada no dia 30 de junho de 1824, que foi liderada por integrantes da parentela dos Belfort, juntamente com os líderes da região de Caxias, que foram prejudicados nas eleições para a segunda Junta provisória de 1823 (Galves, 2015, p. 281).

Após a criação da Junta Expedicionária de Itapecuru, o Governo de Bruce sofreu diversas acusações. Segundo Roni Cesar Andrade de Araújo, “a província, dividida, se viu em meio a uma entre partidários de Bruce e os ricos produtores da região do Itapecuru, que contavam com o apoio de quase todos os oficiais da 1ª Linha, alguns inferiores, cadetes e soldados” (Araújo, 2023, p. 99).

Portanto, esses primeiros momentos de reorganização política no Maranhão após a “adesão” foram caracterizados por essas mudanças de governo e disputas entre as elites de São Luís e Itapecuru, causando momentos difíceis na província entre o governo de Miguel Bruce e a elite política e econômica do interior. O papel da Junta Expedicionária no processo de desligamento de Bruce da presidência da província no ano de 1824. Assim, vamos observar as consequências da constituição de 1824 contra os “portugueses” que estavam no Maranhão nesses anos que sucederam o processo de “adesão” da província ao Império de D. Pedro I.

### **Pedro José da Costa Barros: O início da “imprensa portuguesa”**

Entre os anos de 1823 e 1824, as atividades da tipografia do Maranhão tiveram queda em seu funcionamento. Os antigos redatores do Conciliador deixaram a província, devido aos dias de “adesão”, por conta do sentimento antilusitano da sociedade maranhense. Por decisão da Câmara Geral em 15 de 1823, Antonio Marques da Costa Soares, redator do Conciliador, foi expulso da província. O presidente da Tipografia, desembargador José Leandro da Silva Sousa, teve sua casa apedrejada, arrombada, que fez ele sair da cidade de São Luís para um lugar seguro (Galves, 2015, p. 255).

Com essas repressões aos redatores do jornal o Conciliador, notamos uma forte rejeição àqueles que, de alguma forma, possuem vínculos com os ideais da coroa. Assim, percebemos o início de uma disputa que será recorrente tanto na questão dos cargos públicos quanto na imprensa, que é exatamente essa disputa entre aqueles que serão chamados de “portugueses”, por serem favoráveis aos ideais da coroa portuguesa, não sendo limitados ao seu lugar de origem, e aqueles que serão chamados de “brasileiros”, que serão vinculados aos ideais da nova política na província, como resultado da “adesão” ao império vigente no Brasil desde o ano de 1822, por D. Pedro I.

Essas disputas políticas, entre esses dois grupos, estiveram envolvidas em dois momentos importantes. Em primeiro lugar, com a constituição de 1824, no Maranhão terá uma movimentação com relação a expulsão desses que foram chamados de “portugueses”. A capital da província foi marcada pela ação da câmara em prestar juramentos à constituição, “que tiveram início na Catedral de São Luís, em 13 de maio de 1824, e se estenderam até os primeiros meses de 1825” (Galves, 2011, p.106). Assim, esse primeiro momento após a constituição será caracterizado pela expulsão dos chamados “inimigos da nação” e o juramento, sob responsabilidade da câmara de São Luís, à nova constituição.

Um segundo momento, que sucedeu a constituição de 1824, foi a controvérsia nas decisões do governo da província. Em 1825 chega ao poder Pedro José da Costa Barros, cearense, militar de carreira, estudou em Coimbra no final do Setecentos. É a partir da chegada



de Costa Barros ao governo da província do Maranhão, diante do Tratado de Reconhecimento da Independência, em agosto de 1825, por parte de Portugal, que esses “portugueses”, que foram expulsos nos pós “adesão”, voltaram para suas atividades econômicas e políticas no cotidiano maranhense. Segundo Galves, a administração de Costa Barros fora marcada pela “sistemática reintegração dos “portugueses” à vida provincial. Entre outubro e dezembro de 1825, pelo menos sete “portugueses”, demitidos em 1823, sob acusação de “inimigos da Independência”, voltaram aos seus cargos (Galves, 2011, p.109).

Sobre algumas reintegrações de cargos o autor ainda vai destacar algumas personalidades como,

O tenente-coronel Severino Alves de Carvalho. Nascido na Bahia, mas radicado na região de Brejo, interior do Maranhão, Carvalho se destacou no comando das tropas que, em Brejo, Itapecuru e Alcântara lutaram contra o avanço dos independentistas. Em junho de 1823, fez publicar no jornal *Conciliador* a relação dos “beneméritos oficiais”, “verdadeiros portugueses”, que na vila de São Bernardo da Parnaíba resistiram até quando puderam ao cerco de “mil e duzentos facciosos”. Por portaria de Costa Barros, Carvalho assumia agora o comando do 2º Batalhão de Milícias de São Bernardo do Brejo (Galves, 2011, p.109-110).

Além da reintegração no corpo político, econômico e militar, houve reintegração de homens da imprensa, como o comerciante português João Antonio Garcia de Abranches, redator do jornal o *Censor*, que foi deportado pelo almirante Cochrane, por acusações de ofensas ao Lorde. Assim, a as movimentações políticas de Costa Barros possibilitou, ou tentou demonstrar um ambiente de paz entre “portugueses” e “brasileiros”.

No ano de 1824 a tipografia maranhense estava sem atividade. Em 1825, com a política de reintegração dos “portugueses” as atividades na província, dará início a “imprensa portuguesa”, que teve início os jornais *O amigo do Homem*, *Argos da Lei* e *o Argos da Lei*, que segundo a historiadora Julia Maria Lima e Silva, “em muitos momentos entraram em intensos debates, defendendo posições distintas sobre a movimentação política do momento. A partir dessas folhas, a discussão entre “portugueses” e “brasileiros” toma corpo na imprensa periódica

do Maranhão”. Fato esse que tornou seus redatores os maiores representantes nesses debates (Silva, 2024, p.27).

O jornal *O Amigo do Homem*, teve sua primeira edição no dia 1 de janeiro de 1825, como redator João Crispim Alves de Lima, seguido por Manuel Odorico Mendes, que teve publicação da edição do jornal *Argos da Lei* no dia 7 de janeiro. No dia 27 de janeiro, João Antônio Garcia de Abranches publicou nas páginas do jornal *Censor*, que recebeu o nome posteriormente de *Censor Maranhense*. É possível observar nos três Jornais a estratégia política, direta ou indiretamente, a intenção de introduzir o grupo “português” no cenário da nova ordem provincial (Silva, 2024, p. 27).

Além desses três Jornais, temos ainda os jornais que circularam entre os anos de 1827 e 1828 *O Amigo do Homem*, que circulou até o ano de 1827 dando lugar ao jornal *A Bandurra* (1828), que teve início no ano de 1828 após ser anunciado na última edição do jornal *O Amigo do Homem*, na edição de n. 51 do dia 26 de dezembro de 1827. Outro Jornal que surgiu, com os mesmos princípios políticos voltados para a causa portuguesa, foi o jornal *Minerva*, que teve como redator o David Fonseca Pinto. O jornal entrou em circulação no dia 29 de dezembro de 1827, e foi o último dos jornais caracterizado como “jornais portugueses” neste momento político na província, tendo seu fim no ano de 1829, especificamente na sua última edição em de março de 1829. Fonseca Pinto tinha como objetivo propagar as ideias liberais e os princípios da monarquia constitucional. “Assim, ele tentava sempre trazer nas publicações matérias ligadas a política, letras e variedades, procurava trazer artigos de ofício que dessem conta de informar aos leitores a situação política vivenciada pelo Rio de Janeiro, Portugal e pelo Maranhão” (Silva, 2024, p.38).

Assim, esses jornais que estão vinculados ao grupo de “portugueses” que outrora estavam na condição de “inimigos da Independência”, vão ganhar destaque e serão importantes no processo de construção de uma narrativa para o processo de Independência do Brasil, no Maranhão. Portanto, vamos observar como esses redatores se articularam na construção de uma narrativa em torno da independência e suas comemorações no próximo tópico.

### Comemorações da independência na imprensa “portuguesa” e “brasileira”

Apesar de já ter “aderido” à Independência em 28 de julho de 1823, foi apenas em 1826, quatro anos após o “*Grito do Ipiranga*”, que se observou uma certa movimentação para comemorar a nova ordem política na província maranhense. Os preparativos para a festa e aclamação começaram a agitar a província, especialmente na cidade de São Luís (ARAÚJO, 2018, p.14).

O presidente Costa Barros decidiu realizar uma festa em comemoração ao aniversário natalício do imperador e sua gloriosa aclamação e o reconhecimento da Independência do Império. Para a comemoração, Costa Barros decidiu pela criação de uma galeria em frente ao palácio do Governo, como forma de homenagear o Imperador e o reconhecimento de Portugal referente à Independência do Brasil, em 1825. As instruções para a criação desta galeria foram descritas no folheto *A Fidelidade Maranhense*:

Esta galeria, construída de boas madeiras, é um retângulo, cujos lados maiores têm de comprimento trezentos e oitenta palmos, e os menores, que formam o topo, 50 palmos cada um. Os grandes lados, com o fundo indicado de cinquenta palmos, serão distribuídos, formando dois grandes corpos, divididos por uma grande escadaria central, que dava entrada a um vestíbulo descoberto, com quarenta e oito palmos de comprimento. Eleva-se o pavimento da Galeria sobre um sucedâneo que servia de pedestal às pilastras da ordem Dórica, de vinte e cinco palmos de altura, todas lastreadas, com molduras picadas, cópia das Termas de Diocleciano. Em cima delas corria o entablamento da mesma ordem, de gosto da Ordem Francesa chamada – de Napoleão – com a diferença de que, no friso da cimalha, no prumo de cada pilastra, em lugar de Tríglypho, estava uma coroa de louro, e no centro as iniciais do Augusto Nome de S.M.I. cobertas com a coroa Imperial; e nos intervalos das pilastras, no lugar dos outros Tríglyphos, havia círculos que formam arabescos, com as seguintes legendas: 'Independência' e 'Fidelidade'. A frente da Galeria, pela parte do Norte, tinha nós dois corpos vinte e oito janelas, formadas em arco, de nove palmos de abertura cada uma, e sobre elas lunetas fechadas com transparentes, nas quais se viam diferentes emblemas e legendas (A Fidelidade..., 1826, p. 8-10).

Com o início das comemorações no ano de 1826, na figura do governador do Maranhão Costa Barros, algumas datas começaram a ganhar notoriedade nos jornais do período a partir



do ano de 1827. É possível observar que, tanto nos jornais quanto no folheto, algumas datas como o 12 de outubro (aclamação e aniversário do Imperador) e o 7 de setembro (o dia do Grito do Ipiranga) aparecem bem mais que o 28 de Julho (“adesão” à independência do Brasil na província maranhense). Desse modo, os jornais “portugueses” farão menção somente às duas primeiras datas mencionadas acima.

O 7 de setembro, segundo Hendrik Kraay (2010, p.54), não teve tanta notoriedade nos primeiros anos da independência. Ele foi aparecer nos debates dos políticos na capital somente no ano de 1826, em sessões onde foram discutidos a importância do 7 de setembro e do 12 de outubro. Dentro do parlamento brasileiro, Kraay vai trazer o momento em que os deputados estão discutindo a relevância de ambas as datas ponto inicial da independência:

O visconde de Caravelas defendeu o 7 de setembro como 'o dia em que o Imperador quebrou as nossas prisões, as cadeias que nos ligavam a Portugal, em que declarou a independência, e foi seguido por todo o Brasil', recomendando fortemente também a manutenção do 25 de março. Na segunda leitura, a visão de Barbacena prevaleceu: 12 de outubro, explicou ele, 'encerra a particularidade de reunir os mais gloriosos fatos do Brasil'. Nazaré, que perdeu essa seção, lamentou, na terceira leitura, que seus colegas senadores 'mutilaram' o seu projeto de lei. Ao argumento de Barbacena, ele retrucou que um único feriado celebrando todos os atos de Pedro I seria uma 'mera ficção', e que muitos feriados eram necessários para que 'futuras gerações, ouvindo as salvas, vendo embandeiramentos e mais demonstrações de regozijo próprios de semelhantes dias, se lembrem dos gloriosos fatos que nele se passaram.' Apenas com muitas celebrações os brasileiros lembraram a história de sua nação, acrescentou Caravelas (agora apoiando Nazaré): 'Uma vez que poucos homens no Brasil leem livros de história e, ao contrário dos antigos, o Brasil não tinha monumentos públicos; por esta razão, eram essenciais os festivais a que a população pudesse assistir (Kraay, 2010, p.57).

Ao que podemos perceber, os políticos estavam preocupados em trazer para uma as datas aquilo que a Maria de Lourdes Viana Lyra vai chamar de “A memória do acontecimento fundador da nacionalidade”, ou seja, eles buscam um momento que vai fazer menções a um passado comum da nação, gerando um sentimento de pertencimento e passado vitorioso, ligados a essas duas datas o 7 de setembro e 12 de outubro (Lyra, 1995, p.174).

No Maranhão, o 12 de outubro foi uma data bastante comemorada nos primeiros anos da independência, aparecendo em jornais que circularam no durante os anos de 1826 a 1830. Como, por exemplo, o jornal *O Amigo do Homem*, que mencionou o festejo do dia 12 de outubro de 1826 no Maranhão, em sua edição de número 42, do dia 26 de maio de 1827, onde faz menção do 12 de outubro como o dia do feliz reconhecimento da independência,

Será presente a sua majestade o imperador quando voltar da província de S. Pedro p officio da camara da cidade de São Luís do Maranhão da data de novembro próximo passado em que expõe ter festejado solenemente no dia doze de outubro e nos dous dias seguintes o feliz reconhecimento da independência deste império, o aniversário nascimento e proclamação do mesmo augusto senhor, e a inauguração de sua effigie na sala das sessões da dita câmara (O Amigo do Homem, nº42/26-05-1827, p.1).

Há uma clara preocupação em produzir um lugar de memória relacionado à imagem do imperador, simbolizado no 12 de outubro. Segundo Pierre Nora, o lugar de memória é demonstrado sob três aspectos: material, simbólico e funcional. É material por seu conteúdo demográfico, funcional por garantir a cristalização da lembrança e sua transmissão, e simbólico por caracterizar um acontecimento ou experiência vivida por um pequeno número de pessoas, mas que se torna significativa para a maioria (NORA, 1993, p. 22). A criação da effigie na sala das sessões da câmara demonstra a intenção de tornar a imagem do imperador visível e palpável, simbolizando uma história comum entre todos os cidadãos da província.

Já o 7 de setembro vai aparecer em edições dos Jornais *A Bandurra e Minerva*, a partir do ano de 1828, sendo festejado como primeiro “viva” à independência,

Maranhão, domingo 7 de setembro de 1828, aniversário do primeiro viva a independência do Brasil, alçado sobre o ypiranga, por nosso augusto imperador e defensor perpétuo, o senhor D. Pedro I° (A Bandurra, nº16, 14-08-1828, p.589).

Na edição de 1828, no jornal *A Bandurra* a menção ao 7 de setembro retrata o imperador com características exageradas e transcendentais revela a clara intenção dos redatores “portugueses” de construir, no imaginário da província, um passado vitorioso e grandioso em

relação à nova conjuntura política da nação. A menção ao imperador como “defensor perpétuo” da nação e à extensão do “Prata ao Amazonas” como símbolo de seu poder reforça a imagem do imperador como a principal figura da emancipação nacional. No *Minerva*, o 7 de setembro aparecerá em duas edições, uma no ano de 1828 e outra em 1829,

Maranhão, o dia 7 de setembro é hoje esse brilhante dia, aniversário do primeiro viva é sempre sagrada a independência deste império, entoado sobre o célebre piranga, pelo nosso excelso, e magnânimo imperador. Foi nesse dia que pela primeira vez raiarão, em nossos horizontes, os brilhantes raios da cara liberdade. O jugo lusitano, que havia três séculos que sobre nós pesava, acabou nesse dia e foi nesse dia que o melhor dos soberanos gravou naquela memorável serra o indelével padrão do seu patriotismo, lançando em nosso fértil terreno a abençoada semente da liberdade, que vegetou a frondosa semente da independência, da constituição e do império. O Redator. (*Minerva*, nº 29, 07-09-1828, p.173,174).

Aqui podemos observar que há uma preocupação em apresentar esse momento, simbolizado pelo 7 de setembro, como um marco importantíssimo, por meio de metáforas que irão tornar esse evento extraordinário no imaginário da sociedade maranhense, como “o dia em que pela primeira vez raiarão, em nossos horizontes, os brilhantes raios da cara liberdade”. Assim, observamos que essa imprensa mostra esse momento como um de libertação geral, através de um discurso que engloba a todos. Isso demonstra o que Hobsbawm chama de “tradição inventada”, que se trata de “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; que implicam uma continuidade em relação ao passado” (Hobsbawm; Ranger, 1997, p. 9).

É importante observar que o 28 de julho não vai aparecer nesses momentos em que há grande circulação de periódicos “portugueses”. Ele só vai aparecer com o início da “imprensa brasileira”, representada pelo *Farol Maranhense* que tinha como redator José Cândido de Moraes e Silva. Ele é considerado um dos principais nomes da imprensa no Maranhão e no Brasil (Galves; Araújo, 2015, p. 87), e o jornal, “o principal órgão de defesa das ideias liberais na província” (Leal, 1873, p. 105, apud Galves; Araújo, 2015, p. 86). O *Farol Maranhense* foi



o principal veículo, até onde se sabe, que estabeleceu um momento de reflexão sobre a questão do que se comemora na província do Maranhão.

A imprensa portuguesa, entre os anos de 1825 e 1827, teve a missão de sustentar uma narrativa favorável à imagem do imperador, como vimos no caso dos jornais *O Amigo do Homem*, *Minerva* e *A Bandurra*, que foram bem atuantes na província do Maranhão. Porém, com a circulação de jornais considerados “brasileiros” a partir de 1827, o 12 de outubro, que marca essa imagem de grande protagonismo do Imperador, perdeu espaço para o 28 de julho, considerado o momento mais importante no processo de emancipação política da província maranhense.

Em 1828, o 12 de outubro começou a perder espaço para o 28 de julho, no momento de reflexão acerca da Proclamação da Independência na província maranhense, nas páginas de *O Farol Maranhense*:

Passou o 28 do mês de Julho, dia Anniversario da Proclamação da Independência n'esta Provincia, sem ninguém o saber: Este dia, que nos traz à memória lembranças tão doces, passou-se sem que houvesse a menor demonstração de regozijo Público!! Sacudir o jugo Lusitano: ver-nos unidos aos nossos Irmãos, debaixo de um Governo Constitucional: protegidos pelo imortal defensor Perpétuo do Brasil, serão acaso objectos de tão pouca monta, que mereça a indiferença dos Bons Maranhenses? Ah! O Sr. Redactor, e assim se vai amortizando o patriotismo Maranhense?!?!(...) Seu Amigo Patrício, O Convalescente (*O Farol Maranhense*. n.º 54/05-08-1828, p.242).

O pseudônimo “Patrício Convalescente” questiona o fato de o 28 de julho não ter o devido reconhecimento por ser a data em que o Maranhão se tornou independente de Portugal. Em 1829, não há menções ao 28 de julho como data comemorativa da independência no/do Maranhão. Em 1830, surgem algumas menções ao dia 28 de julho, na tentativa de mostrar que essa data tem a mesma ou até mais importância que o 12 de outubro como o momento de emancipação dos maranhenses nesse processo de “libertação da província”, como nesta publicação assinada por um pseudônimo “Jovem Maranhense”:

Oferecemos aos Maranhenses os seguintes artigos, tanto em prosa como em verso, que nos enviaram dois filhos d'esta Provincia. Eles dizem respeito à

memória do dia 28 de Julho, dia verdadeiramente majestoso para todos os amigos da pátria, da sua Independência e Liberdade! (...)

ARTIGO COMUNICADO DIA 28 DE JULHO SALVE DIA 28 DE Julho! Dia Memorando nos fastos Maranhenses! DIA MAJESTOSO! GRANDE DIA! Dia finalmente BRASILEIRO!!! (...) Ao dia 28 de Julho Aniversário do Proclame da Independência desta Província Ondas d'azul transpondo, e d'ouro ufana / No apavorado Calebe pelo imenso / Líquido ethereo plaino, lá no Eoo/ Ao sol precede a graciosa aurora (...) Por um Jovem Maranhense. (O Farol Maranhense, nº214. 28-07-1830, p 905-07).

Portanto, o 28 de julho será visto como uma data que simboliza esse momento de grande importância para a província, ocupando o lugar do 12 de outubro como o momento de “libertação” do povo maranhense em relação a Portugal. Assim, podemos observar que os impressos são fundamentais para entender a dinâmica política e as principais ideias que circularam durante determinado período histórico, fornecendo ferramentas de análise para o historiador em sua prática.

### Considerações Finais

Durante o Primeiro Reinado, houve diversas discussões na imprensa. Com a chegada dos “portugueses” à província maranhense em 1825, Pedro José da Costa Barros foi uma figura central na introdução da imprensa “portuguesa” em 1827, com os jornais *O Amigo do Homem*, *A Bandurra e Minerva*, que protagonizaram as menções ao 12 de outubro e ao 7 de setembro em suas publicações.

Portanto, o processo de construção da ordem imperial na província do Maranhão passou por diversas fases. Primeiramente, houve a adesão à nova ordem imperial, protagonizada por várias camadas sociais. Em seguida, com o processo de “adesão concluído”, observamos a expulsão de agentes vinculados à administração política ligada à corte de Portugal nos anos de 1823 e 1824, com a suspensão das atividades da tipografia maranhense nesse período. Posteriormente, o processo de Paz e Aliança entre Portugal e Brasil, que resultou no reconhecimento do Império do Brasil, e a chegada de Costa Barros à presidência da província promoveram uma ampla circulação da imprensa portuguesa na província. Por fim, com a crise

do Império e a chegada da imprensa “brasileira”, por meio do Farol Maranhense, o 28 de julho passou a ser visto como o momento da independência da província. Concluo que ambos os grupos políticos, “portugueses” e “brasileiros”, tentaram construir aquilo que Maria de Lourdes Lyra chama de “a memória do acontecimento fundador da nacionalidade”, que é a construção de um ideal de nação a partir de símbolos e acontecimentos, visando criar um passado comum entre os indivíduos de determinado local (Lyra, 1995, p.174).

## Referências

### Fontes

#### Folheto

(A) FIDELIDADE maranhense. São Luís: Tipografia Nacional, 1826.

#### Jornais

A Bandurra - MA (1828)

O Amigo do Homem- MA (1825-1827)

O Farol Maranhense - MA (1827-1833)

Minerva - MA (1827-1829)

## Bibliografia

ABRANTES, Elizabeth Sousa; MATEUS, Y.G.A. Entre Patriotas, Libertadores e Mercenários: as narrativas em disputas na historiografia da Independência no Maranhão. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa; BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo; MATEUS, Y.G.A.S, **A Independência do Brasil nas Províncias do Maranhão e Piauí**. São Luís: Editora UEMA, 2023.

ARAÚJO, Roni César Andrade de et al. **Entre a Província e a Corte: brasileiros e portugueses no Maranhão do Primeiro Reinado (1823-1829)**. Tese (Doutorado em História Política), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ARAÚJO, Roni Cesar Andrade. “Quem não Tremeu Nesses Dias de Sangue e de Luto?”: os conflitos políticos do Maranhão pós-independência e a disputa pela “Verdade” na imprensa do



Rio de Janeiro. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa; BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo; MATEUS, Y.G.A.S, **A Independência do Brasil nas Províncias do Maranhão e Piauí**. São Luís: Editora UEMA, 2023.

BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império brasileiro: Panorama Político. In LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GALVES, Marcelo Cheche. “Aderir”, “jurar” e “aclamar”: O Império no Maranhão (1823-1826). **Almanack**, p. 105-118, 2011.

GALVES, Marcelo Cheche. “**AO PÚBLICO SINCERO E IMPARCIAL**”: **Imprensa e independência na província do Maranhão**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA. 2015.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

KRAAY, Hendrik. A invenção do Sete de Setembro, 1822-1831. **Almanack Braziliense**, n. 11, p. 52-61, 2010.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. 2 ed. Revista e Ampliada. São Luís: Instituto Geia, 2008.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. Memória da Independência: marcos e representações simbólicas. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 29, p. 173-206, 1995.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares.” Projeto História: **Revista do programa de pós-graduação de História**, v. 10, 1993.

SILVA, Júlia Maria Correa e. **Imprensa “portuguesa” do Maranhão no Primeiro Reinado (1825-1828)**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2024.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A “guerra de penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. **Revista Tempo**, v. 8, p. 1-17, 1999.

## CENSURA E LIBERDADE DE IMPRENSA NO MARANHÃO: O CONCILIADOR DO MARANHÃO (1821)

Willian Paz da Silva<sup>1</sup>

O presente artigo tem como intuito demonstrar o cenário dos decretos e leis de imprensa que estavam em atuação durante o primeiro ano da Tipografia Nacional do Maranhão. Para isso, vamos entender como foi a retirada da censura e o início da liberdade de imprensa no Brasil, assim como analisar a forma como o primeiro jornal do Maranhão, o periódico *O Conciliador do Maranhão*, publicava a respeito das leis de imprensa.

Em se tratando dos impressos no Brasil, até o início do século XIX não tínhamos uma tipografia oficial na América portuguesa e as tentativas de instalar uma tipografia no Brasil, enquanto colônia, foram impedidas por Portugal, como menciona Matías M. Molina:

Se não se conhece nenhuma proibição de Portugal, durante dois séculos e meio, para impedir o funcionamento de tipografias no Brasil, não significa necessariamente que fossem permitidas. Talvez a proibição fosse desnecessária porque não houve nenhuma tentativa de instalação. Mas, assim que chegou a informação do funcionamento, da oficina de Isidoro da Fonseca, Lisboa foi rápida em proibi-la e em fazer ameaças para evitar que a iniciativa se repetisse [...] (Molina, 2015, p. 38).

Deste modo, somente após a vinda da Família real para o Brasil em 1808, tivemos a instalação da primeira tipografia, a Impressão Régia. Em função disso, foi criada uma comissão de censura sobre esses impressos feitos na tipografia, para evitar a impressão de material proibido pela coroa.

Os censores, forma como eram conhecidos, ficavam encarregados de analisar cada folha que era impressa na tipografia, como também analisavam se as folhas avulsas impressas tinham as licenças oficiais para serem liberadas. A censura no Brasil era algo bastante discutido no

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão

jornal *Correio Braziliense* de Hipólito da Costa, que utilizava da liberdade – por estar imprimindo em Londres – para comentar sobre essa censura.

Foi o primeiro jornal com notícias sobre o Brasil a circular livre de censuras em Portugal, sendo publicado em Londres na oficina de W. Lewis e vendido, segundo o negociante J.J. Dodsworth, no Rio de Janeiro ao tempo da Independência a 1\$280 réis. Suas edições abrangeram o período entre junho de 1808 e dezembro de 1822, discorrendo sobre as invasões napoleônicas e a ida da família real para a América portuguesa (Mello, 2009, p. 82).

O jornal de Hipólito da Costa, além de fazer as suas críticas sobre a censura presente no Brasil, também fazia críticas a escravidão negra e aos acontecimentos políticos. A censura sobre os impressos nas terras luso-brasileiras seguiu até a sua retirada em 1821.

Contudo, mesmo com o trabalho dos censores analisando cada folha impressa nas tipografias do Brasil, os impressos proibidos chegavam de outras maneiras nas mãos dos leitores da colônia. Temos relatos de impressos circulando nas capitânias, como o exemplo que Marcelo Cheche Galves nos aponta:

Evidentemente, os impressos também circularam por intermédio de contrabando, que espalhava literatura proibida pelo território americano. Apenas como exemplo, o inglês Henry Koster, de passagem pelo Maranhão em 1811, registrou as dificuldades que encontrara junto às autoridades locais para liberar uma caixa de livros. [...] e concluiu ser o contrabando o único recurso para tê-los. [...]. (Galves, 2022, p. 134).

Além do ocorrido citado por Galves, Koster (2002) menciona que era comum ver nas mãos de civis, militares e eclesiásticos esse material, no qual esses indivíduos comentavam publicamente sobre as leituras. Deste modo, podemos notar como era o cenário dos impressos nas terras luso-brasileiras no início do século XIX, identificamos, assim, como era feita a censura dos impressos, que incluía inspeções aos viajantes e o contrabando desse material.

Um evento que teve bastante impacto nesse cenário, visto que incitou a liberdade de impressão na América portuguesa, é a Revolução Liberal do Porto. Uma vez que esse evento



influenciaria diversos acontecimentos no Brasil<sup>1</sup> desse período, em especial a imprensa, como nos afirma Roni Cesar Andrade de Araújo:

No ano de 1820, na cidade do Porto, em Portugal, havia estourado o movimento liderado pela burguesia portuguesa, conhecido como Revolução do Porto ou Vintismo. Naquela ocasião, os portugueses, insatisfeitos com a permanência da Corte Real em terras brasileiras e com a presença das tropas inglesas no comando de Portugal, reclamavam a volta de D. João à península e seu juramento de submissão a uma Carta Constitucional para o país. Esse conjunto de acontecimentos envolvendo as relações entre Brasil e Portugal acabou por ajudar a explicar o visível desenvolvimento da imprensa brasileira, nessa nova fase que, como já dissemos, iniciou-se a partir de 1820 (Araújo, 2008, p. 32).

Corroborando com o que vemos no texto de Araújo, uma das pautas levantadas em Portugal foi a retirada da censura sobre os impressos, em razão de a censura impedir os redatores de contribuir com esse evento. Assim, os redatores defendiam que, diante dessa nova etapa que Portugal adentrava, era necessária a criação de uma liberdade de imprensa.

A pesquisadora Juliana Gesuelli Meirelles, ao estudar as falas desses redatores, nos traz como exemplo o redator da *Gazeta de Lisboa*, mencionando que “[...] A liberdade de imprensa, nesse caso, tinha por objetivo revigorar a discussão pública das opiniões, através da possibilidade de se comunicar sem as antigas amarras da censura” (Meirelles, 2022, p. 87). Essa liberdade de imprensa era apoiada em grande parte pelo governo provincial em Lisboa, que foi estruturado com a Revolução do Porto.

Contudo, esse apoio deixava claro que essa liberdade de imprensa era apoiada contanto que fossem respeitados os bons costumes, a religião, o rei, o governo, assim como outros apontamentos. Vale ressaltar que essa discussão em torno dos limites dessa liberdade de imprensa seria algo recorrente nos anos seguintes nos dois lados do Atlântico.

<sup>1</sup> Brasil esse que já tinha a posição de Reino unido de Portugal e Algarves, como vemos em Miriam Dolhnikoff: “Como sede da capital do império e com o fim do exclusivo metropolitano, a colônia não era, na prática, mais colônia. O reconhecimento dessa situação de fato veio em 1815, quando formalmente foi mudado o estatuto do Brasil, ao ser transformado em Reino Unido de Portugal e Algarves. Adquiria oficialmente a mesma condição política que Portugal [...]” (Dolhnikoff, 2017, p. 16).

Devido aos debates feitos durante a Revolução Liberal do Porto – a respeito da nova situação da imprensa –, no dia 21 de setembro de 1820, foi retificada uma portaria com o intuito de regular a censura prévia em Lisboa e assim encaminhar a liberdade de imprensa (Meirelles, 2022). Ainda em 1820, as primeiras cartas sobre a Revolução Liberal do Porto começaram a chegar no Rio de Janeiro, como nos mostra Maria de Lourdes Viana Lyra:

A notícia da revolução liberal portuguesa começou a chegar ao Brasil nos meses finais de 1820. E o grande temor da sedução exercida pelo “feito fantasma do espírito de liberdade” passou a guiar a ação de parte significativa dos agentes políticos mais expressivos da Corte do Rio de Janeiro, filiados todos ao pensamento reformista. Ferrenhos defensores das prerrogativas do poder real, e entendendo o ideal de liberdade como degenerador das relações estabelecidas, o rei absolutista D. João VI e seus ministros procuraram inicialmente combater as Cortes Gerais e Constituintes, considerando-as “ilegais” e “sem autoridade de dar leis ao Trono” (Lyra, 2000, p. 18).

Concomitante as movimentações mencionadas no texto de Lyra, tivemos algumas repercussões nas diferentes capitânicas das terras luso-brasileiras, como nas capitânicas do Norte que aderiram ao projeto da revolução. Visto que “O Pará foi a primeira província a aderir ao projeto constitucional em 1.º de janeiro de 1821, seguido do Maranhão e do Piauí. Em 10 de fevereiro, era a vez da Bahia, que foi seguida por Pernambuco” (Meirelles, 2022, p. 91).

Posteriormente, em 26 de fevereiro de 1821, D. João VI compromete-se a aceitar a Constituição que as cortes elaboravam (Nunes, 2010). Diante disso, tivemos significativas mudanças na imprensa brasileira. Uma delas foi a “retirada” da censura prévia sobre a imprensa das terras luso-brasileiras, com o decreto de 2 março de 1821.

Logo após o decreto alguns periódicos comentavam sobre essa decisão de D. João VI, como o redator da *Gazeta do Rio de Janeiro*, que alguns dias após o decreto publicou uma edição do periódico mencionando:

Limitando-nos, porém, a considerações parciais, temos neste momento de mencionar o Decreto de 2 de Março corrente, como uma época notável na história Portuguesa. A liberdade de Imprensa, era sem dúvida, uma consequência dos princípios liberais, que haviam induzido a SUA MAJESTADE a adotar uma nova ordem de coisas; mas segundo o sentimento de Montesquieu, as formalidades da justiça são necessárias á liberdade. SUA



MAJESTADE se deliberou, portanto, a sancionar aquela franqueza, de que se tem derivado tantos progressos à proporção das luzes, e à comunicação das notícias (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 07.03.1821, nº 19, p. 01, grifo original).

O intuito do redator era fazer uma tentativa de validar a decisão tomada por D. João VI, demonstrando ao público que essa nova fase que a imprensa estava alcançando seria boa para todos. Entretanto, podemos destacar que o decreto de março de 1821 não retirava por completo a censura sobre os impressos, mas sim substituía a forma de controle desses jornais.

Já que como vemos em Nunes (2010), após o decreto de 2 março de 1821, os jornais não passavam mais diretamente pelas mãos dos censores, mas os redatores precisavam enviar duas cópias de todo material impresso nas tipografias para o diretor de estudos. De acordo com o decreto de 2 março de 1821, o diretor de estudos tinha que analisar as folhas enviadas “[...] a fim de que o Diretor de Estudos, distribuindo uma dellas a algum dos Censores Régios, e ouvido o seu parecer, deixe 314rosseguir na impressão, não se encontrando nada digno de censura, ou a faça suspender, até que se façam as necessárias correções” (Coleção das Leis do Império, 2/3/1821. P. 25).

Dessa maneira, a censura não era retirada por completo, como almejavam os redatores, muito menos extinguida, como o próprio decreto afirmava em suas páginas. O decreto apenas modificava a forma de controle sobre as impressões nas tipografias, visto que o diretor de estudos, ao encontrar algo que fosse contra a moral pública, os bons costumes, o soberano ou o governo, poderia sugerir alterações no material ou impedir a sua impressão.

Em meio a essa modificação feita pelo decreto de 2 de março de 1821, surgiram alguns jornais no Rio de Janeiro que iniciavam discussões a respeito da nova estrutura da imprensa luso-brasileira, assim como a forma que ocorreria essa liberdade de imprensa, como nos afirma Meirelles:

[...] Em março, surgiam três jornais no Rio: *O amigo do Rei e da Nação*, *O Bem da Ordem* e *O Conciliador do Reino Unido* que, juntamente com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, debateriam questões políticas fundamentais: as Cortes, o constitucionalismo, o papel do redator na sociedade, a ideia de opinião pública e, por fim, a liberdade de imprensa; uma exigência dos



revoltosos vintistas luso-brasileiros aceita pelo Príncipe, em 26 de fevereiro de 1821 (Meirelles, 2022, p. 96).

Esses debates mencionados por Meirelles foram recorrentes durante todo o primeiro e o segundo reinado, visto que o limite dessa liberdade de imprensa seria algo que o governo brasileiro discutiria por um longo período. Vale destacar que “A efetiva abolição da censura prévia, no Brasil, acontece em 28 de agosto de 1821, com a decisão do Ministério do Reino que considerava “injusta” sua manutenção após as decisões das Cortes de Lisboa de acabar com a instituição em Portugal. [...]” (Nunes, 2010, p. 38).

Assim, após a retirada da censura das terras brasileiras, os principais temas discutidos a respeito da liberdade de imprensa seriam sobre os limites que essa liberdade poderia alcançar e as punições. Essas punições eram a respeito dos indivíduos que ultrapassassem o limite imposto sobre a liberdade de imprensa, resultando na criação das leis de imprensa que tivemos após a independência.

Foi em meio a esse cenário de diferentes decretos para retirar a censura das terras luso-brasileiras e no início da estruturação de uma liberdade de imprensa que foi criada a primeira tipografia do Maranhão. Tendo em vista que com os impactos da Revolução Liberal do Porto, tivemos a criação de novos jornais nas tipografias já existentes do Rio de Janeiro e Bahia, como também a criação de novas tipografias nas províncias<sup>2</sup> do Norte, como vemos em Galves:

Contudo, cabe ressaltar a diversidade desse impacto sobre as diferentes províncias do Brasil, aqui limitada à novidade da atividade impressa. Ao Rio de Janeiro e Bahia somaram-se três províncias a contar agora com a existência de tipografias: Maranhão, Grão-Pará e Pernambuco. Diversa também foi a quantidade de tipografias instaladas e a condição sob as quais funcionaram (Galves, 2022, p. 137).

<sup>2</sup> A utilização do termo “províncias” ao tratar das implementações das tipografias, foi feita levando em consideração que nesse período ocorreu a mudança em suas denominações, como vemos em Galves: “[...] Contudo, cabe lembrar que a decisão das Cortes portuguesas de alterar a denominação de “capitania” para “província” foi tomada no final de setembro de 1821” (Galves, 2022, p. 137).

A criação de novas tipografias nas províncias do Norte, se deu no início com a exclusividade das tipografias públicas, sendo denominadas em certas regiões, como é o caso do Maranhão e de Pernambuco, de “Nacionais”. Em se tratando da motivação para nomear as tipografias públicas como “Nacionais”, é descrito por Galves (2022) que se origina dos vintistas portugueses<sup>3</sup>, que nomearam a Imprensa Régia como Imprensa Nacional.

Com a retirada da censura e o início da liberdade de impressão, a criação de uma tipografia na província do Maranhão era algo esperado pelo governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca. Para isso foi solicitada uma tipografia, com o seu maquinário vindo da Europa, para ser instalada em São Luís (Araújo, 2008).

O governador da província do Maranhão, Pinto da Fonseca destacava que seria muito benéfico para a região a criação dessa tipografia e que a população da província já esperava ansiosa por ela. Tendo em vista que já tinham feito um periódico manuscrito, o ofício que Pinto da Fonseca enviou para o secretário do Estado da Marinha e Ultramar, Joaquim José Monteiro Torres, destaca a forma como o governador mencionava a tipografia:

Logo que esta Província abraçou o Sistema Constitucional proclamado em Portugal, hum dos mais expressos dezejos dos seus Habitantes foi de terem huma Imprensa, empenhando-se athe, e assignando para huma Gazeta manuescrita, a vista daquela. Anciedade é persuadida quanto huma Tipografia he útil e essencial n'um Governo Liberal para esclarecer a verdade e dirigir a opinião pública, Mandei-a vir e chegou huma excelente, que vai principiar a trabalhar, na conformidade estricta da Lei da Liberdade da Imprensa, porem como n'ella não se dezligna o lugar a onde se há de formar o seu Tribunal Especial. e a Eleição dos Livres de facto nesta Provincia, rogo a V. E.<sup>a</sup> instruções sobre este objecto, para saber como ae de impor se a responsabilidade decretada aquelles que abusarem da liberdade de imprimir (Ofício do gov. doc. 12182. 1821).

O ofício do governador Pinto da Fonseca demonstra como era presente o tema da liberdade de imprensa nesse período, após o processo da retirada da censura que vimos anteriormente. Demonstra também a nova base de discussão em meio a imprensa que eram as

<sup>3</sup> De acordo com (Meirelles, 2022) A motivação dos vintistas em chamar a Imprensa Régia de Imprensa Nacional tinha como intuito demonstrar que a tipografia a partir da Revolução Liberal do Porto seria propriedade da Nação.

formas de punir os indivíduos que abusassem dessa liberdade de imprensa, como é mencionado no ofício supracitado.

Essa instalação da primeira tipografia no Maranhão levou à impressão do jornal *O Conciliador do Maranhão*. Contudo, esse periódico já era produzido na região de forma manuscrita, sendo produzido pouco tempo após o decreto de 2 de março de 1821 que, como vimos, fazia uma falsa “retirada” da censura dos impressos. A circulação do jornal *O Conciliador do Maranhão* de forma manuscrita começou no dia 15 de abril de 1821, contendo um total de 34 edições até a implementação da tipografia na província.

Em 15 de abril, nove dias após a adesão do Maranhão ao movimento constitucional, começou a circular em São Luís o jornal *O Conciliador*, manuscrito redigido por duas figuras próximas a Pinto da Fonseca: José Antonio da Cruz Ferreira Tezo (o padre Tezinho) e Antonio Marques da Costa Soares, oficial-maior da Secretaria de Governo, que posteriormente acumulou o cargo de diretor da Comissão Tipográfica (Galves, 2016, p. 128).

A influência de Pinto da Fonseca sobre *O Conciliador do Maranhão*, assim como sua influência na tipografia, fazia o acesso à impressão ser de caráter restrito. Dado que, embora tivéssemos os decretos de 1821 mencionados anteriormente que, além de retirar a censura, iniciava a estrutura da liberdade de imprensa, o acesso à Tipografia Nacional do Maranhão era negado.

Para os que quiserem exercer o direito a publicar em São Luís, a tipografia não costumava estar disponível. Curiosamente, o controle ampliou o debate e lhe deu ressonância do outro lado do Atlântico, em folhetos impressos por tipografias portuguesas e nas páginas do *Correio Braziliense*, impresso em Londres (Galves, Basílio, Pinto, 2019, p.104).

A falta de flexibilidade vista no texto supracitado só veio mudar após a saída de Pinto da Fonseca do governo no Maranhão em 1822. Assim, após entendermos esses eventos envolvendo o primeiro ano da imprensa no Maranhão, vamos compreender a maneira como o jornal *O Conciliador do Maranhão* relatava as normativas de imprensa de seu primeiro ano.

O jornal *O Conciliador do Maranhão*, tinha duas figuras à frente de suas publicações: os redatores José Antonio da Cruz Ferreira Tezo, conhecido como Padre Tezinho, e Antonio



Marques da Costa Soares. Ambos os redatores tinham grande ligação com o governador Pinto da Fonseca.

Vale destacar que as províncias do Norte eram mais próximas de Portugal devido à proximidade de comunicação e comércio. Como amostra dessa proximidade, as províncias do Norte foram as primeiras a aceitar a constituição como vimos anteriormente. Em razão disso, o jornal *O Conciliador do Maranhão* teve como uma influência para a sua criação a Revolução Liberal do Porto, como afirma Galves:

Essas foram as primeiras palavras da primeira edição de *O Conciliador do Maranhão*. Nove dias antes, em 6 de abril, a capitania incorporava-se à Revolução Liberal de 1820, razão precípua para a criação do periódico. Note-se, aqui, a percepção desse episódio como um “grande acontecimento” conectado a um futuro, em que poderia ser mais bem avaliado. Aos homens do presente, especialmente aqueles desprovidos de maiores interesses, caberia a produção dos registros para a posteridade, tarefa para a qual os redatores do jornal se credenciavam. (Galves, 2020, p. 22).

Concomitante aos primeiros meses de circulação do jornal *O Conciliador do Maranhão*, tivemos em Portugal a criação de sua primeira lei de imprensa, que descrevia como funcionaria o acesso à impressão a partir de então. Logo em seguida, foi criado também um tribunal especial para auxiliar no funcionamento da lei, como vemos em Marissol Barbosa de Solza Pinheiro:

A 4 de julho de 1821 é promulgada a primeira lei de liberdade de imprensa, sem qualquer censura prévia. A lei era ambiciosa e no seu primeiro artigo já assegurava a qualquer pessoa imprimir, publicar, comprar e vender nos Estados Portugueses quaisquer livros ou escritos sem censura prévia. Dez dias depois o Decreto de 14 de julho de 1821 cria o Tribunal Especial da Proteção da Liberdade de Imprensa, que seria previsto replicado no art. 189º da Constituição de 1822. [...] (Pinheiro, 2019, p.06)

A promulgação da lei de imprensa, que vemos em Pinheiro, foi feita para abranger todas as regiões pertencentes à metrópole, assim como descreveria a forma como deveria ser feito o julgamento dos casos em cada região. A sua criação utiliza como as bases da constituição para descrever a sua aplicabilidade.

Alguns meses depois, as leis de imprensa criadas em Portugal chegariam no Maranhão, sendo noticiadas no jornal *O Conciliador do Maranhão*, no qual os redatores colocaram nas edições do mês de novembro de 1821, sendo elas: a edição de número 35 do dia 10 de novembro, a edição de número 36 do dia 14 de novembro e a edição de número 37 do dia 17 de novembro.

Logo, na edição de 10 de novembro de 1821, o jornal *O Conciliador do Maranhão* traz as notícias nacionais sobre a liberdade de imprensa, com o recorte dessa nova lei que abrangeria todos os âmbitos dos impressos do Maranhão. Colocando que D. João VI, pela “graça de Deus e da Constituição da monarquia” decretava que:

As Cortes Geraes Estraordinarias, e Constituintes da Nação Portuguesa, querendo desenvolver, e determinar os principios, que sobre a Liberdade da Imprensa estabelecêrão nos Artigos oitavo, nono, e decimo das Bases da Constituição, por conhecerem que aquella Liberdade he o apoio mais seguro do Systema Constitucional, Decretão o seguinte: TITULO I, Sobre a extensão da liberdade de imprensa. Art. 1. Toda a pessoa póde da publicação desta Lei em diante imprimir, publicar, comprar, e vender nos Estados Porguezes quaesquer Livros ou Escriptos sem previa censura; e só com as declarações seguintes: (O Conciliador do Maranhão, 10.11.1821, nº 35, p.1)

Notamos, assim, que essa lei é estruturada nos artigos 8º, 9º e 10º das bases da constituição de Portugal e que seu funcionamento é estipulado por cinco títulos que vão condicionar a forma como a liberdade de imprensa vai atuar. No primeiro título, como vemos acima, são explicados os limites dessa liberdade de imprensa, como também menciona que toda pessoa pode ter acesso as tipografias para imprimir.

Contudo, o primeiro título explica também as normativas para que cada pessoa consiga imprimir, especificando que ao imprimir livros ou periódicos, deveria ser colocado a data de impressão e o nome do impressor. O primeiro título também fala a respeito de falsificação e da impressão de material que não pertença ao impressor, deixando claro que esses atos serão considerados abusos da liberdade de imprensa.

Já em se tratando do segundo título, vai ser abordado a respeito de quais são os tipos de abusos de liberdade de imprensa, assim como a gravidade de cada tipo de abuso. O Jornal *O*

*Conciliador do Maranhão* colocou o segundo título ainda na edição de 10 de novembro, sendo ele:

TITULO II, Dos abusos da Liberdade da Imprensa, e das penas correspondentes. Art. 8. Póde abusar-se da Liberdade da Imprensa: 1.º contra a Religião Catholica Romana: 2.º contra o Estado: 3.º contra os bons costumes: 4.º contra os Particulares. Art. 9. Todos os delictos compreendidos no Artigo antecedente serão qualificados em primeiro, segundo, terceiro ou quarto gráo, em attenção ás diversas circumstancias, que podem augmentar, ou diminuir a sua pravidade. (O Conciliador do Maranhão, 10.11.1821, nº 35, p.1)

O segundo título, demonstra que os âmbitos protegidos pela lei de imprensa de Portugal, seguem o mesmo padrão dos decretos anteriores, protegendo os bons costumes, a constituição, a religião e os demais. Os abusos da liberdade de imprensa, de acordo com o segundo título, são divididos em 1º, 2º, 3º e 4º grau.

A variação de cada grau de abuso da liberdade de imprensa vai ser de acordo com os âmbitos descritos no artigo 8º, que vemos acima. A pena, de acordo com cada caso, vai alternar entre multa, que deve ser paga o mais breve possível, ou pena de prisão.

Passando para o terceiro título, descreve como era feito o reconhecimento desses abusos da nova lei, o qual seria feito mediante a criação de conselhos de juízes de facto, visto que:

TITULO III, Do Juizo competente para conhecer dos delictos commettidos por abuso da Liberdade da Imprensa. Art. 22. O conhecimento, e qualificação dos delictos commettidos por abuso da liberdade da Imprensa pertencerá aos Conselhos de Juizes de Facto, que para isso se crearão em cada hum dos Districtos designados na Tabella junta. Art. 23. Em cada hum daquelles Ditrictos se formarao dous Conselhos de Juizes de Facto: o primeiro será composto de nove Vogaes, e o segundo de doze: haverá tambem hum Juiz de Direito, que no Districto de Lisboa será o Corregedor do Crime da Corte, no do Porto o Corregedor da primeira Vara do Crime; e nos outros Districtos os Corregedores das respectivas Capitaes; e haverá igualmente hum Promotor de Justiça. (O Conciliador do Maranhão, 10.11.1821, nº 35, p.2)

O terceiro título que vemos acima vai pensar em cada região em que for cometido o abuso da liberdade de impressão, a estruturação dos cargos de “Juizes de facto” conforme descrito no artigo 24, deveria ser feita com quarenta e oito “homens bons”. Os descritos como



“homens bons”, no artigo da lei de imprensa, referem-se aos indivíduos brancos e com condições financeiras, que tenham prestígio na região, tendo no mínimo 25 anos de idade (O Conciliador do Maranhão, 10.11.1821, nº 35, p.2).

Indo para o penúltimo título da lei de imprensa descrito no periódico *O Conciliador do Maranhão*, a sua transcrição foi feita na edição de 14 de novembro de 1821. Nessa edição foi colocada na primeira página o quarto título, retratando que:

Continua o Decreto da Liberdade de Imprensa, TITULO IV. Da ordem do Processos nos Juizos sobre os abusos da Liberdade de imprensa. Art. 30. O Promotor serà o Fiscal por parte do Publico para dar a denuncia, e promover a accusação dos delictos commettidos por abuso da Liberdade da Imprensa: e o mesmo fica sendo permittido a todo, e qualquer Cidadão; excepto nos casos do Artigo 16, em os quaes somente as Pessoas offendidas poderão fazer: concorrendo mais do que hum Denunciante, ficarà sendo considerado como. tal o primeiro que denunciar; e o mais como assistentes, se tiverem concorrido antes do contestasão da lide. (O Conciliador do Maranhão, 14.11.1821, nº 36, p.1)

Nesse título, é descrito como é feita a fiscalização dos casos de abusos da lei, assim como é mencionado que o juiz que receber a denúncia feita, ao verificar o caso, pode, de imediato, solicitar a prisão do indivíduo acusado para proceder o julgamento. Consequentemente o juiz encarregado poderia solicitar a convocação dos “juizes de facto” para ser feito o julgamento conforme a lei descreve.

O último título transcrito pelo jornal é o quinto título, o qual relata os artigos que vão trabalhar para a proteção da lei de liberdade de imprensa. Esse título vai entrar em atuação pelo decreto de 14 de julho em Portugal, que vemos anteriormente em Pinheiro (2019). O jornal *O Conciliador do Maranhão* vai trazer esse título na edição do dia 17 de novembro, a qual menciona:

Conclue o Decreto da Liberdade da Imprensa. TITULO V. Do Tribunal Especial de Protecção da Liberdade da Imprensa. Art. 60. Haverá hum Tribunal Especial para proteger a Liberdade da Imprensa, composto de cinco Membros nomeados pelas Cortes, no principio de cada Legislatura, e poderão ser reeleitos. Servira de Presidente o primeiro na ordem da nomeasão (O Conciliador do Maranhão, 17.11.1821, nº 37, p.1)

A função desse tribunal especial para proteção da liberdade de imprensa é fazer a verificação da aplicação da lei, analisando se os juízes estão seguindo o descrito pela lei, assim como verificar se as apelações dos acusados e outras questões estão sendo devidamente estudadas. A composição dos membros desse tribunal especial pode ser feita por meio da aprovação das cortes.

Assim, após a transcrição de todos os títulos da lei de imprensa no jornal, os leitores poderiam compreender como iria funcionar as normativas pela qual o jornal seguiria a partir de então. Os redatores do jornal começariam a seguir as leis de imprensa, assim como a utilizariam, nesse primeiro ano, como forma de demonstrar que estão fazendo o correto descrito por lei.

Duas edições após a transcrição dos títulos da lei de imprensa no periódico, os redatores, ao receberem uma carta de um leitor reclamando da conduta do jornal, utilizaram da lei de imprensa para descrever o seu posicionamento, relatando que:

O Sr. Constitucional franco terá muita rasão no que pertende publicar, e athe achamos galante o pôr ao sol a calva do seu contrario Fuão; porém quem quer esgrimir de penna, assigna-se para dar, e apanhar. Leia a Lei da Liberdade de Imprensa, e conhecerá que os Redactores não tem obrigação de se responsabilizarem por as thezouradas do Sr. Fulano. (O Conciliador do Maranhão, 24.11.1821, nº 39, p.4)

A utilização da lei de imprensa, tanto pelos redatores do jornal como por cartas de leitores, seria algo recorrente a partir de então. Deste modo, podemos entender como estava o cenário das normativas dos impressos durante o primeiro ano de circulação de jornais na província do Maranhão.

Contudo, devemos destacar que o cenário da imprensa no Brasil mudaria após a independência, tendo em vista que foi implementado os decretos sobre a imprensa de 1822, a primeira lei de imprensa feita no Brasil, em 1823 e a lei de imprensa de 1830. Assim, ressaltamos como as normativas de imprensa estiveram presentes na história do Brasil do século XIX, passando da censura da imprensa para as leis de imprensa.

## Referências

### Documentos

#### CÂMARA DOS DEPUTADOS

Coleção das Leis do Império do Brasil, de 1821. pt II. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional 1889.

### Periódicos

**A GAZETA DO RIO DE JANEIRO:** Rio de Janeiro: 1808 – 1822.

**O CONCILIADOR.** São Luís. Typographia Maranhense, 1821-1823.

## Bibliografia

ARAÚJO, Roni César Andrade. **Das Margens do Ipiranga ao Estreito dos Mosquitos: O Maranhão e a Independência do Brasil nas páginas dos Jornais O Conciliador e O Argos da Lei.** 2008. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017. 176p.

GALVES, Marcelo Cheche. **AO PÚBLICO SINCERO E IMPARCIAL: Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826).** Humberto Fernandes Machado. 2010. 356 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2010.

GALVES, Marcelo Cheche; BASÍLIO, Romário Sampaio; PINTO, Lucas Gomes Carvalho. **Vendem-se impressos a preços cômodos na cidade do Maranhão.** São Luís: Editora UEMA, 2019.

GALVES, Marcelo Cheche. “Dirigir e retificar a opinião pública”: os primeiros anos da Tipografia Nacional do Maranhão (1821-1823). In: **Histórias sobre o Brasil no oitocentos.** Org: RIBEIRO, Gladys S; CAMPOS. Adriana P. Ed. 1. São Paulo: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2016.

GALVES, Marcelo Cheche. Liberdade de imprensa? A aventura dos primeiros redatores na província do Maranhão. In: CORRÊA, Maria Letícia, CHAVES, Monica Piccolo Almeida;



BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (orgs). **História econômica e imprensa**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 19-36.

GALVES, Marcelo Cheche. Muitos Brasis, um público leitor: os impressos na Independência. In: Júnia Ferreira Furtado; Andréa Slemian. (Org.). **Uma cartografia dos Brasis: poderes, disputas e sociabilidades na Independência**. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022, v. 1, p. 129-144.

GALVES, Marcelo Cheche. O Conciliador do Maranhão (1821-1823): um periódico no mundo ibero-americano: **Estudos Ibero-Americanos**, v. 46, n. 2, Porto Alegre, 2020.

KOSTER, Henry. (1816) **Viagens ao nordeste do Brasil**. 11 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2002.

LYRA, Maria L. V. **O império em construção: primeiro reinado e regência**. São Paulo. Atual, 2000.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. Imprensa, Revolução do Porto e os ecos políticos no Rio de Janeiro (1820-1821). **População e Sociedade**. CEPESE Porto, vol. 38. 2022, p. 85-102.

MELLO, Janaina Cardoso. A cultura política oitocentista na época joanina entre a gazeta do Rio de Janeiro, o correio brasiliense e a idade d'ouro do Brasil. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras** vol. 3 (1), p. 79 – 89. 2009.

MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500 1840)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. v. 1.

MORAES, Rubens Borba. A impressão régia do Rio de Janeiro: origens e produção. In: CAMARGO, A. M. de A; MORAES, R. B. de. **Bibliografia da impressão régia do Rio de Janeiro (1808-1822)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Kosmos, 1993.

NUNES, TASSIA TUFFOLI. **Liberdade de imprensa no Império brasileiro: Os debates parlamentares (1820-1840)**. Orientador: Miriam Dolhnikoff. 2010, 174 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO  
MARANHÃO OITOCENTISTA/VII  
SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

1824/1964  
ENTRE  
REVOLUÇÕES  
E GOLPES

24-27 SETEMBRO / 2024



Uema  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO MARANHÃO

NEMOXIX

LOCAL: PRÉDIO DE HISTÓRIA DA UEMA - CENTRO

PINHEIRO, Marissol B. S. Liberdade de Imprensa em Portugal: os primeiros quinze anos. In: **Anais do 2. Encontro Internacional História e Parcerias**, 2019, Rio de Janeiro. Anais do 2. Encontro Internacional História e Parcerias, 2019.